

1.1 – Histórico do emissor

Fundada em 22 de fevereiro de 1954 com sede na cidade de Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, a Fras-le S.A. ("Companhia") é uma *house of brands*, com um amplo ecossistema de soluções sustentáveis e inteligentes que atendem o mercado da mobilidade, reunindo marcas renomadas e de qualidade *premium* além de acreditar ser uma das maiores fabricantes mundiais de lonas de freio para veículos comerciais, atendendo os segmentos de montadoras e reposição. As suas principais atividades consistem no desenvolvimento, na produção e na comercialização de materiais de fricção para aplicação em sistemas de frenagem, além de um amplo portfólio de outros componentes para os sistemas de freio, suspensão, direção e *powertrain*¹.

Ao longo de seus 71 anos de história, a Companhia passou marcos importantes para a sua evolução, conforme abaixo exposto:

No dia 22 de fevereiro de 1954, em Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, foi fundada a Indústria Francisco Stedile & Cia., sob a marca Fras-le. Seu fundador, Francisco Stedile, iniciou as atividades com a fabricação de peças automobilísticas. Mais tarde a Companhia seria reconhecida no mercado sob o nome Fras-le S.A.

Em 1971 a Companhia realizou sua oferta pública inicial de ações (IPO), tornando-se uma das primeiras empresas do setor automotivo listadas na bolsa brasileira. Na década de 1970, destacam-se também a celebração de acordos de tecnologia e a inauguração do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento ("P&D"), em Caxias do Sul. Entre as décadas de 1980 e 1990 foram adquiridas a Lonaflex, localizada na cidade de Osasco, estado de São Paulo e posteriormente unificada à planta de Caxias do Sul e a Fras-le North América Inc. nos Estados Unidos, a Fras-le Argentina, na Argentina, e a Fras-Le Andina Comercio y Representaciones Ltda., no Chile. Em 1996, o controle acionário da Companhia foi adquirido pela Randoncorp S.A. (atual denominação da Randon S.A. Implementos e Participações) ("Randoncorp" ou "Controladora"), momento em que a Companhia passou a fazer parte do grupo econômico da Randoncorp.

Já na década de 2000, a Companhia deu continuidade à sua expansão e, em 2008, desenvolveu sua estratégia de ser uma empresa global, por meio da inauguração da Fras-le Europe, na Alemanha, e da Fras-le México S. de R.L. de C.V., no México. Nesse mesmo ano a Companhia implementou a Fras-le China, na cidade de Pinghu, Província de Zhejiang, bem como, adquiriu os negócios de pastilhas de freio da empresa americana Haldex, no Estado do Alabama, Estados Unidos. Nacionalmente, em 2011, a Companhia formalizou a aquisição da Freios Controil Ltda., localizada no município de São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul.

¹ *Powertrain* é um termo utilizado na engenharia automotiva para designar o conjunto de sistemas e componentes responsáveis por gerar e transmitir a força motriz do veículo até as rodas. No portfólio da Companhia, os principais itens relacionados ao *powertrain* incluem: juntas homocinéticas, cubos de roda, conjunto coroa e pinhão, componentes de cardans, cruzetas e motopeças voltadas à transmissão.

Em 2013, os acionistas aprovaram em assembleia a conversão de todas as ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na razão de uma ação ordinária para cada ação preferencial. Em 2014, ocorreu aumento do capital social e bonificação em ações. Com este movimento, foram emitidas 24.994.750 novas ações ordinárias, e com isso o capital social passou a ser representado, à época, por 124.973.750 ações ordinárias.

Em 2016, a Companhia realizou um re-IPO, marcando sua reabertura ao mercado de capitais após décadas. Em dezembro do mesmo ano a Companhia adquiriu a Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda, localizada na cidade de Sorocaba, estado de São Paulo.

Em 2017, a Companhia se dedicou a projetos de expansão da capacidade produtiva da controlada Fras-le Friction Material na cidade de Pinghu, Província de Zhejiang, na China. Também nesse mesmo período a Companhia constituiu a Fras-le Panamericana S.A.S., que consiste em um escritório comercial na cidade de Bogotá, e um centro de distribuição na cidade de Cartagena, em uma zona franca. A cobertura dessa operação, além da Colômbia, também se estende para o Peru, Equador e América Central. Além dessas empresas, foram adquiridas no mesmo ano: Armetal, que detém controle da Farloc, ambas sediadas em Buenos Aires, Argentina e Fanacif S.A, com sede em Montevideu, no Uruguai. No ano de 2017 a Companhia também fez uma *joint venture*, que resultou na ASK Fras-le Friction Private Limited ("ASK Fras-le"), localizada na cidade de Manesar, estado de Haryana, na Índia.

Em outubro de 2018 a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações de emissão da Jofund S.A., sociedade com sede na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, com atuação no mercado de autopeças através da marca ("Fremax"). Em setembro de 2020 a Companhia celebrou contrato para aquisição da Nakata Automotiva S.A. ("Nakata"). Em setembro de 2020 foi realizada a transferência da participação societária adquirida, tendo a Companhia passado a exercer efetivamente o controle e a gestão da Nakata. Em outubro de 2020, foi aprovada a alteração do tipo societário da Nakata para sociedade limitada. No mesmo ano foi realizada a incorporação da unidade controlada Fremax como filial da Companhia. Como consequência da incorporação, a Companhia pôde amortizar fiscalmente o ágio relativo à aquisição pela Companhia de sua participação na Fremax.

Em fevereiro de 2021, a Companhia realizou a transferência da fábrica de amortecedores e sede administrativa da Nakata de Diadema, no estado de São Paulo, para Extrema, no estado de Minas Gerais, sendo que o centro de tecnologia permaneceu em Osasco, estado de São Paulo. Em abril de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o ingresso da Companhia na sociedade do Centro Tecnológico Randon - CTR, controlada da Randoncorp. O CTR foi constituído em 2009 e concentrava na mesma estrutura ativos da Companhia e Controladora. A formalização da sociedade permite o CTR explorar novos mercados e crescer de maneira sustentável, ampliando a oferta de produtos. Em agosto de 2021, a Companhia divulgou através de comunicado ao mercado o lançamento da "Fras- le Smart Composites", uma nova linha de componentes estruturais, desenvolvidos em materiais compósitos, direcionados principalmente à substituição de peças atualmente produzidas em aço. Estes materiais possuem alto desempenho e trazem ganhos expressivos na redução de peso, pelo uso de designs funcionais, flexíveis e inovadores, engenharia especializada e inteligência de aplicações, contribuindo na redução de emissão de gases poluentes. Em 2023 aconteceu a evolução da marca Smart Composites, para "Composs".

Em abril de 2022, a Companhia realizou uma oferta pública subsequente de ações (*follow-on*), no montante de R\$629.400.000,00 destinado para expansão dos negócios da Companhia, investimentos nos negócios e produtos desenvolvidos pela Companhia, incluindo a exploração de novas tecnologias e a expansão das unidades produtivas atuais e capital de giro. Além disso, em outubro foi inaugurado o Centro Operativo Garín localizado na província de Buenos Aires, Argentina. O objetivo da nova estrutura é a centralização das operações e o fortalecimento da marca. O novo espaço conta com setor de logística, distribuição de autopeças além das operações administrativas e marketing.

O ano de 2023 foi um marco importante na história da Companhia. Alinhada à evolução dos últimos anos e à estratégia de longo prazo, nasce a Frasle Mobility, marca institucional global que atua como uma *house of brands* focada em segurança, inovação e sustentabilidade. Além disso, em março do mesmo ano, a Companhia celebrou contrato de compra e venda entre a Fras-le Europe B.V. e a AML Juratek Limited, com sede em Doncaster, Reino Unido. Com essa aquisição, a operação na Europa passou a contar com cinco unidades: um escritório comercial situado na Alemanha e quatro centros de distribuição, sendo um localizado na Holanda, dois centros de distribuição localizados na Inglaterra - em Doncaster e em Bradford - e um na Irlanda do Norte.

Em abril de 2024 a Companhia anunciou a reestruturação da controlada Fanacif S.A. com o encerramento das atividades fabris no Uruguai. Esse movimento teve como objetivo a otimização dos ativos de produção, utilizando a capacidade das unidades industriais instaladas no Brasil, bem como redução de custo fixo da Companhia.

Por fim, em janeiro de 2025, a Companhia concretizou a maior aquisição da sua história, adquirindo a divisão de peças de reposição do grupo KUO, denominada KUO Refacciones, e que passou a ser chamada de Dacomsa. Localizada no México, a operação conta com três unidades fabris responsáveis pela produção de materiais de fricção, componentes de motor, transmissão e *powertrain*, além de um centro de distribuição e um escritório comercial. Com essa aquisição estratégica, a Frasle Mobility consolida sua liderança nos três principais mercados de reposição automotiva da América Latina: Brasil, México e Argentina.

1.2 – Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

VISÃO GERAL

A Frasle Mobility (Fras-le S.A. | B3: FRAS3) é uma *house of brands* (ou seja, ecossistema onde diversas marcas independentes pertencem a uma mesma organização), na qual a união das marcas do portfólio proporciona soluções completas para o mercado da mobilidade. A Companhia oferece um amplo ecossistema de tecnologias sustentáveis e eficientes voltadas ao mercado da mobilidade. Nosso portfólio é sólido e composto por marcas reconhecidas globalmente, que se destacam em soluções *under car* (ou seja, para a parte inferior de veículos). Nesta data, a Companhia conta com 26 marcas sob sua gestão, sendo elas:



* Com a aquisição da Dacomsa em janeiro de 2025, passam a integrar no portfólio as marcas: Fritec, Moresa, TF Victor, Sello, Vehyco, BioCeramic, TSP, IEA, Autopar e RACE.

A Companhia atua no desenvolvimento, fabricação, comercialização e importação de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, materiais de fricção, suspensão, produtos à base de resina, autopeças, artefatos plásticos e seus derivados, além de serviços de assistência técnica.

Possui operações a nível global, por meio de sociedades controladas sediadas no Brasil, Argentina, Estados Unidos, Chile, México, China, Alemanha, Holanda, Colômbia, Uruguai, Inglaterra e Índia, podendo participar no capital de outras sociedades. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, 60,6% do total da receita operacional líquida era proveniente do mercado interno. As principais informações financeiras do período de três meses findo em 31 de março de 2025 e dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram:

Em R\$ milhões (exceto, quando indicado % ou US\$)	No período de três meses encerrado em 31 de março de		No exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2025 (consolidado Fras-le)	2024 (consolidado Fras-le)	Pro-forma 2024 ¹	2024 (consolidado Fras-le)	2023 (consolidado Fras- le)	Δ % (2024- 2023) (consolidado Fras-le)
Receita Operacional Líquida	1.331,7	841,3	5.406,7	3.965,8	3.388,7	17,0%
Lucro Bruto	455,2	289,7	1.835,3	1.330,5	1.138,6	16,9%
Margem Bruta (%) ⁽²⁾	34,2%	34,4%	33,9%	33,5%	33,6%	-0,1 pp
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	192,7	116,9	766,9	519,2	542,6	-4,3%
Margem Operacional ⁽³⁾ (%)	14,5%	13,9%	14,2%	13,1%	16,0%	-2,9 pp
Lucro Líquido	70,0	109,1	343,0	374,7	388,7	-3,6%
Margem Líquida (%) ⁽⁴⁾	5,3%	13,0%	6,3%	9,4%	11,5%	-2,1 pp
EBITDA ⁽⁵⁾	261,0	154,0	1.019,6	677,9	667,2	1,6%
Margem EBITDA ⁽⁵⁾ (%)	19,6%	18,3%	18,8%	17,1%	19,7%	-2,6 pp

⁽¹⁾ os saldos apresentados nesta coluna foram elaborados com base nas informações financeiras consolidadas condensada *pro forma* não auditadas.

Para mais informações, vide o item 2.11 deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ A Margem Bruta é calculada a partir da razão entre o Lucro Bruto e a Receita Operacional Líquida.

⁽³⁾ A Margem Operacional é calculada a partir da razão entre o Lucro Operacional antes do resultado financeiro e a Receita Operacional Líquida.

⁽⁴⁾ A Margem Líquida é calculada a partir da razão entre o Lucro Líquido e a Receita Líquida Operacional.

⁽⁵⁾ Para mais informações vide o item 2.5 deste Formulário de Referência.

Além disso, a Companhia dedica-se à pesquisa e desenvolvimento de materiais de fricção, inclusive por meio de projetos conjuntos com as próprias montadoras. A Companhia acredita que essa trajetória permitiu estabelecer um relacionamento com as mais reputadas montadoras de veículos comerciais no Brasil e no exterior, dentre as quais: MAN, Ford, Volkswagen, DAF, Iveco, Renault, Honda, Mitsubishi, General Motors, Mercedes Benz, Scania e Volvo. Esse relacionamento influencia a credibilidade dos produtos oferecidos pela Companhia no mercado de reposição de peças. Para tanto, a Companhia desenvolveu um centro de pesquisa e desenvolvimento (“**P&D**”) que compreende laboratórios químicos, físicos e piloto, que combinado com o Centro Tecnológico Randon (“**CTR**”) favorecem o desenvolvimento de soluções alinhadas às necessidades dos clientes, com foco em desempenho e inovação. No ano de 2024 o CTR realizou 840 testes culminando em 22.000 horas registradas. Essas capacidades tecnológicas são elementos importantes levados em consideração pelas montadoras de veículos e sistemistas na escolha de seus fornecedores. Dessa forma, a Companhia posiciona-se no Brasil como a principal fornecedora de materiais de fricção para freio a tambor. A Companhia tem construído uma plataforma cada vez mais diversificada em relação ao portfólio de produtos, realizando aquisições que possuem como principal objetivo a manutenção, o crescimento e a perpetuidade dos negócios da Companhia. Em adição aos movimentos de aquisição, a Companhia investe constantemente em sua expertise química, física e de engenharia para

Geração de Valor por Meio de Aquisições e Iniciativas Internas

Trajetória consistente de expansão de receita e margem, combinando crescimento inorgânico e plataformas desenvolvidas internamente

2019
Receita Operacional Líquida: R\$ 1,366mm
EBITDA: R\$ 175mm (13% Margem EBITDA)

2024 Pro-forma⁽¹⁾
Receitas: R\$ 5.407mm
EBITDA: R\$ 1.020mm (19% Margem EBITDA)

~4,0x Receita / ~5,8x EBITDA

R\$ 300mm
Aumento de Capital 2016

FANACIF[®]
FARLOC[®]
ARRENDAMENTO DE EQUIPAMENTOS
Aquisições Dez-2017

Jurid[®]
JV entre a Frasle Mobility e a Federal-Mogul Friction Products
Jan-2018

FREMAX
Aquisição Out-2018

NAKATA[®]
Aquisição Set-2020

EXP[®] EXPERTS
Desenvolvida pela Frasle Mobility
Jun-2020

R\$ 629mm
Follow-on 2022

NIONE
JV entre Frasle Mobility e Randoncorp
Dez-2021

JURATEK[®]
Aquisição Mar-2023

COMPOSS
Desenvolvida pela Frasle Mobility
Abr-2023

Dacomsa[®]
Aquisição Jan-2025

R\$ 7.293mm
Evolução Market Cap

7,8x

Market Cap
R\$ 936mm

CICLO DE EXPANSÃO 1
Foco na ampliação do portfólio de produtos e consolidação no mercado de reposição

CICLO DE EXPANSÃO 2
Foco na ampliação da presença internacional, exploração de sinergias globais e novas tecnologias

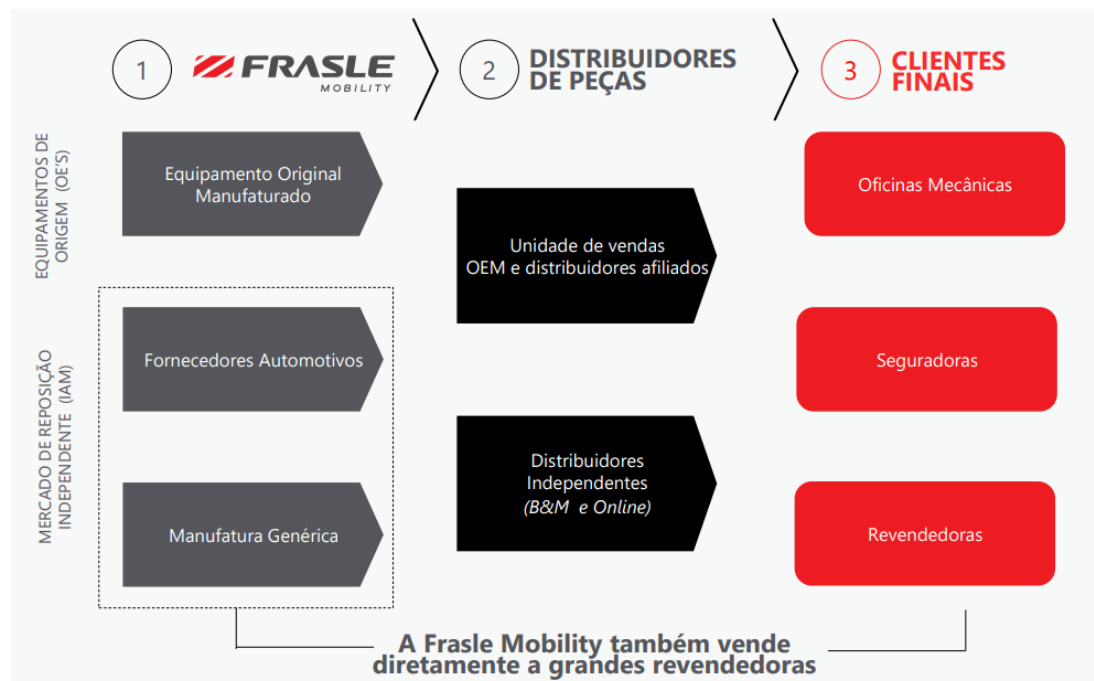
CICLO 3
Relevância global

Ao longo dos anos, a Companhia vem expandindo seu modelo de negócios. Atualmente, além de oferecer autopeças, a Companhia é capaz de oferecer um portfólio diversificado de produtos e serviços, que atendem vários setores conforme ilustrado no organograma abaixo. A Companhia busca atuar como uma plataforma integrada de soluções (one-stop shop), oferecendo aos seus clientes a conveniência de acessar, em um único ponto, uma ampla variedade de produtos e marcas reconhecidas. Essa proposta é fortalecida por um modelo de distribuição robusta, capaz de atender diferentes perfis de clientes com eficiência e agilidade.



A Companhia possui um posicionamento estratégico no mercado de autopeças no Brasil, atuando tanto no

mercado de fabricação de autopeças originais (*Original Equipment Manufacturing*) quanto no mercado de reposição de autopeças (*Independent Aftermarket*). Além de ofertar para grandes distribuidoras nacionais, também atende consumidores regionais, seguradoras e varejistas de autopeças, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



NOSSO MODELO DE NEGÓCIO

Por meio do seu controlador, a Randoncorp S.A. ("Randoncorp"), a Companhia faz parte de um conglomerado econômico que oferece um amplo portfólio de produtos para veículos comerciais no mundo. A Randoncorp é uma companhia aberta, listada no segmento Nível 1 de Governança Corporativa da B3, reconhecida globalmente como provedora de soluções para o transporte de cargas.

Além disso, a Companhia é líder no segmento de materiais de fricção na América Latina, conforme notícias vinculadas em websites como The Brake Report¹ e Auto Indústria² e acredita ser um dos maiores fabricantes de lonas de freio para veículos comerciais no mundo, atendendo às principais montadoras de veículos (diretamente ou por meio de fornecedores de sistemas, também chamados de sistemistas) e aos principais mercados de reposição de autopeças do mundo, por meio de vendas a grandes distribuidores de

¹ Para mais informações vide: https://thebrakereport.com/frasle-mobility-nets-record-4b-revenue/?utm_source=chatgpt.com

² Para mais informações vide: <https://www.autoindustria.com.br/2025/04/23/frasle-quer-crescer-50-em-2025-e-atingir-receita-de-r-6-bilhoes/>

autopeças. As atividades da Companhia são desenvolvidas por meio de suas controladas, e organizadas conforme especificado abaixo:

Frasle Mobility Site Controil (Freios Controil Ltda): fornecedora de cilindros de freio, outros materiais para o sistema de freio e o motor e polímeros automotivos. É atuante no mercado de reposição e montadora, principalmente na América Latina, destacando Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, além da América do Norte. A Freios Controil foi fundada em 1957, e está instalada numa área de 38 mil m², na cidade de São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Frasle Mobility Site Buenos Aires (Composto pelas empresas: Fras-le Argentina S.A., Farloc Argentina a S.A.I.C. YF, e Armetal Autopartes S.A.): centro de distribuição responsável pela comercialização de um portfólio diversificado no mercado argentino — incluindo componentes para sistemas de freio, suspensão e motor, além de líquidos envasados e outros produtos voltados a veículos automotores. Conta ainda com uma unidade fabril dedicada à produção e envase de líquidos de freio, fluidos de arrefecimento, anticongelantes e anticorrosivos.

Frasle Mobility site Montevideo (Fanacif S.A.): escritório comercial localizado no Uruguai responsável pela comercialização de materiais de fricção, com foco principal em lonas e pastilhas de freio.

Frasle Mobility site Alabama (Fras-le North America, Inc.): responsável pela produção de pastilhas de freio para veículos comerciais leves e pesados, atendendo aos segmentos de montadoras e reposição no mercado norte-americano. Por meio de seu escritório de vendas localizado no estado de Michigan, também comercializa lonas e pastilhas de freio, majoritariamente fabricadas na matriz da Companhia, ampliando a atuação da Companhia nos segmentos de montadoras e reposição nos Estados Unidos.

Frasle Mobility Sales Office Chile (Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda.): escritório comercial responsável pela comercialização, no mercado chileno, de produtos produzidos nas unidades fabris da Companhia.

Frasle Mobility Sales Office Mexico (Fras-le México S. De R.L. De C.V.): escritório comercial responsável pela comercialização, no mercado mexicano, de produtos produzidos nas unidades fabris da Companhia.

Frasle Mobility site Pinghu (Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd): por meio de sua unidade industrial situada na China produz e comercializa lonas e pastilhas de freio para veículos comerciais para o mercado asiático e europeu, além de exportar seus produtos para outros países. Em 2020, foi criada a Jiaxing Bafu Trading Company Ltd., unidade controlada pela Fras-le Friction Materials que tem como objetivo atuar como trading company para revenda de discos e tambores.

Frasle Mobility Head Office Europa (Fras-le Europe B.V.): escritório comercial localizado na Alemanha (Fras-le Europe GmbH), responsável pela distribuição e comercialização de materiais de fricção de linha pesada nos mercados da Europa, Oriente Médio e África. Conta ainda com um centro de distribuição localizado na Holanda (Fras-le Europe B.V.), responsável pela distribuição de materiais de fricção e componentes de sistema de freio para veículos leves nessas mesmas regiões. Em 2023, a Companhia adquiriu como controlada a AML Juratek Limited, que incorporou a operação no continente europeu por meio de três centros de distribuição: sendo dois localizados na Inglaterra, um em Doncaster (Juratek Limited

e Tekjur Limited) e outro em Bradford (Bettaparts Limited), e outro na Irlanda do Norte (filial da Juratek Limited). Os três centros de distribuição concentram as vendas de material de fricção e componentes de sistema de freio para linhas leve e pesada no Reino Unido, Hungria e Romênia. A Juratek posiciona a companhia em mercados maduros, como o europeu, por meio da diversificação de produtos e da expansão do portfólio de marcas. Sua aquisição ampliou as sinergias globais, reforçando marcas como Fras-le e Fremax no mercado europeu.

Frasle Mobility Centro de Distribuição Cartagena (Fras-le Panamericana S.A.S.): responsável por distribuir e comercializar os produtos das marcas Fras-le, LonaFlex, Fremax, Controil e Nakata. A operação conta com um escritório comercial e técnico na cidade de Bogotá e um centro de distribuição em zona franca, localizado na cidade de Cartagena, ambas na Colômbia. A unidade é responsável pelas vendas na Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, América Central e Caribe.

Frasle Mobility site Sorocaba (Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.): por meio de sua operação localizada no município de Sorocaba, em São Paulo, é responsável pela fabricação e distribuição de pastilhas e sapatas de freio para a linha de veículos leves, além de fluidos e lubrificantes de freio. Esses produtos atendem tanto o segmento de montadoras quanto o mercado de reposição, com foco no setor de veículos leves no Brasil e em outros países da América do Sul.

Frasle Mobility site ASK Fras-le (ASK Fras-le Friction Private Limited): controlada instalada em Manesar, no estado de Haryana, na Índia, dedicada à produção e ao fornecimento de lonas e pastilhas de freios para veículos comerciais, atendendo tanto o mercado de reposição quanto montadoras no mercado indiano e em países vizinhos — como Nepal, Sri Lanka e Bangladesh. A operação também contribui para a demanda global por materiais de fricção por meio de exportações.

Frasle Mobility site Extrema (Nataka Automotiva Ltda.): a Nakata representa a estratégia da Companhia para reduzir a dependência do setor de implementos por meio do aumento da exposição ao mercado de reposição. A sinergia entre as empresas impulsiona a eficiência desde a fabricação de componentes até o serviço especializado e a venda de peças para veículos leves e pesados. É composta por um centro de tecnologia e desenvolvimento e sede administrativa localizada no município de Osasco, em São Paulo. Conta ainda com uma unidade fabril e um centro de distribuição em Extrema (MG), este último responsável pela distribuição das marcas da Frasle Mobility nas regiões norte, nordeste, centro-oeste e sudeste do Brasil. A Nakata atua na produção e comercialização de componentes para veículos leves, pesados e motocicletas, com um portfólio abrangente que inclui amortecedores, terminais e barras de direção, pivôs e bandejas de suspensão, juntas homocinéticas, componentes de eixos cardan e diferencial, entre outros. Com uma longa trajetória no mercado de reposição de autopeças, a Nakata é reconhecida pela qualidade e confiabilidade de seus produtos.

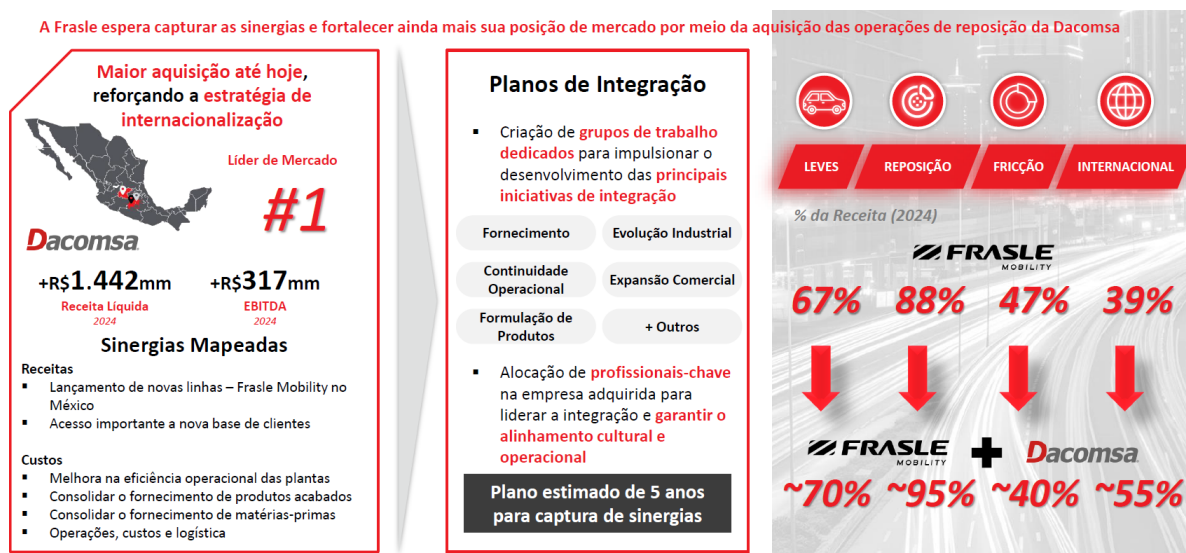
Frasle Mobility site Fremax (Filial): a Fremax representa a estratégia para reforçar a liderança da Companhia no mercado brasileiro de materiais de fricção, ao mesmo tempo em que fortalece seu portfólio de produtos para fornecimento global. É composta por uma unidade fabril instalada no município de Joinville, em Santa Catarina, que tem como principal atividade a industrialização de peças fundidas e/ou usinadas de ferro, aço e outras ligas metálicas, especialmente para o segmento de autopeças, sendo um dos principais fabricantes de discos e tambores de freios para veículos leves no país. Além do mercado

nacional, atende mercados como Estados Unidos, América Latina e México, em sinergia com a Kuo.

Centro Tecnológico Randon Ltda. (“CTR”): complexo destinado ao desenvolvimento e homologação de produtos para a indústria da mobilidade no país e conta com um campo para provas e testes. Sua composição societária é formada pela Frasle Mobility, que detém 45,07% do capital, e pela Randoncorp, com participação majoritária de 54,93%. Possui, ainda, como sua subsidiária integral, a Nione Ltda. Está localizado no município de Farroupilha, no Rio Grande do Sul, em uma área de mais de 90 hectares, onde funciona como um hub de engenharias e laboratório estrutural, conta com 15km de 20 diferentes tipos de pistas de teste para oferecer amplos serviços.

Nione Ltda.: Criada em 2021, produz nanopartículas de nióbio em larga escala, com operações industriais localizadas no município de Içara, em Santa Catarina. Por meio da nanotecnologia, as propriedades físico-químicas dos materiais são potencializadas, revelando suas melhores versões, melhorando o desempenho de produtos tradicionais e possibilitando a criação de novas soluções com novas características. A Nione é controlada pelo Centro Tecnológico Randon - CTR e a Companhia detém direito de royalties relativo a 5% das vendas.

Frasle Mobility site México (Dacomsa, S.A. de C.V.): localizada no México, a Dacomsa é especializada na fabricação e comercialização de componentes automotivos destinados principalmente ao mercado de reposição, com um portfólio que inclui válvulas, bronzinas, juntas, pistões, filtros e bombas de óleo, polias, entre outros itens para motores e sistemas de direção e suspensão. A Dacomsa passou a integrar a Frasle Mobility em 2025, após aquisição concluída no mês de janeiro desse mesmo ano que representou a maior aquisição da Companhia até a presente data, reforçando a estratégia de internacionalização da Companhia. A Companhia possui um plano de integração que engloba a criação de grupos de trabalho dedicados a impulsionar o desenvolvimento das principais iniciativas de integração e a alocação de profissionais-chave na empresa adquirida para liderar a integração e garantir o alinhamento cultural e operacional.



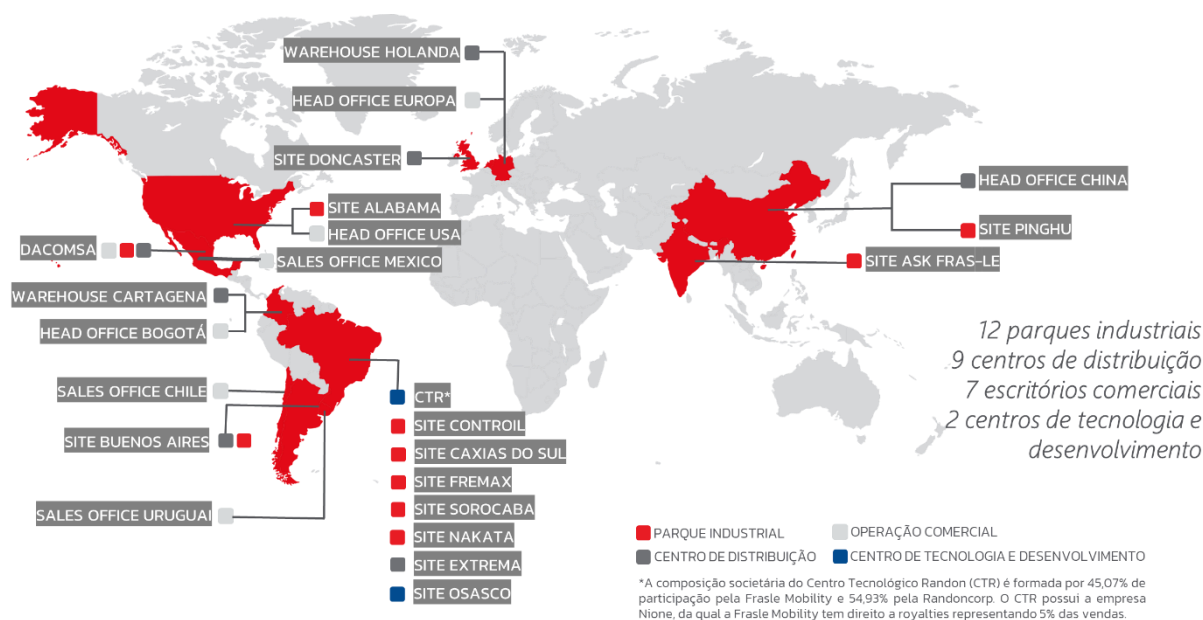
Fonte: Companhia.

Moovetech Consultoria e Tecnologia Ltda.: Fundada em 1974, a Moovetech é atualmente reconhecida como o maior Centro de Engenharia Avançada de Fricção da América Latina, com soluções completas voltadas ao mercado da mobilidade. Opera a partir de Caxias do Sul, onde está integrada à sede da Frasle Mobility e presta suporte técnico às operações globais da companhia. A infraestrutura conta com três laboratórios (físico, químico e piloto) e emprega ferramentas avançadas no desenvolvimento de componentes, testes e simulações.

PRESENÇA GEOGRÁFICA

A presença global da Companhia é evidenciada com 12 (doze) parques industriais, sendo 5 (cinco) localizados no Brasil (Caxias do Sul (RS), São Leopoldo (RS), Sorocaba (SP), Joinville (SC) e Extrema (MG) e 7 (sete) unidades no exterior, sendo três no México, uma na China (cidade de Pinghu, aproximadamente 90 quilômetros de Xangai), uma nos Estados Unidos (cidade de Prattville, Estado do Alabama), uma na Índia (cidade de Manesar, Estado de Haryana) e uma na Argentina (cidade de San Martín, província de Buenos Aires). Possui 9 (nove) centros de distribuição localizados no Brasil, Argentina, Colômbia, Holanda, China, Inglaterra e Irlanda do Norte, além de, 7 (sete) escritórios comerciais localizados nos Estados Unidos, Alemanha, Chile, México e Uruguai. Sua atuação em inovação é fortalecida por 2 (dois) centros de tecnologia e desenvolvimento, localizados no Brasil.

A estrutura comercial suportada pelos 9 (nove) centros de distribuição e 7 (sete) escritórios comerciais no exterior, e, ainda, por uma equipe de colaboradores dedicados à logística e vendas no mercado externo a partir do Brasil e em diversas localidades no mundo, capacita a Companhia a atender clientes em mais de 125 países. Adicionalmente, a Companhia acredita que sua presença geográfica, aliada à qualidade de seus produtos e à expertise da alta administração, a classifica como um fornecedor preferencial de produtos para autopeças, se destacando no longo prazo como parceiro das principais montadoras, sistemistas, distribuidores e varejistas do mercado de reposição de autopeça no mundo.



*A operação da Dacomsa conta com 3 fábricas, 1 centro de distribuição e 1 escritório comercial e passou a integrar o conjunto de operações da Frasle Mobility em janeiro de 2025, data da conclusão da sua aquisição. **O CTR possui a empresa Nione, da qual a Frasle Mobility tem direito a royalties,

representando 5% das vendas.

NOSSO PORTFÓLIO

A Companhia possui um amplo portfólio de produtos, contemplando mais de 33 mil referências de autopeças (*Stock Keeping Units* ou “SKUs”). Nos últimos anos tem também diversificado seu portfólio de produtos além de produtos de fricção, que em 2016 representavam cerca de 90% do seu portfólio e em 2024 representaram 46% do portfólio da Companhia. São oferecidos produtos de maior qualidade para seus clientes, resultando em uma participação de mercado (*market share*) representativa nas principais categorias de atuação, conforme demonstrado na imagem abaixo:

I. Amplo portfólio



*Componentes para motor tem portfólio ampliado devido à aquisição da Dacomsa. Incluindo essa última aquisição, finalizada em janeiro de 2025, a Frasle Mobility registra um portfólio com mais de 33mil SKUs.

II. Portfólio defensivo



Notas: (1) Considera veículo novo com configuração padrão; (2) Considera 12.000 Km/ano para LV e 100.000 Km/ano para CV, sem avarias; (3) Considera recorrência para substituição de outros no cenário. Percentual de participação no mercado por categoria de

produto tem dados referentes ao ano 2024 e diz respeito ao mercado de reposição.

A Fras-le Mobility tem evoluído por meio de ciclos estratégicos bem definidos e, atualmente, direciona seus esforços para inovação e tecnologia. A Companhia vem se posicionando nas principais tendências do setor, como eletrificação, veículos autônomos, digitalização, mobilidade, modernização industrial, automação, fábricas inteligentes e materiais de alta performance. Nesse contexto, destaca-se a EHenergy, linha de pastilhas de freio desenvolvida especialmente para veículos elétricos e híbridos. As pastilhas oferecem alta potência de frenagem, durabilidade e elevado padrão de segurança e conforto, além de serem livres de metais pesados e substâncias tóxicas.

PLANO ESTRATÉGICO

A Companhia pretende manter sua posição de liderança no mercado brasileiro e, como empresa global, tornar-se uma referência internacional nos segmentos em que atua. Para atingir esses objetivos, as principais diretrizes de sua estratégia são:

Transformação para um modelo de negócios leve em ativos (*asset-light*)

A Companhia produz aproximadamente 56% das autopeças vendidas no Brasil e no exterior. Cada vez mais, o foco da Companhia está no desenvolvimento das peças, visando terceirizar o processo de produção e assim beneficiar de eficiência de capital. Com isso, a Companhia acredita promover um modelo de negócios mais leve em ativos (*asset-light*), otimizando suas competências em desenvolvimento de produtos e suprimentos, marketing e percepção de marca (*branding*).

Aumento da participação da Companhia em mercados nos quais possui *market share* pouco relevante

A Companhia acredita que a sua presença global, a reputação, a qualidade e a variedade do seu portfólio de produtos, a capacita a atender às particularidades de mercados no exterior, o que contribui para a sua consolidação em mercados com alto potencial de crescimento. Adicionalmente, avalia-se constantemente oportunidades de aquisições estratégicas, buscando ampliar sua presença nos mercados onde já atua e alcançar mercados em que vislumbra oportunidades de atuação e crescimento.

Busca pela manutenção de sua posição de liderança no Brasil e ampliação do portfólio de produtos por meio de aquisições estratégicas

No Brasil, a Companhia busca manter sua posição de liderança na distribuição de lonas de freio para veículos comerciais nos segmentos de montadoras e no fornecimento de lonas e pastilhas para veículos comerciais e leves no segmento de reposição, conforme comparativos disponibilizados por agências globais.

Adicionalmente, a Companhia tem ampliado o seu portfólio de produtos por meio de aquisições estratégicas, com foco em produtos complementares ao sistema de freios e outros componentes para veículos, o que acredita ser o desenho de um modelo integrado como fabricante e fornecedor, estreitando ainda mais o relacionamento com montadoras e grandes distribuidores do mercado de reposição.

Investir continuamente no desenvolvimento de produtos e novas tecnologias

A Companhia seguirá desenvolvendo o portfólio de seus produtos através de investimentos em tecnologia, buscando aprimorar o pacote completo de soluções para mobilidade, que atende às demandas de seus clientes. A Companhia acredita que tal iniciativa a habilita a atender uma demanda por produtos de maior valor agregado e, conjuntamente com a ampliação de seu portfólio de produtos, contribuirá para a geração de receitas com melhores margens, além de resultar na fidelização de seus clientes, promovendo e consolidando relacionamentos de longo prazo. Para tanto, a Companhia está focada no *customer value*, suportado pela constante busca de aprimoramento de seus produtos em termos de eficiência, durabilidade, custo de produção, redução de ruídos e interação com as demais peças dos sistemas de frenagem, bem como pelo atendimento e assistência técnica no pós-venda.

Ainda, a Companhia acredita na relevância da digitalização do negócio, objetivando a experiência e satisfação dos clientes. Nesta data, a Companhia oferece aos seus clientes o catálogo de seus produtos de forma digital, e está constantemente buscando automatizar e integrar os dados com distribuidores através de Interface de Programação de Aplicações (*Application Programming Interface*, ou “APIs”).

Em 2020, a Companhia lançou a plataforma Auto Experts (autoexperts.parts.pt/br), que integra os catálogos digitais de produtos das marcas Fras-le, Lonaflex, Controil, Fremax, Nakata, Master, Jost, Suspensys e Castertech. A iniciativa foi criada para facilitar e agilizar o acesso à informação, permitindo que, ao pesquisar por tipo de veículo, produto ou montadora, sejam exibidas todas as opções de peças automotivas disponíveis nas marcas participantes, simplificando e agilizando o processo de decisão e ajudando a gerar demanda.

Em 2022, a plataforma passou por melhorias significativas. O sistema de busca foi otimizado e um mecanismo de geolocalização foi implementado. Com a nova funcionalidade “Onde Encontrar”, o usuário pode inserir palavras-chave — como marca, modelo ou montadora do veículo — e ser direcionado para uma lista de estabelecimentos que oferecem as peças adequadas para reposição.

Em 2023, mais de 21 mil SKUs foram cadastradas na plataforma, que também recebeu atualizações voltadas à experiência do usuário. Entre as novidades estão a possibilidade de download de conteúdo dos catálogos para acesso off-line, além de vídeos com orientações, instruções de uso e aplicações dos produtos.

Por fim, em 2024, foi lançado o Clube Experts, um programa de relacionamento voltado a centros automotivos parceiros, oferecendo benefícios e vantagens exclusivas na compra de produtos das marcas Fras-le e Nakata. Atualmente, o programa está presente em 11 estados brasileiros das regiões sul, sudeste e centro-oeste.

Plataforma digital que transforma a experiência do cliente com as marcas Frasle Mobility



Valores em R\$ Milhões. *Soma da quantidade de SKUs nos mercados Argentina; Brasil; Colômbia e México.

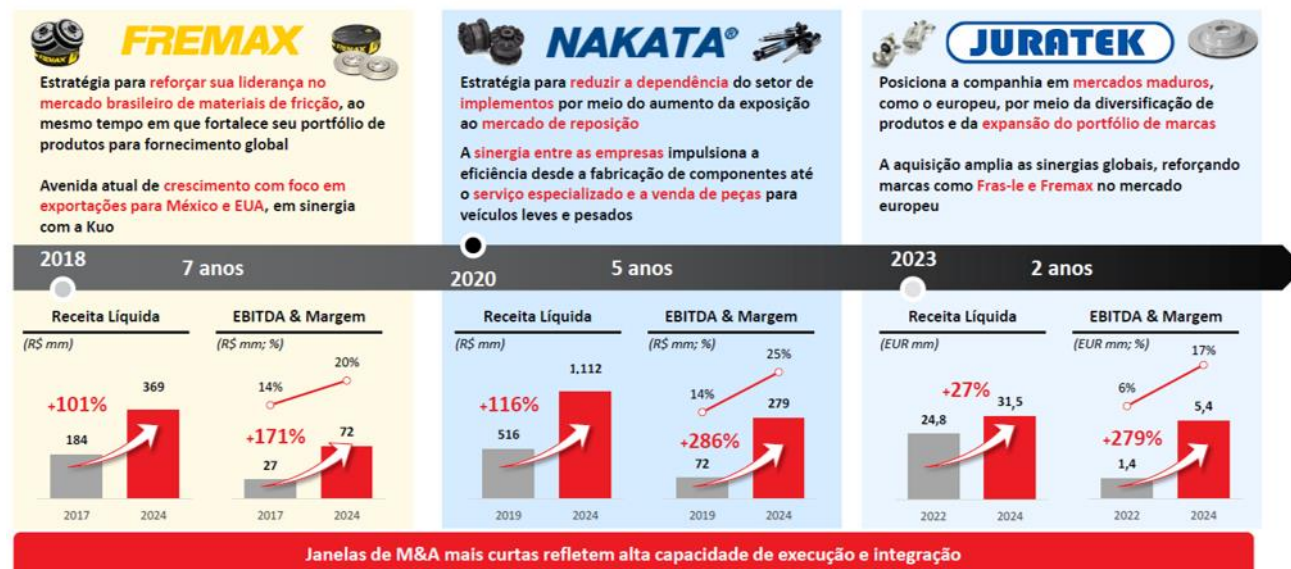
Foco no controle de custos e captura de sinergia com aquisições

A Companhia possui um modelo de gestão que avalia de forma matricial o desempenho de suas fábricas e centros de distribuição, através da criação e implementação de metas, definição de responsabilidades e rigoroso acompanhamento. Essa metodologia permite manter eficiência e estrutura operacional de baixo custo, garantindo, assim, maior competitividade. A Companhia acredita que apresenta um histórico de sucesso na captura de sinergias oriundas de aquisições estratégicas e oportunidades combinadas. Adicionalmente, a Companhia pretende se beneficiar da expansão de sua presença global para ampliar sua rede de fornecedores, obter melhores preços na aquisição de matérias primas e, consequentemente, aumentar a margem final na venda de seus produtos. A Companhia trilha uma nova trajetória, pautada em uma estratégia focada que fortalece sinergias, amplia alcance e portfólio, maximiza a Co manufatura e otimiza a utilização de ativos.

As sinergias das aquisições são apresentadas no gráfico abaixo considerando o período entre 2019 e 2024.

Capacidade de Executar M&A Agregadores de Valor e Extrair Sinergias com o Tempo

Frasle Mobility possui um time experiente, capaz de atingir sinergias e capturar economias de escala via aquisições



Fonte: Companhia

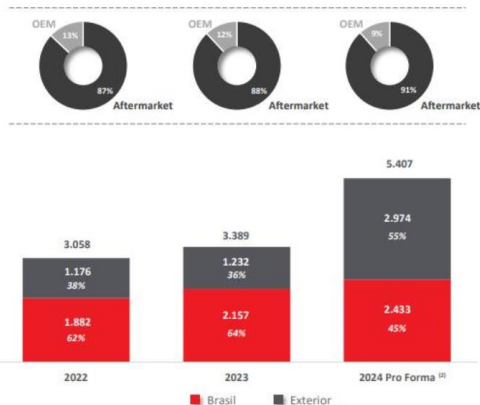
Foco em parcerias com clientes estratégicos, sem comprometimento da diversificação da carteira de clientes e da autonomia nos mercados em que atua

A Companhia entende que parcerias estratégicas com determinados clientes representam oportunidades valiosas para ingressar e se consolidar em mercados geográficos prioritários. Nesse sentido, a Companhia busca equilibrar a expansão e a manutenção dessas parcerias com a ampliação e diversificação de sua base de clientes, tanto em número quanto em distribuição geográfica, com o objetivo de mitigar riscos. Esses esforços são conduzidos de forma a preservar sua autonomia, bem como sua capacidade de competir e se destacar nos mercados em que atua, garantindo maior controle sobre a precificação de seus produtos.

Crescimento consistente de receita sustentado pela força no mercado de reposição, presença global e portfólio de produtos diversificado

Forte atuação no mercado de reposição, com presença global em expansão...

Distribuição da Receita Operacional Líquida por Mercado
R\$ mm; %



...aliada à liderança em produtos nas principais regiões e categorias

Aftermarket Market Share ⁽¹⁾ (%)						
						
	Pastilhas & Sapatas	Pastilhas ADB	Lonas de Freio	Discos & Tambores	Juntas	Pistões
	46%	35%	50%	22%	-	-
	24%	55%	57%	43%	-	-
	10%	-	-	20%	-	-
	35-51%	-	-	26%	59%	71%
	-	-	47%	-	-	-
OEM Market Share ⁽¹⁾ (%)						
						
	Pastilhas	Pastilhas Hidráulicas	Lonas de Freio	Discos & Tambores	Sapatas Ferroviárias	
	9%	-	90%	4%	37%	
	-	70%	88%	-	-	

Fonte: Companhia. Notas: (1) Com base em estudos internos da companhia (2) Valores pro forma consideram o resultado consolidado de Frasle Mobility e Dacomsa para 2024. Para mais informações vide item 2.11 deste Formulário de Referência.

Foco constante no desenvolvimento de novas tecnologias

A Companhia investe constantemente em expertise química, física e de engenharia para desenvolver materiais inteligentes, mais leves, mais eficientes ou com matérias primas mais sustentáveis. Visando explorar essa estratégia a Companhia desenvolveu algumas iniciativas, são elas:

Composs

Em 2021, iniciou as atividades da Fras-le Smart Composites, projeto que tem como objetivo desenvolver e utilizar materiais compósitos estruturais para a produção de autopeças. Em abril de 2023, a marca passou por uma atualização e começou a ser denominada Composs.

A Composs se destaca como pioneira no setor de materiais compósitos na América Latina, desenvolvendo soluções tecnológicas que aliam leveza, resistência, fácil instalação e design inovador. Seus produtos, que não necessitam de pintura e não sofrem com oxidação, representam uma alternativa sustentável ao aço, oferecendo flexibilidade de design, maior durabilidade e contribuindo para a economia de combustível e a redução de emissões de poluentes. Em 2024, a Composs direcionou seus esforços para o desenvolvimento e a expansão do portfólio de produtos. Nesse período, também se destacou o início do processo de internacionalização, com exportações para a Argentina iniciada no último trimestre de 2024. Paralelamente, a Companhia manteve investimentos contínuos em pesquisa e no desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas aos seus produtos. A seguir, apresentamos um panorama dos projetos mais avançados, que ilustram o progresso das pesquisas voltadas ao desenvolvimento de novos produtos. Vale destacar que o suporte de para-lamas e o para-lama para implemento florestal já estão sendo comercializados no mercado.

Demonstrador tecnológico

MOLAS DE SUSPENSÃO LIVRES DE CORROSÃO PARA CAMINHÕES:

33% mais leve; para implementos rodoviários:
42% mais leve; para veículos recreativos: 25%
mais leve e sem ruídos.



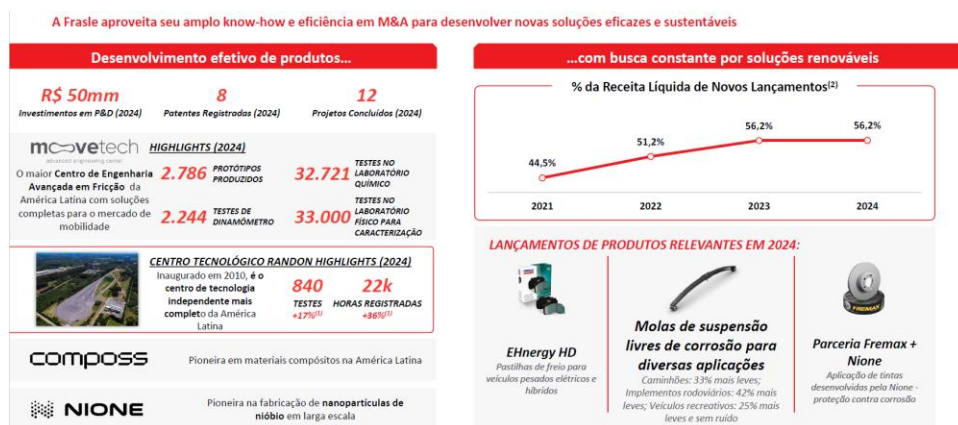
Nione

A Nione é reconhecida como pioneira na aplicação de nanopartículas de nióbio, liderando projetos de inovação e viabilizando sua produção em larga escala, entregando produtos com maior resistência, durabilidade e leveza. Seu trabalho tem permitido a criação de materiais avançados voltados a aplicações automotivas e industriais.

Trata-se de uma unidade industrial dedicada ao desenvolvimento de produtos com o uso de nanopartículas de elementos como o nióbio. Por meio da nanotecnologia, é possível criar peças com maior resistência, leveza e durabilidade.

A Frasle Mobility detém a patente do processo de obtenção de nanopartículas de nióbio com elevada pureza e em grande quantidade, o que lhe garante o direito ao recebimento de royalties. Desde sua criação, o CTR vem ampliando suas frentes de atuação, promovendo estudos e abrindo novas oportunidades em diversos setores industriais, com destaque para os segmentos de metalurgia, eletroeletrônica e química.

Em 2024, a unidade contava com 80 projetos em andamento, atendendo a mais de 50 clientes. As aplicações mais relevantes envolvem o desenvolvimento de polímeros termoplásticos e termofixos, tintas, cosméticos, metais e soluções para o setor de energia — todas desenvolvidas em colaboração com empresas líderes em seus respectivos mercados. Dentre os projetos mencionados, há a parceria entre a Nione e a Fremax para a aplicação das tintas desenvolvidas pela Nione para proteção contra a corrosão.



Fonte: Companhia. Notas: (1) Crescimento em relação a 2023; (2) Em Caxias do Sul (RS)

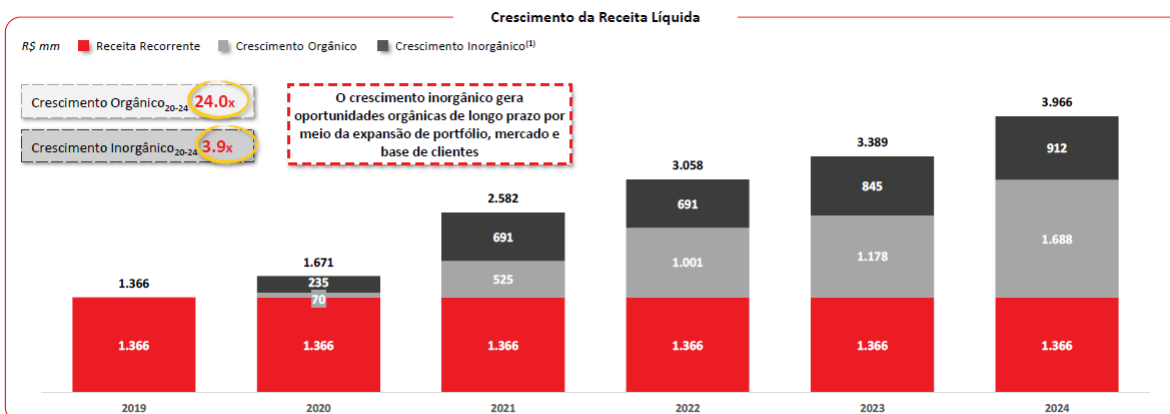
Instituto Hercílio Randon

Além disso, a Companhia também conta com o apoio do Instituto Hercílio Randon (“IHR”) e (ihr.tec.br), a primeira instituição brasileira de ciência e tecnologia voltada ao setor automotivo, criado para reinventar a indústria e construir um futuro em que todos possam mover-se com liberdade, segurança e qualidade de vida.

Com a missão de potencializar, acelerar e compartilhar inovação, o IHR atua por meio da pesquisa científica e do desenvolvimento de tecnologias com foco em eletrônica embarcada, materiais inteligentes e mobilidade.

O IHR é uma instituição privada, sem fins lucrativos apoiada pela Randoncorp, que tem como objetivo principal amparar todas as suas empresas no fortalecimento da cultura de inovação. Atualmente, o IHR conta com uma equipe multidisciplinar de mais de 300 profissionais. Em 2024, foram realizados 40 projetos focados em novas tecnologias disruptivas e sustentáveis, além de ser responsável por apoiar mais de 15 startups e ter depositado 96 patentes, um avanço de 35,2% em comparação a 2023, que foram depositadas 71 patentes.

Expansão consistente de receita por meio de uma estratégia equilibrada de crescimento orgânico e inorgânico



Fonte: Companhia. Nota: (1) Crescimento inorgânico por meio das aquisições de Fremax, Eurobrakes, Nakata e Juratek

Foco em ESG

A Companhia está comprometida com o desenvolvimento sustentável do negócio. As ações são pautadas pelo princípio fundamental que rege toda a gestão: ser uma empresa ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável. A Companhia vem desenvolvendo iniciativas sustentáveis desde 2002, quando seus produtos deixaram de conter amianto. Desde então foram lançadas diversas iniciativas voltadas à sustentabilidade de seu negócio.

I. Linha do tempo das ações ESG da Companhia



A Companhia também seguiu apoiando o Instituto Elisabetha Randon ("IER"), unidade que coordena os programas sociais da corporação voltados para a comunidade. O IER desenvolve suas ações por meio dos programas Vida Sempre, Florescer, Florescer Iniciação Profissional, Ser Voluntário e Memorial Randon, além de projetos financiados por leis de incentivo, iniciativas que refletiram em um investimento total de R\$ 4,7 milhões em 2024. Parte do investimento captado no ano de 2024 foi destinado para a recuperação das famílias dos nossos colaboradores e as comunidades atingidas pela enchente no Rio Grande do Sul no mês de maio. Para saber em mais detalhes das iniciativas da Companhia em conjunto com a Randoncorp acesse o Relatório de Sustentabilidade, disponível em: ri.fraslemobility.com/sustentabilidade.

Para seguir avançando em sustentabilidade, em 2021, juntamente com a Randoncorp, foi lançada a “Nossa Ambição ESG”, que define os pilares estratégicos, compromissos e metas para promover a sustentabilidade do negócio, sendo eles:

- Zerar acidentes graves até 2025;
- Reduzir 40% da emissão de gases de efeito estufa até 2030;
- Zerar a disposição de resíduos em aterro industrial e reutilizar 100% do efluente tratado até 2025.
- Duplicar o número de mulheres em cargos de liderança até 2025; e
- Ampliar a receita líquida consolidada anual gerada por novos produtos até 2025.

A Companhia acredita que o futuro é uma oportunidade de construir o novo, onde a estratégia em sustentabilidade conecta essa construção na busca por soluções e relações geradoras de valor, seguras e cada vez mais sustentáveis. Por isso no ciclo de 2023, a Companhia atuou na atualização da matriz de materialidade que resultou em três novos pilares estratégicos denominados Planeta, Pessoas e Negócios, porém ressalta-se que os compromissos públicos listados acima permanecem como válidos sem prazo definido, com exceção da redução de 40% da emissão de gases de efeito estufa até 2030. Para mais informações sobre o tema vide o item 2.10 deste formulário.

PONTOS FRACOS, OBSTÁCULOS E AMEAÇAS

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados a concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada, conforme itens 4.1, 4.2 e 4.3 deste Formulário de Referência, além dos fatores descritos abaixo, que podem eventualmente afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação.

Tais pontos fracos, obstáculos e ameaças incluem ou podem incluir, entre outras situações, as seguintes:

- ocorrência de incidentes de segurança cibernética, bem como mal funcionamento de seus sistemas, *softwares*, *hardwares*, redes e sistemas de tecnologia;
- falhas nas plantas industriais e equipamentos da Companhia que levem à necessidade de reparos emergenciais, substituição de equipamentos ou realocação de recursos, levando a Companhia a incorrer em custos adicionais;
- dificuldade de operação, falha ou interrupção dos funcionamentos dos centros de distribuição e operações logísticas da Companhia, os quais são necessários para o adequado desempenho de suas atividades e atendimento eficiente de seus clientes;
- relacionamento com os atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços da Companhia;

- incapacidade de realizar aquisições estratégicas, em linha com seu plano de crescimento inorgânico por meio de fusões e aquisições, bem como a dificuldade de obter sinergias operacionais decorrente da integração das operações adquiridas;
- incapacidade de implementar inovações tecnológicas em produtos e serviços, o que pode torná-los obsoletos em comparação aos oferecidos pelos seus competidores;
- ocorrência de desacelerações econômicas e crises globais, as quais afetam de maneira adversa a indústria de veículos comerciais, que é historicamente cíclica;
- dependência de matérias-primas estratégicas, majoritariamente classificadas como commodities internacionais cujos preços e disponibilidade estão sujeitos a oscilações significativas decorrentes de fatores econômicos, geopolíticos e mercadológicos fora do controle da Companhia;
- eventual indisponibilidade e/ou baixa qualidade de matérias-primas adquiridas dos fornecedores da Companhia para fabricação de seus produtos, impactando a capacidade de atendimento e no faturamento da Companhia;
- suscetibilidade a desastres naturais, como enchentes e incêndios, os quais podem afetar as instalações e estrutura de custos da Companhia.

1.3 – Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia segmenta suas atividades buscando atender de forma diferenciada e com agilidade seus principais clientes em dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações, quais sejam:

Segmento de Reposição: refere-se à área de negócio da Companhia dedicada ao fornecimento de produtos para o mercado de reposição de autopeças (*aftermarket*). A Companhia produz e comercializa materiais de fricção, componentes para sistemas de freio, componentes para sistemas de suspensão e *powertrain*, destinados à manutenção e reparo de veículos já em circulação. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2025, o segmento de reposição representou aproximadamente 91% (percentual com base nas receitas) das atividades da Companhia

Segmento de Montadoras: refere-se à área de negócio da Companhia dedicada ao fornecimento de produtos específicos para fabricantes de veículos, conhecidos como montadoras. Estes produtos incluem materiais de fricção, componentes para sistemas de freios e componentes para sistema de suspensão, que são essenciais para a fabricação e funcionamento de veículos. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2025, o segmento de montadoras representa aproximadamente 9% das atividades da Companhia.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita operacional líquida do emissor

(Em R\$ milhares, exceto %)	Período de três meses encerrado em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2025		2024		2023		2022	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Reposição	1.208.252	90,7%	3.507.400	88,4%	2.984.213	88,1%	2.661.910	87,0%
Montadora	123.466	9,3%	458.376	11,6%	404.444	11,9%	396.261	13,0%
Receita operacional líquida	1.331.718	100,00%	3.965.776	100,00%	3.388.657	100,0%	3.058.171	100,0%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A administração da Companhia monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo bruto, e os financiamentos da Companhia (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito da Companhia, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

Da mesma forma, as Despesas Operacionais, Ativos e Passivos não foram divulgados por segmento, pois tais itens são administrados no âmbito da Companhia, não sendo informados de forma segregada ao responsável pela tomada de decisão. Por estas razões, encontra-se evidenciado na tabela abaixo exclusivamente o lucro bruto segregado por segmento divulgado pela Companhia:

(Em R\$ milhares, exceto %)	Período de três meses encerrado em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2025		2024		2023		2022	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Reposição	420.956	92,5%	1.200.363	90,2%	1.029.209	90,4%	812.301	89,9%
Montadora	34.233	7,5%	130.146	9,8%	109.392	9,6%	91.176	10,1%
Lucro Bruto	455.189	100,0%	1.330.509	100,0%	1.138.601	100,0%	903.477	100,0%

1.4 – Produção/Comercialização/Mercados

(a) Características do processo de produção

MATERIAIS DE FRICÇÃO

Pesquisa e Desenvolvimento

A partir dos seus centros de P&D, a Companhia desenvolve processos de produção que conferem tecnologia própria para a fabricação de toda sua linha de produtos de fricção. A exclusividade tecnológica inerente à produção da grande maioria dos produtos é resguardada a partir do seu segredo industrial (*trade secret*). Portanto, a sofisticação por trás de cada produto advém do seu processo de produção e composição química dos materiais.

O desenvolvimento de cada novo produto, compreendendo fórmula e parâmetros de processo de transformação química, é conduzido no centro de P&D localizado em Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul, onde a Companhia conta com mais de 100 profissionais qualificados, entre técnicos, químicos e engenheiros, e uma estrutura de equipamentos de teste e investigação que inclui laboratórios químico, físico e piloto.

Adicionalmente, os produtos da Companhia são testados em um Centro de Testes (Centro Tecnológico Randon, “CTR”), abrangendo 20 pistas dos mais diversos tipos de terrenos (alta velocidade, *off-road* e rampas, VDA e ABS), que, conjuntamente, totalizam aproximadamente 15 quilômetros. Os testes são direcionados ao desenvolvimento de produtos de fricção inovadores e de alta performance, o que pode ser confirmado pelo baixo número de peças reprovadas por milhão de unidades.

Formulação

A formulação de material de atrito resulta da habilidade da Companhia de definir a quantidade exata de cada composto (matéria-prima) que irá compor o material, entre fibras, aglomerantes, atritantes, lubrificantes e cargas minerais. O projeto da formulação do material é uma das etapas de maior concentração de *know-how* desta indústria.

Processo

- **Mistura:** a tecnologia na produção de lonas e pastilhas de freio começa a partir dos parâmetros de processo estabelecidos na mistura das matérias-primas que compõem o material, seguido da definição e controle de tais parâmetros, compreendendo o tipo de equipamento de mistura (balança ou misturador) ou sequência de adição, quantidade, temperatura, velocidade e tempo de mistura dos compostos químicos.

Com relação à produção de pastilhas e sapatas de freio, há ainda a utilização de plaquetas produzidas pela Companhia a partir do aço, por meio do processo de estamparia, que consiste no corte e moldagem de placas de aço conforme especificações técnicas dos sistemas de freio nos quais estes materiais de fricção serão utilizados. Desde 2008, parte dos serviços de estamparia foram integrados no sistema de produção da Companhia, o que possibilitou a verticalização do processo de produção e aumento de competitividade.

- **Moldagem a quente:** concluída a mistura, o composto é prensado em alta temperatura (prensas). Nessa etapa do processo, a utilização de parâmetros adequados de temperatura, pressão específica e sequências de ciclos de ventilação são determinantes para conferir as propriedades desejadas ao material de atrito.
- **Tratamento térmico:** após a moldagem, o composto recebe um tratamento térmico em estufas, e, da mesma forma que nas etapas anteriores, os parâmetros de processo são controlados com rampas de temperaturas e tempo de exposição, para conferir a exata característica desejada no material.
- **Beneficiamento:** findo o processo de transformação química (mistura, moldagem e tratamento térmico), o refinamento final do produto é feito por processo de transformação mecânica, ou beneficiamento. São etapas como corte, retifica, lixamento, chanfragem, perfuração, aplicação de rebaixos, pintura, marcação, testes infravermelhos, montagem de acessórios e embalagem.

MATERIAIS DE NÃO FRICÇÃO

I. COMPONENTES DE DIREÇÃO E CONFORTO

Características de Produto

A produção de componentes de direção e conforto da Companhia é realizada pela sua subsidiária Nakata, a qual acredita ser referência no mercado brasileiro de reposição automotiva, com portfólio voltado para componentes de suspensão, direção e transmissão. Seus produtos são reconhecidos por qualidade, durabilidade e performance, atendendo veículos leves, comerciais, utilitários e motocicletas. A Nakata atua no desenvolvimento, produção e comercialização de seus produtos atende requisitos e normais nacionais e internacionais, incluindo o Selo Inmetro em seus produtos..

Principais famílias de produtos:

- **Suspensão:** amortecedores, barras de reação, bandejas, bieletas, pivôs e molas helicoidais.
- **Direção:** barra de direção, terminais de direção, terminais axiais, caixas de direção hidráulica e mecânica
- **Transmissão:** componentes de cardan, diferencial, cubos de roda, semieixos, juntas homocinéticas, tripeças e tulipas e conjuntos coroa e pinhão para diferencial.
- **Metal-borracha:** coxins de motor, coxins de suspensão, coxins de motor e câmbio e kit amortecedor.
- **Motopeças:** amortecedores, pastilhas de freio, tubo interno e kits de transmissão.

Características Do Processo

A Nakata une fabricação nacional de amortecedores e co-manufaturas, onde a empresa desenvolve integralmente os produtos (do conceito aos testes finais), enquanto a produção física ocorre em fabricantes homologados com exclusividade e especificações técnicas da Nakata.

Principais destaques de processo:

- Produção interna de amortecedores com tecnologia própria e utilização co-manufatura.
- Desenvolvimento técnico completo de produtos.
- Laboratórios próprios de testes e validações.
- Processo industrial orientado à segurança, eficiência, inovação e sustentabilidade.

Principais Materiais e Insumos

A Nakata utiliza matérias-primas e técnicas de alta performance para prover durabilidade e segurança:

- **Metais:** aço carbono/ligado, ferro fundido, alumínio.
- **Componentes:** borrachas técnicas, poliuretano, plásticos de engenharia.
- **Fluidos e gases:** óleo hidráulico, gás nitrogênio (amortecedores).
- **Insumos adicionais:** válvulas, pistões, discos, elementos de vedação.

Vale destacar que as matérias-primas são adquiridas tanto de fornecedores nacionais quanto internacionais, com controle rigoroso de qualidade.

Metodologia de Desenvolvimento de Produto

A Nakata adota uma metodologia estruturada e própria para o desenvolvimento de novos produtos, com foco na frota circulante e nas necessidades do mercado de reposição.

Fases principais:

- Análise de viabilidade: identifica oportunidades a partir da frota e do ciclo de vida das peças e dos veículos.
- Engenharia de desenvolvimento e benchmarking: estudo da peça original, com foco em inovação, conforto e segurança. Melhoria contínua baseado em feedback do mercado.
- Prototipagem e testes: ensaios funcionais, de durabilidade, corrosão, tração e resistência, com padrões rigorosos baseados em normas internas e do Inmetro.
- Ajustes e validação: refinamento e testes de amostras antes do lançamento.
- Preparação de mercado: cadastro, documentação, suporte técnico e início da comercialização.
- Acompanhamento pós-lançamento: monitoramento contínuo de performance e feedback técnico dos produtos oferecidos.

A Nakata foi pioneira no Brasil no uso de amortecedores pressurizados com gás nitrogênio, lançando o Nakata HG em 1984. Essa tecnologia reduz cavitação do óleo, melhora a dirigibilidade e aumenta a vida útil do sistema de suspensão.

II. COMPONENTES PARA SISTEMA DE FREIO

Características do processo

A Companhia dispõe de uma estrutura de centro de pesquisa para desenvolvimento de seus produtos, onde toda as características físicas, químicas e de desempenho podem ser analisadas e testadas para prover alta performance requerida pelo mercado. Além dos profissionais envolvidos nos laboratórios físico de testes em Caxias do Sul (RS) e no Centro Tecnológico Randon, "CTR", abrangendo pistas dos mais diversos tipos de terrenos (alta velocidade, off-road e rampas, VDA e ABS), atualmente a Companhia conta com 31 profissionais atuantes no desenvolvimento de produtos, ferramentas e controle de qualidade.

Especificação da liga

A liga é formulada de modo a prover o padrão esperado e projetado para o produto, seja pela quantidade, elemento químico, propriedades mecânicas e microestruturais. Sendo composta por carga metálica (sucata de ferro fundido, sucata de aço, retomo interno da fundição) e materiais de liga (carbono, silício, manganês entre outros).

Processo:

- **Fusão:** a Companhia dispõe de modernos fornos de indução para fusão e homogeneização da carga. A qualidade da liga está diretamente ligada ao controle do metal líquido, incorporação dos elementos químicos e análises. Nesta etapa são realizados os controles de composição química e análise térmica de solidificação.
- **Preparação de areia:** a preparação da areia de moldagem e macharia é realizada com areia já utilizada no sistema em produção e areia nova. O controle dos parâmetros como temperatura, granulometria, perda ao fogo, módulo de finura são fundamentais para a produção de moldes e machos de qualidade, resistência e precisão dimensional.
- **Moldagem:** a moldagem dos moldes e dos machos é realizada com o preenchimento e cura da areia nas cavidades do modelo, o molde irá conferir toda a forma e dimensão do produto fundido. Este processo é realizado em equipamentos desenvolvidos exclusivamente para a companhia, entregando características dimensionais únicas aos produtos.
- **Vazamento:** após a obtenção dos moldes de areia e a fusão do metal, é realizado o chamado vazamento do metal para dentro dos moldes, neste processo a temperatura, velocidade, pressão e altura de vazamento são controlados para obtenção das características especificadas pela engenharia.
- **Desmoldagem e recuperação de areia:** após o vazamento, as peças solidificam e resfriam nos moldes pelo tempo estabelecido pelo processo. Posteriormente seguem para a desmoldagem, onde as peças são mecanicamente separadas da areia. As peças seguem para o processo de separação dos canais de alimentação e areia é regenerada para seguir para a reutilização em novos moldes.

- **Jateamento de limpeza:** as peças vindas da desmoldagem são separadas por referência e são inseridas no equipamento de jateamento. Este processo é aplicado para remoção de carepa, incrustações e pequenas rebarbas.
- **Pintura:** após as peças passarem pelo processo de limpeza, segue para os equipamentos de pintura onde a tinta é aplicada com controle de camada para efetividade na proteção contra corrosão, processos externos de pintura podem ser aplicados de acordo com requisitos de projeto.
- **Usinagem:** a usinagem é realizada para alcance das dimensões e características geométricas finais. Nesta etapa são executados processos de torneamento, furação, fresamento, escareação, rebarbação, balanceamento, gravação, montagem de acessórios e embalagem. Controles de inspeção de controles dimensionais e geométricos são aplicados em cada operação.

III. CILINDROS E SUAS VEDAÇÕES

Pesquisa e Desenvolvimento

O centro de pesquisa e desenvolvimento (P&D), já mencionado anteriormente, atua como um pilar estratégico para a produção de cilindros e suas vedações, reunindo uma equipe técnica qualificada e infraestrutura laboratorial completa para conduzir testes e validações alinhados às demandas do setor automotivo.

A Companhia atua em estreita colaboração com clientes e parceiros para antecipar demandas de mercado, aprimorando produto e incorporando tecnologias emergentes, como cilindros com novos materiais, para diversas aplicações e com diferentes exigências e desempenhos. A atuação integrada entre P&D e produção permite rápida validação de soluções técnicas e sua escalabilidade para produção em larga escala.

A Companhia atua em estreita colaboração com clientes e parceiros para antecipar demandas de mercado, aprimorando produto e incorporando tecnologias emergentes, como cilindros com novos materiais, para diversas aplicações e com diferentes exigências e desempenhos. A atuação integrada entre P&D e produção permite rápida validação de soluções técnicas e sua escalabilidade para produção em larga escala.

Produtos Hidráulicos

A Companhia, por meio de sua subsidiária Controil, é especialista no desenvolvimento de produtos para sistemas de freios hidráulicos, buscando sempre a segurança e a confiança dos clientes. A Controil produz cilindros mestre, cilindros de roda, cilindros de embreagem, reservatórios fluidos de freio, servo freio e reparo de pinças.

Os componentes hidráulicos são parte essencial do sistema de freio automotivo, atuando diretamente na desaceleração e na parada completa dos veículos. A linha hidráulica desempenha um papel fundamental nesse processo, sendo responsável por transmitir a força necessária para a frenagem de forma precisa e eficiente.

Processo Produtivo

O processo de fabricação é estruturado para assegurar eficiência e repetibilidade. Contendo processos de misturas, injeção/prensagem, usinagem, estampagem e montagem.

- **Misturas:** início do processo para fabricação dos itens poliméricos, no qual há a preocupação por controles de temperatura, tempo e sequência de adição de ingredientes, assegurando dispersão homogênea dos componentes e propriedades físico-químicas estáveis.
- **Vulcanização:** etapa crítica do processo, conduzida sob parâmetros precisos de temperatura e tempo, promovendo a reticulação das cadeias poliméricas e conferindo ao produto as propriedades mecânicas e elásticas necessárias para o atendimento de requisitos e durabilidade.
- **Prensagem e injeção:** responsáveis por toda conformação dos produtos poliméricos, dos quais trazem toda a forma e design de aplicação que se busca nestes *part numbers*.
- **Usinagem:** em uma área fabril paralela, conduzimos todos os processos de usinagem e seus auxiliares, das quais carregam tecnologia e inovação para prover a alta performance em materiais ferrosos e até em novos conceitos que a empresa traz em seu desenvolvimento, com maquinários automatizados e seguros, mantemos todo o controle dimensional de nossos componentes, favorecendo ainda mais a nossa qualidade e a redução de nossas perdas fabris. Processo este munido das melhores ferramentas, capaz de promover os melhores acabamentos e tratativas para que nosso produto final tenha a maior durabilidade em aplicação.
- **Brunimento e beneficiamento:** tratamento superficial, que visa aumentar a dureza do material e reduzir o atrito, proporcionando maior eficiência e resistência ao sistema.
- **Montagem:** momento em que todos os componentes produzidos passam a ser acoplados e unificados para obtenção de um produto Controil. Vale ressaltar que, os produtos são submetidos a testes de estanqueidade capazes de identificar, validando ou não respectivo item para sua aplicação em campo, das quais recebem gravações com a codificação da organização e seu referencial, assim como embalo e armazenamento, provendo a durabilidade e o desempenho esperado de nossas peças.

Controle de Qualidade

Todos os nossos produtos e artefatos passam por rigorosos controles de qualidade, tanto em processo quanto no produto acabado. Monitoramos parâmetros como propriedades mecânicas, de testes e validações com todas as inspeções dimensionais. Além disso, contamos com sistemas de rastreabilidade completos, provendo o controle desde a matéria-prima até o lote final entregue. Possuímos uma cultura de qualidade presente em todas as etapas de fabricação, com auditorias internas regulares, treinamentos técnicos e melhoria contínua dos processos, além da preocupação de motivar nossos colaboradores com as suas qualificações diariamente.

Sustentabilidade

Nosso compromisso com a sustentabilidade está presente em todas as nossas linhas de produtos. Buscamos constantemente a substituição de matérias-primas críticas por alternativas renováveis ou de menor impacto ambiental, bem como a redução do consumo energético em nossos processos internos. Também implementamos práticas de reaproveitamento interno de resíduos em setores da organização, assim como a destinação correta de sobras de produção. Além disso, avaliamos continuamente o ciclo de vida dos produtos, contribuindo para a eficiência e a sustentabilidade da cadeia automotiva como um todo, bem como estudos em desenvolvimento para melhorar o pilar sustentável que a organização carrega na sua gestão.

RISCOS INERENTES AO PROCESSO DE PRODUÇÃO

Para mais informações sobre riscos inerentes ao processo de produção que podem gerar paralisação das atividades, vide o item 4.1 deste Formulário de Referência.

(b) Características do processo de distribuição

O processo de comercialização e distribuição é distinto para cada segmento ou setor:

Segmento de Reposição

As vendas para este segmento são efetuadas para distribuidores de autopeças, que realizam suas compras diretamente de uma estruturada equipe de vendas e pós-vendas situada na sede da Companhia e nos escritórios comerciais de suas controladas que intermediam o relacionamento da Companhia com os distribuidores.

Além disso, através de sua área de *marketing*, a Companhia fornece aos distribuidores catálogos, lista de preços, circulares e outros materiais de propaganda regularmente emitidos, bem como auxilia na montagem de estandes em feiras específicas e auxilia o distribuidor na elaboração de plano de marketing. No mercado doméstico, os produtos da Companhia são revendidos por meio de uma rede de distribuidores formada por mais de dois mil pontos de venda de autopeças (oficinas mecânicas, lojas, frotistas, auto centers e concessionárias), sediados em todos os estados do país. A entrega dos produtos para os distribuidores no Brasil é feita por meio de empresas de logística contratadas pela Companhia que utilizam o modal rodoviário.

No mercado externo, os produtos da Companhia são na sua maioria exportados diretamente do Brasil e China para os clientes internacionais. Contudo, a Companhia também oferece aos seus clientes a comodidade de vendas locais de suas unidades fabris na China, nos Estados Unidos, na Argentina e na Índia ou dos centros de distribuição e escritórios comerciais localizados pelo mundo, onde são desenvolvidos os relacionamentos comerciais.

A entrega dos produtos para os distribuidores situados fora do Brasil é feita por meio de empresas de logística contratadas pela Companhia que utilizam o modal rodoviário ou portuário, quando o modal rodoviário não possui o alcance necessário para realizar a entrega, conforme localização do cliente.

Segmento de Montadoras

Para este segmento a comercialização é direta, tanto para montadoras de veículos como para sistemistas (montadoras de sistema de freios e embreagens). No mercado doméstico, as grandes montadoras e sistemistas realizam suas compras por meio de compras programadas com prazo médio de três meses de antecedência. A Companhia mantém contratos de fornecimento com as principais montadoras do Brasil, por meio dos quais regulam as especificações dos produtos, os preços acordados, as formas de entrega e penalidade em caso de não atendimento.

A entrega dos produtos até os parques industriais das montadoras e sistemistas é feita por meio de empresas de logística contratadas pela Companhia que utilizam o modal rodoviário. No mercado externo, a Companhia utiliza no segmento de montadoras a mesma estrutura comercial e de distribuição utilizada no mercado de reposição, descrita acima.

Setor de Pós-venda - Segmento de Reposição/ Segmento de montadoras

Após a venda dos produtos, a Companhia disponibiliza uma equipe especializada que faz o acompanhamento pós-venda junto aos clientes, por meio de canais telefônicos (por iniciativa do cliente) e roteiro de visitas periódicas (por iniciativa da Companhia). Estes serviços possuem o objetivo de prestar assistência técnica, avaliar e captar as demandas e solicitações dos clientes e instruir sobre o uso correto dos produtos, o que a Companhia acredita representar um importante diferencial competitivo que contribui para fidelização dos clientes e manutenção da qualidade e imagem dos produtos da Companhia perante o mercado.

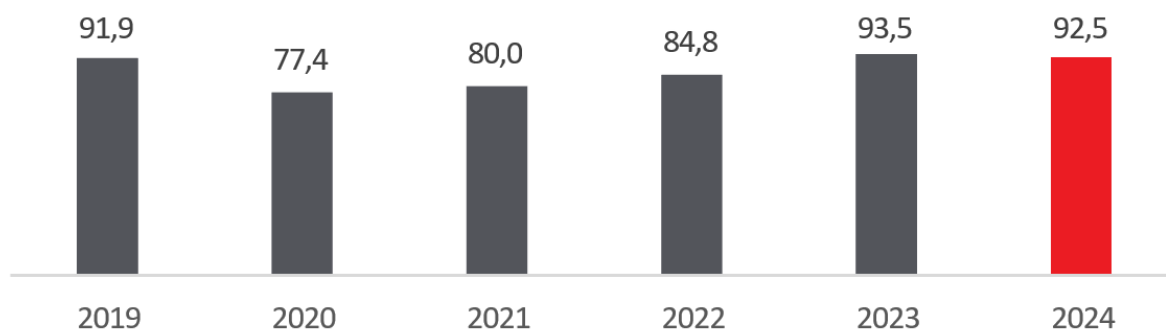
(c) Características dos mercados de atuação, em especial:

Indústria global automotiva

A Indústria automotiva global, vem, ao longo dos anos, sendo remodelada por iniciativas como conectividade, autonomia, serviços sob demanda e eletrificação. Além disso, as alterações na forma de consumo modificaram a dinâmica dos negócios e a cadeia produtiva. De acordo com a Organização Internacional dos Fabricantes de Veículos Automotores ("**OICA**"), houve uma contração de 12% na produção de veículos entre os anos de 2019 e 2021. No entanto, entre 2021 e 2024, pôde-se observar uma recuperação na produção mundial de 15,6%.

Abaixo, seguem informações detalhadas das pesquisas realizadas pela OICA, pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores ("**Sindipeças**"), e pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores ("**Anfavea**").

Número de veículos fabricados (em milhões de unidades)



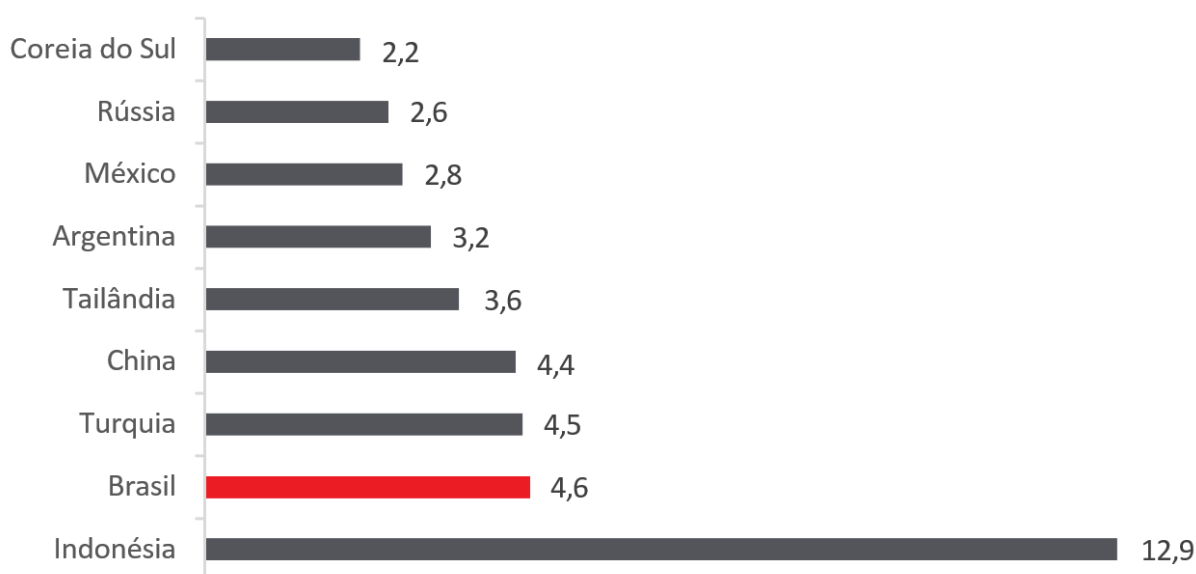
Fonte: OICA, 2024. Vide Website: <https://www.oica.net/category/production-statistics/2024-statistics/>

O Brasil é um forte mercado consumidor da indústria automobilística. Segundo relatório da frota circulante do Sindipeças/Abipeças (<https://www.virapagina.com.br/sindipecas2025/49/>), em 2024 no Brasil contabilizaram-se 48,1 milhões de unidades em circulação, 2,0% maior em comparação com a do ano anterior. Os veículos importados corresponderam a 17,7% desse número. Além disso, em 2024, o Brasil vendeu mais de 2,6 milhões de veículos novos, representando o sexto maior mercado de vendas de veículos do mundo, estando atrás da China, Estados Unidos, Índia, Japão e Alemanha. Adicionalmente, o Brasil ocupa o primeiro lugar da América do Sul e Central.

Mercado mundial de vendas de automóveis: Top 10 países (em milhões de unidades)

O Brasil ainda possui um grande potencial de expansão na categoria de veículos leves, uma vez que o número de habitantes para cada veículo é inferior ao de outros países, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

Número de habitantes por veículo 2020¹



1.Último dado disponível. Fonte: Sindipeças 2025. Vide Website: <https://virapagina.com.br/sindipecas2025/>

INDÚSTRIA BRASILEIRA AUTOMOTIVA

Segundo o Anuário da Indústria Automobilística Brasileira 2025 da Anfavea, há, no Brasil, 26 montadoras, 508 fabricantes de autopeças, 4.215 concessionárias de automóveis e 53 unidades fabris existentes. Ainda, de acordo com a Anfavea, a receita líquida da indústria automobilística atingiu US\$ 74,7 bilhões em 2023, representando um aumento de 7%, quando comparado a 2022, e ainda manteve o Brasil entre os maiores produtores mundiais de autoveículos no mesmo ano em termos de faturamento.

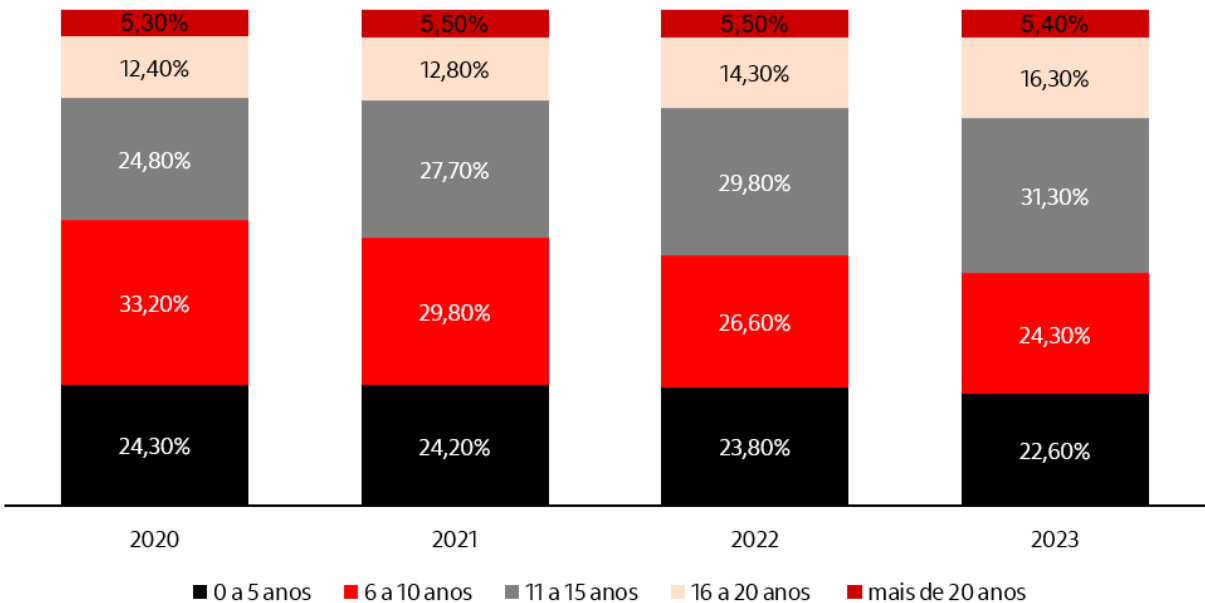
Histórico da Frota Circulante no Brasil (em milhares de unidades)

Setor	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Variação Anual (%) 2024/2023
Automóveis	39.592	39.779	39.848	39.878	39.987	40.301	0,79%
Comerciais Leves	5.313	5.360	5.474	5.544	5.673	5.883	3,69%
Caminhões	1.938	1.955	2.010	2.061	2.091	2.137	2,23%
Ônibus	385	382	378	378	381	385	0,91%
Total	47.227	47.476	47.711	47.861	48.132	48.706	1,19%

Fonte: Anfavea 2025. Vide Website: https://anfavea.com.br/site/wp-content/uploads/2025/04/DIGITAL-ANUARIO-2025altafinal_compressed-1.pdf

Conforme relatório da frota circulante da Anfavea e Sindipeças, em 2024, a frota circulante brasileira considerando automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus cresceu 1,2% em comparação ao ano anterior, atingindo 48,7 milhões de unidades no país. Segundo o relatório, 11 milhões de unidades da frota circulante brasileira possuem uma idade média entre 0 e 5 anos, 11,8 milhões possuem idade média entre 6 e 10 anos, 15,2 milhões de 11 e 15 anos, 7,9 milhões de 16 e 20 anos, e, 2,6 milhões possuem idade média maior que 20 anos.

Histórico da idade média da frota circulante no Brasil (em milhões)



Fonte: Sindipeças 2025. Vide Website: https://www.sindipeças.org.br/sindinews/Economia/2025/Frota_Circulante.pdf

De acordo com o Anuário da Indústria Automobilística Brasileira 2025 da Anfavea, a capacidade de produção anual de autoveículos atualmente ultrapassa 4,5 milhões de unidades, enquanto em 2024, foram produzidos somente 2,6 milhões de autoveículos novos, entre nacionais e importados, considerando automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. A tabela abaixo mostra a tendência da produção brasileira, no período de 2020 a 1T25 UDM¹

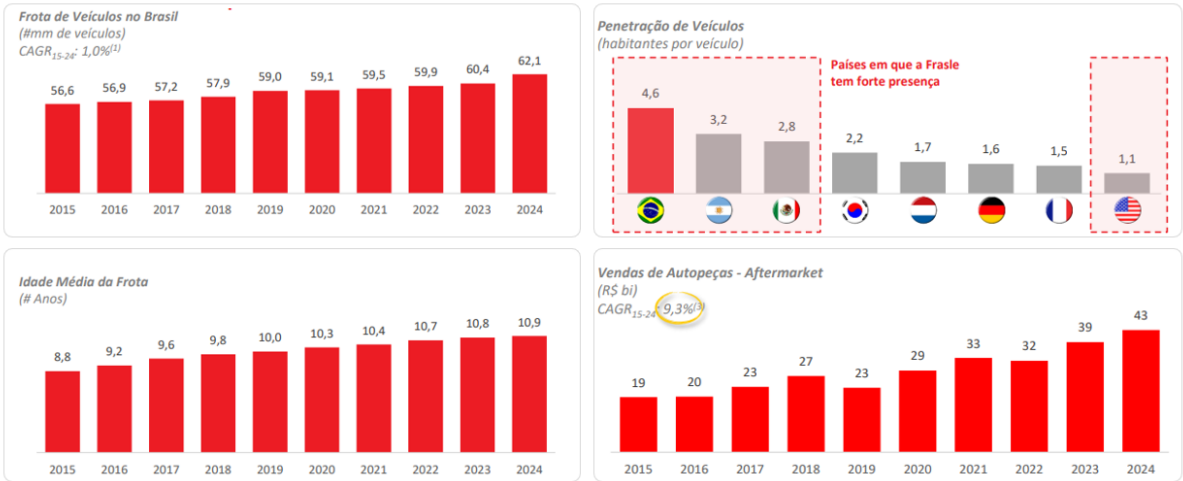
Produção total de autoveículos no Brasil (em milhares)

Sector	2020	2021	2022	2023	2024	1T25 UDM	Varição Anual (%) 2024/2023	Varição Anual (%) 1T25 UDM /2024
Automóveis	1,607	1,708	1,825	1,782	1,895	1,958	6.34%	3.32%
Comerciais Leves	298	363	351	422	486	518	15.17%	6.62%
Caminhões	95	165	169	112	149	152	33.04%	1.96%
Ônibus	21	21	35	24	31	32	29.17%	3.02%
Total Autoveículos	2,020	2,256	2,380	2,339	2,561	2,660	9.49%	3.87%

Fonte: Anfavea 2025. Vide Website: https://anfavea.com.br/site/wp-content/uploads/2025/04/DIGITAL-ANUARIO-2025altafinal_compressed-1.pdf

MERCADO BRASILEIRO DE AUTOPEÇAS

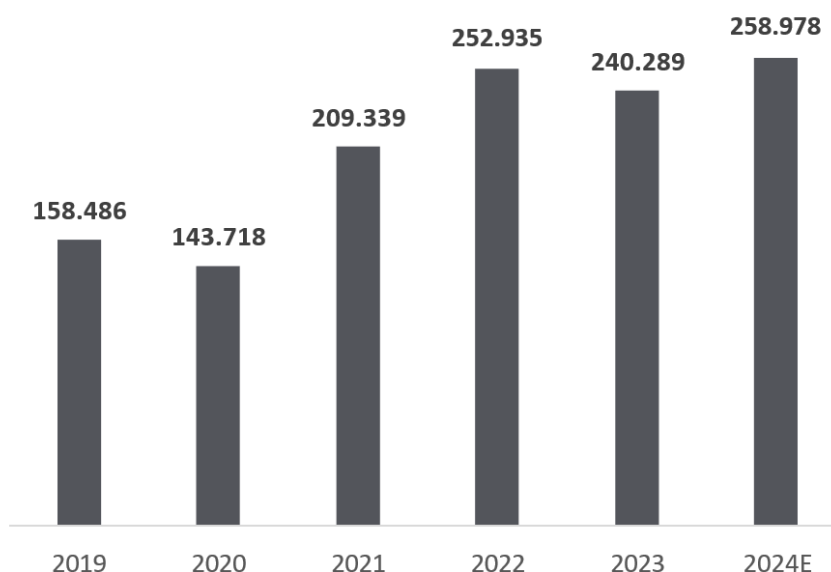
O Brasil se destaca por apresentar uma elevada penetração de veículos na população, à frente de outros países da América Latina onde a Fras-le também possui presença relevante. Apesar de ser uma economia emergente, o país já conta com um mercado automotivo maduro, o que cria uma base sólida para a demanda por peças de reposição.



Fonte: Sindipeças, OICA

¹ Fonte: Anfavea. Vide Website: <https://anfavea.com.br/site/edicoes-em-excel/>

Faturamento nominal (em R\$ milhões)

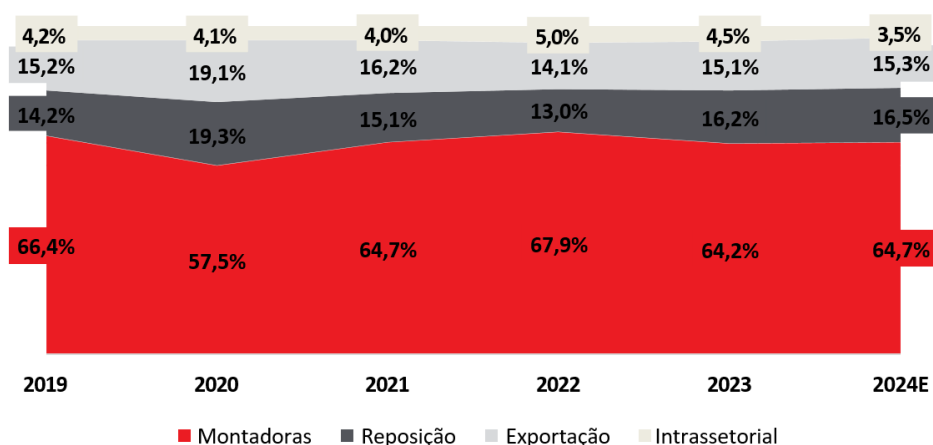


2024E: Estimativa de faturamento (em milhões) de 2024.

Fonte: Sindipeças (2025). Vide <https://virapagina.com.br/sindipecas2025/7/>

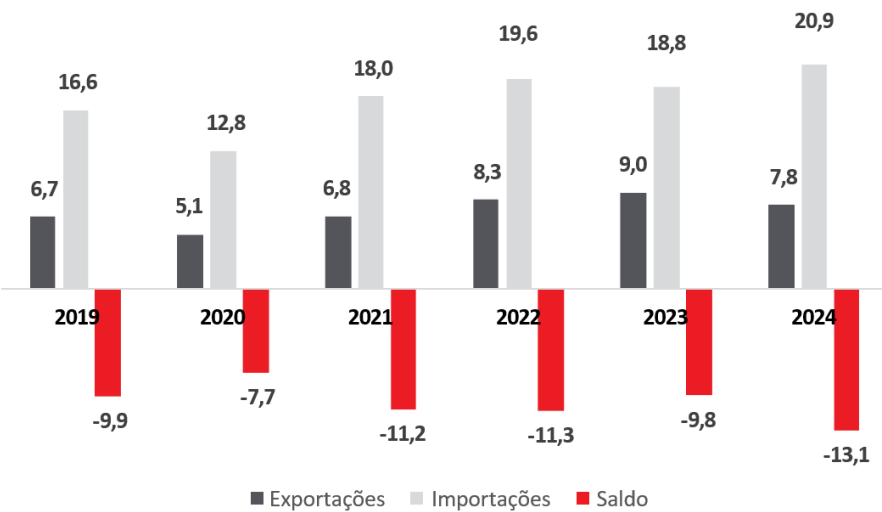
Ainda, conforme anuário Sindipeças, as vendas para montadoras representam a maior parte do faturamento do setor, tendo entre 2019 e 2024E registrado em média 64,2% do total, seguida por vendas para o setor de reposição, o segundo mercado mais importante para autopeças, com 16,5% de representatividade projetada para 2024E e 15,7% na média do período analisado.

Distribuição do faturamento por segmento de venda no mercado de autopeças(%)



Fonte: Sindipeças (2025). Vide Website: <https://virapagina.com.br/sindipecas2025/14/>

Balança comercial do setor de autopeças (em bilhões de US\$ FOB)



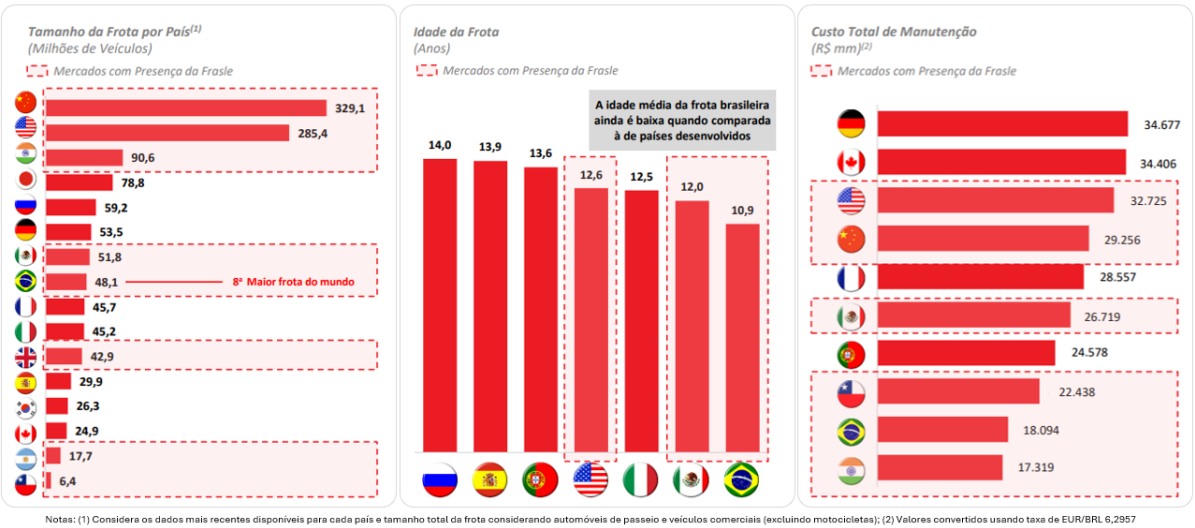
Fonte: Sindipeças (2025). Vide Website: <https://virapagina.com.br/sindipecas2025/38/>

Embora a balança comercial do setor apresente déficit nos últimos anos, o saldo negativo teve seu pico registrado em 2024, quando apresentou valor negativo de US\$ 13,1 bilhões.

Entre os anos de 2023 e 2024 o principal destino das exportações brasileiras foram a Argentina e os Estados Unidos, somando 51,9% e 52,1%, respectivamente. Quanto à origem das importações, destaca-se a China, com 16,0% e 18,5% de representatividade no período apresentado, bem como Estados Unidos e Alemanha, em segunda e terceira principais origens das importações de autopeças.

Principais destinos de exportações e origem das importações de autopeças

O mercado automotivo global apresenta dinâmicas distintas entre os países, refletindo diferentes estágios de maturidade, perfis de frota e estruturas de custo. O tamanho da frota em circulação é um indicador fundamental da relevância de cada mercado, pois está diretamente ligado ao potencial de consumo de peças e serviços de manutenção. A Fras-le Mobility está presente nos principais mercados do mundo, o que reforça sua exposição a contextos diversos e com alto potencial de reposição.



Fonte: Fontes: Sindipeças, ACEA, Autocosts

US\$ milhões	2023	2024
Total de exportações	9.014,2	7.854,3
Argentina	36,7%	34,6%
Estados Unidos	15,2%	17,5%
México	10,0%	11,8%
Alemanha	6,8%	5,1%
Chile	2,7%	3,2%
Colômbia	3,1%	2,6%
Paraguai	1,6%	2,1%
Peru	1,5%	2,1%
Guiana	1,0%	1,9%
Itália	1,8%	1,6%
Outros	19,6%	17,5%

US\$ milhões	2023	2024
Total de importações	18.775,9	20.934,1
China	16,0%	18,5%
Estados Unidos	12,7%	10,7%
Alemanha	9,6%	9,0%
Japão	8,6%	8,3%
México	7,2%	7,6%
Itália	5,5%	4,7%
Coreia do Sul	4,7%	4,5%
Suécia	3,6%	4,1%
Argentina	4,6%	4,0%
França	3,7%	3,8%
Outros	23,8%	24,8%

Fonte: Sindipeças (2025). Vide Website: <https://virapagina.com.br/sindipecas2025/41/>

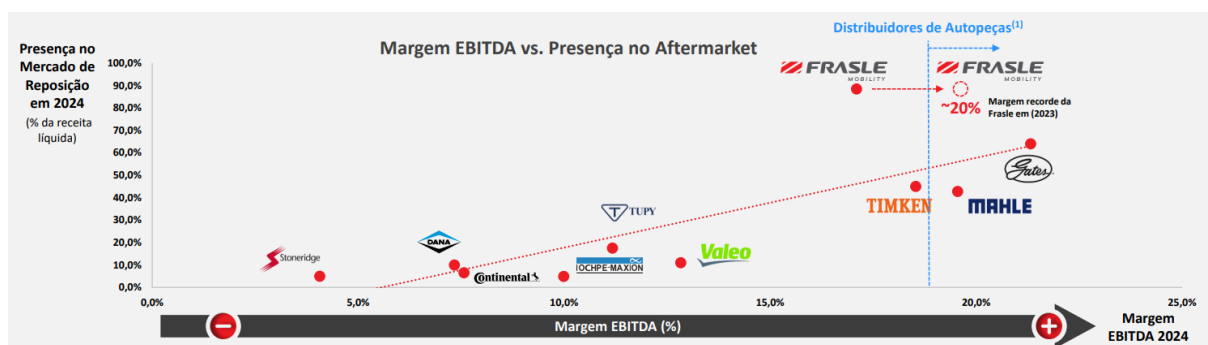
Licenciamento de autoveículos novos (000')

Conforme apresentado na tabela abaixo, houve um declínio no licenciamento de novos autos veículos entre 2010 e 2024. A queda traz cada vez mais em evidência o envelhecimento da frota de veículos no Brasil. Como consequência, a Companhia acredita em um mercado crescente para fabricantes e distribuidores de autopeças, uma vez que esses veículos adicionais exigem peças de reposição e serviços de reparo nos próximos anos.

ANO	Automóveis (000')	Comerciais Leves (000')	Caminhões (000')	Ônibus (000')	Total (000')
2010	2.857	472	158	28	3.515
2011	2.902	524	173	35	3.633
2012	3.115	519	139	29	3.802
2013	3.041	539	155	33	3.767
2014	2.795	539	137	27	3.498
2015	2.123	358	72	17	2.569
2016	1.688	300	51	11	2.050
2017	1.857	319	52	12	2.240
2018	2.102	373	76	15	2.566
2019	2.262	404	101	21	2.788
2020	1.616	339	90	14	2.058
2021	1.558	419	129	14	2.120
2022	1.577	384	127	17	2.105
2023	1.721	459	108	20	2.309
2024	1.949	539	125	22	2.635

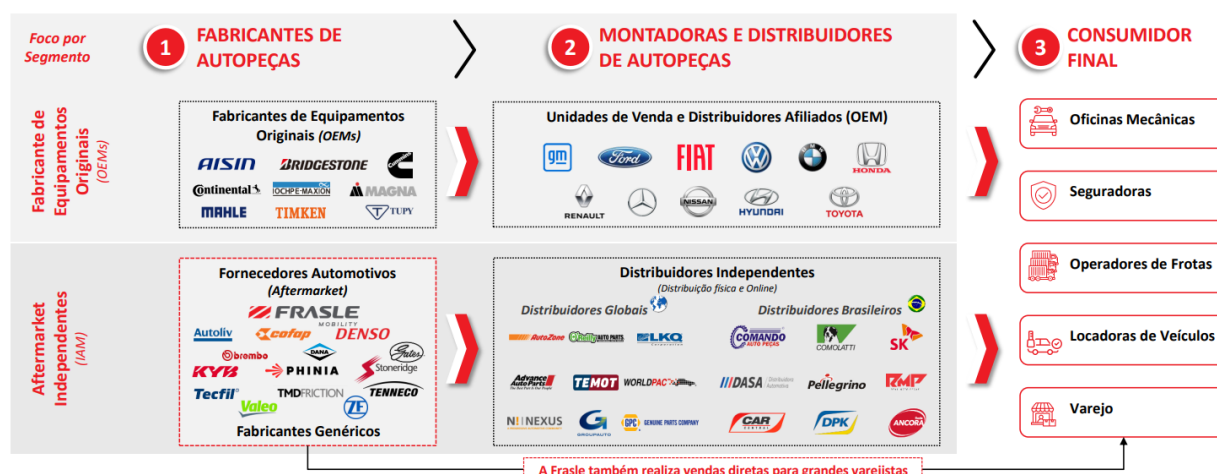
Fonte: Anfavea (2025) Vide Website: <https://anfavea.com.br/site/anuarios-2/>

O mercado de reposição representa uma das frentes mais estratégicas para a Companhia, combinando estabilidade, rentabilidade e potencial de expansão. Trata-se de um setor historicamente resiliente, com receitas menos sensíveis a ciclos econômicos, o que proporciona previsibilidade e solidez financeira ao negócio. A Companhia se beneficia de uma posição de liderança consolidada nesse segmento, que, além de apresentar margens mais elevadas em comparação a outras linhas, oferece forte geração de caixa e alta rentabilidade, esses quais são fatores essenciais para sustentar o crescimento e financiar novas iniciativas.



Fonte: Companhias. Nota: (1) Considera a margem EBITDA média de distribuidores de autopeças listados no apêndice

O mercado de reposição também se destaca por suas diversas avenidas de crescimento. A expansão pode ser acelerada por meio de uma combinação estratégica de internacionalização, crescimento orgânico e um robusto histórico de M&As (Merger and Acquisitions). A Companhia já demonstrou capacidade de executar com sucesso operações de aquisição, aplicando um playbook comprovado que permite escalar plataformas, integrar operações e capturar sinergias relevantes ao longo do tempo. Além disso, trata-se de um setor que exige baixos níveis de investimento em capital, o que maximiza o retorno sobre os recursos alocados e permite um crescimento mais ágil e eficiente.



Fonte: Companhia.

Através de estudos estatísticos, com base em informações obtidas pelas equipes comerciais da Companhia, por seus representantes e associações e sindicatos do setor automotivo, entre outros, a Companhia consegue realizar o acompanhamento do seu *market share*, bem como identificar os mercados potenciais e a partir desta identificação, definir estratégias e formas de atuação. Essas análises são realizadas por linha de produtos: pastilhas de freio, lonas de freio, sapatas, disco de freio, tambor de freio, cilindro de roda, cilindro mestre, servo freio, amortecedores. Abaixo o *market share* de reposição do mercado doméstico referente ao exercício social encerrado em 2024:

Adicionalmente, os principais concorrentes da Companhia são:

- **Fricção:** TMD Friction do Brasil S.A. (Cobreq), Syl Sistema de Freio, Hi-Q, Thermoid S/A Materiais de Fricção, TMD Friction, Duroline S.A., Akebono Brake Corporation, Nisshinbo Holdings Inc., Bosch.
- **Componentes para Sistema de Freio:** Textar, Hipper freios, TRW Automotive, ZF TRW, YUSIN, Katho Auto Partes, Brembo, Brembo S.p.a.
- **Componentes para Sistema de Suspensão, Direção e Powertrain:** Cofap, KYB, GSP, Federal Mogul Corporation, Driv, Marelli, Bosch.

(d) Eventual sazonalidade

Não há sazonalidade relevante nos mercados em que a Companhia atua em razão da sua ampla gama de portfólio e presença geográfica distribuída.

(e) Principais insumos e matérias primas, informando:

Os principais insumos e matérias-primas utilizados no processo de fabricação dos materiais de fricção, componentes para sistema de freio e de suspensão, direção e *powertrain* produzidos pela Companhia são:

- i) Metálicos (alumínio, aço plano, sucata de ferro, ferro fundido, ferro gusa, fundidos e forjados).
- ii) Aglomerantes (resinas fenólicas, borrachas etc.);
- iii) Fibras orgânicas e inorgânicas dos mais variados tipos (fibra de aramida, de vidro, de carbono);
- iv) Abrasivos (óxido de alumínio, silicato de zircônio, óxido de cromo);
- v) Lubrificantes (grafites e sulfetos);
- vi) Modificadores de atrito (sulfato de bário, carbonato de cálcio, vermiculita); e

A Companhia adquire suas matérias-primas de grandes fornecedores, nacionais e internacionais, firmando contratos em reais, moeda estrangeira, principalmente o Dólar norte americano, ou em reais vinculados ao Dólar norte americano. Para as principais matérias-primas, a Companhia possui, no mínimo, dois fornecedores nacionais ou internacionais previamente aprovados, além de conduzir um programa de capacitação e desenvolvimento de novos fornecedores, no qual são avaliados itens como qualidade da matéria-prima, agilidade na entrega e preço. A Companhia não mantém contratos de fornecimento de longo prazo ou com exclusividade e realiza as compras de seus insumos conforme sua necessidade e planejamento. No segmento de montadoras, a Companhia assume ainda a obrigação de cadastrar previamente seus fornecedores junto aos seus clientes.

Na data deste Formulário de Referência, a relação da Companhia com seus fornecedores não estava sujeita ao controle ou regulamentação governamental e não havia dependência relevante de fornecedores para nenhuma das matérias primas utilizadas. Adicionalmente, a Companhia é integrante do conglomerado econômico da Randoncorp, um dos maiores consumidores de aço do Brasil, e, portanto, se beneficia de ganhos de escala na negociação para aquisição desta matéria-prima.

As matérias-primas adquiridas no Brasil chegam às unidades fabris da Companhia por meio de empresas de transporte contratadas pela Companhia que utilizam o modal rodoviário. Com relação às matérias-primas provenientes do exterior, chegam ao Brasil principalmente pelo modal portuário sob responsabilidade do fornecedor, e, a partir do porto, são transportadas por operadores logísticos contratados pela Companhia, também pelo modal rodoviário. No que tange às unidades fabris da Companhia localizadas no exterior, as matérias-primas são adquiridas de fornecedores próprios, de forma a otimizar o controle de custos, velocidade do fornecimento e qualidade dos produtos adquiridos.

No segmento de montadoras, os contratos firmados pela Companhia preveem reajustes no preço de seus produtos conforme variação do preço de commodities, principalmente o aço e derivados do petróleo. No segmento de reposição não há volatilidade nos preços. Adicionalmente, no mercado externo, apesar de não haver volatilidade nos preços dos produtos da Companhia, flutuações na cotação do Dólar norte americano em relação ao Real causam volatilidade nas margens de contribuição dos produtos da Companhia.

1.5 – Principais clientes

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Grupo Comolatti (Companhia Brasileira de Distribuição Automotiva S.A.) representou 10,3% (R\$ 409.550 mil) das receitas da Companhia.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2025, nenhum cliente da Companhia representou, individualmente, mais de 10% das receitas da Companhia.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

As receitas provenientes do cliente Grupo Comolatti são consideradas no segmento de reposição.

1.6 – Efeitos relevantes da regulação estatal

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da Companhia no Brasil não exigem licenças ou autorizações governamentais especiais, além daquelas normalmente exigidas pela legislação para atividades potencialmente poluidoras e, por isso, a Companhia não considera relevantes os efeitos regulatórios da ação governamental nos seus negócios. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possuía todas as licenças necessárias para o desenvolvimento das suas atividades.

Tríplice responsabilidade ambiental

A tutela ao meio ambiente tem expressa previsão na Constituição Federal, tendo o caráter de direito fundamental e indisponível (artigo 225, caput), sendo também fixada a responsabilidade ambiental por condutas lesivas ao meio ambiente (artigo 225, §3º), nas esferas civil, penal e administrativa, independentes entre si. Assim, em nosso ordenamento jurídico, a ocorrência de um mesmo evento ou fato que cause degradação ambiental pode ensejar a responsabilidade (i) administrativa, que envolve sanções previstas no Decreto nº 6.514/08 e na Lei nº 9.605/98 (“Lei de Crimes Ambientais”), incluindo multa, embargo e suspensão da atividade; (ii) civil, que consiste na obrigação de reparar o dano causado ao meio ambiente por meio de medidas reparatórias, compensatórias e indenizatórias; e (iii) criminal, de acordo com o previsto na Lei de Crimes Ambientais.

Diz-se que as três esferas de responsabilidade mencionadas acima são “distintas e independentes” porque, por um lado, uma única ação do agente pode gerar responsabilização ambiental nas três esferas, com consequências diversas. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não necessariamente isenta o agente da responsabilidade nas demais.

Responsabilidade Administrativa Ambiental

No que se refere à responsabilidade administrativa ambiental, a Lei de Crimes Ambientais, regulamentada pelo Decreto n.º 6.514/2008, dispõe, nos termos de seu artigo 70, que toda ação ou omissão que importe na violação das regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental.

De acordo com a legislação brasileira, mais especificamente com o Decreto federal n.º 6.514/2008, as infrações administrativas podem ser punidas com advertência; multa simples no valor de, no mínimo R\$50,00 (cinquenta reais) e, no máximo, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); multa diária; apreensão dos produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; destruição ou inutilização do produto; suspensão de venda e fabricação do produto; embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; demolição de obra; suspensão parcial ou total das atividades; suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

Responsabilidade Civil Ambiental

A responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente e a terceiros está prevista no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal, bem como é delineada pela Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal n.º 6.938/1981, em seu artigo 14, parágrafo 1º, que instaura a responsabilidade objetiva, extracontratual e solidária na matéria, ou seja, aquela que independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade com a atividade para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental. O empreendedor, independentemente da existência de culpa deverá indenizar e/ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros. Dessa maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída, a quem for responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental. As obrigações ambientais possuem natureza *propter rem* e, portanto, acompanha o bem, podendo atingir o proprietário independentemente de ter sido ele o causador do dano, nos termos do Tema Repetitivo 1204 e da Súmula 623 do Superior Tribunal de Justiça.

Ademais, a responsabilidade civil ambiental é solidária entre os agentes causadores do dano ambiental, sendo atribuída aos responsáveis, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, inciso IV, da Política Nacional do Meio Ambiente). De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental total, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano ambiental, com base nos princípios que regem o direito ambiental brasileiro.

Dessa forma, a contratação de terceiros para proceder qualquer serviço nos estabelecimentos da Companhia ou fora deles, não isenta a Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais por eles causados, caso estes não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais. A legislação ambiental prevê, ainda, que poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente (artigo 4º da Lei de Crimes Ambientais). A jurisprudência tem entendido que a insuficiência de bens para reparar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e/ou a terceiros é fato suficiente para a desconsideração da personalidade jurídica. Ademais, a responsabilidade pela reparação de danos ambientais na esfera civil é imprescritível, conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal (RE 654.833).

Responsabilidade Criminal Ambiental

Do ponto de vista criminal, a Lei de Crimes Ambientais prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Tal lei prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado; ou (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

A Lei de Crimes Ambientais sujeita as pessoas físicas a penas restritivas de direito e/ou privativas de liberdade na medida da sua contribuição ou omissão para ocorrência do crime. Por sua vez, a pessoa jurídica está sujeita, de forma isolada, cumulativa ou alternativa às seguintes penas: restritivas de direito (suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade ou proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações), prestação de serviços à comunidade e multa.

Licenciamento ambiental

O uso racional dos recursos naturais e o exercício de atividades com potencial de impacto para o meio ambiente estão submetidos à autorização e fiscalização estatal, exercida nos termos da lei e de sua regulamentação, que é específica para cada tipo de recurso natural ou de atividade.

A Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/81) prevê, como um de seus instrumentos, o licenciamento ambiental, de modo que a concepção, construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos naturais e/ou considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças, autorizações e registros legalmente exigíveis, o qual estabelecerá as condições, restrições e medidas de fiscalização do empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental compreende, como regra, um sistema trifásico, no qual cada licença é emitida por um determinado período de validade e sua renovação ou emissão da licença subsequente restam condicionadas ao efetivo cumprimento das respectivas exigências técnicas estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. O licenciamento trifásico abrange a emissão sequencial das seguintes licenças: Licença Prévia ("LP"), Licença de Instalação ("LI") e Licença de Operação ("LO"). A realização de audiência pública para apresentação de informações sobre o projeto para a comunidade pode ser obrigatória para o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades de significativo impacto ambiental. O licenciamento ambiental pode ensejar o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada de comunidades tradicionais potencialmente impactados pelo empreendimento, bem como a intervenção dos órgãos competentes para a tutela desses direitos (ex: FUNAI) no âmbito do processo de licenciamento.

Em regra geral, as licenças ambientais possuem validade por período definido na licença e deverão ser periodicamente renovadas perante os respectivos órgãos ambientais licenciadores, para garantia da regularidade da atividade desenvolvida. De acordo com a Lei Complementar nº 140/2011, a renovação da licença ambiental deve ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, para que esse fique automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental. Vale ressaltar, contudo, que os Estados e Municípios têm autonomia para determinar prazos diferentes do previsto pela legislação federal para a renovação de licenças e autorizações ambientais de sua competência.

Os documentos são protocolados nos prazos estabelecidos e eventualmente ocorrem atrasos na emissão dos documentos, sem prejuízo para as atividades da Companhia, uma vez que o documento anterior continua válido até o recebimento do novo. A Companhia entende possuir um histórico de sucesso na obtenção e renovação das licenças relacionadas acima, envidando seus melhores esforços para atuar em consonância com a legislação brasileira vigente.

A demora ou indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia.

A competência para o licenciamento ambiental é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal e Municípios, nos termos da Lei Complementar nº 140/2011 e da Resolução CONAMA nº 237/2007, no que não revogada ou contrária à Lei Complementar nº 140/2011. Para os empreendimentos de impacto ambiental supra regional ou realizados em áreas de interesse ou domínio da União, a competência para licenciar é atribuída ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"). Com exceção dos casos em que o licenciamento ambiental está sujeito à competência federal, bem como os casos de impacto local sujeitos à competência dos municípios (empreendimentos com impacto local, desde que os municípios possuam convênio firmado com o Estado para o exercer o licenciamento), o órgão estadual é responsável pelas análises das atividades e emissão de licenças ambientais, bem como pela imposição de condições, restrições e medidas de controle pertinentes.

Eventual descumprimento de licenças, autorizações, permissões e registros dos órgãos ambientais competentes ou a operação em desacordo com suas condicionantes sujeitam o infrator a sanções criminais e administrativas, além da obrigação de recuperar e/ou indenizar eventuais danos causados ao meio ambiente.

No âmbito administrativo, as multas por tais ilícitos variam entre R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), além de outras penalidades como advertência, embargos, demolição, fechamento temporário ou permanente do empreendimento ou suspensão das atividades, conforme estabelecido no Decreto Federal n.º 6.514/2008.

Outorga de recursos hídricos

A Lei Federal nº 9.433/1997 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos ("PNRH") estabelece que os usos de recursos hídricos estão sujeitos à outorga de direito de uso por parte do Poder Público, seja para a captação de um corpo d'água (ainda que de poço artesiano e/ou para consumo público), ou para o lançamento em corpo d'água, de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.

De acordo com a PNRH, considera-se infração administrativa a execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos sem a respectiva outorga do direito do uso de recursos hídricos, ou pelo não atendimento das condicionantes nela impostas. Tais condutas ensejam a aplicação de penalidades, dentre as quais advertência, multa diária e/ou multa simples proporcional à gravidade da infração, sendo que em ambas, os valores aplicados podem variar de R\$100,00 (cem reais) a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), além de embargo provisório ou definitivo.

Tais sanções podem ser aplicadas independentemente da eventual necessidade de reparação de danos ambientais, como, por exemplo, no caso de o lançamento de efluentes fora dos padrões ensejar a poluição do corpo d'água, ou sanções criminais no caso de poluição ou uso de recursos hídricos sem a devida autorização.

Gerenciamento de resíduos sólidos

Nos termos da Lei Federal nº 12.305/2010, empresas que geram resíduos sólidos são responsáveis pelo seu correto armazenamento, transporte e destinação final. A depender das atividades e da quantidade de resíduos gerada, os órgãos ambientais exigem que as empresas preparem um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ("PGRS"), com a descrição da geração, manuseio, tratamento, estocagem, transporte, venda e destinação de quaisquer resíduos gerados pela empresa, com a indicação dos respectivos locais de disposição final (depósitos/aterros/incineradores).

A contratação de terceiros para realização de quaisquer das etapas de gerenciamento dos resíduos sólidos gerados pela Companhia não a exime de responsabilidade, sobretudo na esfera civil (dever de reparar e indenizar), caso esses prestadores de serviço causem danos ao meio ambiente e/ou a terceiros no exercício de suas atividades. Nesses casos, a Companhia pode ser considerada solidariamente responsável com tais prestadores de serviços pela recomposição e/ou indenização dos danos causados ao meio ambiente e a terceiros e também estaria exposta na esfera administrativa e criminal, a depender do seu envolvimento nos atos questionados.

Dessa forma, é fundamental que haja uma gestão conjunta de riscos inerentes a todos os envolvidos no desenvolvimento da atividade, de modo a minimizar os riscos que possam surgir em virtude de eventual responsabilização solidária. Afora isso, a inobservância das regras de gerenciamento de resíduos pela própria Companhia pode causar poluição ambiental, expondo-a a sanções administrativas, civis e criminais.

A Companhia deve observar normas atinentes ao gerenciamento de resíduos sólidos e possui Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para tanto. Caso descumpra as regras vigentes, estará sujeita, sobretudo, a sanções administrativas (e.g. incluindo dificuldades ou impossibilidade de obter licenças ambientais). No âmbito administrativo, condutas relacionadas ao lançamento de resíduos sólidos em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou atos normativos, o descumprimento de obrigação prevista no sistema de logística reversa ou à conduta de deixar de manter atualizadas e disponíveis aos órgãos municipais competentes informações completas sobre a operacionalização do PGRS sob sua responsabilidade são consideradas infrações administrativas, passíveis de multas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), nos termos dos arts. 61 e 62 do Decreto Federal n. 6.514/2008.

Áreas Contaminadas

De acordo com a legislação ambiental brasileira, o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. São consideradas áreas contaminadas aquelas em que comprovadamente houve poluição ocasionada pela disposição, acúmulo, armazenamento ou infiltração de substâncias ou resíduos, implicando impactos negativos sobre os bens a proteger.

Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade caracteriza infração administrativa passível de multa de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na esfera administrativa, além de crime ambiental e da obrigação de reparar o meio ambiente.

Em âmbito federal, a Resolução nº 420/2009 do CONAMA dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas em decorrência de atividades antrópicas.

Vale destacar que a responsabilidade civil ambiental relacionada à remediação da contaminação do solo e das águas subterrâneas é objetiva e solidária, além de ser considerada como uma obrigação propter rem (ônus que acompanha o imóvel). As contaminações de solo e/ou de águas subterrâneas representam passivos ambientais que devem ser administrados com cautela, uma vez que a pretensão reparatória do dano ambiental é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo.

A descoberta de contaminação exige providências por parte dos agentes governamentais, das entidades causadoras do dano ambiental e dos proprietários envolvidos. Deverão ser aplicadas medidas corretivas e efetiva remediação visando estabelecer níveis de qualidade compatíveis com um determinado uso futuro, o que pode ensejar o desembolso de despesas significativas. Feita a remediação, segue-se o monitoramento dos resultados obtidos por período de tempo a ser definido pelo órgão ambiental. Os resultados do monitoramento indicarão a eficiência da remediação. Eventuais restrições de uso decorrentes de contaminação anteriormente existente e que sejam verificadas após a remediação de áreas desativadas devem ser tornadas públicas, por meio da averbação no registro de imóveis competente.

A Companhia desenvolve atividades em áreas consideradas suspeitas de contaminação e com potencial de contaminação. Dessa forma, deve cumprir obrigações relacionadas à elaboração de estudos técnicos periódicos para monitoramento de tais áreas e pode ser demandada a implementar medidas de remediação, caso confirmada a existência de contaminação nesses imóveis.

Outras regulamentações aplicáveis

Por fim, as atividades desenvolvidas pela Companhia estão sujeitas ao registro junto ao órgão de classe, nos termos da Lei nº. 6.839/1980 e, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia detinha o Certificado de Regularidade de Registro e Responsabilidade Técnica válido emitido pelo Conselho Regional de Química - CRQ.

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia ("INMETRO") publicou a Portaria nº 55, de 30 de janeiro de 2014, revista em 21 de julho de 2011 ("Portaria nº 55") com o regulamento que define os requisitos mínimos de segurança para a fabricação, importação e venda de materiais de atrito destinados ao uso em freios de veículos rodoviários automotores no mercado de reposição.

Conforme a Portaria nº 55, o prazo estipulado para os fabricantes adequarem suas produções é até 28 de janeiro de 2016, onde o material de atrito usado nos sistemas de freios a disco ou a tambor de veículos rodoviários automotores deverão ser fabricados e importados somente em conformidade com os requisitos aprovados e devidamente registrados no referido órgão. Ou seja, todas as pastilhas e lonas de freios para veículos leves, comerciais e rebocos fabricados no Brasil ou importados deverão ter o selo de identificação da conformidade do Inmetro e serem aprovadas em requisitos específicos, tais como, cisalhamento, dilatação e crescimento, compressibilidade a quente, compressibilidade a temperatura ambiente e detecção de asbestos.

No mês de agosto de 2015, a Companhia obteve a certificação de seus produtos, pastilhas e lonas de freio e sapatas, conforme a Portaria nº 17, de 29 de janeiro de 2015, e a Portaria nº 55, de 13 de março de 2019, ambas do INMETRO. Com o portfólio já certificado, a empresa atesta seu compromisso reforçado na visão, missão e negócio, em produzir itens de segurança que garantam frenagens seguras e eficientes aos veículos zelando por processos industriais que assegurem a eficiência e qualidade do produto final.

A autorização para uso do Selo de Identificação da Conformidade é concedida depois de cumpridos todos os requisitos exigidos e deve ser impresso, de forma clara, legível e indelével no corpo dos conjuntos lona e pastilha de freio e/ou nas embalagens.

Regulamentação Imobiliária

A operação normal dos estabelecimentos da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e licença do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em determinados municípios, a comprovação da regularidade da edificação do ponto de vista urbanístico e construtivo também é exigida, de modo que deve existir um habite-se válido para a edificação. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possuía todas as licenças e alvarás dos seus estabelecimentos.

Em relação a todos os locais que ocupa para o exercício de sua atividade, a Companhia deve obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

As controladas da Companhia ocupam imóveis por meio de contratos atípicos de locação, regidos pelo artigo 54-A da Lei 8.245/91 ("Lei de Locações") no qual está previsto que na locação não residencial de imóvel urbano em que o locador procede à prévia aquisição, construção ou substancial reforma do imóvel especificado pelo pretendente à locação, prevalecerão as condições que as partes livremente pactuarem entre si, além dos procedimentos previstos na Lei de Locações.

Ainda, o §2º do art. 54 da Lei de Locações afasta a regra geral que prevê a possibilidade de o locatário devolver o imóvel arcando com a multa pactuada de forma proporcional ao período de cumprimento do contrato, uma vez que dispõe que em caso de denúncia antecipada do vínculo locatício, o locatário deverá arcar com a totalidade da multa pactuada no contrato de locação.

(b) Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A Companhia está sujeita à abrangente legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. A inobservância da legislação ambiental aplicável pode sujeitar a Companhia a sanções: (i) administrativas, que podem incluir, entre outras, a imposição de multas no valor de R\$500,00 a R\$50 milhões, embargo, e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de suas atividades; e, (ii) criminais, podendo ser aplicadas as penas previstas pela Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais"). Independentemente das sanções impostas nas esferas administrativa e criminal, a Companhia pode ser condenada à obrigação de reparar eventual dano ambiental causado independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo (responsabilidade civil objetiva). A responsabilidade pela reparação de danos ambientais na esfera civil é imprescritível, conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal (RE 654.833) .

Além disso, é importante ressaltar que a legislação ambiental estipula a responsabilidade solidária entre os poluidores. A vítima do dano ambiental, ou aquele que a lei autorizar, não está obrigada a processar todos os poluidores em uma mesma ação. Por ser solidária a responsabilidade, pode-se escolher uma dentre todas as empresas poluidoras (aquela que tem todos os requisitos necessários para figurar como ré na ação, ou simplesmente a de melhor situação econômica) para a efetiva reparação do dano. Resta para a empresa acionada o direito de regresso contra as demais.

Diante da previsão da responsabilidade solidária, tem-se que a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço para a Companhia, como, por exemplo, o transporte e destinação final de resíduos, não a isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados, caso os terceiros não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais. Assim, eventuais erros na gestão conjunta de riscos ambientais, imputáveis ou não à Companhia, podem resultar em responsabilização por danos ambientais, o que pode gerar efeitos adversos para a Companhia.

A aprovação de leis e regulamentos de proteção ao meio ambiente mais rigorosos podem forçar a Companhia a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre as condições financeiras da Companhia e sobre os seus resultados.

Abaixo estão relacionadas as certificações de cada controlada da Companhia:

UNIDADES	CERTIFICAÇÕES
Fras-le S.A.	ISO9001 - IATF16949 - ISO14001 - ISO45001 -ISO/IEC17025
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	ISO9001 - IATF16949 - ISO14001 - ISO45001
Fras-le North America, Inc.	ISO9001 - IATF16949 - ISO14001
Fremax Sistemas Automotivos EIRELI	ISO9001 - IATF16949 - ISO14001
Freios Controil Ltda.	ISO9001 - IATF16949
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd.	ISO9001 - IATF16949 - ISO 14001
AML Juratek Limited	ISO 9001 - ISO 14001
ASK Fras-le Friction Private Limited	ISO9001 - IATF16949 - ISO 14001 - ISO 45001
Farloc Argentina S.A.I.C. YF	ISO9001
Nakata Automotiva Ltda.	ISO 14001 - ISO 45001 - ISO 9001

O pioneirismo da Companhia também foi determinante no monitoramento do amianto, iniciado em 1983, movimento que eliminou a matéria-prima das linhas de produção da Companhia, no início dos anos 2000. O Sistema de Gestão Ambiental (SGA), além de garantir o cumprimento da regulação ambiental, tem como objetivos e metas minimizar e prevenir os impactos ambientais decorrentes do uso de recursos naturais e da geração de resíduos, o qual desenvolve sistematicamente ações voltadas à conservação ambiental, entre as quais:

- Busca de novas tecnologias para otimização do tratamento de resíduos;
- Indicadores específicos de medição do Desempenho Ambiental;
- Central de resíduos;
- Processo de compostagem;
- Sistema de captação de material particulado;
- Sistema de Tratamento de Efluentes;
- Sistema de recirculação interna de efluentes tratados;
- Monitoramento das emissões atmosféricas, resíduos líquidos e sólidos;
- Realização de atividades de educação ambiental para público interno e externo durante a semana que comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente;
- Programa de recolhimento de material oriundo de trocas de produto descartado por novo, pelo cliente.

O Programa de Gerenciamento de Resíduos, tem como objetivo eliminar ou reduzir desperdícios em seu processo produtivo, e destinar adequadamente os resíduos ou rejeitos que possam causar danos ao meio ambiente. Os resíduos gerados recebem tratamento adequado, em conformidade com as normas e os padrões exigidos pelos órgãos ambientais.

O programa pró-ambiente consiste na realização da coleta e destinação dos materiais de fricção após o uso pelo mercado. O objetivo deste programa é garantir o destino final adequado aos materiais usados, de forma a prevenir possíveis impactos ambientais, revelando dessa forma a convicção de que preservar o meio ambiente significa a própria sobrevivência e responsabilidade perante as gerações futuras, além de disponibilizar aos clientes um serviço adicional e diferenciado. Em 2024 foram recolhidos e destinados corretamente, em torno de 1.063 toneladas de lonas de freios descartadas por mais de 300 clientes cadastrados no programa.

Consumo de Água e Tratamento de Efluentes

A água utilizada na Companhia é proveniente do abastecimento da autarquia municipal e de poço artesiano. O uso de poços está condicionado à preservação do nível do lençol freático local, por este motivo foi instalado um sistema de controle automatizado de captação de água dos poços, com medições em tempo real, o que permite um maior controle da vazão para não estressar a fonte.

Os efluentes são provenientes de sanitários, vestiários, restaurante, torres de resfriamento, lavador de gases, entre outros. O processo de tratamento dos efluentes é realizado através de um sistema de filtragem, com a adição de produtos químicos e biológicos, e monitoramento periódico.

O consumo de água na Frasle Mobility site Caxias do Sul ao longo de 2024 atingiu 85 milhões de litros e foram tratados aproximadamente 54,6 milhões de litros. A reutilização destes efluentes tratados correspondeu a um volume de 28,1 milhões de litros, representando 51,5%. Abaixo seguem os volumes de consumo, tratamento e reutilização de efluentes nos últimos 3 (três) anos da operação e no período de três meses findo em 31 de março de 2025.

Ano	31/03/2025	2024	2023	2022
Consumo (m ³)	19.477	85.064	101.409	91.056
Tratados (m ³)	13.162	54.584	60.357	63.902
Reutilizado (m ³)	8.777	28.112	27.246	24.866
% de reutilização	67%	51,5%	45%	39%

Em 2024, seguindo a Política de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSMA), a Companhia destinou R\$ 29,4 milhões à conservação ambiental — dos quais R\$ 17,3 milhões foram direcionados a projetos ambientais e de logística reversa, incluindo o programa Caldeira Verde. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2025, foram destinados R\$ 4.057 mil à conservação ambiental, sendo R\$ 519 mil direcionados a projetos ambientais e de logística reversa. Além disso, foram investidos mais de R\$ 10 milhões em saúde e segurança, fortalecendo a cultura de prevenção e aproximando-nos da meta de zerar acidentes graves. Em relação a tratados internacionais de proteção ambiental a Companhia não firmou formalmente nenhum compromisso oficial, pois acredita que as práticas e certificações descritas acima já são suficientes para manter um padrão de proteção e preservação ambiental adequado aos padrões internacionais geralmente aceitos.

Em 2021, a Randoncorp lançou o Programa Corporativo Rota Verde, que estabelece ações e metas a serem desenvolvidas por todas as unidades do Grupo considerando todos os aspectos da sustentabilidade, associadas ao meio ambiente e ao universo corporativo. Dentre esses compromissos, dois são ambientais, são eles:

- Reduzir em 40% a emissão de gases de efeito estufa até 2030;
- Zerar a disposição de resíduos em aterro industrial e zerar o lançamento de efluentes tratados até 2025 atingindo 100% de reuso.

Ao longo de 2024, a Companhia manteve-se comprometida com sua ambição ESG. Como parte dos compromissos assumidos, concluiu em dezembro a construção da Caldeira Verde na unidade de Caxias do Sul. O projeto representa um passo importante para o cumprimento da meta pública de reduzir em 40% as emissões de gases de efeito estufa até 2030. Para mais informações, consulte o item 2.10 deste formulário.

Sobre resíduos, no ciclo de 2024 foram enviadas 1.170,97 toneladas para aterro industrial. Já no período de três meses encerrado em 31 de março de 2025, a Companhia destinou 227,45 toneladas. O destaque do ano foi a redução do envio resíduos enviados para aterro do site Fremax de 40% em 2023 para 11% em 2024. Além disso, sobre o tema de reuso da água, o site Caxias do Sul alcançou 51,5% em reuso. A Companhia permanece ativa no cumprimento dos compromissos públicos. Mais informações sobre o tema, estão disponíveis no relatório de sustentabilidade de 2024 (Sustentabilidade - Frasle Mobility)

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 ("Lei de Propriedade Industrial") dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade intelectual no Brasil. Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta, sendo assegurado ao titular o direito de uso exclusivo, em todo território nacional, por um período determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade de registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado "depositante") possui apenas uma expectativa de direito de propriedade para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas de retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; ou (iii) não contestação e/ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

No tocante à Frasle Mobility, possui relevante interesse nos registros de suas propriedades intelectuais desenvolvidas, tendo em vista ser uma estratégia jurídica de proteção e de garantia de mercado, além de perpetuação da marca Randoncorp e da Frasle Mobility. Por conta disso, há, inclusive, uma sinergia entre os diversos setores da Companhia a fim de garantir a efetividade dessas estratégias para manter a comercialização das marcas icônicas, presentes no nosso portfólio, reconhecidas pela tradição, qualidade e entrega, com alto nível de serviço e atendimento diferenciado, sendo referências nos seus mercados de atuação, tanto a nível nacional quanto internacional. Atualmente, a Frasle Mobility e controladas possuem aproximadamente 345 registros de marcas (concedidos ou em andamento), no Brasil e exterior.

Patentes

No Brasil, a invenção de uma nova tecnologia, seja para produto ou processo, pode fazer jus a uma patente. Patente é um título que concede ao seu titular o direito de propriedade, contra terceiros, sobre uma invenção ou modelo de utilidade, por um período de 20 (vinte) ou 15 (quinze anos), respectivamente, contados da data do depósito, não prorrogável.

Atualmente, entre os pedidos concedidos e os que se encontram ainda em trâmite administrativo, a Frasle Mobility e controladas possuem 68 registros de patentes, sendo 8 registrados em 2024, no Brasil e exterior, todos de grande relevância para a sua atuação no mercado nacional e internacional dentro de seu segmento. Além disso, tendo em vista a Companhia conduzir projetos de pesquisa e desenvolvimento destrutivos, algumas dessas tecnologias patenteáveis são alvo de licenciamento para outras empresas que exploram mercados distintos dos de atuação da Frasle Mobility, o que faz das patentes uma importante ferramenta de mercado para a Companhia.

(d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) Em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findo em 31 de março de 2025 a Companhia, seus administradores e seus controladores não realizaram contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) Em favor de partidos políticos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findo em 31 de março de 2025 a Companhia, seus administradores e seus controladores não realizaram contribuições financeiras em favor de partidos políticos.

(iii) Para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findo em 31 de março de 2025 a Companhia, seus administradores e seus controladores não realizaram contribuições financeiras para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 – Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No período de três meses findo em 31 de março de 2025, R\$604,6 milhões, o que representa 45,4% da receita operacional líquida da Companhia, foram provenientes de clientes sediados no Brasil.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, R\$ 2.403,6 milhões o que representa 61% da receita operacional líquida da Companhia, foram provenientes de clientes sediados no Brasil.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No período de três meses findo em 31 de março de 2025, R\$ 727,2 milhões, o que representa 54,6% da receita operacional líquida da Companhia, foram provenientes de clientes sediados no exterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, R\$ 1.562,2 milhões, o que representa 39% da receita operacional líquida da Companhia, foram provenientes de clientes sediados no exterior.

Abaixo a distribuição de receita operacional líquida pelo globo para o período e exercícios indicados acima.

Região	Período de três meses findo em 31/03/2025 ⁽¹⁾	Exercício social encerrado em 31/12/2024 ⁽¹⁾
Brasil	45,4%	60,6%
América do Sul (sem Brasil e Argentina)	2,8%	2,7%
Argentina	7,3%	10,5%
América Central e Caribe	1,0%	1,2%
América do Norte sem México*	9,3%	10,8%
México	23,5%	2,2%
Europa e Eurásia (sem Reino Unido)	2,5%	2,5%
Reino Unido	4,4%	5,5%
África e Oriente Médio	1,2%	0,9%
Ásia – Pacífico	2,5%	3,1%

⁽¹⁾ O percentual indicado na tabela acima considera a representatividade da receita operacional líquida da Companhia de cada um dos países.

1.8 – Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A Companhia está sujeita à regulação de produtos de segurança, principalmente nos Estados Unidos e na China, onde possui unidades fabris.

Estados Unidos da América: o desempenho dos sistemas de frenagem de veículos automotores é testado principalmente em função das normas FMVSS (Federal Motor Vehicle Safety Standards), emitidas pelo Departamento de Transporte dos Estados Unidos da América, que impõe requisitos baseados, dentre outros, em distância de parada e resposta às variações de temperatura. O material também é ranqueado conforme a Norma VESC V-3.

Adicionalmente, nos estados da Califórnia e de Washington, foram editadas novas legislações de cunho ambiental limitando a quantidade de amianto, cobre e outros componentes usados em materiais de fricção para freios de veículos automotores. Há tendência de que esta legislação seja expandida para os demais estados norte-americanos. A Companhia já desenvolve produtos que atendem a esta regulamentação e continua investindo em pesquisa e desenvolvimento para ampliar o seu portfólio nestas condições especialmente para os mercados afetados por estas legislações. Por fim, a Companhia está sujeita a licenças operacionais e de segurança normalmente exigidas pela legislação do Estado do Alabama e, até a data deste Formulário de Referência, atendia todas as regulamentações aplicáveis.

China: o órgão regulamentador é CNCA (Certification and Accreditation Administration of the People's Republic of China) – A norma utilizada é proveniente da GB “GuoJia BiaoZhun” que significa Bureau Nacional de Normas. Os materiais comercializados no mercado chinês devem conter um selo na embalagem na qual aparece a licença de produção da empresa e a norma GB que regula o produto. Para materiais de fricção a norma regulamentadora é GB-5763-2018. Esta norma especifica as propriedades e requisitos que os materiais de fricção devem atender para ser comercializados no mercado chinês. Por fim, a Companhia está sujeita a licenças operacionais e de segurança normalmente exigidas pela legislação chinesa e, até a data deste Formulário de Referência, atendia todas as regulamentações aplicáveis

Outros mercados para os quais a Companhia exporta seus produtos também contam com programas de certificação de materiais de fricção, são eles:

Europa: os materiais de fricção, discos e tambores de freio devem ser certificados segundo as normas ECE Regulation Nº13 e ECE Regulation Nº 90 para o fornecimento ao mercado de montadoras e reposição respectivamente. Tais normas estabelecem critérios mínimos de desempenho para materiais de fricção, no que tange seu coeficiente de atrito e propriedades mecânicas.

Rússia: os materiais de fricção produzidos estão de acordo com a certificação EAC e o Regulamento Técnico da União Aduaneira CU TR 018/2011. Os requisitos envolvem o desempenho do material de fricção em ensaios mecânicos e tribológicos. A Companhia implementou suspensão temporária de todas as transações com empresas situadas em países sancionados.

Colômbia: os materiais de fricção, cilindros de freio (mestre e roda), líquidos de freio, discos e tambores e a unidade fabril no qual são produzidos devem ser certificados segundo a Resolución MICT 4983:2011 baixo a norma NTC 1715:2005, (NTC 1884:2001 NTC 1652-1:2004), NTC 1721:2015, NTC 1783:2008 NTC

1392:2008 junto ao Instituto Colombiano de Normas Técnicas y Certificación. Os requisitos envolvem o desempenho do material de fricção em ensaios mecânicos e tribológicos, além do sistema de qualidade adotado do fabricante.

Argentina: os materiais de fricção, cilindros de freio (mestre e roda), amortecedores e a unidade fabril no qual são produzidos devem ser certificados segundo a norma IRAM-AITA 6-C2:2002, IRAM-AITA 6-E4:2016, IRAM- AITA 6-A2:2020, (IRAM-AITA 4-D3:2020, IRAM-AITA 4-D2:2017) junto ao Instituto Argentino de Normalización y Certificación. Os requisitos envolvem o desempenho do material de fricção em ensaios mecânicos e tribológicos, além do sistema de qualidade adotado do fabricante.

Venezuela: os materiais de fricção produzidos devem ser certificados segundo a norma COVENIN 767:2022 junto ao Instituto Comisión Venozolana de Normas Industriales. Os requisitos envolvem o desempenho do material de fricção em ensaios mecânicos e tribológicos. A Companhia implementou suspensão temporária de todas as transações com empresas situadas em países sancionados.

Ecuador: Os materiais de fricção produzidos devem ser certificados segundo a norma NTE INEN 2185:2017 junto ao Servicio Ecuatoriano de Normalización. Os requisitos envolvem o desempenho do material de fricção em ensaios mecânicos e tribológicos.

México: Os materiais de fricção e outros componentes dos sistemas de freios de veículos no México são regulamentados pelas Normas Mexicanas NMX para garantir segurança, intercambialidade e desempenho. Além disso, mais de 80 normas especificam métodos de teste e regulamentações para peças como pastilhas ou lonas de freio, fluidos de freio, borrachas, mangueiras, tubos, juntas e conectores para sistemas de freio hidráulicos e pneumáticos.

1.9 – Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

(a) Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Anualmente, a Companhia divulga informações ASG por meio de relatório de sustentabilidade. Em maio de 2025, a Companhia divulgou seu relatório de sustentabilidade, consolidando informações e resultados referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024 ("Relatório de Sustentabilidade" ou "Relatório"). O Relatório engloba dados relevantes sobre as operações da Companhia, além de destacar as ações conectadas a matérias ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), com informações relacionadas a descrição das principais práticas de sustentabilidade, buscando constantemente a melhoria e a ampliação destas práticas.

(b) Metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Na última versão divulgada do Relatório de Sustentabilidade, relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia adotou as seguintes diretrizes: (i) *Global Reporting Initiative* (GRI), padrão voluntário adotado por empresas dos mais diversos setores e países para o reporte de sustentabilidade que oferece uma metodologia de comparabilidade e evolução da gestão em sustentabilidade; (ii) Relatório Integrado do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), com o objetivo de mostrar a interdependência entre os capitais do negócio e sua relevância à geração de valor em longo prazo; (iii) *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), padrão voluntário global para o reporte de sustentabilidade setorial; e (iv) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o propósito de engajar organizações globais no cumprimento de metas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

(c) Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O Relatório foi auditado pela empresa Bureau Veritas. O escopo desta verificação teve como base a análise de atendimento às Normas GRI para Relato de Sustentabilidade (Normas GRI), incluindo os Princípios da *Global Reporting Initiative*TM (GRI) e indicadores específicos *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), se refere à prestação de contas do período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024. Em termos geográficos esclarecemos que verificamos dados e informações da Companhia em nível global.

(d) A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O último Relatório de Sustentabilidade da Companhia pode ser encontrado no site de relações com investidores da Companhia (ri.fraslemobility.com) no índice de Governança Corporativa no tópico sustentabilidade (<https://ri.fraslemobility.com/sustentabilidade/>).

(e) Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Em 2022 foi realizado um estudo de materialidade, que identificou os temas mais relevantes para a sustentabilidade do negócio a partir da perspectiva dos investidores (principais índices ESG do mercado de capitais), dos principais *frameworks* (GRI, SASB e ODS), das melhores práticas do setor (considerando os pares em todo o mundo) e da estratégia de atuação da Companhia que deu origem a Ambição ESG da Companhia na qual os principais indicadores monitorados pela Companhia são assumidos como compromissos públicos, sendo eles:

- Duplicar o número de mulheres em cargos de liderança até 2025
- Zerar acidentes graves;
- Ampliar a receita líquida anual gerada por novos produtos;
- Reduzir 40% da emissão de gases de efeito estufa até 2030 (escopos 1 e 2);
- Zerar a disposição de resíduos em aterro industrial (96% já desviados em 2024) e reutilizar 100% do efluente tratado até 2025.

Para o ano de 2023 a Companhia revisou sua materialidade, sendo realizada pela primeira vez no conceito de dupla materialidade com revisão bianual, que considera três eixos para análise dos temas prioritários: financeiro, riscos socioambientais e perspectiva dos stakeholders. No processo, foram identificados 9 temas materiais que foram distribuídos em 3 pilares:

- **Planeta:** Mudanças climáticas e qualidade do ar e ciclo de vida do produto;
- **Pessoas:** Atração, desenvolvimento e retenção de colaboradores, Direitos humanos e relações trabalhistas e Saúde, bem-estar e segurança dos colaboradores.
- **Negócios:** Inovação e tecnologia, Privacidade e segurança dos dados, Ética, integridade e compliance e Segurança e excelência do produto.

Mais informações, estão disponíveis no Relatório de Sustentabilidade no link: <https://ri.fraslemobility.com/sustentabilidade/>.

(f) Se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

As informações socioambientais abordadas nos relatórios anuais levam em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A partir de um estudo detalhado das sinergias entre nossa estratégia e Ambição ESG com os ODS, identificamos pelo menos dezessete objetivos nos quais nossa atuação pode ter impacto positivo. Ao avaliar a relevância e a urgência de nossa atuação em cada um deles, identificamos sete como sendo prioritários ao nosso negócio, que são:

- ODS 5 - Igualdade de gênero
- ODS 7 - Energia limpa e acessível
- ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico
- ODS 9 - Indústria inovação e infraestrutura
- ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis
- ODS 12 - Consumo e produção responsáveis
- ODS 16 - Ação contra a mudança global do clima

A partir da materialidade de 2023, os ODS priorizados foram:

- ODS 3 - Saúde e bem-estar
- ODS 5 - Igualdade de gênero
- ODS 6 - Água potável e saneamento
- ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico
- ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura
- ODS 12 - Consumo e produção responsáveis
- ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima
- ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes

(g) Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório de Sustentabilidade não considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas especificamente a questões climáticas.

(h) Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa nos escopos 1 e 2.

Em 2024, registramos um total de 22,0 mil tCO₂e em nossas emissões. As emissões de Escopo 1 registraram um total de 13,7 mil tCO₂e, uma redução de 25,5% em relação a 2023. As emissões de

Escopo 2, totalizaram 8,3 mil tCO₂e, uma redução de 2,4% na comparação com 2023.

Temos o compromisso público, em conjunto à Randoncorp, de reduzir as nossas emissões totais de gases de efeito estufa em 40% até 2030, tendo como referência o ano de 2020. Adicionalmente, os nossos indicadores de consumo de energia são continuamente monitorados, por meio do nosso Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Em 2024, consumimos 796,9 mil GJ de energia e 477,9 mil GJ de energia verde. Para informações mais detalhadas, vide o relatório de sustentabilidade da Companhia, através do website: <https://ri.fraslemobility.com/sustentabilidade/>.

(i) Explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) A não divulgação de informações ASG

Não se aplica, considerando que a Companhia divulga informações ASG, conforme indicado no subitem "a" acima.

(ii) A não adoção de matriz de materialidade

Não se aplica, considerando que a Companhia adota matriz de materialidade, conforme indicado no subitem "e" acima.

(iii) A não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não se aplica, considerando que a Companhia adota os indicadores-chave AGD indicados no subitem "e" acima.

(iv) A não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não se aplica, considerando que a Companhia realiza auditoria sobre as informações ASG divulgadas no Relatório, conforme indicado no subitem "c" acima.

(v) A não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A Companhia está em fase de análise e elaboração de projeto para implantação das recomendações emanadas pela TCFD (Task Force on Climate-Related Financial Disclosures), a ser realizada nos próximos ciclos.

(vi) A não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não se aplica, considerando que a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, conforme indicado no subitem "(h)" acima.

1.10 – Informações de sociedade de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 – Aquisição ou alienação de ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 1.12 deste Formulário no último exercício social e no exercício social corrente.

1.12 – Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Incorporação/ Aquisição

I. Incorporação da Armetal

Em 01 de janeiro de 2025, teve início o processo de incorporação da controlada Armetal Autopartes S.A. ("Armetal") pela Fras-le Argentina S.A. ("Fras-le Argentina"). Com isso, a Fras-le Argentina passa a ser a entidade consolidada da Fras-le Mobility na Argentina, e a Armetal, incorporada, deixa de existir como pessoa jurídica. O processo completo pode levar alguns meses para conclusão na integralidade. Ressalta-se, contudo, que a marca Armetal permanecerá ativa no mercado argentino.

Para mais informações vide o formulário de informações trimestrais da companhia disponível em <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/23341a9d-be9a-4855-a251-1c1004aa997c/6c3e12b5-3557-727d-81f6-3ef356e301ba?origin=1>

II. Aquisição Dacomsa

Em 24 de junho de 2024, a Companhia divulgou fato relevante referente à celebração de contrato de compra e venda, por suas subsidiárias Fras-le México S. de R. L. de C.V. e Fras-le North America, Inc., para a aquisição de (a) 100% das ações da sociedade Dacomsa, S.A. de C.V. ("Dacomsa"); e, indiretamente por meio da Dacomsa, (b) 99,99984017% das ações das sociedades Dacomsa Motor S.A. de C.V. (anteriormente denominada Kuo Motor, S.A. de C.V.) ("Dacomsa Motor") e 100% das ações da Fricción y Tecnología S.A. de C.V. ("Fricción y Tecnología") e, em conjunto com Dacomsa e Dacomsa Motor, "Adquiridas"), bem como (c) outros ativos tangíveis e intangíveis relacionados aos negócios das Adquiridas ("Aquisição").

A operação insere-se na estratégia da Companhia de internacionalização de seus negócios no setor de reposição, por meio da diversificação de produtos e expansão de marcas em seu portfólio; e reafirma o seu posicionamento como uma das maiores *house of brands* do mercado de reposição de autopeças do Brasil – e, após a Aquisição, da América Latina. O *closing* da operação ocorreu em 14 de janeiro de 2025, conforme divulgado em comunicado ao mercado, e o preço total da aquisição foi equivalente a R\$ 2,2 bilhões.

Para mais informações vide o fato relevante e o comunicado ao mercado divulgados: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/23341a9d-be9a-4855-a251-1c1004aa997c/c3e600c6-8be4-96cd-47b5-6b4e15708026?origin=1> e <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/23341a9d-be9a-4855-a251-1c1004aa997c/645b0a51-cc76-689a-7377-5b9f24da0d43?origin=1>, respectivamente.

Para mais informações sobre o efeito da Aquisição nos negócios das Companhia, vide item 2.11 deste Formulário de Referência.

III. Aquisição de quotas da Jurid - Frasle Mobility site Sorocaba

A Companhia por meio de Comunicado ao Mercado informou em 04 de junho de 2025 a assinatura do Memorando de Entendimentos ("Term Sheet") com a Federal Mogul VCS Holding BV ("Federal Mogul") com o objetivo de aquisição, pela Companhia, de 19,9% das quotas representativas do capital social da Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. ("Jurid"), inscrita no CNPJ sob o nº 17.310.380/0001-63, atualmente detidas pela Federal Mogul, passando a Companhia a deter a totalidade das quotas, assumindo o controle total da Jurid. Entre os direitos e obrigações acordados no Term Sheet e condicionados à assinatura dos contratos definitivos, insere-se a extinção de certas obrigações de não concorrência, previstas no Contrato de Joint Venture que regula a gestão da Jurid, firmado entre a Companhia e a Federal Mogul em 16 de dezembro de 2016.

Com este movimento, a Companhia objetiva ampliar e fortalecer a produção de pastilhas de freio para o mercado original e a produção de pastilhas de freio da linha cerâmica para o mercado de reposição. Dessa forma, a Jurid será renomeada para Frasle Mobility Site Sorocaba, após a confirmação de todas as aprovações necessárias.

A conclusão do negócio está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e órgãos de defesa da concorrência de outras jurisdições em que a Jurid atua, além da assinatura dos contratos definitivos, quando a Companhia assumirá por completo aquela operação.

Para mais informações vide o Comunicado ao Mercado no link: 0623670a-b49f-59cb-aa79-a5ec6baf6b98

IV. Incorporação da Nakata Automotiva Ltda.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre a incorporação da controlada Nakata Automotiva Ltda. ("Nakata") com sede na cidade de Osasco (SP) e operações na cidade de Extrema (MG).

A Nakata era controlada cuja participação societária é 100% detida pela Companhia. Com esse movimento, a Nakata passa a ser filial da Frasle Mobility ("Fras-le S.A"). Vale reforçar que a Incorporação visa simplificar a estrutura societária do grupo econômico, com a absorção das atividades da Nakata pela Companhia, gerará benefícios operacionais, econômicos, financeiros, tributários, comerciais e estratégicos, em especial pela otimização de processos decisórios e operacionais.

Link do fato relevante: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/23341a9d-be9a-4855-a251-1c1004aa997c/32d3d582-5bd1-e364-b9f0-b26ed83c46e0?origin=2>

Link da Ata da Assembleia Geral Extraordinária: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/23341a9d-be9a-4855-a251-1c1004aa997c/ef5b3032-5f13-e27e-848b-4e3afc928448?origin=2>

Aumento de capital social

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária para deliberação de aumento do capital social, por incorporação de reservas, no valor de R\$322.950.046,68, sem emissão de novas ações, passando de R\$1.477.049.953,32, para R\$1.800.000.000,00.

Link da Ata da Assembleia Geral Extraordinária: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/23341a9d-be9a-4855-a251-1c1004aa997c/ef5b3032-5f13-e27e-848b-4e3afc928448?origin=2>

Fusão, cisão e redução de capital

Não houve fusão, cisão e redução de capital envolvendo a Companhia no último exercício social e no exercício social corrente.

1.13 – Acordos de acionistas

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede ou do qual o controlador seja parte.

1.14 – Alterações significativas na condução dos negócios

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findo em 31 de março de 2025, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 – Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findo em 31 de março de 2025, não houve celebração de contratos relevantes pela Companhia e por suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 – Outras informações relevantes

Principais prêmios da Companhia

I. Maiores do Transporte & Melhores do Transporte 2024

A Companhia foi reconhecida como a Melhor Fabricante de Peças para Caminhões e Ônibus na 37ª edição do prêmio “Maiores do Transporte & Melhores do Transporte 2024”, promovido pela Editora OTM.

II. Melhores do ano/Sindirepa/ SP 2024

A Companhia obteve destaque significativo no setor de autopeças, conquistando o segundo lugar na categoria “Pastilhas de Freio – marca mais encontrada”. A marca Fremax foi reconhecida com o primeiro lugar na categoria “Disco de Freio – marca mais lembrada e encontrada”, enquanto a Jurid alcançou o segundo lugar em “Pastilha de Freio”.

III. Marcas na Oficina - Cinau

A Companhia foi eleita em primeiro lugar na categoria “Marcas Mais Compradas”. A Fremax conquistou o primeiro lugar em “Disco de Freio”. A Nakata foi reconhecida como a marca mais lembrada na categoria “Pivô de Suspensão”, e a Controil obteve o primeiro lugar nas categorias “Cilindro Mestre – marca mais lembrada e encontrada” e “Servo de Freio – marca mais encontrada”.

Certificados

Marcas da Frasle Mobility recebem certificados como “Premier Data Supplier” da TecDoc.

Informações sobre Sustentabilidade

I. Unidade de Caxias do Sul e Sorocaba

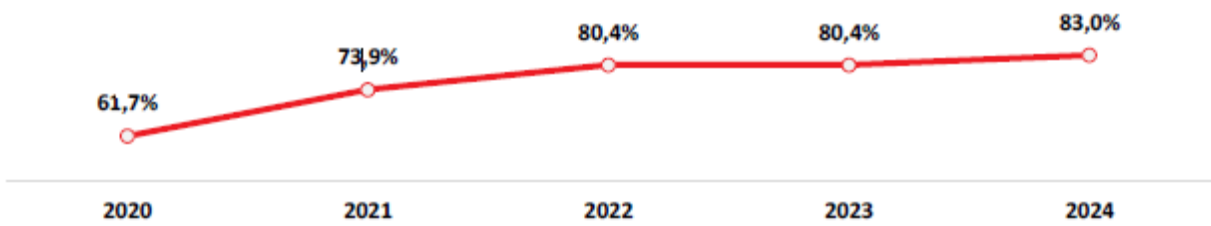
A planta de Caxias do Sul passou a operar com uma caldeira movida a biomassa (Green Boiler), substituindo o uso de gás natural. Essa iniciativa resultou em uma redução de aproximadamente 60% nas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), o que equivale a cerca de 10.000 toneladas de CO₂ evitadas por ano.

Além disso, as unidades de Caxias do Sul e Sorocaba operam com 100% de energia proveniente de fontes renováveis, assegurada por meio da certificação internacional I-REC (*International Renewable Energy Certificate*), reforçando o compromisso da Companhia com a transição energética e a mitigação das mudanças climáticas.

Evolução da Governança

Em 2024, a Frasle Mobility apresentou índice de aderência às práticas recomendadas pelo “Pratique ou Explique”, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, superior ao alcançado pelas empresas

listadas no Novo Mercado, conforme estudos relativos às respostas do mercado de capitais¹. A evolução da Companhia desde 2019 está apresentada no gráfico abaixo:



Denominação Social

Em 31 de dezembro de 2025, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia deliberou pela aprovação da mudança de sua denominação social de Fras-le S.A. para Frasle Mobility S.A.. Essa decisão representa a continuidade do processo iniciado com o Comunicado ao Mercado divulgado em 6 de abril de 2023, no qual foi apresentada a nova identidade corporativa.

Com a adoção da denominação Frasle Mobility, a Companhia reforça sua estratégia de atuação como uma empresa global, focada em segurança e inovação em seus produtos e serviços, sustentada por um ecossistema de soluções completas voltadas a clientes e parceiros. A nova identidade corporativa reposiciona a Companhia como uma *house of brands*, refletindo os intensos ciclos de expansão vivenciados ao longo dos últimos dez anos, marcados pela incorporação de novas empresas, expansão geográfica e ampliação do portfólio de produtos e serviços, e projetando um futuro de contínua evolução e crescimento.

¹ Fonte: Pratique ou explique: análise dos informes de governança das companhias abertas brasileiras (2024) / Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, Ernst & Young, TozziniFreire Advogados. – 6. ed. - São Paulo, SP: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, 2024.

2.1 – Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras incluídas neste item 2 do Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas: (i) das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas auditadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022; e (ii) das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas revisadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2025, incluindo, em ambos os casos, suas respectivas notas explicativas.

As informações neste item 2, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais) e referem-se às informações consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *International Financial Accounting Standards* (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Já as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas revisadas referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 – Demonstração intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais ("ITR").

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para os exercícios sociais e períodos apresentados, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras da Companhia ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas operacionais líquidas para os períodos aplicáveis para as demonstrações de resultado da Companhia, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do seu balanço patrimonial.

As informações constantes deste item 2 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (ri.fraslemobility.com) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm/pt-br).

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

(em R\$ milhares, exceto índices)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023	2022
(+) Empréstimos e Financiamentos e Debêntures (Circulante e Não Circulante)	2.735.667	1.111.178	878.142	921.870
(+) Instrumentos financeiros derivativos (Circulante e Não Circulante)	305	(662)	-	589
(+) Débitos com outras partes relacionadas (Mutuo a pagar) (circulante e não circulante)	4.079	5.692	6.192	6.423
(+) Contas a pagar por combinação de negócio (Circulante e Não Circulante)	213.832	126.938	145.732	170.703
Dívida Bruta Ajustada⁽¹⁾	2.953.883	1.243.146	1.030.066	1.099.585
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-713.069	-844.881	-1.050.412	-567.855
(-) Aplicações financeiras de liquidez não imediata (circulante e não circulante)	-169.554	-121.031	-39.131	-529.763
(-) Certificado de Operações Estruturadas (COE)	-	-535.481	-	-
Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado)⁽²⁾	2.071.260	-258.247	-59.477	1.967
EBITDA LTM ⁽³⁾	784.830	677.883	677.248	453.119
Índice de Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado)⁽⁴⁾	2,6x	-0,38x	-0,0x	0,0x
Passivo Circulante (A)	1.501.411	1.499.219	1.113.326	862.126
Passivo Não Circulante (B)	3.069.449	1.118.910	937.559	1.125.312
Patrimônio Líquido (C)	2.164.439	2.251.485	1.861.114	1.778.438
Índice de Endividamento Total (A+B) / C⁽⁵⁾	2,11	1,16	1,10	1,12

⁽¹⁾Dívida Bruta Ajustada: Para mais informações sobre a conciliação vide item 2.5 deste Formulário de Referência

⁽²⁾ Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado): Para mais informações sobre a conciliação vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

⁽³⁾ EBITDA LTM: para mais informações sobre o EBITDA LTM, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

⁽⁴⁾ Índice de Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado): O Índice de Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) é uma medição não contábil formado pela divisão entre a Dívida Líquida e o EBITDA LTM. Para mais informações sobre a conciliação vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

⁽⁵⁾Índice de Endividamento Total: representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido.

Em 31 de março de 2025, o índice de endividamento total foi de 2,11. Na mesma data, o saldo total de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 713.069 mil, e a Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido) totalizava R\$ 2.071.260 mil, com um Índice de Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido) de 2,6x. A redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 131.812 mil em relação à posição de 31 de dezembro de 2024 se deu em razão do pagamento da aquisição da Dacomsa que ocorreu no período de três meses findo em 31 de março de 2025. Para mais informações sobre a aquisição da Dacomsa, vide o item 1.12 deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2024, o índice de endividamento total foi de 1,16. Na mesma data, o saldo total de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 844.881 mil, e a Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido) totalizava R\$ -258.247 mil, com um Índice de Dívida Líquida de -0,38x.

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de endividamento total foi de 1,10. Em 31 de dezembro de 2023, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 1.050.412 mil, e a Dívida Líquida Ajustada totalizava R\$ 59.477 mil, com um Índice de Dívida Líquida Ajustada de 0,0x.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total foi de 1,12. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 567.855 mil, e o Caixa Líquido Ajustado totalizava R\$ 1.967 mil, com um Índice de Caixa Líquido Ajustado de 0,0x.

(b) Estrutura de capital

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023	2022
Capital de terceiros ⁽¹⁾	4.570.860	2.618.129	2.050.885	1.987.438
Capital próprio ⁽²⁾	2.164.439	2.251.485	1.861.114	1.778.438
Capital total ^{(1) + (2)}	6.735.299	4.869.614	3.911.999	3.765.876
Parcela de capital de terceiros ⁽³⁾	67,9%	53,8%	52,4%	52,8%
Parcela de capital próprio	32,1%	46,2%	47,6%	47,2%

¹ Capital de terceiros é representado pela somatória do saldo de passivo circulante com o passivo não circulante

² Capital próprio é representado pelo total do patrimônio líquido.

³Capital total é representado pela soma do capital de terceiros e o capital próprio.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia mantém sua capacidade de pagamento dos compromissos financeiros de curto e longo prazo. O índice de endividamento total foi de 2,11; 1,16; 1,10 e 1,12, respectivamente, em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022. O aumento do índice de endividamento total relativo a 31 de março de 2025, em comparação a 31 de dezembro de 2024, é justificado pelo aumento do endividamento da Companhia decorrente da aquisição da Dacomsa.

A Companhia acredita que a manutenção da sua saúde econômico-financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos da Companhia que visa a maximizar o giro dos ativos operacionais. Em 31 de março de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, o índice de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia foi de 2,19x, 2,1x, 2,1x e 2,7x, respectivamente.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui linhas de pré-pagamento e pré-embarque atrelados às operações de exportação. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de crédito junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o FINEP, FUNDOPEM, FINAME, IFC, VENDOR e captações via mercado de capitais, por meio da emissão de Debêntures, dentre outros.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos para as necessidades de capital que a Companhia utiliza no curso regular dos seus negócios são o caixa operacional e os empréstimos e financiamentos. A Companhia acredita que essas disponibilidades são suficientes para atender as suas necessidades regulares de capital. Além disso, a Companhia possui acesso rápido a linhas de crédito, considerando os bons índices de avaliação junto a instituições financeiras, caso haja descasamento entre essas disponibilidades e as obrigações vincendas no curto prazo da Companhia.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo relaciona os empréstimos e financiamentos e Debêntures da Companhia em 31 de março de 2025, 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

Empréstimos	Indexador	Juros a.a.	Vencimento Final	Em 31/03/2025	Em 31/12/2024	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022
R\$ (em mil)							
Circulante							
Moeda Nacional							
Capital de Giro	CDI+	1,74%	ago/24	-	-	5.251	277
Debentures	CDI+	1,22% a 1,45%	dez/31	174.642	152.151	49.094	14.935
IFC	CDI+	1,50%	abr/33	15.165	6.527	-	-
NCE	CDI+	1,29% a 2,90%	fev/27	96.136	87.825	103.836	24.611
4.131	CDI+	1,09%	mar/27	67	-	-	-
Vendor	CDI+	4,00%	abril/25	20.573	18.610	11.036	12.341
Fundopem	IPCA+	1,50% a 1,75%	ago/37	2.084	2.283	1.834	2.869
Finep	TJLP+	0,80%	mar/30	1.419	1.420	1.424	1.428
Exim Pré-Embarque	SELC+	1,59%	jun/29	71	69	-	-
Finame	IPCA+	4,92%	dez/24	-	-	132	133
Empréstimo e Financiamento Direto	CDI+	1,32%	Fev/23	-	-	-	2.984
Moeda Estrangeira*							
Capital de Giro	FIXO	6,75% a 9,15%	mar/28	21.794	88.662	55.010	33.741
Capital de Giro	TIEE	2,39%	jan/32	14.262	-	-	-
Capital de Giro	SOFR+	2,25%	mar/25	-	-	19.991	21.570
Overdraft	UK BASE RATE+	2,30%	mai/24	-	-	16.428	-
ACC	FIXO	5,56%	fev/26	28.826	-	-	-
Pré Pgto Exportação	SOFR+	3,35% a 3,53%	jul/25	21.449	30.425	24.284	26.226
NCE	FIXO	3,65%	out/24	-	-	15.972	17.455
Term Loan	Libor 3M+	2,75%	-	-	-	-	6.940
Exim Pré-Embarque	SOFR 5A+	1,40%	jun/29	70	81	-	-
Term Loan	FIXO	2,28%	ago/28	345	358	527	548

Total	-	-	-	396.903	388.411	304.819	166.058
Não Circulante							
Moeda Nacional							
Capital de Giro	CDI+	1,93%	ago/24	-	-	-	5.000
Debêntures	CDI+	1,22 a 1,45%	dez/31	959.238	244.145	383.575	418.004
IFC	CDI+	1,50%	abr/33	247.961	247.913	-	-
NCE	CDI+	1,29%	fev/27	40.000	65.000	147.500	242.560
4.131	CDI+	1,59%	Mar/27	10.000	-	-	-
Fundopem	IPCA+	1,50% a 1,75%	mai/37	11.686	10.280	7.792	6.406
Finep	TJLP+	0,80%	mar/30	5.594	5.944	7.343	8.741
Exim Pré-Embarque	SELIC+	1,59%	jun/29	113.065	109.796	-	-
Finame	IPCA+	4,92%	dez/24	-	-	-	132
Moeda Estrangeira*							
Capital de Giro	FIXO	6,75% A 9,15%	mar/28	37.210	-	-	-
Capital de Giro	TIEE	2,39%	jan/32	877.130	-	-	-
Pré Pqto Exportação	SOFR+	3,35% a 3,53%	jul/25	-	-	23.275	50.170
Exim Pré-Embarque	SOFR 5A+	1,40%	jun/29	32.600	35.156	-	-
Term Loan	FIXO	2,28%	ago/28	4.280	4.532	3.838	4.541
NCE	FIXO	3,65%	Out/24	-	-	-	16.958
Capital de Giro	FIXO	6,25% a 9,14%	Jun/24	-	-	-	3.300
Total	-	-	-	2.338.764	722.767	573.323	755.812
Total de Empréstimos				2.735.667	1.111.178	878.142	921.870

Os empréstimos e financiamentos e debêntures circulantes somavam, em 31 de março de 2025, o montante de R\$ 396.903 mil (R\$ 388.411 mil em 31 de dezembro de 2024). Tais valores consistem, principalmente, em financiamentos ao mercado externo, Debêntures, NCE, e empréstimos com recursos de Vendor e da IFC.

Os empréstimos e financiamentos e debêntures não circulantes totalizaram, em 31 de março de 2025, o montante de R\$ 2.338.764 mil (R\$ 722.767 mil em 31 de dezembro de 2024). Tais valores consistem, principalmente, em financiamentos ao mercado externo, Debêntures, NCE, e empréstimos com recursos de Vendor e da IFC.

Os empréstimos e financiamentos e debêntures (circulantes) somavam, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 388.411 mil (R\$ 304.819 mil em 31 de dezembro de 2023). Tais valores consistem, principalmente, em financiamentos ao mercado externo, NCE, Vendor, Debêntures e empréstimos com recursos do FINEP e Fundopem.

Os empréstimos e financiamentos e debêntures (não circulantes) totalizaram, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 722.767 mil (R\$ 573.323 mil em 31 de dezembro de 2023). Tais valores consistem, principalmente, em financiamentos ao mercado externo, NCE, Debêntures e empréstimos com recursos do FINEP e Fundopem.

Os empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante) somavam, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 304.819 mil (R\$ 166.058 mil em 31 de dezembro de 2022). Tais valores consistem, principalmente, em financiamentos ao mercado externo, Debêntures, NCE, e empréstimos com recursos de Vendor, do FINEP e Fundopem.

Os empréstimos e financiamentos e debêntures (não circulante) totalizaram, em 31 de dezembro de 2023,

o montante de R\$ 573.323 mil (R\$ 755.812 mil em 31 de dezembro de 2022). Tais valores consistem, principalmente, em financiamentos ao mercado externo, Debêntures, NCE, e empréstimos com recursos de Vendor, do FINEP e Fundopem.

Abaixo seguem as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures mais relevantes da Companhia. Salienta-se que a Companhia vem cumprindo regularmente as condições, garantias e restrições acordadas nos termos desses contratos:

I. A Companhia realizou a emissão de debêntures que se referem a captações emitidas em 22 de junho de 2020 e 15 de julho de 2020, nos montantes de R\$210.000 mil cada, totalizando R\$420.000 mil sendo que todas ocorreram por meio de instrumento particular de colocação com esforços restritos, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sob regime de subscrição. O vencimento final será em julho de 2027. Salienta-se que existem covenants de dívida líquida por Ebitda e a Companhia está cumprindo os mesmos. Informações adicionais referentes a emissão de debêntures, podem ser acessadas no site da Companhia (<https://ri.fraslemobility.com/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). O saldo em 31 de março de 2025 era de R\$ 360.392 mil.

II. Em agosto de 2021, a Companhia emitiu em favor do Banco do Brasil, a NCE no valor de R\$ 110.000 mil a ser quitada em 7 parcelas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais com fim em julho de 2025, o saldo devedor sofre incidência de juros correspondentes a 120,9% do CDI. O saldo devedor total em aberto de NCE em 31 de março de 2025 era de R\$ 56.511 mil.

III. Em setembro de 2020, a Companhia celebrou contrato com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, referente ao financiamento no montante total de R\$ 11.305 mil, sendo que o desembolso de R\$ 10.000 mil aconteceu em 13 de novembro de 2020 e o saldo remanescente aconteceu em 19 de julho de 2021. A última parcela do financiamento foi liberada em 2023, além disso o saldo devedor sofre a incidência da TJLP mais 0,8% de juros fixos ao ano. O saldo em 31 de março de 2025 era de R\$ 7.013 mil.

IV. A Companhia firmou contrato de financiamento com a International Finance Corporation “IFC”, em 28 de fevereiro de 2024, no montante de R\$ 250.000 mil. Os recursos serão destinados principalmente aos projetos voltados à sustentabilidade, vinculados ao compromisso público de reduzir 40% das emissões de gases de efeito estufa. O prazo de pagamento é de 9 anos, com carência de 2 anos. No caso de atingimento das metas estabelecidas no contrato, está previsto um benefício de desconto nos juros do financiamento a partir de 2026. O saldo em 31 de março de 2025 era de R\$ 263.127 mil.

V. A Companhia realizou a emissão de debêntures que se referem a captações emitidas em 06 de janeiro de 2025, no montante de R\$750.000 mil, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sob regime de subscrição. O vencimento final será em dezembro de 2031. Informações adicionais referentes à emissão de debêntures, podem ser acessadas no site da Companhia (<https://ri.fraslemobility.com/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). O saldo em 31 de março de 2025 era de R\$ 773.487 mil.

VI. A Companhia firmou contrato de financiamento 4131 em reais com o Santander, em março de 2025, no montante de R\$ 10.000 mil. O prazo de pagamento é de 2 anos. O saldo em 31 de março de 2025 era de

R\$ 10.067 mil.

VII. Em março de 2025, a Companhia emitiu junto ao JP Morgan, o Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) no valor de US\$ 5.000 mil equivalentes a R\$ 29.135 mil. O prazo de pagamento é de 1 ano. O saldo em 31 de março de 2025 era de US\$ 5.000 mil equivalentes a R\$ 28.826 mil.

Com maior relevância na composição do saldo de Capital de Giro e Term Loan, constam empréstimos renovados junto ao Citibank durante o ano de 2024 para a Fras-le Índia (AFF) e vencimentos previstos durante o ano de 2025, com saldo devedor em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 14.709 mil e de R\$ R\$ 10.630 mil em 31 de março de 2025. Também compõem o saldo de Capital de Giro valores captados, durante o ano de 2024, junto ao Itaú no Uruguai, para a controlada Fanacif, que perfazem o montante de R\$ 73.952 mil. As operações no exterior acima descritas possuem Parent Guarantee da Fras-le S/A. Em 31 de março de 2025, a controlada Fras-le Europe B.V. possuía empréstimo no montante de R\$ 4.624 mil junto ao Banco ING que possui garantia vinculada a itens do imobilizado.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Exceto pelos empréstimos e financiamentos e debêntures descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia. As dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível será apresentada em ordem de preferência de liquidação:

- 1) Obrigações sociais e trabalhistas;
- 2) Impostos a recolher;
- 3) Empréstimos e financiamentos com garantias reais;
- 4) Demais empréstimos e financiamentos;
- 5) Outros passivos.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Alguns contratos de financiamentos celebrados pela Companhia contêm cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados *covenants* financeiros não forem cumpridos, conforme descritos na tabela abaixo.

Os índices financeiros são verificados com base nas datas estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e suas subsidiárias e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Os índices financeiros devem ser observados, conforme abaixo:

Companhia	Contrato financeiro	Dívida Líquida para fins de covenants/ EBITDA para fins de covenants	Índice atingido em			
			31/03/2025	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Fras-le S.A.	3ª Emissão de Debêntures	≤ 3,5x	2,6x	-0,38x	-0,09x	0,0x
Fras-le S.A.	4ª Emissão de Debêntures	≤ 3,5x	2,6x	-0,38x	-0,09x	0,0x
Fras-le S.A.	5ª Emissão de Debêntures	≤ 3,5x	2,6x	N/A	N/A	N/A
Fras-le S.A.	IFC-SLL (Sustainability-Linked Loan)	≤ 3,5x	2,6x	-0,38x	-0,09x	0,0x
Dacomsa	Capital de Giro	≤ 3,5x	2,6x	-0,38x	-0,09x	0,0x

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 e no período de três meses findo em 31 de março de 2025, os índices financeiros estabelecidos foram atendidos pela Companhia.

Para fins dos índices referidos acima, considera-se:

“Dívida Líquida para fins de covenants” a soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), incluindo os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e as contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas, bem como dívidas financeiras das empresas adquiridas e ainda não consolidadas, deduzidas as disponibilidades de caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).

“EBITDA para fins de covenants” o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, da depreciação e da amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários. O cálculo do Ebitda deverá incluir o Ebitda pro forma das empresas adquiridas pela Emissora não consolidadas integralmente no período de apuração.

Os contratos financeiros dos quais a Companhia é parte possuem cláusulas de vencimento antecipado usualmente previstas em operações financeiras que limitam, dentre outros eventos, a alienação de ativos da Companhia e a alienação/transferência do seu controle societário. Abaixo seguem as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos mais

relevantes da Companhia. Salienta-se que a Companhia vem cumprindo regularmente as condições, garantias e restrições acordadas nos termos desses contratos:

I. A Companhia realizou a emissão de debêntures que se referem às captações emitidas em 22 de junho de 2020 e 15 de julho de 2020, nos montantes de R\$210 milhões cada, totalizando R\$420 milhões sendo que todas ocorreram por meio de instrumento particular de colocação com esforços restritos, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sob regime de subscrição. O vencimento final será em julho de 2027. As Debêntures estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado padrão para esse tipo de oferta, de forma automática ou não, conforme previstas na Escritura de Emissão, tais como: (i) distribuição e/ou pagamento de dividendos caso a Companhia esteja em mora, exceto pelo dividendo mínimo obrigatório previsto em lei; (ii) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência de determinados ativos; (iii) redução de capital social; (iv) fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, e/ou qualquer outra forma de reorganização societária, exceto nos termos previstos; e (v) não observância da Dívida Líquida para fins de covenants/EBITDA para fins de covenants menor ou igual a 3,50 vezes, apurado anualmente.

II. Em agosto de 2021, a Companhia emitiu em favor do Banco do Brasil, a NCE no valor de R\$ 110 milhões a ser quitada em 7 parcelas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais com fim em julho de 2025, o saldo devedor sofre incidência de juros correspondentes a 120,9% do CDI. As principais restrições estabelecidas são: transferência do controle acionário, exceto se dentro do mesmo grupo econômico.

III. Em setembro de 2020, a Companhia celebrou contrato com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, referente ao financiamento no montante total de R\$ 11,3 milhões, sendo que o desembolso de R\$ 10 milhões aconteceu em 13 de novembro de 2020 e o saldo remanescente aconteceu em 19 de julho de 2021. As principais restrições estabelecidas são: utilizar os recursos desembolsados pela Finep, bem como os rendimentos das aplicações financeiras, exclusivamente na execução do projeto, observado o estipulado em plano de trabalho.

IV. A Companhia firmou contrato de financiamento com o *International Finance Corporation "IFC"*, em 28 de fevereiro de 2024, no montante de R\$ 250 milhões. Os recursos serão destinados principalmente aos projetos voltados à sustentabilidade, vinculados ao compromisso público de reduzir 40% das emissões de gases de efeito estufa. Essa operação junto ao IFC tem garantia da Randoncorp, controladora da Companhia. O contrato com o IFC está sujeito a hipóteses de vencimento antecipado padrão, de forma automática ou não, conforme previstas no contrato, tais como: (i) distribuição e/ou pagamento de dividendos caso a Companhia esteja em mora, exceto pelo dividendo mínimo obrigatório previsto em lei; (ii) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência de determinados ativos; (iii) redução de capital social; (iv) fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, e/ou qualquer outra forma de reorganização societária, exceto nos termos previstos; e (v) não observância da Dívida Líquida para fins de covenants /EBITDA para fins de covenants menor ou igual a 3,50 vezes, apurado anualmente.

V. Com maior relevância na composição do saldo de Capital de Giro e Term Loan, constam empréstimos renovados junto ao Axis Bank e Citibank durante o exercício social encerrado em de 2024 para a Fras-le Índia ("AFF") e vencimentos previstos durante o ano de 2025, com saldo devedor em 31 de dezembro de

2024 de R\$ 14,7 milhões. Em 31 de março de 2025 o saldo devedor do empréstimo junto ao Axis Bank e ao Citibank era de R\$ 12,4 milhões. Também compõem o saldo de Capital de Giro valores captados, durante o ano de 2024, junto ao Itaú no Uruguai, para a controlada Fanacif, que perfazem o montante de R\$ 74 milhões. As operações no exterior acima descritas possuem Parent Guarantee da Fras-le S/A. A controlada Fras-le Europe B.V. possui empréstimo no montante de R\$ 4,6 milhões que possui garantia vinculada a itens do imobilizado. As principais restrições estabelecidas são:

(A) Contrato AFF, não deverá, sem aviso prévio de pelo menos 15 dias úteis ao Banco: a) declarar ou pagar dividendos relativos a qualquer ano financeiro se tiver ocorrido qualquer evento de inadimplência; b) efetuar qualquer fusão, cisão, incorporação ou alteração material na participação acionária do mutuário.

(B) Contrato FANACIF: alteração controle acionário, exceto se dentro do mesmo grupo econômico.

(C) Contrato Europe BV: restrição do credor para alugar o imóvel em garantia sem a permissão do Banco, restrição do direito de alienar ou penhorar direitos decorrentes de contratos de aluguel.

VI. A Companhia realizou a emissão de debêntures em 06 de janeiro de 2025, no montante de R\$750 milhões, sendo que todas ocorreram por meio de instrumento particular de colocação com esforços restritos, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sob regime de subscrição. O vencimento final será em dezembro de 2031. As Debêntures estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado padrão para esse tipo de oferta, de forma automática ou não, conforme previstas na Escritura de Emissão, tais como: (i) distribuição e/ou pagamento de dividendos caso a Companhia esteja em mora, exceto pelo dividendo mínimo obrigatório previsto em lei; (ii) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência de determinados ativos; (iii) redução de capital social; (iv) fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, e/ou qualquer outra forma de reorganização societária, exceto nos termos previstos; e (v) não observância da Dívida Líquida para fins de covenants /EBITDA para fins de covenants menor ou igual a 3,50 vezes, apurado anualmente.

As principais cláusulas encontram-se descritas nas escrituras de Emissões de Debêntures que podem ser acessadas no site da Companhia (ri.fraslemobility.com).

A Companhia entende que as cláusulas de quaisquer dos contratos de financiamento dos quais é parte não restringirão de maneira significativa a capacidade de contratar novas dívidas para satisfazer as necessidades de capital, caso seja necessário. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e, 2023 e 2022 e no período de três meses findo em 31 de março de 2025, a Companhia estava em conformidade com as restrições citadas por esses contratos.

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui financiamentos e empréstimos garantidos por avais/fianças da Randoncorp no montante de R\$ 275.934 mil (R\$ 266.454 mil em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de março de 2025, a Frasle Mobility presta avais e fianças para suas controladas no valor de R\$ 984.356 mil (R\$ 125.306 mil em 31 de dezembro de 2024) e para sua controladora no valor de R\$ 265.456 mil (R\$ 256.817 mil em 31 de dezembro de 2024) em operações de empréstimos e financiamentos. A Controlada Dacomsa, S.A. possui empréstimos no montante de R\$ 891.392 mil que possui aval de suas controladas

Dacomsa Motors S.A de C.V. e Fricción y Tecnología, S.A. de C.V.A controlada Fras-le Europe B.V. possui empréstimos no montante de R\$ 4.625 mil (R\$ 4.890 mil em 31 de dezembro de 2024) que possuem garantia vinculada a itens do imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía financiamentos e empréstimos garantidos por avais/fianças da Randoncorp no montante de R\$ 266,5 milhões (R\$ 7,6 milhões em 31 de dezembro de 2023). A Frasle Mobility prestou avais e fianças para suas controladas no valor total de R\$ 125,3 milhões (R\$ 162,7 milhões em 31 de dezembro de 2023) em operações de empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía financiamentos e empréstimos garantidos por avais/fianças da Randoncorp no montante de R\$ 7.649 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022). A Frasle Mobility prestou avais e fianças para suas controladas no valor total de R\$ 162.705 (R\$ 142.354 em 31 de dezembro de 2022) em operações de empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não realizou novas captações que necessitassem de aval. A Frasle Mobility prestou avais e fianças para suas controladas no valor total de R\$ 142.354 em operações de empréstimos e financiamentos.

A Companhia apresenta abaixo o percentual do endividamento atrelado a covenants financeiros:

Indicadores	31/03/2025	Em 31 de dezembro de		
Ano		2024	2023	2022
Covenant Financeiro (Div. Líquida para fins de covenants / Ebitda para fins de covenants)	2,6x	-0,38x	-0,09x	0,0x
Covenant Financeiro Limite	≤ 3,5x	≤ 3,5x	≤ 3,5x	≤ 3,5x
% Do Endividamento atrelado a Covenants Financeiros	80%	59%	49%	47%

Os contratos financeiros dos quais a Companhia é parte possuem cláusulas de cláusula de *cross-default* e *cross-acceleration* usualmente previstas em operações financeiras que limitam, dentre outros eventos, a alienação de ativos da Companhia e a alienação/transferência do seu controle societário, conforme abaixo.

Instrumento	Tipo de vencimento antecipado cruzado	Saldo em 31/03/2025 (circulante e não circulante) (em R\$ mil)
Debêntures	<i>Cross Default e Cross Acceleration</i>	1.133.880
IFC-	<i>Cross Default e Cross Acceleration</i>	263.127
Exim Pré-Embarque	<i>Cross Acceleration</i>	113.135
NCE	<i>Cross Default e Cross Acceleration</i>	136.136
Capital de Giro TIIE	<i>Cross Default e Cross Acceleration</i>	891.392
Capital de Giro Fixo	<i>Cross Default e Cross Acceleration</i>	59.003
Vendor	<i>Cross Default e Cross Acceleration</i>	20.573
4131	<i>Cross Default e Cross Acceleration</i>	10.067
ACC	<i>Cross Default e Cross Acceleration</i>	28.826
Pré Pgto Exportação	<i>Cross Default e Cross Acceleration</i>	21.449
Fundopem	<i>Cross Default e Cross Acceleration</i>	13.770

Em 31 de dezembro de 2024 o percentual do endividamento da Companhia sujeito às cláusulas de *cross-default* e *cross-aceleration* era de aproximadamente 99,57%. Parte dessa sujeição se aplica a eventual descumprimento de *covenants* e/ou declaração de vencimento antecipado de dívidas de outras empresas do grupo econômico da Companhia, o que representa aproximadamente 36,14% de seu endividamento.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Abaixo segue tabela que apresenta a evolução dos contratos em vigor em 31 de março de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, que possuíam limite de crédito aprovado e em fase de desembolso:

Consolidado (em R\$ mil)	Em 31 de março de 2025	Em 31 de dezembro de		
Financiamentos		2024	2023	2022
Contratado	57.422	1.790.782	121.884	78.266
Liberado	10.630	12.758	48.179	44.112
Saldo a liberar	46.792	1.778.024	73.705	34.154

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 e as informações contábeis intermediárias relativas aos períodos de três meses findo em 31 de março de 2025 e 2024.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “análise horizontal” e “análise vertical”, respectivamente.

PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2025 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024

(em R\$ milhares, exceto %)	Período de três meses findo em 31 de março de				
	2025	AV	2024	AV	AH
Receita Operacional Líquida	1.331.718	100,00%	841.253	100,00%	58,30%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-876.529	-65,82%	-551.575	-65,57%	58,91%
Resultado Bruto	455.189	34,18%	289.678	34,43%	57,14%
Despesas com Vendas	-134.754	-10,12%	-79.225	-9,42%	70,09%
Despesas Gerais e Administrativas	-127.997	-9,61%	-71.372	-8,48%	79,34%

Outras receitas operacionais	37.913	2,85%	10.213	1,21%	271,22%
Outras despesas operacionais	-38.203	-2,87%	-32.293	-3,84%	18,30%
Resultado de equivalência patrimonial	575	0,04%	-104	-0,01%	652,88%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	192.723	14,47%	116.897	13,90%	64,87%
Resultado Financeiro Líquido	-98.815	-7,42%	51.447	6,12%	-292,07%
Receitas Financeiras	70.856	5,32%	219.106	26,05%	-67,66%
Correção Monetária	9.046	0,68%	57.151	6,79%	-84,17%
Despesas Financeiras	-178.717	-13,42%	-224.810	-26,72%	-20,50%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	93.908	7,05%	168.344	20,01%	-44,22%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-23.937	-1,80%	-59.197	-7,04%	-59,56%
Lucro/Prejuízo do Período	69.971	5,25%	109.147	12,97%	-35,89%

Receita Operacional Líquida

Conforme o quadro acima, a Receita Operacional Líquida apresentou aumento de R\$ 490.465 mil, ou 58,30%, no período de três meses findo em 31 de março de 2025 quando comparado ao mesmo período de 2024. Essa variação é explicada pela evolução da Receita Operacional Líquida em cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme abaixo:

Montadoras: no período de três meses findo em 31 de março de 2025 quando comparado ao mesmo período de 2024, houve aumento de R\$ 15.423 mil, ou 14,27%, na receita operacional líquida do segmento de montadoras, passando de R\$ 108.043 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2024 para R\$ 123.466 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2025, decorrente principalmente do aumento das exportações com saída do Brasil para os Estados Unidos por ganhos de novos contratos no país, no segmento de montadoras.

Reposição: no período de três meses findo em 31 de março de 2025 quando comparado ao mesmo período de 2024, houve aumento de R\$ 475.042 mil, ou 64,79%, na receita operacional líquida do segmento de reposição, passando de R\$ 733.210 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2024 para R\$ 1.208.252 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2025, decorrente principalmente da inclusão dos resultados da Dacomsa, que teve um impacto na receita operacional líquida no valor total de R\$ 314.928 mil entre a data de aquisição até 31 de março de 2025.. Além disso, o mercado doméstico brasileiro também se destacou pelo aumento dos reparos em oficinas se comparados com o mesmo período do ano anterior.

Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos

O Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos ("CPV") apresentou aumento de R\$ 324.954 mil ou 58,91%, no comparativo entre o período de três meses findo em 31 de março de 2025 e o período de três meses findo em 31 de março de 2024.

De modo geral, o aumento do Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos é impulsionado pela operação da Dacomsa, que no custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos o valor total de R\$198.550 mil entre a data de aquisição até 31 de março de 2025. A Dacomsa, conta com um mix de produção e Co manufatura que ajuda

manter os níveis semelhantes de CPV e, consequentemente, lucro bruto.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas aumentaram R\$55.529 mil ou 70,09%, de R\$79.225 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2024 para R\$134.754 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2025. Esse aumento foi decorrente do aumento das despesas de comissões e fretes, no mercado doméstico, devido à alta do combustível e, no mercado externo, principalmente devido ao maior volume de exportação para a Argentina. Adicionalmente, a aquisição da Dacomsa teve um impacto nas despesas com vendas no valor total de R\$23.182 mil entre a data de aquisição até 31 de março de 2025.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$56.625 mil ou 79,34%, de R\$71.372 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2024 para R\$127.997 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2025, devido à incorporação de mais de dois mil colaboradores oriundos da aquisição da Dacomsa durante o período de três meses encerrado em 31 de março de 2025. Além disso, destaque para despesas com a aquisição da Dacomsa (despesas com M&A) no valor total de R\$4.967mil que incorreram no período de três meses findo em 31 de março de 2025, que não ocorreram no mesmo período de 2024.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras despesas operacionais variaram em R\$21.790 mil, passando de uma despesa de (R\$ 22.080 mil) no período de três meses encerrado em 31 de março de 2024 para uma despesa de (R\$ 290 mil) no período social encerrado em 31 de março de 2025. Essa variação se deve principalmente aos seguintes fatores: (i) reconhecimento de uma receita de venda de imóveis no valor de R\$ 10.496 mil relacionado à reestruturação da Fanacif no período de três meses encerrado em 31 de março de 2025; e (ii) o reconhecimento de uma receita relacionado ao programa Mover (crédito tributário) no valor de R\$ 2.093 mil, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2025.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido apresentou redução de R\$ 150.262 mil ou (292,07%), no comparativo entre o período de três meses findo em 31 de março de 2025 e o período de três meses findo em 31 de março de 2024. No período de três meses findo em 31 de março de 2025, o resultado financeiro líquido totalizou uma despesa financeira de R\$ 98.815 mil. O período de três meses findo em 31 de março de 2024 foi concluído com resultado financeiro líquido totalizando uma receita financeira de R\$ 51.447 mil.

A variação entre os períodos se deve principalmente à redução das receitas financeiras, impulsionada pelo desembolso de Caixa realizado para a aquisição da Dacomsa, em janeiro de 2025, comprometendo as receitas oriundas de aplicações financeiras devido a uma redução no caixa disponível. As despesas financeiras foram impactadas (i) pelo aumento das despesas de juros devidos à captação de novos empréstimos relacionados à aquisição da Dacomsa, e pela (ii) elevação das taxas de juros nas regiões onde a companhia atua, o que pressionou o custo da dívida.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

No período de três meses findo em 31 de março de 2025, a despesa com imposto de renda e contribuição social totalizou R\$ 23.937 mil, resultando em uma alíquota efetiva de 25,49% sobre o lucro antes dos impostos. No mesmo período do ano anterior, o valor foi de R\$ 59.197 mil, resultando em uma alíquota de 35,16%. A redução na alíquota decorre principalmente do aumento do impacto da equivalência patrimonial, que passou de uma receita de R\$ 2.278 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2024 para uma receita de R\$ 7.875 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2025.

Lucro/Prejuízo do Período

O lucro do período diminuiu R\$ 39.176 mil, ou 35,89%, passando de R\$ 109.147 mil nos três meses encerrados em 31 de março de 2024 para R\$ 69.971 mil no mesmo período de 2025, devido aos fatores explicados acima.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2024	AV %	2023	AV %	AH % (2024x2023)
Receita Operacional Líquida	3.965.776	100,0%	3.388.657	100,0%	17,03%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(2.635.267)	-66,45%	(2.250.056)	-66,40%	17,12%
Lucro Bruto	1.330.509	33,55%	1.138.601	33,60%	16,85%
Despesa com Vendas	(404.731)	-10,21%	(313.025)	-9,24%	29,30%
Despesas Administrativas e Gerais	(317.435)	-8,00%	(250.044)	-7,38%	26,95%
Resultado da equivalência patrimonial	475	0,01%	(452)	-0,01%	-205,09%
Outras receitas operacionais	52.984	1,34%	69.500	2,05%	-23,76%
Outras despesas operacionais	(142.631)	-3,60%	(102.027)	-3,01%	39,80%
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	519.171	13,09%	542.553	16,01%	-4,31%
Resultado Financeiro Líquido	24.129	0,61%	(15.871)	-0,47%	-252,03%
Receitas Financeiras	575.936	14,52%	337.397	9,96%	70,70%
Correção Monetária	112.422	2,83%	80.935	2,39%	38,90%
Despesas Financeiras	(664.229)	-16,75%	(434.203)	-12,81%	52,98%
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	543.300	13,70%	526.682	15,54%	3,16%
Imposto de renda e contribuição social	(168.597)	-4,25%	(137.950)	-4,07%	22,22%
Lucro Líquido do exercício	374.703	9,45%	388.732	11,47%	-3,61%

Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida apresentou aumento de R\$ 577.119 mil, ou 17,0%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento é explicado pela evolução da receita operacional líquida em cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme abaixo:

Montadoras: no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, houve aumento de R\$ 53.932 mil, ou 13,3%, na receita operacional líquida do segmento de montadoras, para R\$ 458.376 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparativamente R\$ 404.444 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. O mercado interno contribuiu para o resultado devido às condições mais atrativas de financiamento, que impulsionaram a demanda por veículos novos ocasionando o aumento do volume de produtos vendidos. Adicionalmente, o ganho em novos negócios voltados para fricção de veículos leves contribuiu para o aumento da receita operacional líquida no segmento montadoras. Ainda, exportações com saída do Brasil para o mercado norte americano para produtos voltados a linha de veículos comerciais e o fator câmbio favoreceram esse segmento, com a alta de quase 8 p.p. YoY¹.

Reposição: no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, houve aumento de R\$ 523.187 mil, ou 17,5%, na receita operacional líquida do segmento de reposição, passando de R\$ 2.984.213 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 3.507.400 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, decorrente, principalmente do mercado interno que sustentou um alto patamar do fluxo de passagens pelas oficinas, impulsionado pelo recorde de revenda de seminovos em 2024. No mercado externo, destaque para a retomada de exportações para a Argentina, que sofria com bloqueios impostos pelo governo local, além de, demanda aquecida de produtos para fricção de veículos comerciais no mercado norte americano.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados apresentou aumento de R\$ 385.211 mil ou 17,1%, no comparativo entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

O Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 acompanhou praticamente o mesmo ritmo da receita operacional líquida, que cresceu 17,0% no mesmo exercício social. Essa variação reflete, principalmente, o maior volume de vendas, estimulado pelo mercado doméstico de reposição aquecido. Além disso, o aumento dos custos logísticos, com destaque para os fretes internacionais, e os efeitos da inflação na Argentina impactaram diretamente o Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados. Como resultado, mesmo com o aumento nominal do Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados, a margem bruta se manteve praticamente estável, com

¹ Year over year: ano contra ano.

uma leve redução de 0,1 ponto percentual, sendo 33,5% em 2024 e 33,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Despesa com Vendas

As despesas com vendas aumentaram R\$ 91.706 mil, ou 29,3%, passando de R\$ 313.025 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 404.731 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento se deve principalmente às (i) comissões, de R\$ 3.440 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 10.001 mil em 31 de dezembro de 2024, (ii) um aumento de 29,1% nos custos de fretes de R\$ 101.751 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 129.870 mil em 31 de dezembro de 2024, (iii) um aumento de 23,2% — em especial o marítimo — que pressionou os resultados em 2024 em razão dos problemas logísticos globais, como a escassez de contêineres e os congestionamentos nos portos. Adicionalmente, campanhas de vendas, ações de marketing como promoção e propaganda elevaram as despesas incorridas com vendas em relação ao ano anterior.

Despesas Administrativas e Gerais

As despesas administrativas e gerais aumentaram R\$ 67.391 mil, ou 26,0%, passando de R\$ 250.044 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 317.435 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento se deve principalmente ao reconhecimento de despesas relacionadas à aquisição da Dacomsa, bem como gastos com reforma e pagamentos de bônus e salários e doações no contexto das enchentes no Estado do Rio Grande do Sul em 2024, o que contribuiu para o aumento elevação da rubrica no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas aumentaram em R\$ 57.120 mil, passando de uma despesa de R\$ 32.527 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para uma despesa de R\$ 89.647 mil no exercício de 2024. Esse aumento se deve principalmente pelo reconhecimento/impacto de despesa no valor de R\$ 5.659 mil relacionada a: (i) venda do imóvel da controlada Farloc, que transferiu suas operações para a unidade de Buenos Aires durante o exercício de 2024, em função da atualização monetária acumulada sobre esse ativo ao longo dos últimos anos; (b) Provisão de *impairment* no montante de R\$ 45.844 mil reconhecida durante o exercício social de 2024 relacionada a reestruturação da controlada Fanacif S.A.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 apresentou aumento de R\$ 40.000 mil ou 252,0%, quando comparado com 31 de dezembro de 2023. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o resultado financeiro líquido totalizou uma receita financeira de R\$ 24.129 mil. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 o resultado financeiro líquido foi uma despesa financeira de R\$ 15.871 mil. Esse aumento se deve principalmente a: (i) maior receita com ganhos de processos judiciais no valor de R\$ 11.904 mil durante o exercício de 2024 comprado ao exercício

de 2023 que foi concluído com R\$ 3.053 mil, e efeitos cambiais positivos relacionados as operações localizadas na Argentina relacionados a correção monetária devido a hiperinflação no valor de R\$ 112.422 mil em 2024 contra R\$ 80.935 mil em 2023 parcialmente compensado pela variação da cotação média do dólar norte-americano em relação ao real que registrou um aumento de 7,9 pontos percentuais com relação ao exercício social anterior, resultando em uma maior despesa relacionada a variação cambial de 93,6% em comparação com o ano anterior.

Imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro totalizou R\$ 168.597 mil, correspondente a uma alíquota efetiva de 31,03%, frente aos R\$ 137.950 mil registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, com alíquota de 26,19%.

A alíquota efetiva de 2024 foi impactada, principalmente, por dois fatores: (i) a reestruturação da Fanacif S.A., que resultou na não constituição de imposto diferido ativo no valor de R\$ 11.084 mil por ausência de expectativa de recuperabilidade futura; e (ii) a aplicação da Lei de Tributação das Subvenções, que passou a tributar os benefícios fiscais de ICMS por meio de PIS/COFINS e IR/CS, no montante de R\$ 13.345 mil.

Lucro líquido do exercício

O lucro do período diminuiu R\$ 14.029 mil, ou 3,6%, passando de R\$ 388.732 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 374.703 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, devido aos fatores explicados acima.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2023	AV %	2022	AV%	AH % (2023x2022)
Receita operacional líquida	3.388.657	100,0%	3.058.171	100,0%	10,8%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(2.250.056)	-66,4%	-2.154.694	-70,5%	4,4%
Lucro Bruto	1.138.601	33,6%	903.477	29,5%	26,0%
Despesas com Vendas	(313.025)	-9,2%	-291.596	-9,5%	7,3%
Despesas Administrativas e gerais	(250.044)	-7,4%	-211.064	-6,9%	18,5%
Resultado de Equivalência patrimonial	(452)	-0,0%	16	0,0%	N.M
Outras receitas (despesas) operacionais	(32.527)	-1,0%	-67.793	-2,2%	-52,0%
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	542.553	16,0%	333.040	10,9%	62,9%
Receitas Financeiras	337.397	10,0%	323.460	10,6%	4,3%
Despesas Financeiras	(434.203)	-12,8%	-462.837	-15,1%	-6,1%
Ajuste de correção monetária	80.935	2,4%	55.178	1,8%	46,7%
Lucro Antes dos impostos sobre o lucro	526.682	15,5%	248.841	8,1%	111,7%

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2023	AV %	2022	AV%	AH % (2023x2022)
Imposto de renda e contribuição social	(137.950)	-4,1%	-45.512	-1,5%	203,1%
Lucro Líquido do exercício	388.732	11,5%	203.329	6,6%	91,2%

Receita operacional líquida Conforme o quadro acima, a receita operacional líquida apresentou aumento de R\$ 330.486 mil, ou 10,8%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 quando totalizou em R\$ 3.388.657 mil, comparado a R\$3.058.171 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento é explicado, principalmente, pela evolução da Receita operacional líquida em cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme abaixo:

Montadoras: no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, houve aumento de R\$ 8.183 mil, ou 2,0%, na receita operacional líquida do segmento de montadoras, passando de R\$ 396.261 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 404.444 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, decorrente, principalmente, da retomada gradativa por ganhos de novos negócios e pela baixa da taxa Selic, que estimulou o retorno de financiamentos de veículos novos.

Reposição: no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, houve aumento de R\$ 322.303 mil, ou 10,8%, na receita operacional líquida do segmento de reposição, passando de R\$2.661.910 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 2.984.213 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, decorrente, principalmente, de: estratégia segmentada por cada região de atuação; internacionalização da Companhia; demanda crescente do número de passagens pelas oficinas para manutenção de veículos; fortalecimento em estratégias de marketing das marcas e fortalecimento de portfólio e companhias de vendas.

Excepcionalmente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou um impacto financeiro de perda de R\$115.043 mil, decorrente da forte desvalorização do peso argentino devido a sanções político econômicas do país.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados apresentaram aumento de R\$ 95.362 mil ou 4,4%, no comparativo entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados totalizou R\$ 2.250.056 mil, o que representa 66,4% da receita operacional líquida do exercício. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi concluído com 70,5% do custo sobre a receita operacional líquida totalizando R\$ 2.154.694 mil. Esse aumento é decorrente da eficiência na gestão operacional com compras de suprimentos estratégicas, negociação de preço de produtos manufaturados e esforços na redução de custos operacionais.

Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o lucro bruto totalizou R\$ 1.138.601 mil o que representa um aumento de 26,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que o lucro bruto totalizou R\$ 903.477 mil. A margem bruta do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de 33,6%, aumento de 4,1 pontos percentuais com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no qual a margem bruta foi de 29,5%. O aumento de margem bruta e lucro bruto da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi impulsionado, principalmente, pelo aumento da receita operacional líquida no valor de R\$ 330.486 mil, ou 10,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, resultado do aumento nos volumes de vendas, tanto no mercado interno quanto externo, além da aplicação de reajustes de preços para compensação dos custos inflacionários e da melhora no mix de produtos, com maior participação de itens de maior valor agregado e rentabilidade.

Despesa com Vendas

As despesas com vendas aumentaram R\$ 21.429 mil, ou 7,3%, passando de R\$ 291.596 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 313.025 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento se deve principalmente a retomada de feiras, exposição e eventos nacionais e internacionais, além do elevado custo dos fretes rodoviários e marítimos.

Despesas Administrativas e Gerais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as despesas e administrativas apresentaram aumento de 18,5% ou R\$ 38.980 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em termos nominais. Esse aumento é decorrente do efeito das despesas relacionadas ao processo de aquisição (Due Diligence) da AML Juratek Limited, no montante de R\$ 1,4 milhão.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais diminuiram em R\$ 35.266 mil, passando de uma despesa de R\$ 67.793 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para uma despesa de R\$ 32.527 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento se deve principalmente à provisão de litígio de R\$37.140 mil e substituição da linha de pintura a base de água para eletrostática a pó no montante de R\$ 2.468 mil da controlada Nakata; impairment de ativos na controladora no montante de R\$ 0.796 mil e nas unidades controladas Fras-le Europe B.V. de R\$ 0.633 mil e Fanacif de R\$ 11.897 milhões.

Adicionalmente essa rubrica também foi impactada pela reversão de provisão relacionada a superveniência da Nakata de R\$ 28.498 mil. Essa reversão se refere majoritariamente aos saldos a pagar por combinação de negócios relacionados à atualização da projeção contratual vinculada ao aproveitamento de créditos tributários que foi alterada pela Lei nº 14.789/23, Lei da Tributação das Subvenções, a qual estabelece que os benefícios fiscais concedidos pelo estado de Minas Gerais relativo ao ICMS passam a ser tributados via Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e contribuições ao PIS e COFINS.

Além disso, a controlada Nakata foi citada em 27 de junho de 2023 em ação rescisória ajuizada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") para desconstituir parcialmente o acórdão favorável à empresa relativo ao mandado de segurança, que objetivou a exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS, sendo provisionado o montante de R\$ 37.146 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. No mesmo exercício foi registrado uma redução nas obrigações retidas na controladora decorrente de combinação de negócios, no montante de R\$24.517 mil. Esse montante representa a expectativa líquida de desembolso de caixa esperado para os próximos períodos. O valor foi originalmente retido através de conta garantia (*escrow account*), estabelecido no "Contrato de Venda e Compra de Ações e Outras Avenças". Esses fatores elevaram a linha de outras receitas (despesas) operacionais líquidas no comparativo entre 2023 versus 2022.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia foi uma despesa de R\$15.871 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023, comparativamente a uma despesa de R\$84.199 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 sendo os principais destaques desta redução: variação entre dólar x real de 8,1 pontos percentuais entre os anos de 2023 e 2022 (R\$ 5,28 BRL/USD dez/2022 comparativamente a R\$ 4,85 BRL/USD dez/2023); juros sobre rendimentos de aplicações financeiras crescem devido da maior disponibilidade de caixa; as operações da Argentina impactaram positivamente o resultado financeiro no montante de R\$117.955 mil no que tange inflação e reconversão e relacionado aos eventos não recorrentes, a Companhia registrou impacto negativo no resultado financeiro de R\$11.797 mil referente atualização a valor presente da combinação de negócios da Nakata.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro aumentou R\$92.438 mil, de uma despesa de R\$45.512 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para uma despesa de R\$137.950 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento está relacionado a: (i) outras despesas não dedutíveis no montante de R\$ 40.514 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 frente a uma despesa de R\$ 7.833 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022; (ii) uma despesa com correção monetária R\$ 20.622 mil e uma despesa com mais valia e ágio R\$ 23.333 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 frente a uma despesa de R\$ 908 mil de correção monetária e uma despesa de R\$ 10.347 mil com de ágio e mais valia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Lucro líquido do exercício

O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 resultou em R\$ 388.732 mil em lucro líquido e margem líquida de 11,5% o que representa um aumento de 4,8 pontos percentuais quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 em que totalizou um lucro líquido de R\$ 203.329 mil e 6,6% de margem líquida, devido aos fatores explicados acima.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ milhares)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	31/03/2025	31/03/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Caixa líquido gerado pelas (consumido pelas) atividades operacionais	453.744	(62.055)	113.984	1.037.516	(105.071)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(2.058.289)	(32.797)	(201.082)	(236.388)	(87.381)
Caixa líquido gerado pelas (consumido pelas) atividades de financiamento	1.472.733	117.545	(118.433)	(318.571)	396.708
Aumento (redução) de líquida caixa e equivalentes de caixa	(131.812)	22.693	(205.531)	482.557	204.256

PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2025 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024

Caixa líquido das atividades operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais correspondeu a uma geração de caixa de R\$ 453.744 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2025, comparado a um consumo de caixa de R\$ 62.055 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2024, e que representa um aumento na geração de caixa total no período de R\$ 515.799 mil. Esse aumento se deve principalmente ao resgate de aplicações financeiras ocorrido no período de três meses encerrado em 31 de março de 2025 no valor de R\$ 486.958 mil. Enquanto no mesmo período do ano anterior foram efetuadas aplicações financeiras no montante de R\$ 221.478 mil.

Caixa líquido das atividades de investimento

O caixa líquido das atividades de investimento totalizou um consumo de caixa de R\$ 2.058.289 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2025, comparado a um consumo de caixa R\$ 32.797 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2024, e que representa um aumento consumo de caixa total no período de R\$2.025.492 mil. Essa variação ocorreu principalmente pelo pagamento da aquisição da Dacomsa no valor de R\$2.080.216 mil, ocorrido em 14 de janeiro de 2025.

Caixa líquido das atividades de financiamento

O caixa líquido das atividades de financiamento totalizou uma geração de caixa de R\$ 1.472.733 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2025, comparado a uma geração de caixa de R\$ 117.545 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2024. Isso representa um aumento na geração de caixa total no período de R\$1.355.188 mil. Esse aumento se deve principalmente devido a empréstimos e financiamentos captados, sendo em 31 de março de 2025 o saldo de R\$1.755.874 mil frente a R\$ 271.596 mil relativo a 31 de março de 2024. Sobre o saldo em 31 de março de 2024, é destaque a captação de R\$

750.000 mil relacionada à 5ª emissão de debêntures simples.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Caixa líquido das atividades operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais totalizou uma geração de caixa de R\$113.984 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a uma geração de caixa de R\$1.037.516 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e que representa uma redução na geração de caixa no exercício de R\$923.532. Essa redução ocorreu, principalmente, em razão: (i) de um maior consumo de capital de giro no exercício de 2024., em especial com estoques numa variação no montante de (R\$ 406.419 mil); e (ii) devido a aplicações financeiras realizadas no montante de R\$ 617.381 mil no exercício de 2024 contra um resgate de aplicações financeiras no montante de R\$ 490.632 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Caixa líquido das atividades de investimento

O caixa líquido das atividades de investimento totalizou um consumo de caixa de R\$201.082 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a um consumo de caixa de R\$236.388 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que representa uma redução no consumo de caixa total no período de R\$35.306 mil. A redução dessa linha está vinculada a aquisição da controlada AML Juratek Limited no exercício de 2023 no montante de R\$ 100.605 mil, enquanto foram realizados pagamentos de combinações de negócios no montante de R\$ 33.211 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou um consumo de caixa de R\$118.433 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a um consumo de caixa de R\$318.571 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e que representa uma redução no consumo de caixa de R\$200.138 mil. A redução no consumo de caixa se deve principalmente pelo aumento na captação de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 500.156 mil em 2024 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 em que totalizou R\$ 94.734 mil principalmente relacionado ao contrato firmado com a International Finance Corporation ("IFC") no montante de R\$ 250 milhões e o financiamento para fomento de exportação no valor de R\$145,0 milhões, realizado em junho de 2024.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Caixa líquido das atividades operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais totalizou R\$1.037.516 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a um caixa líquido consumido de R\$ 105.071 mil no exercício

social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi finalizado com melhora do resultado operacional e pela gestão eficiente do capital de giro, com destaque para a redução de estoques e melhor equilíbrio nas contas a receber e a pagar ao longo do exercício.

Caixa líquido das atividades de investimento

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento totalizou R\$ 236.388 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a um caixa líquido consumido de R\$ 87.381 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O principal impacto dessa linha está vinculado a pagamento efetuado pela combinação de negócios no montante de R\$ 100.885 mil, sendo R\$ 100.605 mil referente à aquisição da AML Juratek Limited.

Caixa líquido das atividades de financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento totalizou R\$318.571 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a um caixa líquido gerado de R\$ 396.708 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A variação ocorreu, principalmente, devido integralização de capital (follow-on) no montante de R\$629.400 mil que a Companhia realizou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.2 – Resultados operacional e financeiro

A Companhia apresenta abaixo sua a composição da receita operacional líquida segregada em mercado doméstico e mercado externo:

(em R\$ mil)	Período de três meses findo em		Exercício encerrado em		
	31/03/2025	31/03/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Mercado doméstico	485.524	377.629	2.366.921	2.156.474	1.882.132
Mercado externo	846.194	463.624	1.598.855	1.232.183	1.176.039
Receita operacional líquida	1.331.718	841.253	3.965.776	3.388.657	3.058.171

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional líquida da Companhia é composta, principalmente, pelos pagamentos que são recebidos dos seus clientes decorrentes das vendas de materiais de fricção, componentes de sistema de freio e componentes para o sistema de suspensão, direção, *powertrain*, dentre outros.

No período de três meses findo em 31 de março de 2025, a receita operacional líquida proveniente do mercado doméstico foi de R\$ 485.524 mil, o que representa 36,5% do total das receitas operacionais líquidas da Companhia. No período de três meses findo em 31 de março de 2024, a receita operacional líquida proveniente do mercado doméstico foi de R\$ 377.629 mil representando 44,9% do total das receitas operacionais líquidas da Companhia no período.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, a receita operacional líquida proveniente do mercado doméstico foi de R\$ 2.366.921 mil, R\$ 2.156.474 mil e R\$ 1.882.132 mil, respectivamente, o que representou 59,68%, 63,64% e 61,54% do total da receita operacional líquida da Companhia, respectivamente.

O crescimento no mercado doméstico foi estimulado pelo mercado de reposição que se manteve aquecido, registrando fluxo estável de passagem pelas oficinas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, aumento da produtividade e capacidade nas plantas fabris, a conquista de *market share* aliado ao desenvolvimento de novas soluções com revisão contínua do portfólio. No segmento de Montadoras, foram registrados ganhos provenientes de novos negócios fomentados em ciclos anteriores.

A receita operacional líquida proveniente do mercado externo totalizou R\$ 846.194 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2025, representando 63,5% do total de receita operacional líquida no período e 112,7% de aumento frente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, que totalizou R\$ 463.624 mil.

O crescimento no mercado externo foi estimulado pela incorporação dos resultados da Dacomsa, que tem sua receita vinculada em aproximadamente 90% à reposição no mercado doméstico mexicano.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, a receita operacional líquida proveniente do mercado externo totalizou, R\$ 1.598.855 mil, R\$ 1.232.183 mil e R\$ 1.176.039 mil, respectivamente, o que representou 40,32%, 36,36% e 38,46% do total de receita operacional líquida, respectivamente.

O crescimento foi relacionado a liberação do governo argentino para a retomada das importações que ajudou a recompor estoques e recuperar a receita. Além disso, a demanda aquecida no mercado americano por produtos da linha pesada, somada ao receio de desabastecimento em função da crise portuária, também favoreceu o aumento das exportações.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Companhia é afetado, principalmente, pela demanda por materiais de fricção, componentes para o sistema de freio, suspensão e direção, que, por sua vez, é impactada pela situação econômica nacional e global, e pelas taxas de câmbio e inflação.

Demanda e situação econômica nacional e global

A Companhia está inserida em um mercado competitivo, porém, possui um modelo de negócio diferenciado, onde o seu faturamento bruto é diversificado entre os segmentos de mercado de reposição e montadoras e ambientes doméstico e externo. Sempre que houver mudanças no cenário econômico ou nas tendências da indústria de autopeças que impacte adversa e diretamente a demanda pelos produtos produzidos pela Companhia, deverão ser tomadas medidas com o fim de mitigar o resultado negativo dessas oscilações. Por outro lado, tendemos a nos beneficiar de condições econômicas favoráveis no Brasil e no mundo, principalmente pela expansão da frota circulante, envelhecimento da frota circulante, pelo aumento na demanda por veículos novos, giro dos veículos seminovos, bem como, pelo aumento nos volumes de cargas e transportes em geral.

Taxas de câmbio

Os resultados operacionais da Companhia são afetados pela volatilidade do câmbio tanto positiva quanto negativamente. A Companhia efetua vendas para o exterior e está exposta ao risco cambial decorrente de exposição de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos. A desvalorização do Real frente a moedas como o Dólar norte americano e o Euro, costuma resultar em um aumento das margens nas vendas para o exterior, enquanto a valorização possui o efeito reverso.

As exportações totalizaram R\$164,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2025, enquanto no período de três meses findo em 31 de março de 2024 este valor correspondeu a R\$ 151,4 milhões. O aumento apresentado refere-se, principalmente, à aquisição da Dacomsa, sendo reconhecida como maior operação da trajetória da Companhia, o que possibilitou ampliação de linhas de produto com os quais a Companhia atua.

As exportações totalizaram R\$ 341.852 mil no exercício de 2024, enquanto nos exercícios sociais encerrados em 2023 e 2022 este valor correspondeu a R\$ 541,9 milhões e R\$ 545,8 milhões respectivamente. O aumento apresentado no exercício de 2024 refere-se, principalmente, à variação entre dólar x real de 7,9% entre os anos de 2024 e 2023 (R\$ 6,17 BRL/USD dez/2024 vs. R\$ 4,85 BRL/USD dez/2023).

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Variações taxas de câmbio e derivativos

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar americano. O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em hedge natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (hedge).

Desde janeiro de 2014, a Companhia designa formalmente para *hedge accounting* como os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

Variações da Inflação

A Companhia é afetada pela inflação no que tange seus custos e despesas operacionais, sendo que os principais índices aplicados são INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado). Baseado em fontes externas, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, o INPC correspondia a 4,77%, e o IGP-M 6,54%. Em 31 de dezembro de 2023, o INPC correspondia a 3,71% e o IGP-M - 3,18%. A variação nos índices mencionados acima pode impactar nos custos com matéria prima, mão de obra e energia elétrica.

Variações nos volumes de vendas

Em relação ao volume de vendas no período de três meses findo em 31 de março de 2025 e no período de três meses findo em 31 de março de 2024 em peças (Materiais de Fricção) foram vendidas 42 milhões e 33,9 milhões de unidades, respectivamente.

Em relação aos volumes de vendas no período de três meses findo em 31 de março de 2025 e no período de três meses findo em 31 de março de 2024 em peças (Componentes de Freio) foram vendidas 2,8 milhões e 2,2 milhões de unidades, respectivamente.

Em relação aos volumes de vendas no período de três meses findo em 31 de março de 2025 e no período de três meses findo em 31 de março de 2024 em peças (Componentes de Direção e Conforto, Motor, Transmissão e *Powertrain*) foram vendidas 11,5 milhões e 6,2 milhões de unidades, respectivamente.

A seguir o detalhamento da receita operacional líquida por tipo de produto:

(R\$ milhões, exceto %)	Período de três meses findo em 31 de março de				Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2025	AV%	2024	AV%	2024	AV%	2023	AV%	2022
Material de Fricção	563,8	42,3%	419,5	49,86%	1.873,4	47,2%	1.635,4	48,3%	98,5
Componentes p/ Sistema de Freio	207,4	15,6%	147,1	17,48%	787,8	19,9%	676,0	19,9%	8,7
Componentes p/ Sistema de Suspensão, Direção e Powertrain	340,7	25,6%	257,2	30,57%	1.126,5	28,4%	948,6	28,0%	16,6
Outros Produtos	219,8	16,5%	17,6	2,09%	178,0	4,5%	128,7	3,8%	-
Receita Operacional Líquida	1.331,7	100,0%	841,3	100,00%	3.965,8	100,0%	3.388,7	100%	3.058,2

O período de três meses encerrado em 31 de março de 2025 foi concluído com crescimento na receita líquida em relação ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2024. Esse desempenho positivo foi impulsionado por todas as linhas de produtos, com destaque para os materiais de fricção, refletindo a continuidade da demanda aquecida no segmento de veículos leves para reparos em oficinas, além de estratégias comerciais voltadas à competitividade de preços e ao fortalecimento da marca. Adicionalmente, na linha de componentes para sistemas de freio, o reposicionamento de produtos *premium*, aliado à retomada das exportações para a Argentina, contribuiu significativamente para o aumento da receita. Já em direção e conforto, o foco esteve na ampliação da disponibilidade dos produtos no mercado, no fortalecimento do portfólio e na consolidação da reputação da marca. Por fim, os componentes voltados a motor, transmissão e *powertrain* ganharam relevância, tanto de volume quando receita nos resultados da Companhia impulsionados pela aquisição da Dacomsa, que incorporou novos produtos a essa família.

O exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi concluído com crescimento em todas as famílias de produtos. O avanço na linha de materiais de fricção foi impulsionado pela demanda aquecida por reparos nas oficinas, fortalecimento do portfólio com o lançamento de novos produtos, reposicionamento de preço e conquista de novos negócios no exterior, além do fortalecimento da marca e diversificação geográfica. Para sistema de freio, o aumento está vinculado a trabalhos de reposicionamento de preço e a normalização das exportações para a Argentina. Os componentes para sistema de suspensão, direção e *powertrain* obtiveram ganhos em *market share* no mercado doméstico.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Impactos da inflação

A Companhia adquire insumos e produtos do mercado interno e externo, para manter sua operação principal de fabricação e venda de produtos manufaturados. A inflação impacta no desempenho financeiro da Companhia na medida em que suas despesas que não são atreladas ao Dólar, sofrem aumentos como por exemplo: salários e materiais de uso e consumo estão indexados aos principais índices de inflação. Por consequência, as matérias-primas bem como outros materiais necessários na fabricação incorrem igualmente em aumentos. O processo inflacionário tem impacto negativo principalmente nas margens de contribuição e no resultado líquido da Companhia.

Variação cambial

A variação cambial impacta tanto na receita da Companhia, que possui parte de seu faturamento em dólares oriundo das exportações, quanto nos custos dos produtos vendidos em que parte desses custos são atrelados ao Dólar. No que tange aos financiamentos a Companhia tem parte expressa em reais e dólar, no entanto, utiliza instrumentos financeiros como derivativos a fim de manter o equilíbrio.

2.3 – Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos no período de três meses findo em 31 de março de 2025 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório de revisão dos auditores independentes sobre as informações contábeis individuais e consolidadas da Companhia não contém ressalvas e ênfases para o período de três meses findo em 31 de março de 2025 e os relatórios de auditoria dos auditores independentes relativos aos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, não contém ressalvas e ênfases.

2.4 – Efeitos relevantes nas DFs

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

No período de três meses findo em 31 de março de 2025 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, não houve a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico estão disponíveis no item 1.12 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia, quando aplicáveis, encontram-se descritos no item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o período de três meses findo em 31 de março de 2025 e os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras individuais e/ou consolidadas ou nos resultados da Companhia.

2.5 – Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA LTM e Margem EBITDA LTM

O EBITDA (é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), conciliada com a medida contábil (lucro líquido do exercício) apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e consiste no lucro líquido do exercício/ período acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social e pelas despesas e custos de depreciação e amortização ("EBITDA").

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida ("Margem EBITDA").

O EBITDA LTM é calculado considerando o EBITDA do exercício findo em 31 dezembro de 2024, somado ao EBITDA do período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2025 e subtraindo o EBITDA do período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2024.

A Margem EBITDA LTM consiste no resultado da divisão do EBITDA LTM pela Receita líquida LTM.

O EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA LTM e Margem EBITDA LTM não são medidas de desempenho financeiro reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Accounting Standards* (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), tampouco representam o fluxo de caixa para os exercícios/períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido do exercício/período, como indicadores do desempenho operacional, como indicadores de liquidez, tampouco como base para distribuição de dividendos ou outras medições de desempenho operacional ou liquidez determinadas de acordo com o BRGAAP ou o *International Financial Accounting Standards* (IFRS Accounting Standards).

O EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA LTM e Margem apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, na medida em que não consideram determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que podem afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras e despesas com amortização e depreciação.

Dessa forma, o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA LTM, Margem EBITDA LTM não devem ser considerados isoladamente, ou como indicadores substitutos para medir lucro operacional e ou lucro líquido, tampouco como melhor forma de mensuração da liquidez e do fluxo de caixa das atividades operacionais.

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA LTM e Margem EBITDA LTM, são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA e a Margem EBITDA de outras

companhias que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes, que eventualmente não utilizem a forma de cálculo de EBITDA nos termos da Resolução CVM 156.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA LTM e Margem EBITDA LTM, da Companhia, para o período de três e doze meses findo em 31 de março de 2025 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

(Em milhares de reais, exceto %)	Período de 12 meses março 2025 (LTM)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	(A+(C-B))	31/03/2025 (A)	31/03/2024 (B)	31/12/2024 (C)	31/12/2023	31/12/2022
EBITDA	784.830	260.951	154.003	677.883	667.248	453.119
Margem EBITDA	17,6%	19,6%	18,3%	17,1%	19,7%	14,8%
Receita Operacional Líquida	4.456.241	1.331.718	841.253	3.965.776	3.388.657	3.058.171

Dívida Bruta Ajustada, Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) e Índice de Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado)

A Dívida Bruta Ajustada é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, consiste no resultado da soma de Empréstimos e Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante), Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante), Débitos com outras partes relacionadas (Mutuo a pagar) – (circulante e não circulante) e Contas a pagar por combinação de negócios (circulante e não circulante).

A Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e consiste na Dívida Bruta Ajustada subtraída pelo: Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações financeiras de liquidez não imediata (circulante e não circulante), Outros Investimentos - (Certificado de Operações Estruturadas (COE)).

Índice de Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde à razão entre a Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado), e o EBITDA e EBITDA LTM. A Companhia adota o Índice de Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) para ajudar na avaliação da capacidade de pagamento da companhia com base na geração de caixa operacional.

A Dívida Bruta Ajustada, Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) e Índice de Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), nem pelo *International Financial Accounting Standards* (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis à Dívida Bruta Ajustada, Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) e Índice de Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) elaboradas por outras companhias, tampouco representam medidas de endividamento ou medida de fluxo de caixa, também como indicadores de liquidez ou reservas para atender o pagamento da dívida no (BR GAAP) ou pelo *International Financial Accounting Standards* (IFRS Accounting Standards). A Dívida Bruta Ajustada, Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) e Índice de Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medidas de liquidez, e não devem ser consideradas isoladamente ou como substitutos

indicadores de liquidez e desempenho. A Companhia utiliza a Dívida Bruta Ajustada, Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) e Índice de Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) para ajudar a avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, endividamento, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta Ajustada, Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) e Índice de Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) em 31 de março de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

(Em milhares de reais, exceto %)	Em	Em		
	31/03/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Dívida Bruta Ajustada	2.953.883	1.243.146	1.030.066	1.099.585
Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado)	2.071.260	-258.247	59.477	1.967
Índice de Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado)	2,6x	-0,38x	-0,0x	0,0x

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA LTM, Margem EBITDA LTM

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA LTM, Margem EBITDA LTM para o período de três e doze meses findo em 31 de março de 2025 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto %)	Período de 12 meses março 2025 (LTM)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	(A+(C-B))	31/03/2025 (A)	31/03/2024 (B)	31/12/2024 (C)	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido do exercício/período	335.527	69.971	109.147	374.703	388.732	203.329
Resultado Financeiro líquido	126.133	98.815	-51.447	-24.129	15.871	84.199
Depreciação e amortização	189.833	68.227	37.106	158.712	124.695	120.079
Imposto de renda e contribuição social	133.337	23.937	59.197	168.597	137.950	45.512
EBITDA	784.830	260.951	154.003	677.883	667.248	453.119
Margem EBITDA	17,6%	19,6%	18,3%	17,1%	19,7%	14,8%

Dívida Bruta Ajustada, Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) e Índice de Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado)

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da Dívida Bruta Ajustada, Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) e Índice de Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) em 31 de março de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

(Em milhares de reais, exceto %)	Em			
	31/03/2025 (A)	31/12/2024 (C)	31/12/2023	31/12/2022
(+) Empréstimos e Financiamentos e Debêntures (passivo circulante + passivo não circulante)	2.735.667	1.111.178	878.142	921.870
(+) Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante)	305	(662)	-	589
(+) Débitos com outras partes relacionadas (Mutuo a pagar) (circulante e não circulante)	4.079	5.692	6.192	6.423
(+) Contas a pagar por combinação de negócio (circulante e não circulante)	213.832	126.938	145.732	170.703
Dívida Bruta Ajustada⁽¹⁾	2.953.883	1.243.146	1.030.066	1.099.585
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(713.069)	(844.881)	(1.050.412)	(567.855)
(-) Aplicações financeiras de liquidez não imediata (circulante e não circulante)	(169.554)	(121.031)	(39.131)	(529.763)
(-) (Certificado de Operações Estruturadas (COE))	-	(535.481)	-	-
Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado)⁽¹⁾	2.071.260	(258.247)	(59.477)	1.967
EBITDA LTM	784.830	677.883	667.248	453.119
Índice de Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado)	2,6x	(0,38x)	(0,0x)	0,00x

⁽¹⁾ A Dívida Bruta Ajustada/Dívida Líquida Ajustada e o EBITDA LTM referem-se ao cálculo utilizado nos *covenants* pactuados nos instrumentos financeiros da Companhia.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA LTM, Margem EBITDA LTM

O EBITDA e a Margem EBITDA são indicadores financeiros utilizados para auxiliar a avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa.

A Companhia elabora e divulga EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA LTM, Margem EBITDA LTM com o fim de apresentar uma informação adicional e uma medida prática para aferir a sua capacidade de pagamento das

dívidas, manutenção de investimentos e capacidade de cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações, razão pela qual entende ser importante sua inclusão no Formulário de Referência. No entanto, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, na medida em que não considera determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que podem afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras e despesas com amortização e depreciação. Dessa forma, o EBITDA não deve ser considerado isoladamente.

A Companhia entende que o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA LTM, Margem EBITDA LTM funcionam como medidas auxiliares gerenciais de desempenho por e permitem auxiliar na comparação de seu desempenho com o de outras empresas do setor. O EBITDA, e a Margem EBITDA são indicadores financeiros utilizados pela administração como ferramentas complementares para avaliação do desempenho operacional da Companhia. Esses indicadores também são utilizados para ajudar a monitorar o grau de alavancagem financeira e apoiar decisões gerenciais, além de servirem como referência para análise da capacidade de cumprimento de obrigações financeiras, manutenção de investimentos e cobertura de capital de giro. Por esse motivo, a Companhia entende ser relevante sua divulgação no Formulário de Referência.

Dívida Bruta Ajustada, Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) e Índice de Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado)

A Companhia considera a Dívida Bruta Ajustada e Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido ajustado), medidas práticas para ajudar a aferir a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para nosso capital de giro.

A Companhia considera o Índice de Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado), em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis, uma medida prática para ajudar a aferir a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para nosso capital de giro.

2.6 – Eventos subsequentes às DFs

Não aplicável, haja vista que não foram identificados eventos subsequentes nas informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2025.

2.7 – Destinação de resultados

	2024	2023	2022
(a) Regras sobre retenção de lucros	No que se refere à retenção de lucros, de acordo com o disposto no Artigo 38 do Estatuto Social vigente no período, foram observadas as seguintes destinações: (a) Reserva Legal, em valor equivalente a 5% do lucro líquido, que não excederá a 20% do capital social; (b) Reserva de Contingência, quando caracterizadas as circunstâncias que a justifiquem, pelo montante julgado necessário através de estudos praticados pela Diretoria; (c) Reserva de Lucros a Realizar, pelo montante a ser apurado conforme normas legais vigentes, quando os lucros a realizar, legalmente previstos, ultrapassarem o total deduzido nos termos das alíneas anteriores; (d) Dividendo mínimo obrigatório, nos termos do Artigo 39; e (e) Reserva Geral de Lucros, com saldo que remanescer após as destinações supramencionadas, destinada à manutenção do capital de giro, que não poderá exceder a 80% do Capital Social. A Companhia possui, ainda, Reservas de Incentivos Fiscais, reconhecidas no passivo em função da adesão ao programa "FUNDOPEM/RS.	No que se refere à retenção de lucros, de acordo com o disposto no Artigo 38 do Estatuto Social vigente no período, foram observadas as seguintes destinações: (a) Reserva Legal, em valor equivalente a 5% do lucro líquido, que não excederá a 20% do capital social; (b) Reserva de Contingência, quando caracterizadas as circunstâncias que a justifiquem, pelo montante julgado necessário através de estudos praticados pela Diretoria; (c) Reserva de Lucros a Realizar, pelo montante a ser apurado conforme normas legais vigentes, quando os lucros a realizar, legalmente previstos, ultrapassarem o total deduzido nos termos das alíneas anteriores; (d) Dividendo mínimo obrigatório, nos termos do Artigo 39; e (e) Reserva Geral de Lucros, com saldo que remanescer após as destinações supramencionadas, destinada à manutenção do capital de giro, que não poderá exceder a 80% do Capital Social. A Companhia possui, ainda, Reservas de Incentivos Fiscais, reconhecidas no passivo em função da adesão ao programa "FUNDOPEM/RS" e outros incentivos utilizados	No que se refere à retenção de lucros, de acordo com o disposto no Artigo 38 do Estatuto Social vigente no período, foram observadas as seguintes destinações: (a) Reserva Legal, em valor equivalente a 5% do lucro líquido, que não excederá a 20% do capital social; (b) Reserva de Contingência, quando caracterizadas as circunstâncias que a justifiquem, pelo montante julgado necessário através de estudos praticados pela Diretoria; (c) Reserva de Lucros a Realizar, pelo montante a ser apurado conforme normas legais vigentes, quando os lucros a realizar, legalmente previstos, ultrapassarem o total deduzido nos termos das alíneas anteriores; (d) Dividendo mínimo obrigatório, nos termos do Artigo 39; e (e) Reserva Geral de Lucros, com saldo que remanescer após as destinações supramencionadas, destinada à manutenção do capital de giro, que não poderá exceder a 80% do Capital Social. A Companhia possui, ainda, Reservas de Incentivos Fiscais, reconhecidas no passivo em função da adesão ao programa "FUNDOPEM/RS" e outros incentivos utilizados

	2024	2023	2022
		para fomentar sua atividade econômica concedidos através do Programa Federal Rota 2030, destinado à cadeia automotiva.	para fomentar sua atividade econômica concedidos através do Programa Federal Rota 2030, destinado à cadeia automotiva.
(a.i) Valores das retenções de lucros	Reserva de incentivos fiscais: N/A. Reserva legal: R\$ 18.387 mil Reserva Geral de Lucros: R\$ 211.738. mil	Reserva de incentivos fiscais: R\$ 2.854 mil. Reserva legal: R\$ 18.728 mil Reserva Geral de Lucros: R\$230.410 mil.	Reserva de incentivos fiscais: R\$ 3.271 mil. Reserva legal: R\$10.078 mil. Reserva Geral de Lucros: R\$ 122.314 mil
(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva de incentivos fiscais: N/A. Reserva legal: 5%. Reserva Geral de Lucros: 58%.	Reserva de incentivos fiscais: 1%. Reserva legal: 5%. Reserva Geral de Lucros: 59%.	Reserva de incentivos fiscais: 2%. Reserva legal: 5% Reserva Geral de Lucros: 60%.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	Conforme estabelecia o Art. 39 do Estatuto Social vigente no período, os acionistas tiveram direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, o correspondente a 25% do lucro líquido. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode creditar e pagar juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente, e imputá-los aos dividendos mínimos obrigatórios. Prescreve em três anos a ação para haver dividendos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, nos termos do artigo 287, II, "a" da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme	Conforme estabelecia o Art. 39 do Estatuto Social vigente no período, os acionistas tiveram direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, o correspondente a 25% do lucro líquido. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode creditar e pagar juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente, e imputá-los aos dividendos mínimos obrigatórios. Prescreve em três anos a ação para haver dividendos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, nos termos do artigo 287, II, "a" da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos deverão ser pagos no prazo de até 30	Conforme estabelecia o Art. 39 do Estatuto Social vigente no período, os acionistas tiveram direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, o correspondente a 25% do lucro líquido. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode creditar e pagar juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente, e imputá-los aos dividendos mínimos obrigatórios. Prescreve em três anos a ação para haver dividendos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, nos termos do artigo 287, II, "a" da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos deverão ser pagos no prazo de até 30

	2024	2023	2022
	em vigor ("<u>Lei das Sociedades por Ações</u>"). Os dividendos deverão ser pagos no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data em que forem declarados, salvo se houver deliberação em sentido contrário pelos acionistas em Assembleia, sendo que, em qualquer caso, esse pagamento deverá ocorrer dentro do mesmo exercício social em que tiverem sido declarados.	(trinta) dias, a contar da data em que forem declarados, salvo se houver deliberação em sentido contrário pelos acionistas em Assembleia, sendo que, em qualquer caso, esse pagamento deverá ocorrer dentro do mesmo exercício social em que tiverem sido declarados.	(trinta) dias, a contar da data em que forem declarados, salvo se houver deliberação em sentido contrário pelos acionistas em Assembleia, sendo que, em qualquer caso, esse pagamento deverá ocorrer dentro do mesmo exercício social em que tiverem sido declarados.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Dividendos são pagos uma vez ao ano, após sua declaração na Assembleia Geral Ordinária. Usualmente, a Companhia remunera os acionistas sob a forma de juros sobre o capital próprio que, em 2024, foram pagos em agosto de 2024, e janeiro de 2025.	Os juros sobre o capital próprio distribuídos no ano de 2023, foram pagos em agosto de 2023, janeiro e abril de 2024.	Os juros sobre o capital próprio foram pagos em julho e dezembro de 2022. No exercício de 2022 a Companhia não teve pagamento de dividendos.
(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Alguns dos contratos financeiros da Companhia estabelecem que haverá restrição ao pagamento de dividendos em valor superior ao mínimo obrigatório, caso a Companhia esteja em mora ou tenha havido descumprimento de suas obrigações.	Alguns dos contratos financeiros da Companhia estabelecem que haverá restrição ao pagamento de dividendos em valor superior ao mínimo obrigatório, caso a Companhia esteja em mora ou tenha havido descumprimento de suas obrigações.	Alguns dos contratos financeiros da Companhia estabelecem que haverá restrição ao pagamento de dividendos em valor superior ao mínimo obrigatório, caso a Companhia esteja em mora ou tenha havido descumprimento de suas obrigações.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela	A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, em 27 de julho de 2020. A Política pode ser	A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, em 27 de julho de 2020. A Política pode ser	A Companhia tem uma Política de Destinação de Resultados formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, em 27 de julho de 2020. A Política pode ser

	2024	2023	2022
aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	consultada no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.fraslemobility.com/), em Governança Corporativa – Estatuto, Códigos e Políticas.	consultada no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.fraslemobility.com/), em Governança Corporativa – Estatuto e Políticas.	consultada no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.fraslemobility.com/) , em Governança Corporativa – Estatuto e Políticas.

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas a sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos da Companhia no período de três meses findo em 31 de março de 2025 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2025 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

2.9 – Comentários sobre itens não evidenciados

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2025 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2025 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2025 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

2.10 – Planos de negócios

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Investimentos relativos ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2025

O período de três meses encerrado em 31 de março de 2025 foi concluído com R\$ 21.501 mil em investimentos uma diminuição de 1,3% comparado ao montante de R\$ 21.783 mil realizados período de três meses encerrado em 31 de março de 2024, sendo os de maior relevância: o projeto da subestação no site Fremax, que visa o aumento de 25% da capacidade produtiva da operação e auxilia em ganhos de redução da conta de energia elétrica. Adicionalmente a Companhia realizou aquisição de equipamentos para unidades fabris, atuou na atualização de *software* e deu continuidade em projetos voltados para a proteção ao meio ambiente.

Investimentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou investimentos no montante de R\$ 165,8 milhões, representando um crescimento de 24,0% em relação aos R\$ 133,7 milhões investidos no exercício anterior. Com relação os investimentos realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os mais relevantes foram: início da construção da Caldeira Verde, projeto que visa a substituição ao gás natural por biomassa com estimativa de reduzir em 60% das emissões de gases de efeito estufa (GEE), o equivalente a 10 mil toneladas de CO₂ por ano. Adicionalmente a Companhia atuou na frente de ampliação da capacidade produtiva com aquisição de máquinas, equipamentos e automação.

PREVISÃO PARA 2025

Principais investimentos em expansão

- Subestação de Energia: na unidade Frasle Mobility site Fremax, está prevista a conclusão da construção da subestação de energia. O projeto contará com um investimento estimado em aproximadamente R\$ 14 milhões ao longo de 2025.
- Aumento de Capacidade: ainda no site Fremax, serão investidos cerca de R\$ 16 milhões na aquisição de máquinas e equipamentos, visando um aumento de 25% na capacidade produtiva, potencializado pela conclusão da subestação de energia.

Principais investimentos em produtividade e automação

- Automação Logística – AutoStore: em 2025, a Companhia concluirá os investimentos na modernização do centro de distribuição localizado em Extrema (MG). O projeto inclui uma estrutura avançada de robótica, engenharia e sistematização, garantindo alta performance na distribuição de produtos. O investimento total será de aproximadamente R\$ 25 milhões, sendo que em 2024, foi aportado

R\$15 milhões e ao longo do exercício de 2025 será aportado R\$ 10 milhões.

- **Eficiência e Produtividade:** serão realizados investimentos nas fábricas da Fritec e da Dacomsa Motor, no México, com foco na otimização do processo de fabricação. Os recursos serão destinados principalmente a melhorias na infraestrutura fabril, aumentando a capacidade, eficiência e produtividade, reforçando o compromisso da Companhia com a excelência operacional.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional e, sempre que necessário, por realização de empréstimos junto a terceiros. Importante ressaltar que, no dia 28 de fevereiro de 2024, a Frasle Mobility, firmou contrato de financiamento com a International Finance Corporation (IFC), maior instituição global de desenvolvimento voltada para o setor privado nos mercados emergentes e que faz parte do Grupo Banco Mundial onde foram captados R\$ 250 milhões para potencializar iniciativas de sustentabilidade.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 16 de abril, foi realizado o desinvestimento na controlada Fanacif S.A., encerrando a operação fabril no Uruguai e transferindo máquinas e equipamentos para o parque fabril do site Caxias do Sul, no Brasil.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Aquisição da Dacomsa (Kuo Refacciones)

Conforme divulgado no dia 14 de janeiro de 2025, através de comunicado ao mercado, a Companhia realizou a conclusão da aquisição da Dacomsa, que compreende três operações industriais (Moresa, TF Victor e Fritec), 1 centro de distribuição (Dacomsa), 1 escritório e dois terrenos adjacentes às plantas de motor na cidade de Celaya.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

NIONE

Unidade controlada pelo Centro Tecnológico Randon (CTR) que é uma sociedade entre a Randoncorp e Frasle Mobility, a NIONE nasceu de estudos científicos em que foi desenvolvida uma tecnologia aplicada no processo de obtenção de um insumo (pré-mix) que potencializa as propriedades de outros materiais, conferindo maior durabilidade, resistência mecânica e alterando suas características físico-químicas. Atualmente, a unidade trabalha em 4 principais frentes de atuação, com produtos já lançados ao mercado, sendo eles:

- Polímeros e compósitos: a transformação de polímeros com as nanopartículas NIONE resulta em nanocompósitos com um novo arranjo molecular e consequentemente melhores propriedades físico-químicas, elevando a performance e a durabilidade das aplicações. Nossos produtos são aplicados na nanoestruturação de polímeros termoplásticos e termofixos, como por exemplo em TPU, PP, PVC, epóxi, poliéster e borracha.
- Ligas Metálicas e Solda: a incorporação de nanopartículas de nióbio em ligas metálicas e solda proporciona alterações micro e macroestruturais, principalmente na tensão de escoamento e na homogeneização da microestrutura, o que afeta diretamente a resposta dinâmica dos componentes, contribuindo para o aumento de vida em fadiga e qualidade. Como resultado, a Nione viabiliza projetos mais modernos, com maior liberdade de design, grandes oportunidades de otimização e muito mais segurança. Essa tecnologia é aplicável em metais ferrosos e não ferrosos, como ferro fundido, aço e alumínio.
- Tratamento de Superfícies Metálicas: uma nova perspectiva para pré-tratamento de superfícies metálicas com uso de nanonióbio. O fosfato de nanonióbio, viabilizado pelas nanopartículas NIONE, traz uma nova perspectiva para o mercado de pré-tratamentos de pintura, oferecendo um produto que alia alto desempenho e sustentabilidade. Além disso, o nióbio nanométrico contribui para o aumento da performance de produtos já presentes no mercado, como o fosfato de ferro e o nano zircônio. A tecnologia pode ser utilizada para aplicações em diferentes tipos de substratos, como aço, ferro fundido e alumínio.
- Tintas e Vernizes: a transformação de tintas e vernizes com as nanopartículas NIONE viabiliza a produção de revestimentos com alta resistência a corrosão, alta resistência química, além de proporcionar benefícios estéticos e de resistência mecânica importantes, tanto para peças metálicas quanto revestimentos cerâmicos.

COMPOSS

A Composs é uma marca da Frasle Mobility dedicada ao desenvolvimento de soluções em materiais compósitos estruturais, oferecendo alternativas inovadoras às peças metálicas tradicionais. Esses materiais, resultantes da combinação de resina polimérica com fibras, proporcionam componentes até 50% mais leves que os convencionais, mantendo ou até superando as propriedades mecânicas originais. Além de contribuírem para a eficiência energética dos veículos, esses materiais permitem designs mais versáteis e reduzem a emissão de gases de efeito estufa.

Na Fenatran 2024, a Composs apresentou uma série de inovações:

- Molas de suspensão: Três modelos distintos foram introduzidos: para implementos rodoviários, oferecendo uma redução de peso de 42% em relação às versões metálicas; para caminhões, com uma diminuição de peso estimada em até 33% comparado a peças similares em aço; para veículos recreativos, proporcionando uma redução de ruídos e sendo 25% mais leves que as opções disponíveis no mercado.
- Para-lama para implemento florestal: este componente destaca-se por ser 60% mais leve, mais flexível, de fácil montagem e resistente a impactos.

- Travessa de chassi para automóveis: Além de ser livre de corrosão e mais leve, este componente oferece maior flexibilidade de design, permitindo a personalização das propriedades mecânicas.

Esses lançamentos reforçam o compromisso da Composs em fornecer soluções avançadas e sustentáveis para a indústria automotiva.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e no período de três meses findo em 31 de março de 2025, foram alocados, respectivamente R\$ 49.956 mil e R\$ 10.827 mil, distribuídos em mais de 100 projetos focados no desenvolvimento de tecnologias competitivas, modernas e sustentáveis.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há outro projeto em desenvolvimento, exceto os já divulgados.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Nos últimos anos, foram destinados em média 1,5% da receita operacional líquida da Companhia para projetos de desenvolvimento de tecnologias mais competitivas, modernas e sustentáveis, que permitem competir em novos e específicos mercados e nichos de negócio.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A administração da Companhia vislumbra oportunidades ESG inseridas dentro do plano de negócios da Companhia, como, por exemplo a ampliação de portfólio de produtos hidráulicos, o desenvolvimento de processos de Co manufatura para mais itens do portfólio e a ampliação o número de SKU's de pastilhas de freio cerâmicas, que reforçam o pilar de sustentabilidade.

2.11 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

A. Informações Financeiras Consolidadas Condensadas Pro Forma Não Auditadas

Abaixo são apresentadas as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas relativas a (a) Dacomsa S.A. de C.V. ("Dacomsa"). (b) Kuo Motor S.A. de C.V. (atualmente denominada Dacomsa Motor S.A. de C.V.) ("Kuo Motor") e (c) Fricción y Tecnología S.A. de C.V. ("Fritec"), considerando a aquisição da Dacomsa pela Companhia em janeiro de 2025, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Para mais informações sobre as aquisições, vide item 1.2 deste Formulário de Referência.

Descrição (Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em milhares, exceto lucro por ação)	Consolidado Fras-le S.A. (Real brasileiro)	Dacomsa		Fritec		Kuo Motor		Ajustes (Real brasileiro)	Notas	Total Pro Forma Dezembro 2024
		Peso Mexicano (MX\$)	Real brasileiro (a)	Peso Mexicano (MX\$)	Real brasileiro (a)	Peso Mexicano (MX\$)	Real brasileiro (a)			
	(1)	(2)		(3)		(4)				(1)+(2)+(3)+(4)+(5)
Receitas	3.965.776	4.903.189	1.442.717	1.126.962	331.598	1.478.691	435.091	(768.520)	3.1b / 3.1c	5.406.662
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(2.635.267)	(3.782.253)	(1.112.892)	(915.528)	(269.385)	(1.109.798)	(326.548)	772.696	3.1b / 3.1c 3.1d	(3.571.396)
Lucro bruto	1.330.509	1.120.936	329.825	211.434	62.213	368.893	108.543	4.176		1.835.266
Despesa com Vendas	(404.731)	(362.203)	(106.575)	-	-	(20.661)	(6.079)	2.793	3.1b	(514.592)
Despesas Administrativas e gerais	(317.435)	(139.458)	(41.034)	(91.831)	(27.020)	(111.142)	(32.702)	(47.102)	3.1b / 3.1d	(465.293)
Resultado de equivalência patrimonial	475	-	-	-	-	-	-	-		475
Outras receitas operacionais	52.984	1.384	407	562	165	10.721	3.155	(2.993)	3.1b	53.718
Outras despesas operacionais	(142.631)	-	-	-	-	-	-	-		(142.631)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	519.171	620.659	182.623	120.165	35.358	247.811	72.917	(43.126)		766.943
Despesas financeiras	(664.229)	(41.811)	(12.302)	(14.537)	(4.277)	(15.941)	(4.690)	(217.581)	3.1b / 3.1e	(903.079)
Receitas financeiras	575.936	10.324	3.038	12.344	3.632	680	200	(45.858)	3.1f	536.948
Lucro (perda) cambial, líquido	112.422	(46.999)	(13.829)	(18.565)	(5.463)	(22.162)	(6.521)	-		86.609
Resultado financeiro	24.129	(78.486)	(23.093)	(20.758)	(6.108)	(37.423)	(11.011)	(263.439)		(279.522)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	543.300	542.173	159.530	99.407	29.250	210.388	61.906	(306.565)		487.421

Descrição <i>(Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em milhares, exceto lucro por ação)</i>	Consolidado Fras-le S.A. (Real brasileiro)	Dacomsa		Fritec		Kuo Motor		Ajustes (Real brasileiro)	Notas	Total Pro Forma Dezembro 2024
		Peso Mexicano (MX\$)	Real brasileiro (a)	Peso Mexicano (MX\$)	Real brasileiro (a)	Peso Mexicano (MX\$)	Real brasileiro (a)			
	(1)	(2)		(3)		(4)				(1)+(2)+(3)+(4)+(5)
Imposto de renda e contribuição social	(168.597)	(167.494)	(49.284)	(26.353)	(7.754)	(63.162)	(18.585)	99.804	4.1g	(144.416)
Lucro líquido do exercício	374.703	374.679	110.246	73.054	21.496	147.226	43.321	(206.761)		343.005
Atribuível aos acionistas não controladores	6.961	-	-	-	-	-	-			6.961
Atribuível aos acionistas da controladora	367.742	374.679	110.246	73.054	21.496	147.226	43.321	(206.761)		336.044
Lucro por ação básico e diluído										
Atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	1,37722								(i)	1,25851

^(a) Conversão da moeda para Reais brasileiros realizada conforme detalhado na nota 4.1(b)

Notas às Informações Financeiras Consolidadas Condensadas *pro forma* não auditadas

1. Descrição da transação

Em 24 de junho de 2024, a Companhia, por meio de suas subsidiárias indiretas Frasle México S. de R.L. de C.V. ("Frasle México") e Frasle North America, Inc. ("Fras-le North America"), celebrou um acordo visando adquirir 100% das ações da Dacomsa S.A. de C.V. ("Dacomsa"). Essa aquisição também incluiu a aquisição indireta de 99,99984017% das ações da Kuo Motor e 100% das ações da Fritec por meio da Dacomsa S.A. de C.V. ("Aquisição Dacomsa"). Essa transação faz parte da estratégia da Companhia de internacionalizar seus negócios de reposição, diversificando seus produtos e expandindo seu portfólio de marcas registradas.

Em 14 de janeiro de 2025, a aquisição foi concluída por R\$ 2,25 bilhões. Desse total, R\$ 450 milhões foram financiados diretamente pela Companhia, enquanto o valor restante foi captado em 13 de janeiro de 2025, por meio de duas emissões de dívida separadas: (i) a 5ª emissão de debêntures no Brasil, totalizando R\$ 750 milhões; e (ii) o valor restante de R\$ 1 bilhão por meio de dívida levantada no México.

Os recursos captados no Brasil, somados ao caixa da Companhia (R\$ 1,2 bilhão), foram destinados à capitalização da Fras-le México e da Fras-le North America – que, por sua vez, repassaram os recursos para a aquisição da unidade de distribuição da Dacomsa.

Os recursos levantados no México, totalizando R\$ 1 bilhão, foram obtidos diretamente pela Dacomsa e foram utilizados para adquirir a participação de controle nas operações da Fritec e da Kuo Motor.

2. Base de elaboração das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas relativas à demonstração do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, foram preparadas e são apresentadas de acordo com o Comunicado Técnico CTG 06 – Apresentação de Informações Financeiras *pro forma*,

equivalente a Orientação Técnica OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras *pro forma*, conforme emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas auditadas da Companhia.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas aqui apresentadas se baseiam:

- (i) Nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas auditadas da Companhia
- (ii) Nas demonstrações financeiras individuais históricas da Dacomsa, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Accounting Standards* (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), auditadas pela Galaz, Yamazaki, Ruiz Urquiza, S.C., afiliada a uma firma membro da Deloitte Touche Tohmatsu Limited. ("Galaz" e "Deloitte", respectivamente), cujo relatório foi emitido em 19 de março de 2025, sem ressalvas.

(iii) Nas demonstrações financeiras individuais históricas da Kuo, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Accounting Standards* (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), auditadas pela Galaz, afiliada a uma firma membro da Deloitte, cujo relatório foi emitido em 27 de março de 2025, sem ressalvas.

(iv) Nas demonstrações financeiras individuais históricas da Fritec, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), auditadas pela Galaz, afiliada a uma firma membro da Deloitte, cujo relatório foi emitido em 27 de março de 2025, sem ressalvas.

3. Descrição dos ajustes *pro forma*

As informações financeiras condensadas *pro forma* não auditadas apresentadas aqui são apenas para fins ilustrativos e não pretendem representar quais teriam sido os resultados operacionais da Companhia se a transação tivesse ocorrido em uma data anterior (1º de janeiro de 2024 no contexto desta informação financeira consolidada e condensada *pro forma* não auditada), nem são necessariamente indicativas dos resultados futuros da Companhia.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas foram elaboradas e apresentadas a partir das demonstrações financeiras históricas de cada entidade e os ajustes *pro forma* foram determinados com base em premissas e estimativas, as quais acreditamos serem razoáveis, e incluem os seguintes ajustes demonstrados no quadro abaixo:

(a) Fras-le S.A. é a única entidade que realiza o pagamento de contribuições sociais, uma vez que a empresa está sob o regime

(R\$, milhares)	Ajustes (b)	Ajustes (c)	Pro Forma (d)	Pro Forma (e)	Pro Forma (e.1)	Pro Forma (f)	Pro Forma (g)	Ajuste pro forma total
Receitas	(766.716)	(1.804)	-	-	-	-	-	(768.520)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	791.458	1.804	(20.566)	-	-	-	-	772.696
Lucro bruto	24.742	-	(20.566)		-	-	-	4.176
Despesa com Vendas	2.793	-	-	-	-	-	-	2.793
Despesa Administrativas e gerais	46	-	(47.148)	-	-	-	-	(47.102)
Outras receitas operacionais	(2.993)	-	-	-	-	-	-	(2.993)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	24.588	-	(67.714)	-	-	-	-	(43.126)
Despesas financeiras	1.527	-	-	(215.194)	(3.914)	-	-	(217.581)
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	(45.858)	-	(45.858)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	26.115	-	(67.714)	(215.194)	(3.914)	(45.858)	-	(306.565)
Imposto de renda e contribuição social (a)	-	-	-	-	-	-	99.804	99.804
Lucro líquido do exercício	26.115	-	(67.714)	(215.194)	(3.914)	(45.858)	99.804	206.761

tributário brasileiro. Para as entidades localizadas no México (Dacomsa, Fritec e KUO Motor), existe apenas o imposto de renda.

(b) (b), (c), (d), (e), (e.1), (f) e (g) são referências às notas explicativas apresentadas nas Informações Financeiras Consolidadas Condensadas Pro Forma Não Auditadas

As informações financeiras consolidadas históricas foram ajustadas para dar efeito aos eventos *pro forma* que são (i) diretamente atribuíveis à Aquisição Dacomsa, (ii) factualmente suportáveis, e (iii) que se espera ter um impacto recorrente sobre os resultados consolidados das operações da Fras-Le S.A. Informações sobre os possíveis ou esperados impactos de decisões tomadas pela Administração em decorrência da transação, como se tivessem sido tomadas em períodos anteriores, são consideradas projeções e não fazem parte do alcance do OCPC 06.

A Companhia não é obrigada a apresentar o balanço patrimonial *pro forma*, uma vez que os efeitos da operação já estão refletidos nas informações financeiras intermediárias referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, divulgada em 7 de maio de 2025, e arquivadas no site de Relações com Investidores da Companhia, o efeito da transação já está refletido e com a e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Brasil.

3.1. Ajustes no Resultado Consolidado condensado *pro forma* (Não Auditado) findos em 31 de dezembro de 2024

(a) Conversão da Moeda funcional das Companhias adquiridas

A moeda funcional e de apresentação da Consolidadora é o Real brasileiro, em contrapartida as Companhias adquiridas utilizam o Peso mexicano como moeda funcional e de apresentação, por isso foi necessário realizar a conversão dos saldos para a moeda de apresentação da Companhia.

A Companhia analisou a variação das taxas cambiais das moedas das Companhias adquiridas, Peso mexicano e Real brasileiro, não foram identificadas flutuações significativas durante a análise da taxa média mensal em comparação com a análise da taxa média anual. Identificamos que a variação das taxas ao longo do ano de 2024, variaram entre 0,29 e 0,30, aproximadamente. Visto que a flutuação não alterou de forma significativa os montantes das Companhias adquiridas, foi utilizada a taxa média anual calculada de 0,29424 para realizar a conversão da moeda de apresentação das adquiridas (MXN) para moeda de apresentação da Adquirente (BRL), em concordância com o OCPC 06, item 11 (b)(iv), conforme apresentada abaixo:

Peso Mexicano (MXN) x Real brasileiro (BRL)		
	Taxas	Taxa Média Anual
Taxa média em janeiro	0,2875	0,29424
Taxa média em dezembro	0,3007	

(b) Eliminação Receitas e Despesas entre: Dacomsa, Fritec e KuoMotors

Em 2024, as adquiridas realizaram transações entre empresas como parte de suas operações normais. A receita e o custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados relacionados a essas transações foram eliminados das informações financeiras *pro forma* para evitar a duplicação de seu impacto financeiro.

Além da combinação de negócios, a Companhia adquiriu direitos sobre determinados ativos imobilizados, bem como ativos intangíveis essenciais às operações da Fritec e da Kuo Motor. Estes

incluíam ativos fixos que haviam sido anteriormente arrendados à Kuo Motor por seus antigos acionistas, juntamente com os direitos sobre as marcas associadas aos produtos fabricados pelas entidades adquiridas. As despesas de arrendamento relacionadas a esses ativos foram excluídas da demonstração *pro forma* do resultado para refletir a transação como se tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024.

(c) Eliminação de receitas e despesas entre Fras-le e Dacomsa

Considerando a Aquisição Dacomsa, foram necessárias eliminações das transações realizadas entre a Companhia e a Dacomsa, a fim de evitar a duplicidade de receitas e despesas.

A transação que originou a eliminação, trata-se da venda de peças de reposição, distribuídas pela Dacomsa para a Companhia. A operação foi realizada em dólar, e ocorreu no decorrer do ano de 2024, antes da Aquisição Dacomsa, sendo necessário o ajuste após a Aquisição Dacomsa.

Visto que a operação foi realizada em Dólar americano, foi necessária a conversão entre o Real Brasileiro e o Dólar americano, para realizar a conversão entre o Dólar americano e o real brasileiro, utilizou-se a taxa média anual de 5,388 para converter os montantes. A taxa média anual foi calculada mediante o levantamento e cálculo das taxas médias trimestrais ao longo de 2024, a Companhia analisou as flutuações das taxas e verificou que não impactaram significativamente o montante total da transação, todos os saldos em milhares de reais:

Dólar Americano (USD) x Real brasileiro (BRL)			
	Taxa	Média anual	
Média trimestral (T1)	4,952		5,3885
Média trimestral (T2)	5,214		
Média trimestral (T3)	5,544		
Média trimestral (T4)	5,842		

(d) Amortização da mais valia dos ativos adquiridos

Reflete a parcela da depreciação e amortização da mais valia alocada aos ativos adquiridos para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, com base na vida útil remanescente estimada. Conforme detalhado na nota (a), foi utilizada a taxa média anual de 0,294, para fins de conversão, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Mais valia	Vida útil média Estimada (anos)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024
Dacomsa			
Marcas	181.941	13	13.995
Carteira de Clientes	357.711	12,1	29.563
Terrenos	69.628	-	-
Prédios	3.447	37,9	117
Máquinas e equipamentos	63.506	15,5	3.457
Equipamentos de laboratório	189	12	16

	Mais valia	Vida útil média Estimada (anos)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024
Ajuste <i>Pro Forma</i> na despesa	676.422		47.148
Estoques	20.566	0,4	20.566
Ajuste <i>Pro Forma</i> no custo	20.566		20.566
	696.988		67.714

(e) Dívidas contratadas para a aquisição

Refere-se ao reconhecimento dos juros de debêntures e empréstimos contratados para realizar a aquisição das adquiridas pela Companhia.

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024
Despesa Financeira Fras-le	(683.971)
Inclusão despesas financeira Fras-le (i)	(88.723)
Inclusão despesas financeira Dacomsa (ii)	(126.471)
Total ajuste da despesa financeira <i>Pro Forma</i>	(215.194)
Total despesa <i>Pro Forma</i>	(899.165)

Com o objetivo de captar os recursos para financiar a aquisição das adquiridas, a Companhia realizou sua 5ª emissão de debêntures em janeiro de 2025, no Brasil, com um valor nominal de 1 mil reais cada. No total, foram emitidos 750 mil ativos, resultando em um montante total de R\$ 750.000.000. Essa emissão foi realizada com base nas taxas do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) acrescidas de 1,22%, resultando em uma despesa financeira no valor de R\$ 88.723. O montante advindo da operação foi transferido para o México para pagamento da aquisição das Companhias Dacomsa, Fritec e Kuo Motor. Visto que as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* são reperformadas para demonstrar a aquisição das companhias em janeiro de 2024, a despesa de juros foi calculada com base nos termos contratuais dos instrumentos de dívida como se estivessem em vigor desde 1º de janeiro de 2024, utilizando o método da taxa de juros efetiva, tendo como premissas as taxas de CDI aplicáveis durante o período e o spread de 1,22% e, sendo assim, as despesas financeiras advindas da operação devem ser alocadas no resultado *pro forma* de 2024.

Com o objetivo de captar recursos necessários para financiar a aquisição de empresas, a Controladora decidiu contrair um empréstimo junto ao banco BBVA (Banco Bilbao Vizcaya Argentaria) em janeiro de 2025. O valor total do empréstimo é de MX\$ 3.174.471 (pesos mexicanos), R\$ 934.058.269 (real brasileiro). Este empréstimo foi estruturado com um prazo de pagamento de 7 anos, a taxa de juros aplicada ao empréstimo é fixada em 2,15%, além disso, há uma taxa ordinária de 0,24% que está indexada à taxa TIEE (Taxa de Intercâmbio de Títulos de Crédito). Visto que as informações *pro forma* são reperformadas para demonstrar a aquisição das Companhias em janeiro de 2024, as despesas financeiras

advindas da operação devem ser alocadas no resultado *pro forma* de 2024. Realizamos a conversão dos custos utilizando a taxa média anual do peso mexicano x Real brasileiro, resultando em uma despesa financeira no valor de MX\$ 429.821 (pesos mexicanos), R\$ 126.471 (real brasileiro), conforme estudo da variação da taxa cambial realizado, vide nota (a).

(i) Custos de Empréstimos

Refere-se ao reconhecimento dos custos financeiros relacionados às debêntures e empréstimos que foram realizados para compor o valor pago na operação de aquisição realizada entre a Companhia e as entidades adquiridas.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024	
Total da Despesa <i>Pro Forma</i> (a)	(899.165)
Exclusão Reserva de Crédito Itaú (i)	8.047
Inclusão Custo da transação Dacomsa (ii)	(11.961)
Total do ajuste <i>Pro Forma</i> (b)	(3.914)
Total da despesa <i>Pro Forma</i> (a+b)	(903.079)
(i) Refere-se aos custos inerentes a emissão de debêntures adquirida para suportar a transação de aquisição das Companhias Dacomsa, Fritec e Kuo Motor, tais custos tem como data base seus dispêndio no decorrer no ano de 2024, entretanto visto que as informações <i>pro forma</i> foram preparadas para demonstrar a aquisição das companhias em janeiro de 2024, os custos devem ser excluídos nos custos financeiros <i>pro forma</i> de 2024.	
(ii) Refere-se aos custos inerentes a contratação do empréstimo adquirido para suportar a transação de aquisição das companhias Fritec e Kuo Motor, tais custos tem como data base seus dispêndio em janeiro de 2025, entretanto visto que as informações <i>pro forma</i> foram preparadas para demonstrar a aquisição das companhias em janeiro de 2024, os custos devem ser alocados nos custos financeiros <i>pro forma</i> de 2024. Realizamos a conversão dos custos utilizando a taxa média anual do peso mexicano x Real brasileiro, conforme estudo da variação da taxa cambial realizado, vide nota (a).	

(f) Receitas com aplicações financeiras realizadas na operação

Isso se refere ao estorno de receitas financeiras oriundas de aplicações financeiras que também foram utilizadas para pagar a aquisição.

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024
Receita Financeira Fras-le (a)	582.806
Exclusão de receita de aplicação financeira Fras-le (i)	(35.608)
Exclusão de receita de aplicação financeira Dacomsa (ii)	(10.250)
Total ajuste de receita financeira <i>Pro Forma</i> (b)	(45.858)
Total receita financeira <i>Pro Forma</i> (a+b)	536.948

- (i) O saldo refere-se ao saldo de equivalentes de caixa da Fras-le, parte desse saldo é advindo do follow on realizado em 2022. O montante foi aplicado para compor o valor da aquisição realizada, no valor de R\$ 328.867.200, vinculada a remuneração de 100% do CDI (Certificado depósito interbancário), resultando em uma receita financeira de R\$ 35.608. A aplicação realizada tem como data base seus ganhos no decorrer no ano de 2024, entretanto visto que as informações financeiras consolidadas *pro forma* são preparadas para demonstrar a aquisição das Companhias em janeiro de 2024, as receitas devem ser excluídas nas receitas financeiras *pro forma* de 2024.
- (ii) O saldo refere-se ao saldo de equivalentes de caixa da Fras-le USA que foi utilizado na integralização com a Fras-le México, o saldo foi aplicado no decorrer do ano de 2024 no valor de US\$ 44.000.000, vinculada a uma aplicação "Time deposit", é uma aplicação com prazo e juros fixos, sem liquidez imediata, com taxa média de rendimento em 4,7% a.a., realizamos a conversão da receita de acordo com o montante mensal da aplicação e a média mensal do Dólar no ano de 2024, resultando em uma receita financeira de R\$ 10.250. A aplicação realizada tem como data base seus ganhos no decorrer no ano de 2024, entretanto visto que as informações *pro forma* foram preparadas para demonstrar a aquisição das Companhias em janeiro de 2024, as receitas devem ser excluídas nas receitas financeiras *pro forma* de 2024.

(g) Imposto de Renda Diferido

Corresponde ao reconhecimento do reflexo dos ajustes *pro forma* de resultado no imposto de renda do Mexico calculados às alíquotas previstas pela legislação fiscal mexicana vigente de 30%, sobre os ajustes *pro forma*. Visto que os ajustes de aquisição foram refletidos na "Dacomsa" entidade adquirida localizada no Mexico.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024	
Amortização dos ativos adquiridos - Ajuste <i>Pro Forma</i>	(67.714)
Resultado Financeiro - Ajuste <i>Pro Forma</i> (i)	(264.966)
Total ajuste <i>pro forma</i>	(332.680)
Imposto de Renda (30%) alíquota imposto México	99.804
Total ajuste <i>Pro Forma</i>	99.804
Total Imposto de Renda Companhia, Kuo Motors e Fritec	(244.220)
Total Imposto de Renda <i>Pro Forma</i>	(144.416)

⁽ⁱ⁾ O saldo do resultado financeiro refere-se à soma dos saldos dos ajustes financeiros *pro forma* da Dacomsa, que totalizam R\$ 264.966. Isso inclui R\$ 215.194, conforme nota (f), referente aos ajustes financeiros *pro forma*; R\$ 3.914, conforme nota (f.1), referente ao ajuste dos custos de empréstimos *pro forma*; e R\$ 45.858, conforme nota (g), referente aos ajustes de títulos negociáveis *pro forma*.

(h) Lucro por ação

O lucro *pro forma* por ação foi recalculado de forma que refletisse os efeitos da transação, conforme apresentado abaixo:

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024	
	Básico e Diluído
Média ponderada do número de ações	267.016
Fator de diluição	-
Lucro líquido <i>pro forma</i> atribuído aos acionistas da Fras-le	336,044
Lucro <i>pro forma</i> por ação (R\$) ⁽ⁱ⁾	1,25851

(i) O lucro por ação *pro forma* foi calculado com base no número médio ponderado histórico de ações em circulação durante o período. Não foram considerados efeitos de diluição.

B. EBITDA Pro Forma e Margem EBITDA Pro Forma

O EBITDA Pro Forma é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“[Resolução CVM 156](#)”), conciliada com a medida contábil lucro líquido do exercício pro forma apresentadas nas Informações Financeiras Consolidadas Condensadas pro forma não auditadas, e consiste no lucro líquido pro forma do exercício acrescido pelo resultado financeiro líquido pro forma, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social pro forma e pelas despesas e custos de depreciação e amortização pro forma (“[EBITDA Pro Forma](#)”).

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA Pro Forma dividido pelas receitas Pro Forma (“[Margem EBITDA Pro Forma](#)”).

	Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2024					
	Total Pro forma Dezembro 2024 (R\$) (1)+(2)+(3)+(4)	Consolidado Fras-le S.A. (R\$) ¹	Histórico Dacomsa (R\$) ²	Histórico Fritec (R\$) ³	Histórico KUO Motor (R\$) ⁴	Ajustes Pro Forma (R\$) ⁵
Lucros do exercício/ (Prejuízo) do Período pro forma	343.005	374.703	110.246	21.496	43.321	(206.761)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro pro forma	144.416	168.597	49.284	7.754	18.585	(99.804)
(+) Resultado Financeiro líquido pro forma	279.522	(24.129)	23.093	6.108	11.011	263.439
(+) Depreciação e Amortização pro forma	252.621	158.712	5.464	9.280	11.451	67.714
EBITDA Pro Forma ⁶	1.019.564	677.883	188.087	44.638	84.368	24.588
Receitas Pro forma	5.406.662	3.965.776	1.442.717	331.598	435.091	(768.520)
Margem EBITDA Pro Forma ⁷	18,8%	17,1%	13,0%	13,5%	19,4%	3,2%

¹ Refere-se às demonstrações financeiras consolidadas da Fras-Le S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

² Refere-se às demonstrações financeiras individuais históricas da Dacomsa S.A. de C.V. (“Dacomsa”) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, adquirida em 24 de junho de 2025.

³ Refere-se às demonstrações financeiras individuais históricas da Fricción y Tecnología, S. A. de C.V. (“Fritec”), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, adquirida em 24 de junho de 2025.

⁴ Refere-se as demonstrações financeiras individuais históricas da Kuo Motor S.A. de C.V. (“Kuo Motor”), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, adquirida em 24 de junho de 2025.

3. Projeções / 3.1 Projeções divulgadas e premissas

a) objeto da projeção

Com o objetivo de orientar o mercado em relação ao desempenho dos negócios, a Companhia divulga projeções dos principais indicadores de desempenho anualmente.

A partir do ano de 2022, a Companhia remodelou os indicadores conforme abaixo:

- Receita Líquida Consolidada
- Receitas - Mercado Externo¹
- Margem EBITDA²
- Investimentos³

¹Valor referente à soma das exportações a partir do Brasil e receitas geradas pelas unidades no exterior, líquido das operações intercompany;

²Percentual considera margem ajustada por eventos não-recorrentes; ³Valor referente à investimentos orgânicos.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

2026

No dia 11 de março de 2026, a Companhia divulgou o *Guidance* para o ano de 2026. Estas projeções são acompanhadas mensalmente e revisadas semestralmente e novamente reportadas para conhecimento do mercado, se for o caso. O prazo de validade da projeção realizada é a divulgação dos resultados do exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2026.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Os indicadores foram validados no processo de planejamento estratégico da Companhia e respaldados pela avaliação do cenário macroeconômico doméstico e dos países com os quais a Companhia mantém relações comerciais, bem como indicadores setoriais, da indústria automotiva, e o comportamento de mercado em seus segmentos de atuação. Importante destacar que as projeções não incluem potenciais projetos estratégicos (M&A). Dentre os fatores relevantes para o desempenho da Companhia, podemos destacar:

Receita Líquida Consolidada

- Crescimento nas linhas de suspensão, direção e discos, consideradas relevantes para sua estratégia de negócios;
- Contratos celebrados com montadoras, com previsão de início de produção (SOP) a partir do 1º semestre de 2026, conforme cronogramas e condições contratuais aplicáveis;
- A Companhia busca preservar e fortalecer sua posição competitiva, bem como capturar oportunidades comerciais decorrentes do ambiente geopolítico e da dinâmica concorrencial, observadas as condições de mercado e demais fatores externos.

Receitas – Mercado Externo

- USMCA: incertezas geopolíticas e demanda mais fraca, com maior impacto na linha comercial; expectativa de retomada gradual a partir do 2º semestre. México: potencial de sinergias com a Dacomsa, sujeito à integração e às condições de mercado;
- LATAM: ampliação do portfólio e fortalecimento de marca para atender demandas locais e mitigar concorrência asiática; Argentina: instabilidade econômica e política pode afetar o ritmo de execução;
- EUROPA: expansão do portfólio, com foco em suspensão e direção;
- Taxa de câmbio considerada para a conversão de receitas do mercado externo de R\$ 5,60 para cada US\$ 1,00.

Margem EBITDA

- Preços de venda majoritariamente estáveis, com repasses pontuais vinculados à inflação, quando aplicáveis;
- Captura de sinergias na consolidação do *supply chain* (insumos e itens co-manufaturados), no contexto da integração da Dacomsa;
- Contribuição de iniciativas de eficiência operacional e produtividade.
- Investimentos
- Manutenção e conservação do parque fabril e demais ativos;
- Projetos de produtividade, automação e melhoria operacional.

A Companhia ressalta que as informações sobre as perspectivas dos negócios e projeções são previsões,

baseadas nas expectativas atuais da administração e são válidas até sua efetiva concretização ou até a realização de novas análises e revisões que identifiquem valores diferentes para as projeções apresentadas em decorrência de alterações nas premissas utilizadas.

Essas projeções estão sujeitas a riscos e incertezas, não constituindo promessa de desempenho. Em caso de alteração relevante nestes fatores, que podem fazer com que os resultados concretos sejam diferentes dos projetados, as projeções serão oportunamente revisadas.

d) objeto e valores da projeção

GUIDANCE 2026

Indicadores	Guidance 2026
Receita Líquida Consolidada	R\$ 5,6 ≤ X ≤ R\$ 6,2 bilhões
Receitas - Mercado Externo ¹	US\$ 540 ≤ X ≤ US\$ 570 milhões
Margem EBITDA ²	17,5% ≤ X ≤ 20%
Investimentos ³	R\$ 170 ≤ X ≤ R\$ 210 milhões

¹Valor referente à soma das exportações a partir do Brasil e receitas geradas pelas unidades no exterior, líquido das operações intercompany; ²Percentual considera margem ajustada por eventos não-recorrentes; ³Valor referente à investimentos orgânicos.

3. Projeções / 3.2 Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

No ano de 2023 a Companhia divulgou projeções em 24 de abril de 2023, que foram revisadas em 27 de setembro de 2023; em 2024 não ocorreram substituições e/ou alterações de projeções ao longo do respectivo exercício; e no ano de 2025 a Companhia divulgou projeções em 10 de abril de 2025, que foram posteriormente descontinuadas em 16 de junho de 2025, e retomadas e revisadas em 6 de agosto de 2025.

A Companhia divulgou projeções entre 2023 e 2025, as quais se referiam ao exercício social em curso no momento da respectiva divulgação, razão pela qual não são mais aplicáveis nesta data.

Importante reforçar que, este Formulário de Referência não substitui projeções relativas a períodos já divulgadas pela Companhia.

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

2024

O *Guidance* 2024 foi divulgado em 11 de março de 2024 e a comparação entre o projetado e realizado em 2024, está disposta no arquivo de Demonstração Financeira Padronizada “DFP” referente a conclusão do exercício de 31 de dezembro de 2024, a qual foi divulgada pela Companhia em 18 de março de 2025. O item “Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais” referido nas Demonstrações Financeiras Padronizadas está disponível em:

(i) na página de relações com investidores da Companhia na internet (<https://ri.fraslemobility.com/>). No referido endereço, selecione a opção “Informações a Investidores” e “Central de Resultados” no canto superior da página; em seguida, selecione opção “2024” no canto direito; em seguida, selecione, na linha “ITR/DFP”, o documento na coluna “4T24”; o item “Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais” está na página 123 do PDF; e

(ii) na página da CVM na internet (<https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=6211>). No referido endereço, selecione em “Data de Entrega” a opção “No Período” e insira no campo “De” a data “18/03/2024” e no campo “Para”, a data de consulta; em seguida, selecione no item “Categoria” a opção “DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas” e clique em “Consultar”; em seguida, na linha cujas colunas “Data de Referência” e “Status” indiquem respectivamente “31/12/2024” e “Ativo”, selecione na coluna “Ações” dessa linha a opção “Visualizar Documento” e, em seguida, selecione a opção “Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais” no canto superior esquerdo.

2025

O *Guidance* 2025 foi divulgado em 11 de abril de 2025 e a comparação entre o projetado e realizado em 2025, está disposta no arquivo de Demonstração Financeira Padronizada “DFP” referente a conclusão do exercício de 31 de dezembro de 2025, a qual foi divulgada pela Companhia em 11 de março de 2026. O item “Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais” referido nas Demonstrações Financeiras Padronizadas está disponível em:

(i) na página de relações com investidores da Companhia na internet (<https://ri.fraslemobility.com/>). No referido endereço, selecione a opção “Informações a Investidores” e “Central de Resultados” no canto superior da página; em seguida, selecione opção “2025” no canto direito; em seguida, selecione, na linha “ITR/DFP”, o documento na coluna “4T25”; o item “Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais” está na página 123 do PDF; e

(ii) na página da CVM na internet (<https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=6211>). No referido endereço, selecione em “Data de Entrega” a opção “No Período” e insira no campo “De” a data “11/03/2026” e no campo “Para”, a data de consulta; em seguida, selecione no item “Categoria” a opção “DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas” e clique em “Consultar”; em seguida, na linha cujas colunas “Data de Referência” e “Status” indiquem respectivamente “31/12/2025” e “Ativo”, selecione na coluna “Ações” dessa

linha a opção “Visualizar Documento” e, em seguida, selecione a opção “Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais” no canto superior esquerdo.

Indicadores	Projetado 2024	Real 2024	Projetado 2025	Real 2025
Receita Líquida Consolidada	R\$ 3,7 ≤ X ≤ R\$ 4,0 bilhões	3.965,8	R\$ 5,4 ≤ X ≤ R\$ 5,8 bilhões	5.490,9
Receitas Mercado Externo ¹	US\$ 250,0 ≤ X ≤ US\$ 290,0 milhões	289,7	US\$ 500,0 ≤ X ≤ US\$ 540,0 milhões	520,1
Margem EBITDA ²	17,0% ≤ X ≤ 21,0%	18,4	17,5% ≤ X ≤ 20,5%	17,8
Investimentos ³	R\$ 130,0 ≤ X ≤ R\$ 170,0 milhões	165,8	R\$ 170,0 ≤ X ≤ R\$ 210,0 milhões	190,5

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Com a conclusão do exercício de 2025, foi apresentado pela Companhia o realizado de 2025, com a devida comparação com a projeção dada, e conforme mencionado nos itens acima, a Companhia apresentou ao mercado, por meio de Fato Relevante, em 11 de março de 2026, sua projeção para o exercício de 2026.

4.1 – Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras, demonstrações financeiras intermediárias e respectivas notas explicativas da Companhia. Os negócios, atividades, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, participação de mercado, margens, perspectivas, condições societárias, reputação e/ou liquidez da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por, entre outros motivos, qualquer dos fatores de risco descritos a seguir ou pelas informações contidas nos documentos acima mencionados.

O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem lhe afetar adversamente e de forma relevante. Além disso, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente ou que a Companhia considere irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão lhe afetar adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, participação de mercado, margens, perspectivas, condição societária, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, cabe ressaltar que determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens da mesma seção.

Os fatores de risco descritos neste item “4.1. Fatores de Risco” estão expostos em ordem decrescente de relevância dentro de cada subitem.

(a) Emissor

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ameaças e ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de Tecnologia da Informação (TI) da Companhia, que podem resultar em danos à reputação e às operações da Companhia.

A Companhia adota diversos sistemas e ferramentas informatizados desenvolvidos para apoiar suas áreas de negócios e operacionais. Essa pluralidade de sistemas e ferramentas pode trazer dificuldade na manutenção de tais sistemas e ferramentas e de integração entre ambientes e plataformas.

Os sistemas e ferramentas de tecnologia da informação da Companhia podem estar vulneráveis a fatores externos, tais como desastres naturais, invasões por terceiros mal-intencionados (*hackers*), acessos não autorizados a informações confidenciais, ataques cibernéticos (*denial of service*, *malware* e *phishing*) e violações de segurança que podem causar a degradação dos sistemas ou a indisponibilidade de serviços.

A Companhia pode não ser capaz de lidar tempestivamente com as consequências de um evento envolvendo seus sistemas e ferramentas de tecnologia da informação, já que uma violação bem-sucedida aos seus sistemas, *softwares*, *hardwares*, redes e sistemas de tecnologia ou outros ativos tecnológicos, pode ocorrer e persistir por um algum período antes de ser detectada. Eventuais falhas e/ou vulnerabilidades de nossos sistemas e servidores podem resultar em tempo de inatividade em tais sistemas e servidores e/ou interrupção total ou parcial das nossas operações, o que pode afetar seus negócios e resultados operacionais de forma negativa, além de afetar adversamente a reputação da Companhia junto ao mercado.

Incidentes de segurança cibernética podem afetar a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos sistemas ou redes da Companhia e, portanto, resultar em apropriação indevida de informações da Companhia e/ou dados pessoais de seus clientes, colaboradores, fornecedores e terceiros e/ou em tempo de inatividade em seus servidores ou operações ou, ainda, na divulgação de patentes, segredos comerciais e/ou outras informações comerciais sensíveis para Companhia, o que pode afetar adversamente os resultados financeiros e a reputação da Companhia.

A implementação e manutenção de medidas de segurança cibernética eficazes pode envolver custos significativos e enfrentar desafios técnicos relevantes, especialmente diante da constante evolução das ameaças digitais.

Adicionalmente, referidas interrupções ou falhas podem não estar cobertas pelas apólices de seguros que a Companhia possui contratadas para seus ativos. Perdas não cobertas por estes seguros, ou cuja cobertura não seja suficiente para compensar todos os danos causados, podem resultar em prejuízos, o que poderá impactar negativamente a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Ainda, as medidas de segurança previstas nas regulamentações de proteção de dados pessoais devem ser observadas pela Companhia, de modo a garantir a conformidade. Para mais informações, vide fator de risco "A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções" neste Formulário de Referência.

Qualquer interrupção em nossos sistemas poderá causar efeito material adverso sobre os nossos negócios ou perdas financeiras. Diante da própria natureza da internet e de sistemas informáticos, não é possível garantir que não ocorrerão falhas como as aqui descritas, tampouco que a Companhia será capaz de detectar e reagir adequadamente caso tais falhas venham a ocorrer. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia, sua reputação e, portanto, em perdas financeiras para a Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos operacionais significativos relacionados a falhas inesperadas em suas plantas industriais e equipamentos, os quais podem comprometer a continuidade de suas operações.

Interrupções na produção, ainda que temporárias, podem ocorrer em decorrência de falhas mecânicas, elétricas ou estruturais em equipamentos essenciais, indisponibilidade de peças de reposição, acidentes industriais, incêndios, explosões, eventos climáticos extremos ou outros incidentes imprevisíveis.

Essas falhas podem resultar na paralisação total ou parcial das atividades produtivas, afetando diretamente a capacidade de atendimento aos clientes, a eficiência operacional e os níveis de receita durante o período impactado. Além disso, a necessidade de reparos emergenciais, substituição de equipamentos ou realocação de recursos pode gerar custos adicionais relevantes, afetando o fluxo de caixa e a rentabilidade da Companhia.

Eventos dessa natureza também podem ocasionar perdas de estoque, danos a ativos físicos, atrasos na entrega de produtos e serviços, e até mesmo riscos à integridade física de colaboradores, clientes ou terceiros. A ocorrência de paralisações prolongadas pode comprometer a reputação da Companhia perante o mercado, impactar negativamente o relacionamento com clientes e fornecedores, e resultar na perda de contratos ou oportunidades comerciais.

Adicionalmente, a Companhia pode enfrentar dificuldades para retomar suas operações em tempo hábil, especialmente em casos em que os danos exigirem intervenções complexas ou quando houver dependência de fornecedores externos para a reposição de equipamentos ou componentes críticos. A soma desses fatores pode afetar adversamente os resultados operacionais, a posição financeira e a imagem da Companhia.

A Companhia depende de seus centros de distribuição e qualquer interrupção ou falha em seu funcionamento poderá gerar um efeito adverso relevante em seus negócios.

A Companhia possuía, em 31 de março de 2025, 9 centros de distribuição e ou operações logísticas, dos quais depende para o adequado desempenho de suas atividades e para o atendimento eficiente de seus clientes. Dessa forma, qualquer interrupção, paralisação ou redução das operações nesses centros, seja por motivos de força maior, questões regulatórias, ambientais, trabalhistas, problemas sanitários, vandalismo, roubo, desastres naturais, incêndio, alagamentos, danos ambientais ou outros eventos similares, pode comprometer de maneira relevante a capacidade operacional da Companhia.

A dependência dos centros de distribuição e da infraestrutura logística faz com que eventuais paralisações ou prejuízos nesses locais possam resultar em atrasos significativos na liberação ou entrega de produtos, aumento de custos operacionais não previstos, dificuldades para atender à demanda dos clientes e, consequentemente, perda de receitas. Nesse sentido, greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho nos centros de distribuição podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

Ainda, os centros de distribuição da Companhia estão instalados em imóveis de terceiros, por meio de

contratos de locação. Qualquer problema relacionado a esses contratos — como não renovação, rescisão antecipada ou disputas contratuais — pode obrigar a Companhia a deslocar seus centros de distribuição para imóveis com localização menos favorável do ponto de vista logístico, o que pode comprometer a fluidez das operações logísticas, impactar negativamente a cadeia de suprimentos e resultar em aumento de custos operacionais. Para mais informações sobre os contratos de locação vide o fator de risco “*A Companhia, inclusive por meio de suas controladas, exerce suas atividades em imóveis de terceiros por meio de contratos de locação*” abaixo.

Além disso, a impossibilidade de utilizar alternativas logísticas de forma imediata pode agravar ainda mais os impactos negativos, prejudicando a reputação da Companhia, sua posição competitiva e sua capacidade de manter relacionamentos comerciais com clientes e parceiros estratégicos.

Caso algum dos centros de distribuição da Companhia venha a sofrer prejuízos significativos, incluindo danos causados por vandalismo, roubo, desastres naturais, incêndio e alagamentos e/ou danos ambientais, ou caso as atividades venham a ser interrompidas ou reduzidas, seja em função de questões regulatórias, ambientais, trabalhistas, problemas sanitários ou outros eventos similares, poderão ocorrer atrasos na liberação ou entrega dos produtos, ou, ainda, problemas de logística e infraestrutura. Nesse cenário, a Companhia poderá incorrer em custos operacionais não previstos e poderá não atender a demanda de clientes localizados na região atingida pelos eventos danosos. Tal situação pode afetar adversamente a receita da Companhia e sua capacidade de atendimento aos clientes.

A Companhia pode não ser capaz de realizar aquisições no momento e nos termos ou preços desejados. Adicionalmente, tais aquisições podem não trazer os resultados que a Companhia espera e/ou a Companhia pode não ser capaz de integrá-las com sucesso aos seus negócios.

Como parte de sua estratégia, a Companhia monitora constantemente oportunidades de crescimento inorgânico por meio de aquisições ou de fusões, que podem não ser bem-sucedidas, tendo em vista que a condução desses projetos dependerá do seu planejamento estratégico, da correta adoção de estratégias comerciais, financeiras e logísticas, todas igualmente necessárias ao desempenho de suas operações.

Eventuais aquisições poderão envolver uma série de riscos conhecidos e desconhecidos para a Companhia, além de desafios, que poderão causar efeitos prejudiciais relevantes sobre os seus negócios, especialmente, os seguintes:

- As aquisições ou fusões podem não contribuir com a estratégia comercial ou com a imagem da Companhia;
- A Companhia poderá ficar exposta a passivos e contingências relativos a, entre outras, questões cíveis, ambientais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual como violação de marcas e patentes ou reclamações de responsabilidade civil por seus respectivos produtos, bem como outras questões regulatórias;
- O processo de tais aquisições pode ser demorado e custoso, e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada de suas operações usuais;

- Dificuldade de obtenção das aprovações regulatórias necessárias nos países em que buscar concretizar aquisições ou fusões, incluindo aquelas das autoridades de defesa da concorrência, deferimento de revalidações de registros sanitários e de concessão de novos registros pleiteados pela empresa adquirida;
- Dificuldade de integração ou custos de integração elevados, devido a diferenças inicialmente não identificadas durante o processo de aquisição ou fusão;
- Gerenciamento de custos adicionais não programados relacionados à operação de integração;
- Os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados;
- Falha nos processos de auditoria interna na detecção de contingências materiais que possam impactar os negócios envolvendo o ativo;
- A estrutura de custos dos ativos, sociedades e/ou marcas adquiridas poderá ser diferente da estrutura de custos da Companhia, e a Companhia poderá levar mais tempo do que inicialmente previsto para adequar tal estrutura à sua; e
- Eventuais restrições poderão ser impostas por autoridades de defesa da concorrência, de modo que a Companhia deixe de obter benefícios esperados, como por exemplo: captação de novos clientes, economia de custos, aceleração dos processos de conexão junto às distribuidoras ou aprimoramentos no fluxo de caixa, dentre outros.

Adicionalmente, a Companhia poderá incorrer em custos e perdas imprevistas, em razão dos riscos de desvio da atenção da administração dos negócios existentes, de dificuldades na integração de operações e pessoal adquiridos, de diminuição da liquidez e aumento significativo das despesas e alavancagem de juros da Companhia, de utilização de parcela significativa dos recursos disponíveis ou capacidade de empréstimo para financiar aquisições.

A concretização de tais riscos pode afetar adversamente a capacidade da Companhia de obter os benefícios esperados de seus planos de crescimento orgânico ou de aquisições e afetar adversamente sua reputação e desempenho operacional e financeiro.

A Companhia não pode garantir que será capaz de integrar as sociedades adquiridas ou seus ativos em seus negócios de forma bem-sucedida. O insucesso da estratégia de novas aquisições ou fusões da Companhia pode afetar, material e adversamente, a sua situação financeira, os seus resultados e seu crescimento.

A Companhia poderá não integrar com sucesso seus negócios, sua administração, operações ou produtos, ou mesmo não concretizar nenhum dos benefícios previstos em futuras aquisições.

A Companhia monitora constantemente oportunidades de crescimento orgânico e por meio de aquisições ou fusões, o qual pode não ser bem-sucedido por diversos riscos e fatores, tendo em vista que a condução de seus projetos depende do planejamento estratégico da Companhia, da correta adoção de estratégias

comerciais, financeiras e logísticas, todas igualmente necessárias ao desempenho de suas operações.

A habilidade da Companhia em alcançar os principais objetivos de crescimento que fazem parte de sua estratégia de negócios depende de uma série de fatores, dentre os quais:

- Alcançar o objetivo de crescimento em seus segmentos de atuação no Brasil e no exterior, bem como o aumento de sua lucratividade e competitividade;
- Aumentar participação de mercado em relação aos diversos produtos que fabrica;
- Manter seu posicionamento de mercado no Brasil e melhorar seu posicionamento de mercado no exterior;
- Manter o investimento em tecnologia, buscando aprimorar as soluções de segurança e controle de movimentos que atendam com eficácia as demandas de seus clientes.

A Companhia não pode assegurar que quaisquer desses objetivos serão realizados com êxito e por completo. Qualquer impacto nos principais fatores relacionados à implantação da estratégia da Companhia poderá causar um efeito adverso nos cenários esperados para suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia pode não ser capaz de prever, desenvolver ou implementar inovações tecnológicas em seus produtos e serviços, tornando-os obsoletos em comparação com os oferecidos pelos seus competidores.

Para alcançar o crescimento sustentável, o negócio da Companhia é dependente da sua capacidade contínua de desenvolver soluções e tecnologias adequadas, bem como de sua capacidade de adaptação a rápidas mudanças nas tecnologias, nas necessidades e exigências de seus clientes e nas tendências do mercado em que atua, na introdução frequente de novos serviços, bem como de sua reação quanto a incertezas sobre o ciclo de vida dos seus produtos existentes; e à evolução das normas aplicáveis e desenvolvimentos tecnológicos imprevisíveis. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em qualquer dos fatores acima, o que poderá afetá-la adversamente.

A Companhia pode não ser capaz de prever, desenvolver ou implementar inovações tecnológicas em seus produtos e serviços, tornando-os obsoletos em comparação com os oferecidos pelos seus competidores. Além disso, a Companhia não pode garantir que as inovações tecnológicas que optou por desenvolver a permitirão competir de forma eficiente no seu ramo de atuação. Nesse caso, a Companhia poderá não ser capaz de adaptar os produtos e serviços oferecidos atualmente aos novos padrões tecnológicos que poderão surgir, o que poderá prejudicar a sua competitividade frente aos concorrentes e os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Quaisquer atrasos no desenvolvimento e lançamento de serviços novos ou melhorados ou atrasos para manter o ritmo das contínuas evoluções tecnológicas podem afetar adversamente a capacidade da Companhia de preservar a base de clientes existente e de atrair novos clientes, o que pode afetar material e adversamente os negócios, resultados financeiros e funcionamento da Companhia.

A Companhia pode precisar de recursos no futuro por meio de emissão de ações, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, o que poderá diluir a participação acionária de investidores nas ações na Companhia.

A estratégia de crescimento da Companhia pode demandar a obtenção de capital adicional, o que poderá ocorrer através de emissões de valores mobiliários, inclusive ações. A Companhia pode precisar captar recursos, inclusive por meio de distribuições públicas ou privadas de ações, na forma de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia. Qualquer emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia pode diluir a participação de acionistas em seu capital social.

A distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada, inclusive, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, podendo resultar na diluição da participação dos seus acionistas no capital social e, caso a emissão seja realizada abaixo do valor contábil, poderá resultar também em uma diluição do valor contábil. Adicionalmente, ainda que a Companhia emita ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis em ações de emissão da Companhia sujeitos ao direito de preferência, os investidores que optarem por não participar de qualquer oferta prioritária poderão sofrer uma diluição de sua participação no capital social da Companhia.

Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, a Companhia está realizando a Oferta, por meio da qual foram emitidas 10.318.748 ações ordinárias. Para mais informações sobre a Oferta, vide item 12.9 deste Formulário de Referência.

A Companhia, inclusive por meio de suas controladas, exerce suas atividades em imóveis de terceiros por meio de contratos de locação.

A incapacidade da Companhia e/ou suas controladas de renovar seus contratos de locação em termos comercialmente aceitáveis, bem como eventuais desapropriações, podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

A Companhia opera em imóveis de terceiros por meio de contratos de locação regidos pela Lei nº 8.245/91, os quais estão sujeitos à renovação, sendo que a Companhia pode não conseguir renová-los em termos comercialmente aceitáveis.

Adicionalmente, parte dos contratos de locação dos imóveis ocupados pela Companhia preveem a correção anual dos aluguéis pelo índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Devido a fatores externos, o IGP-M/FGV pode sofrer altas significativas, causando o aumento proporcionalmente significativo dos valores dos aluguéis mensais indexados pelo referido índice. A majoração dos aluguéis destes imóveis pode afetar adversamente a Companhia, que não pode garantir que conseguirá alcançar uma negociação com os locadores de termos mais favoráveis ou que terá êxito em eventual ação judicial visando ao reequilíbrio econômico-financeiro desses contratos e, portanto, a Companhia poderá sofrer com um efeito adverso relevante em suas receitas e operações.

Caso a Companhia deixe de cumprir com suas obrigações nos termos de seus contratos de locação, tais contratos podem ser encerrados antecipadamente, com incidência de multas e indenizações previstas nos respectivos instrumentos.

Tendo em vista que a Companhia pode não chegar a acordos com os locadores em relação à renovação dos prazos locatícios, nos termos da legislação brasileira, a Companhia pode exigir judicialmente a renovação de um contrato de locação com prazo determinado superior ou igual a 5 anos, pelo mesmo prazo contratualmente estabelecido, desde que ingresse com a ação renovatória no prazo de, no mínimo, 6 meses, e, no máximo, 1 ano de antecedência em relação à data de término do prazo do contrato. Posto isso, a Companhia pode não ser capaz de renovar os contratos de locação de suas unidades se não entrar em acordo com os respectivos locadores ou, alternativamente, se não propuser ação renovatória no prazo legal ou se não forem cumpridos os requisitos legais. A perda de unidades ocupadas pela Companhia pode afetar negativamente seus resultados operacionais e condição financeira.

Em caso de não renovação dos contratos de locação em questão, a Companhia será obrigada a desocupar os imóveis e pode não ser capaz de localizar outras propriedades adequadas à realocação antes de referido prazo ou pode ter atrasos em encontrar uma nova localidade, o que poderá levar a uma interrupção temporária em suas operações. Qualquer interrupção nas operações da Companhia poderá ter um efeito adverso sobre seus resultados de operação.

Há, ainda, contratos de locação não registrados nas matrículas dos imóveis locados junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, o que possibilita, em caso de alienação do imóvel para terceiros, que o terceiro adquirente solicite a desocupação do imóvel nos 90 (noventa) dias subsequentes à venda, mesmo que o prazo da locação esteja em vigor.

Os imóveis ocupados pela Companhia estão sujeitos à desapropriação, parcial ou total, por decisão unilateral do Poder Público brasileiro, a fim de atender a finalidades de utilidade e interesse público, o que pode afetar adversamente os negócios, bem como os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

O insucesso nas negociações ou a incapacidade da Companhia de renovar seus contratos de locação - ou a renovação de tais contratos em condições menos favoráveis às atuais - pode ter um impacto adverso nas operações da Companhia, sobre seus resultados de operação, incluindo a interrupção parcial e/ou temporária, bem como eventual aumento do custo de suas operações.

A Companhia enfrenta riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e operação de suas unidades industriais.

A Companhia depende de diversas aprovações, licenças, outorgas, registros, cadastros e autorizações, perante órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal. A Companhia também enfrenta riscos relativos às licenças para instalação e operação de suas fábricas, e está sujeita a alterações nas regulamentações aplicáveis a suas atividades e produtos, atrasos dos órgãos governamentais na emissão de licenças de suas plantas industriais, bem como à fiscalização ou inspeção dessas entidades em suas plantas industriais para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes.

Usualmente, as licenças, outorgas, registros, cadastros e autorizações exigem, entre outros, que a Companhia e/ou suas controladas informem periodicamente o cumprimento de regras e eventuais condicionantes estabelecidas pelos órgãos competentes. Qualquer falha na obtenção, manutenção ou renovação tempestiva de tais licenças, outorgas, registros, cadastros e autorizações, bem como a ocorrência de atrasos por parte dos órgãos reguladores e administrativos na análise das solicitações da Companhia e/ou suas controladas, poderá fazer com que a Companhia e/ou suas controladas sejam impedidas de implementar e/ou desenvolver suas atividades, gerando, consequentemente, um impacto negativo em seus resultados.

Alterações nas regulamentações aplicáveis às atividades e produtos da Companhia e/ou de suas controladas, atrasos dos órgãos governamentais na emissão de licenças de unidades industriais e/ou produtos ou descumprimento alegado ou efetivo de referidas normas podem afetar a Companhia de modo adverso e relevante. A Companhia e suas controladas estão sujeitas, ainda, à fiscalização ou inspeção dessas entidades em suas unidades industriais para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes.

As licenças possuem prazo de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Em razão das dificuldades mencionadas anteriormente e lentidão de alguns órgãos administrativos, a Companhia e/ou suas controladas podem não conseguir obter todas as licenças necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva. A Companhia e/ou suas controladas podem ter fábricas operando sem as licenças/autorizações respectivas, estando sujeitas à regulação e controle de outras autoridades públicas, além daquelas que hoje entende como sendo as únicas competentes, não podendo garantir que tais autoridades tenham um entendimento diverso quanto à necessidade de obtenção de outras, licenças, alvarás e autorizações.

A Companhia não pode garantir que possui todas as licenças e autorizações necessárias para a continuidade de suas atividades. A não obtenção, cancelamento ou a não renovação de suas licenças por quaisquer motivos, poderá, (i) resultar em autos de infração, (ii) sujeitar a Companhia ao pagamento de multas (nos valores de até R\$10 milhões de reais, no Brasil, em se tratando de licenças ambientais), ou fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, (iii) impedir a Companhia de operar as plantas industriais, (iv) resultar na interdição ou fechamento de suas plantas industriais, (v) resultar na aplicação de outras penalidades, tais como advertência e apreensão de produtos, de acordo com a legislação específica aplicável (federal, estadual e municipal); (vi) expor a Companhia e seus representantes a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos ambientais causados na esfera civil, o que pode afetar substancialmente e adversamente sua estratégia de negócios; (vii) sujeitar a Companhia à reparação, compensação ou indenização por danos causados ao meio ambiente; e (viii) sujeitar a Companhia à perda de cobertura de seguros no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar. Portanto, os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser material e adversamente afetados se a Companhia não conseguir obter ou renovar todas as licenças e autorizações necessárias para suas atividades e operações.

Ainda, caso a Companhia não obtenha, não renove tempestivamente ou tenha suas licenças, outorgas, autorizações, registros, cadastros e/ou alvarás cancelados, os resultados operacionais, os seus resultados

financeiros, a sua imagem e a sua reputação poderão ser adversamente afetados.

A incapacidade ou falha da Companhia em proteger os seus ativos de propriedade intelectual, ou ainda, de não violar direitos de propriedade intelectual de terceiros pode ter impactos negativos no resultado operacional da Companhia.

Os ativos de propriedade intelectual atuais e futuros da Companhia, tais como patentes, marcas e nomes de domínio, e outras propriedades intelectuais (especialmente as relacionadas a tecnologias voltadas ao desenvolvimento de novos produtos) são essenciais para as atividades da Companhia. O sucesso da Companhia depende, em parte, da capacidade de proteger e preservar os seus ativos passíveis de proteção por institutos de propriedade intelectual, sobretudo em relação às patentes.

Terceiros podem contestar, invalidar, contornar, infringir, se apropriar indevidamente ou de outra forma violar a propriedade intelectual da Companhia e outros direitos de propriedade, ou tal propriedade intelectual pode não ser suficiente para permitir que a Companhia possa tirar proveito das tendências atuais do mercado ou de outra forma apresentar vantagens competitivas, o que poderia resultar em esforços dispendiosos de replanejamento, descontinuação de certas ofertas de serviços ou outros danos concorrenciais. Outras empresas, incluindo concorrentes, podem desenvolver independentemente tecnologia semelhante, copiar produtos da Companhia ou projetar em torno de sua propriedade intelectual. Caso isso ocorra, é possível que a Companhia não possa reivindicar seus direitos de propriedade intelectual contra essas partes. Não se pode garantir que os direitos de propriedade intelectual da Companhia serão suficientes para protegê-la contra terceiros que oferecem produtos ou serviços que sejam substancialmente semelhantes aos seus e competir com seus negócios ou para impedir que partes não autorizadas copiem aspectos de sua tecnologia. Por exemplo, é possível que terceiros, incluindo concorrentes, obtenham patentes que se sobrepõem ou concorrem a tecnologia da Companhia. Se terceiros obtiverem proteção de patente com relação a tais tecnologias, eles podem afirmar que a tecnologia da Companhia infringe as patentes dos terceiros e buscar cobrar da Companhia uma taxa de licenciamento ou impedir o uso da tecnologia da Companhia.

A Companhia poderá sofrer eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de patente e pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") e o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia e/ou sua reputação, de modo que a Companhia poderá sofrer impacto negativo em seus resultados operacionais.

Há, também, o risco de a Companhia não conseguir renovar o registro de algumas de suas marcas em tempo hábil ou que seus concorrentes invalidem quaisquer de suas marcas existentes ou futuras, solicitadas ou licenciadas pela Companhia. No mesmo sentido, há o risco de a Companhia não obter a renovação de seus nomes de domínio previamente a suas respectivas datas de expiração.

Caso a Companhia não logre êxito em obter os registros dos seus pedidos de patente ou de registro de marcas pendentes de análise pelo INPI, bem como em proteger adequadamente seus ativos intangíveis, ou ainda, em obter as autorizações necessárias para o uso de direitos de propriedade intelectual de terceiros na forma pretendida ou realizada pela Companhia, tais eventos poderão gerar impactos adversos relevantes

nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

A Companhia poderá, inclusive, ter que se envolver em litígio para fazer cumprir ou determinar o escopo e a exequibilidade de seus direitos de propriedade intelectual, segredos comerciais e *know-how*, o que é custoso, pode causar o desembolso de recursos inesperados e não ter resultados favoráveis à Companhia. Além disso, devido à quantidade substancial de produção antecipada de provas exigida em relação a ações judiciais de propriedade intelectual, existe o risco de que algumas de suas informações confidenciais sejam comprometidas por divulgação durante esse tipo de ação judicial. Um resultado adverso em tais ações judiciais ou processos pode expor a Companhia a uma perda de nossa posição competitiva, nos expor a responsabilidades significativas ou exigir que a Companhia busque licenças que podem não estar disponíveis em termos comercialmente aceitáveis, se houver.

Ademais, a Companhia não será capaz de proteger seus direitos de propriedade intelectual se não for capaz de fazer valer seus direitos, e a proteção efetiva da propriedade intelectual pode não estar disponível em todos os países em que oferece seus produtos e serviços. As leis de certos países onde a Companhia atua ou pode vir a atuar no futuro podem não reconhecer os direitos de propriedade intelectual ou protegê-los da mesma forma que as leis do Brasil. Quaisquer alterações ou interpretações inesperadas das leis de propriedade intelectual podem comprometer sua capacidade de fazer cumprir seus direitos de propriedade intelectual e segredo comercial. O insucesso na obtenção ou manutenção da proteção de segredos comerciais ou outras informações proprietárias da Companhia pode prejudicar sua posição competitiva e afetar de forma substancial e adversa seus negócios e resultados operacionais.

Adicionalmente, terceiros podem alegar que os produtos oferecidos e/ou serviços prestados pela Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual. Qualquer infração e/ou alegação de violação de direito de propriedade intelectual dirigida contra a Companhia, com ou sem mérito, pode resultar em eventuais litígios onerosos e demorados e, por consequência, afetar adversamente o resultado operacional da Companhia, bem como sua reputação perante os clientes e o mercado.

A Companhia pode não possuir cobertura de seguros contra todos os riscos a que está exposta e, ainda, pode não ser capaz de renovar suas apólices em taxas e termos satisfatórios.

As unidades fabris da Companhia podem ser adversamente afetadas por desastres naturais, incêndios, condições climáticas desfavoráveis, interrupções no fornecimento de energia, danos a bens e equipamentos, danos ambientais e/ou catástrofes imprevisíveis. A interrupção dos seus negócios, seja por estes motivos ou por greves, paralisações, diminuição dos serviços ou atrasos na entrega de materiais e matérias-primas, ou por qualquer outro motivo não previsto, pode acarretar a perda de receita à Companhia.

A Companhia pode não possuir cobertura de seguros contra todos os riscos a que está exposta, e, pode não ser capaz de renovar suas apólices em taxas e termos satisfatórios. Ainda, as apólices de seguro contratadas pela Companhia podem não cobrir os danos oriundos dos referidos riscos ou os limites das indenizações podem não ser suficientes para cobrir e ressarcir a Companhia de todas as eventuais perdas.

Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes nas respectivas apólices de seguros pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado. Ademais, existem certos tipos de riscos que podem não estar cobertos pelas apólices de seguro contratadas, tais como acidentes, guerra, força maior ou certas interrupções de negócios, inclusive em decorrência de pandemias.

Ainda, no caso de eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Caso a Companhia esteja inadimplente com o pagamento do prêmio de uma apólice, na eventualidade de um sinistro, a Companhia estará exposta tendo em vista que a apólice não proporcionará cobertura para esse sinistro.

A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados, tais como responsabilidade civil relativa à qualidade e desempenho de produto, lucros cessantes e danos ambientais, pode acarretar custos adicionais inesperados à Companhia, afetando o seu resultado operacional e desempenho financeiro. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

Por fim, a Companhia não tem como garantir que, quando do vencimento de suas atuais apólices de seguro, conseguirá renová-las a taxas comerciais razoáveis ou em termos suficientes e satisfatórios, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras congêneres, o que poderá impactar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia é ou pode vir a ser ré em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária, trabalhista, administrativa, societária, consumerista, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, entre outros cujos resultados podem ser desfavoráveis.

Decisões contrárias aos interesses da Companhia, aos interesses dos administradores e/ou dos acionistas controladores da Companhia, ou ainda aos prognósticos de perda da Companhia, poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente a reputação, os negócios ou os resultados da Companhia. Adicionalmente, a Companhia está sujeita a demandas decorrentes de acidentes envolvendo veículos equipados com os produtos da Companhia, bem como pode ser responsabilizada por problemas de qualidade que gerem a necessidade de retirada e/ou substituição dos produtos da Companhia do mercado (recalls).

Não há garantia de que serão constituídas provisões para os processos existentes contra a Companhia, seus acionistas ou administradores, ou que as provisões, quando constituídas, serão suficientes para compensar os danos decorrentes de tais processos. Se ocorrerem decisões adversas em processos ou procedimentos em que a Companhia é parte e esta seja condenada a pagar um montante superior às respectivas provisões estabelecidas ou ocorrer situações em que nenhuma provisão tenha sido feita, o resultado de suas

operações e o seu desempenho financeiro poderão ser negativamente afetados.

Da mesma forma, um ou mais dos administradores da Companhia podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal, consumerista, tributária e trabalhista, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções na Companhia, o que poderá causar efeito adverso relevante na reputação, nos negócios ou nos resultados da Companhia, direta ou indiretamente.

Para mais informações sobre os processos judiciais envolvendo a Companhia, veja os itens 4.4 e 4.6 deste Formulário de Referência.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos da Companhia poderão afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos da Companhia podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que a Companhia utiliza. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, o que poderá afetar sua capacidade de elaborar suas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos controles internos da Companhia poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios.

Para mais informações sobre controles internos, vide item 5.2 deste Formulário de Referência.

Os controles internos da Companhia atualmente existentes podem não ser suficientes para evitar violações de leis de combate à corrupção, infrações à concorrência, prevenção à lavagem de dinheiro, fraudes ou práticas irregulares por parte de seus administradores, funcionários, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que atuem em nome da Companhia.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção da Companhia, bem como os controles internos, podem não ser suficientes para assegurar que suas controladas, coligadas, todos os membros da administração, funcionários, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que atuem em nome da Companhia estejam sempre em estrito cumprimento às políticas internas, legislação anticorrupção brasileira e estrangeira aplicável, que inclui, sem limitação, o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990,

a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a Lei nº 9.613/98 ("Lei de Lavagem de Dinheiro") a Lei nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), conforme regulamentada pelo Decreto nº 11.129/2022, a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações), assim como outras normas relacionadas a corrupção, suborno, fraude, conflito de interesses públicos, improbidade administrativa, violações a licitações e contratos públicos, lavagem de dinheiro, violações eleitorais ou condução de negócios de forma não ética (em conjunto, "Leis Anticorrupção"), bem como relativa a outras jurisdições tais como *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) e *United Kingdom Anti Bribery Act* (UKBA). As sanções aplicadas com base em tais leis incluem, mas não se limitam a (i) multas e indenizações nas esferas cível e administrativa; (ii), perdimento de bens, direitos e valores ilícitamente obtidos; (iii) suspensão ou interdição parcial de atividades; (iv) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios; (v) e a prisão dos agentes envolvidos; entre outras. Tais sanções, se aplicadas, podem afetar adversamente resultados da Companhia, assim como sua reputação.

Os processos de governança, gestão de riscos e Compliance da Companhia podem não ser capazes de prevenir, detectar ou mitigar (i) violações às Leis Anticorrupção; (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte dos administradores, funcionários ou terceiros que possam representar ou atuar em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia; (iii) identificação de novos riscos; e (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de assegurar que suas controladas, coligadas, todos os seus administradores, funcionários, representantes ou fornecedores atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos aplicáveis voltados à prevenção e combate à corrupção. Deste modo, a Companhia poderá estar sujeita a violações de seu Código de Conduta Ética, das leis e regulamentos listados acima e legislação correlata, em decorrência de conduta nos negócios e ocorrências de comportamento fraudulento e ilícito por parte de seus administradores, funcionários, parceiros de negócios e terceiros que atuem em seu nome ou em benefício da Companhia.

De acordo com a Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas consideradas culpadas por atos lesivos à administração pública poderão estar sujeitas na esfera administrativa a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração de processo administrativo de responsabilização ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R\$ 6.000,00 e R\$ 60.000.000,00. Outras sanções previstas pela Lei Anticorrupção incluem a publicação extraordinária da decisão condenatória e, na esfera judicial, a proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos. Poderemos ainda vir a ser solidariamente responsabilizados pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias às Leis Anticorrupção por nossos controladores, sociedades coligadas, controladas, consorciadas, por sociedades por nós adquiridas, os quais, nesse caso poderiam afetar material e adversamente a nossa reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, ou a cotação de mercado de nossas ações.

A existência, atual ou passada, de quaisquer investigações, inquéritos ou a propositura de processos de

natureza administrativa ou judicial relacionados à violação das Leis Anticorrupção, no Brasil ou no exterior, contra a Companhia, suas controladas, coligadas, seus administradores, funcionários ou terceiros que agem em nome da Companhia podem resultar, dentre outras consequências, em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal (essa última hipótese, aos indivíduos envolvidos ou administradores que concorreram para a infração); (ii) obrigação de reparação do dano causado; (iii) perda de licenças operacionais; (iv) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; e/ou (v) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; (vi) publicação extraordinária da decisão condenatória, entre outras sanções. Todas as referidas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante nos negócios, resultados operacionais e financeiros da Companhia bem como podem afetar negativamente sua reputação.

Por fim, a Companhia também pode ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladas, controladoras, coligadas, ou, no âmbito do respectivo contrato, consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas, o que pode impactar negativamente os negócios, as atividades e situação financeira e resultados da Companhia, bem como prejudicar os interesses de seus acionistas.

No curso normal das suas atividades, a Companhia celebrou e pretende continuar a celebrar contratos com partes relacionadas. A Companhia possui receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas. Tais contratações, em virtude de potencial conflito de interesses entre as partes, podem impactar negativamente os negócios, as atividades e situação financeira e resultados da Companhia, bem como prejudicar os interesses de seus acionistas minoritários.

A Companhia não pode garantir que sua Política de Transações com Partes Relacionadas (conforme descrita no item 11 deste Formulário de Referência) seja eficaz para assegurar que situações de potencial conflito de interesse observem boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Portanto, caso situações de potencial conflito de interesse entre partes relacionadas não tenham sido ou não sejam realizadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, à observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado, os acionistas poderão ter seus interesses prejudicados, e a Companhia poderá vir a sofrer um impacto adverso em suas atividades, situação financeira e resultados.

Para mais informações sobre as transações com partes relacionadas, verificar item 11.2 deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 ou “LGPD”) é a principal lei federal que regula o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis no Brasil. A LGPD estabelece regras detalhadas para a coleta, uso, tratamento e armazenamento de dados pessoais e, via de regra, aplica-se a qualquer atividade de tratamento de dados pessoais realizada por pessoas físicas e jurídicas, independentemente do país onde está sediada ou do país onde os dados se encontram, desde que: (a) o tratamento de dados seja realizado no Brasil; (b) a atividade de tratamento de dados pessoais tenha por objetivo oferecer bens ou serviços a titulares de dados localizados no Brasil; ou (c) os dados pessoais tenham sido coletados no Brasil (nos casos em que o titular dos dados estava localizado no Brasil no momento da coleta de dados), independentemente de sua respectiva nacionalidade. Ao tratar dados pessoais no âmbito de aplicação da LGPD, a Companhia está sujeita às disposições da LGPD e deve cumprir os seus deveres e obrigações relacionados à privacidade e proteção de dados.

Dentre outras disposições, a LGPD estabelece: (a) regras detalhadas para a coleta, uso, tratamento e armazenamento de dados pessoais; (b) princípios que serão aplicáveis ao tratamento de dados pessoais; (c) diversos direitos aos titulares de dados pessoais; (d) regras detalhadas sobre medidas de segurança que devem ser adotadas pelos agentes de tratamento para proteger os respectivos dados; (e) requisitos de notificação em caso de incidentes de segurança envolvendo dados pessoais; (f) medidas de segurança e governança para proteção de dados pessoais; e (g) regras aplicáveis à transferência internacional de dados pessoais.

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), que é a entidade responsável pela supervisão, aplicação e monitoramento do cumprimento da LGPD, e está regulamentando e fornecendo orientação para o cumprimento da LGPD.

Caso a Companhia não consiga adotar medidas suficientes para manter a conformidade com os requisitos estabelecidos pela LGPD e com as regulamentações da ANPD, tais falhas poderão resultar em (a) multas de até 2% do faturamento da Companhia ou do grupo no Brasil, limitadas a R\$ 50 milhões (cinquenta milhões de reais) por infração, ou outras penalidades administrativas, (b) obrigações de reparar danos a titulares de dados, clientes ou outros parceiros comerciais ou prestadores de serviços, o que também poderia ter um efeito adverso em sua reputação e resultados operacionais, e/ou (c) danos à reputação. Adicionalmente, poderão ser ajuizadas ações individuais ou coletivas para reparação de danos em caso de descumprimento da LGPD e os direitos dos titulares poderão ser exercidos perante órgãos de defesa do consumidor e dos Ministérios Públicos.

Há, ainda, a possibilidade de violações à legislação de proteção de dados pessoais por contratados da Companhia que realizem tratamento de dados pessoais em seu nome, o que poderá resultar em deveres de compensação e indenização perante terceiros pela Companhia, que poderão impactar os resultados financeiros da Companhia e sua reputação.

A Companhia não pode garantir que seus mecanismos de proteção de dados são adequados e mitigarão riscos de ocorrência de incidentes de segurança envolvendo dados pessoais, em consonância com a

legislação vigente. Qualquer descumprimento da LGPD e demais regulamentações envolvendo privacidade e proteção de dados pessoais aplicáveis às atividades da Companhia podem resultar em um efeito material adverso nos negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Risco Relacionado à Variação na Demanda por Componentes Automotivos

O desempenho operacional da Companhia depende diretamente da demanda por materiais de fricção e componentes para sistemas de freio, suspensão e direção. Essa demanda pode ser adversamente impactada por mudanças nos padrões de consumo, no comportamento do mercado de reposição e das montadoras, bem como por transformações tecnológicas ou estruturais na indústria automotiva. Reduções significativas na demanda por esses produtos podem comprometer a geração de receita e afetar negativamente os resultados da Companhia.

A Companhia está sujeita a certas obrigações, incluindo restrições financeiras (“Covenants”) em seus contratos de dívidas (contratos bancários, títulos de dívida, financiamentos). O não cumprimento dessas obrigações pode causar o vencimento antecipado dessas dívidas, o que pode afetar adversamente a Companhia.

A Companhia está sujeita a Covenants existentes em seus contratos de dívidas, com base em determinados índices financeiros e aspectos não financeiros (obrigações, incluindo restrições à distribuição de dividendos e emissão de valores mobiliários), incluindo sem limitação, a manutenção de determinados níveis de alavancagem pela Companhia, com verificações usualmente trimestrais. Para maiores informações, ver item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não ser capaz de atender referidos Covenants em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios, como a retração do mercado em que atua, o que pode ocasionar o vencimento antecipado de suas dívidas, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross- default* e *cross-acceleration*) de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas presentes em contratos de empréstimos e financiamentos existentes.

O vencimento antecipado de qualquer de seus contratos financeiros pode afetar a sua capacidade em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante nos negócios da Companhia e em sua situação financeira.

Além disso, a existência de limitações sobre o endividamento da Companhia poderá dificultar a celebração de novos contratos para financiamento de suas operações ou para refinanciamento de suas obrigações existentes, o que poderá afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia. Caso a Companhia precise incorrer em novo endividamento em razão de sua estratégia de expansão ou por quaisquer outras necessidades de capital, a Companhia poderá ter dificuldade de contratá-lo em virtude dessas restrições ou poderá ser obrigada a pagar antecipadamente o endividamento a respeito do qual as restrições serão aplicadas, o que poderá afetar negativamente o fluxo de caixa e os resultados operacionais, o que poderá gerar um efeito adverso nos seus negócios, resultados operacionais e a cotação de mercado das ações de sua emissão.

O nível de endividamento e a estrutura de financiamento da Companhia poderá afetá-la adversamente.

O endividamento total da Companhia poderá:

- limitar sua capacidade de obter novos financiamentos;
- obrigá-la a dedicar uma parte substancial do seu fluxo de caixa para servir a sua dívida, o que pode prejudicar sua capacidade de usar seu fluxo de caixa para financiar capital de giro, despesas de capital e outros requisitos gerais corporativos, além do cumprimento de suas obrigações;
- limitar sua flexibilidade para planejar e reagir a mudanças em seus negócios e no setor em que atua;
- colocá-la em uma situação de desvantagem competitiva em relação a alguns de seus concorrentes com menor nível de endividamento; e
- aumentar sua vulnerabilidade a condições econômicas e industriais negativas, incluindo mudanças em variações nas taxas de juros ou uma queda nos negócios da Companhia ou a economia.

Ainda, caso haja retração do mercado financeiro ocasionada por instabilidade econômica ou fator correlacionado, a Companhia poderá ter dificuldades para realizar captações para fazer expandir seus investimentos nas condições financeiras adequadas.

Tal situação poderá obrigar a Companhia a reduzir seus investimentos e, como resultado, reduzir seu crescimento e/ou, contratar empréstimos com custos maiores que os planejados, aumentando assim suas despesas financeiras, prejudicando seu resultado econômico e financeiro, bem como afetando sua liquidez.

Os titulares das ações de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas fazem jus a dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Em determinadas circunstâncias, a Companhia pode não ser capaz de distribuir dividendos ou distribuí-los em valor inferior ao dividendo mínimo obrigatório, como no caso de o lucro líquido ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das Sociedades por Ações; ou caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia, suspendendo a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social.

Dessa forma, há cenários em que os titulares das ações de emissão da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre capital próprio ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório. Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e o pagamento de juros sobre capital próprio previsto na legislação atual está sendo revista por diversos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, que têm por objeto estabelecer a cobrança de Imposto de Renda na distribuição de

lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas aos seus sócios e acionistas e alteração e/ou extinção do regime de tributário incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio.

Assim sendo, tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter o seu regime tributação majorado no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados da Companhia.

Para mais informações sobre a distribuição de dividendos da Companhia, consultar item 2.7 “*Destinação dos resultados*” deste Formulário de Referência.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas incluídas neste Formulário de Referência são apresentadas apenas para fins ilustrativos e não representam a condição financeira consolidada ou resultados operacionais após a implementação das aquisições.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas contidas neste Formulário de Referência, são apresentadas apenas para fins ilustrativos, são baseadas em vários ajustes, suposições e estimativas, e podem não representar a condição financeira consolidada da Companhia ou resultados operacionais considerando as aquisições recentes. A situação financeira atual e os resultados operacionais da Companhia após a implementação das aquisições podem não ser consistentes ou evidentes nas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas da Companhia.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas foram baseadas, em parte, em determinadas hipóteses que a Companhia acredita serem razoáveis e apresentadas exclusivamente para fins informativos e, conseqüentemente, não devem ser interpretadas como indicativo da demonstração de resultado e financeira efetiva da Companhia e nem de futuras demonstrações consolidadas do resultado da Companhia, de garantia de performance financeira futura ou de qualquer forma de recomendação de investimento em valores mobiliários envolvendo a Companhia.

Além disso, as premissas utilizadas na preparação das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas podem não se provar precisas, e outros fatores podem afetar a condição financeira ou resultados operacionais em decorrência da conclusão das aquisições da Companhia. Dessa forma, a situação financeira atual e os resultados operacionais após a implementação das aquisições referenciadas acima podem não ser consistentes ou evidentes nas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas da Companhia.

(b) Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os interesses do acionista controlador da Companhia podem entrar em conflito com os interesses de outros detentores de suas ações.

A Companhia é controlada pela Randoncorp S.A. As ações detidas pela controladora representam a maioria do capital social votante. Isso faz com que, independentemente do consentimento dos outros acionistas, o controlador possa:

- Eleger a maioria dos conselheiros e indicar diretores executivos, estabelecer a política

administrativa e exercer controle total da administração da Companhia;

- Vender ou transferir as ações da Companhia;
- Aprovar quaisquer atos que exigem a aprovação dos acionistas representando a maioria do capital social em circulação, inclusive reorganização societária, aquisição e venda de ativos e pagamento de quaisquer dividendos futuros;
- Controlar a administração e políticas da Companhia e de suas controladas, inclusive a de distribuição de dividendos;
- Determinar o resultado da maioria das operações corporativas ou outros assuntos submetidos à aprovação dos acionistas, inclusive incorporações, fusões, a venda de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia ou de suas controladas; e
- Agir de modo que o seu interesse não coincida com o dos outros acionistas da Companhia.

Por possuir tais poderes, o acionista controlador pode tomar decisões conflitantes com os interesses da Companhia e demais acionistas. Decisões contrárias aos interesses da Companhia, poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente a reputação, os negócios ou os resultados da Companhia. Caso a Companhia deixe de ser controlada pelos atuais acionistas controladores, os novos controladores poderão possuir interesses e projetos diversos dos atuais e igualmente conflitante com os interesses dos demais acionistas. Por fim, conforme identificado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia, bem como nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas revisadas e no item 11.2 deste Formulário de Referência, a Companhia celebrou e pretende continuar a celebrar contratos com a Controladora, que podem configurar potencial conflito de interesses entre as partes. Para mais informações, vide fator de risco *“A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas, o que pode impactar negativamente os negócios, as atividades e situação financeira e resultados da Companhia, bem como prejudicar os interesses de seus acionistas”* abaixo.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos nas esferas criminal, ambiental, cível, tributária, regulatória e trabalhista envolvendo seus acionistas podem causar efeitos adversos para a reputação e os negócios da Companhia.

Os acionistas da Companhia são ou podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas criminal, ambiental, cível, tributária, regulatória, trabalhista, entre outros, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, prejudicando sua imagem e, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções, o que poderá causar efeito adverso relevante na reputação, negócios ou resultados da Companhia, incluindo impossibilidade de contratar com poder público, perda/inelegibilidade a benefícios fiscais e/ou afastamento de seus administradores.

(c) Controladas e coligadas

Os riscos descritos no item “a” acima são aplicáveis às sociedades controladas pela Companhia e às suas

subsidiárias. No que se refere às sociedades controladas pela Companhia com atuação no mercado externo, vide os riscos aplicáveis “aos países estrangeiros onde o emissor atue”, neste item 4.1.

A receita da Companhia é afetada diretamente pelo resultado operacional de suas empresas controladas e das demais empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia.

A incapacidade das nossas subsidiárias em distribuir dividendos, o resultado negativo das empresas controladas e o inadimplemento dos devedores destas últimas poderão afetar negativamente os resultados e condição financeira da Companhia.

A Companhia possui diversas empresas controladas. Diante disso, seus resultados são diretamente impactados pelo resultado operacional de referidas empresas, assim como seu resultado futuro também será afetado por empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia.

Dessa forma, o resultado negativo dessas empresas, bem como eventual inadimplemento de seus clientes, pode afetar negativamente os negócios e os resultados da Companhia. Resultados negativos das empresas controladas e/ou das empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia podem afetar a capacidade de distribuírem dividendos ou resultados à Companhia.

Adicionalmente, eventuais falhas na prestação de serviço e produtos fabricados pelas empresas controladas e/ou pelas empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia podem acarretar prejuízos financeiros e danos reputacionais a elas próprias e à Companhia, de maneira direta ou indireta.

(d) Seus administradores

A perda de membros da alta administração da Companhia, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

O sucesso da Companhia está condicionado à capacidade profissional de seus colaboradores, inclusive alta administração, gestores e profissionais operacionais e, sendo assim, depende da manutenção de sua alta administração, bem como de sua habilidade em recrutar e reter profissionais capacitados para a condução de seus negócios. A Companhia não pode garantir que não incorrerá em custos substanciais para contratar, oferecer treinamentos específicos e manter pessoal qualificado.

Os negócios da Companhia são dependentes de seus executivos. Caso algum dos membros de sua administração ou outro profissional-chave deixe de integrar seu quadro executivo, a Companhia poderá ter dificuldades para substituí-los, o que poderá prejudicar seus negócios e resultados operacionais.

Além disso, o futuro sucesso da Companhia também depende da capacidade de identificar, atrair, contratar, treinar, manter, motivar e gerenciar outros colaboradores com conhecimentos e habilidades específicas. A concorrência por esses colaboradores é intensa e se não obtivermos sucesso em atrair contratar, treinar, manter, motivar e gerenciar colaboradores suficientemente qualificados, nossos negócios podem ser adversamente afetados.

A administração poderá tomar determinadas decisões em relação aos seus negócios que podem conflitar com o interesse dos acionistas minoritários e potenciais investidores da Companhia.

O acionista controlador poderá tomar medidas contrárias aos interesses dos investidores da Companhia, inclusive reorganizações societárias e política de dividendos. A decisão de seu acionista controlador quanto aos seus rumos pode divergir da decisão esperada pelos acionistas minoritários da Companhia.

(e) Seus fornecedores

Risco de exposição à volatilidade de preços, escassez e dependência de fornecedores de matérias-primas essenciais

A Companhia depende de matérias-primas estratégicas, majoritariamente classificadas como *commodities* internacionais cujos preços e disponibilidade estão sujeitos a oscilações significativas decorrentes de fatores econômicos, geopolíticos e mercadológicos fora do controle da Companhia.

A escassez prolongada, a redução da oferta ou aumentos expressivos de preços desses insumos podem comprometer a capacidade de produção, elevar os custos operacionais e impactar negativamente as receitas, margens e imagem da Companhia. Adicionalmente, fragilidades na base de fornecedores, como dependência de fonte única ou limitações financeiras desses parceiros, podem agravar tais riscos. Caso a Companhia não consiga repassar integralmente os aumentos de custo aos seus clientes ou mitigar os impactos por meio de alternativas operacionais, seus resultados poderão ser adversamente afetados.

A maior parte do faturamento da Companhia depende de materiais de fricção, os quais contam com a resina, produto derivado do petróleo, como o principal insumo para sua produção. A indústria de petróleo está sujeita a riscos específicos e pode ser afetada por uma variedade de fatores que não podem ser controlados. Os preços internacionais do petróleo são determinados pela razão entre oferta e demanda e sua variação impacta o custo de produção das resinas que são vendidas para a Companhia.

Dessa forma, em vista do conflito entre os Estados de Israel e Irã, os preços internacionais do petróleo, que apresentam elevada volatilidade, poderão ser fortemente influenciados, inclusive em razão da possibilidade de imposição de sanções econômicas a países produtores ou envolvidos no conflito, o que pode restringir ainda mais a oferta global de petróleo, conforme observou-se com as sanções impostas à Rússia, importante exportador mundial de petróleo e gás, em função do conflito com a Ucrânia, o que resultou em elevação significativa dos preços internacionais desses insumos e aumento da instabilidade nos mercados globais de energia.

Nesse sentido, possíveis sanções econômicas aos países envolvidos no conflito, como aquelas impostas à Rússia (que continuam e podem ser majoradas em função da atividade militar russa contínua), alinhado ao fato de que grandes corporações também anunciaram planos de alienar interesses ou de outra forma reduzir as transações comerciais com certas empresas russas, podem afetar negativamente os mercados financeiros e energéticos globais. O conflito entre os Estados de Israel e Irã, tal qual o que permanece em vigor entre a Rússia e a Ucrânia é imprevisível e tem o potencial de resultar em ações militares ampliadas. A duração das hostilidades em andamento e das sanções econômicas e controles de exportação, bem como

possíveis respostas dos países envolvidos, é atualmente desconhecido e poderia afetar adversamente os negócios da Companhia, cadeia de fornecimento, parceiros ou clientes. Relações comerciais entre a Companhia e clientes de tais países podem ser adversamente afetadas em razão dos eventos recentes em andamento.

Ademais, o atual conflito entre Israel e Irã, com possibilidade de escalonamento e eventual fechamento do Estreito de Ormuz – rota estratégica para trânsito de parcela significativa do petróleo mundial – pode resultar em uma elevação abrupta dos preços internacionais do petróleo. Nesse cenário, os custos operacionais da Companhia poderão sofrer elevações, especialmente em atividades que dependam direta ou indiretamente de derivados de petróleo, além de afetar cadeias de suprimentos e pressionar índices inflacionários. Adicionalmente, oscilações acentuadas nos preços do petróleo podem influenciar a demanda por produtos e serviços da Companhia, bem como afetar a rentabilidade de projetos e investimentos planejados. Se os preços dos produtos de fricção não acompanharem os aumentos de preço da resina, os lucros e as margens da Companhia poderão ser reduzidos. Um aumento nos preços da resina ou a escassez na oferta para a Companhia afetariam os custos de produção e potencialmente reduziriam as margens operacionais.

O atual conflito entre Israel e Irã, com possibilidade de escalonamento e eventual fechamento do Estreito de Ormuz – rota estratégica para trânsito de parcela significativa do petróleo mundial – pode resultar em uma elevação abrupta dos preços internacionais do petróleo. Nesse cenário, os custos operacionais da Companhia poderão sofrer elevações, especialmente em atividades que dependam direta ou indiretamente de derivados de petróleo, além de afetar cadeias de suprimentos e pressionar índices inflacionários. Adicionalmente, oscilações acentuadas nos preços do petróleo podem influenciar a demanda por produtos e serviços da Companhia, bem como afetar a rentabilidade de projetos e investimentos planejados. Para mais informações, verificar fator de risco *“Os preços internacionais do petróleo são influenciados por fatores geopolíticos, variações na oferta e demanda globais e outros elementos fora do controle da Companhia”* neste Formulário de Referência.

As operações da Companhia demandam um elevado consumo de energia elétrica e de gás natural e a escassez ou os preços altos destas fontes de energia podem impactar adversamente os resultados da Companhia.

A produção de material de fricção demanda elevado consumo de energia elétrica e de gás natural, especialmente nos processos de moldagem a quente e tratamento térmico. A eletricidade, por sua vez, não pode ser facilmente substituída por outras fontes de energia nas unidades da Companhia, de modo que eventuais racionamentos ou interrupções no fornecimento podem impactar negativamente a produção.

O gás natural é utilizado principalmente em caldeiras e estufas, sendo sua escassez ou aumento de preços um fator que pode afetar adversamente as operações da Companhia. Adicionalmente, conflitos em regiões produtoras de petróleo e gás natural contribuem para a instabilidade dos mercados energéticos e para a elevação dos preços desses insumos.

O atual conflito entre Israel e Irã pode afetar negativamente os mercados financeiros e energéticos globais, resultando em aumentos nos preços internacionais e em possível escassez de energia elétrica e gás natural.

Esse aumento de preços pode levar à elevação dos custos de produção e impactar negativamente a competitividade dos produtos da Companhia.

Eventuais sanções econômicas aplicadas aos países participantes do conflito, a exemplo das sanções já impostas à Rússia, que permanecem em vigor, tem potencial para impactar negativamente os mercados financeiros e de energia em escala mundial. Tanto o conflito entre Israel e Irã quanto o prolongado embate entre Rússia e Ucrânia apresentam elevado grau de imprevisibilidade e podem evoluir para uma intensificação das ações militares. O tempo de duração dessas hostilidades, das sanções econômicas e das restrições à exportação, assim como eventuais contramedidas adotadas pelos países envolvidos direta e indiretamente, são incertos e podem prejudicar as operações da Companhia.

Para mais informações, verificar o fator de risco *“Os preços internacionais do petróleo são influenciados por fatores geopolíticos, variações na oferta e demanda globais e outros elementos fora do controle da Companhia”*

A Companhia pode não ser capaz de manter um abastecimento contínuo de seus insumos e está sujeita à volatilidade nos preços das *commodities*.

A exposição da Companhia à volatilidade dos custos e demais eventos relacionados aos insumos poderá causar um efeito material adverso em suas atividades, sua situação financeira e seus resultados operacionais. Adicionalmente, a Companhia não pode garantir o abastecimento contínuo e adequado de insumos para atender as suas necessidades de produção.

Um aumento inesperado no consumo de insumos pode acarretar sua escassez, impactando a produção de produtos ou de serviços necessários para a Companhia.

Ainda, a Companhia não pode garantir que será capaz de importar os insumos necessários para a abastecer a sua produção no Brasil e no exterior.

Nesse caso, a Companhia pode não conseguir atender aos pedidos de seus clientes, o que poderia ocasionar impactos financeiros, bem como o prejuízo no desenvolvimento de suas operações, além de poder prejudicar sua relação comercial com seus clientes.

Eventual indisponibilidade e/ou baixa qualidade de matérias-primas adquiridas dos fornecedores da Companhia para fabricação de seus produtos pode causar impactos negativos na capacidade de atendimento e no faturamento da Companhia.

Caso os principais fornecedores da Companhia venham, por algum motivo, a sofrer com baixa oferta ou baixa qualidade de matérias-primas necessárias para a manufatura dos produtos oferecidos pela Companhia, esta estará sujeita a impactos negativos, de modo que a ausência de insumos pode reduzir a produção e as operações da Companhia, com a consequente falta de capacidade de atendimento das demandas dos clientes e redução do faturamento.

A utilização de mão-de-obra terceirizada pode implicar na assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.

A Companhia e suas subsidiárias se utilizam de mão de obra terceirizada em suas atividades. A utilização de mão-de-obra terceirizada por parte da Companhia e de suas subsidiárias pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária.

A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída às subsidiárias da Companhia, na condição de tomadoras de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando essas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias. Além disso, pode ocorrer questionamento em juízo ou por órgãos administrativos sobre o reconhecimento de vínculo empregatício entre os empregados dos prestadores de serviço terceirizados contratados e a própria Companhia e por suas subsidiárias, o que poderá resultar em um aumento de seu passivo e, consequentemente, causar um efeito adverso relevante sobre seu resultado financeiro.

A Companhia não pode garantir que as empresas prestadoras de serviços terceirizados não irão realizar qualquer outro tipo de prática irregular, o que também poderá vir a acarretar efeito adverso relevante nos resultados e na condição financeira da Companhia.

A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a situação financeira da Companhia e os seus resultados, bem como impactar negativamente sua imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

Ainda, caso a Companhia venha a ser condenada por irregularidades no processo de terceirização, poderá ser incluída no “Cadastro de Empregadores” do Ministério da Economia, perder benefícios fiscais, ficar impossibilitada de contratar com o Poder Público, além de restrições ao acesso de determinados financiamentos ou linhas de crédito.

A Companhia pode ser responsável por obrigações ambientais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias de fornecedores ou prestadores de serviços.

A Companhia poderá ser responsabilizada solidariamente/subsidiariamente se seus fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas, administrativas, ambientais e previdenciárias e da regulamentação aplicável ao setor de atuação da Companhia, resultando em multas e outras penalidades que podem afetar a Companhia material e adversamente.

A Companhia também pode ser responsabilizada por acidentes ocorridos dentro de suas instalações com funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente a sua reputação e seus negócios. Quaisquer infrações trabalhistas, danos ambientais e/ou a terceiros causados por determinados prestadores de serviços no exercício de atividades contratadas pela Companhia, principalmente dentro de suas dependências, expõem a Companhia à responsabilidade solidária/subsidiária pela reparação e/ou indenização dos danos causados, incluindo a possibilidade de a Companhia ser incluída no polo passivo de processos judiciais objetivando a reparação e/ou indenização de danos causados aos trabalhadores, ao meio ambiente e/ou a terceiros. A depender do envolvimento no evento danoso, a Companhia também estará exposta nas esferas administrativa e criminal e a risco de reputação, o que poderia, inclusive, impedir

a Companhia de desenvolver suas atividades, se valer de determinados incentivos e/ou benefícios fiscais, contratar com o poder público e/ou ocasionar o afastamento de seus diretores, além de desvalorizar os valores mobiliários da Companhia que estejam em circulação.

A produção da Companhia pode ser impactada negativamente e ter seus custos aumentados em decorrência de concentração ou consolidação de fornecedores.

Caso haja concentração no mercado dos fornecedores da Companhia, tal concentração poderá reduzir sua margem de lucro em razão dos aumentos dos custos operacionais, uma vez que os fornecedores poderão vender insumos com valores aumentados. Além disso, em um cenário de concentração, a Companhia poderá sofrer impactos com matérias prima de baixa qualidade, ou até mesmo com a redução da oferta desses insumos, resultando em impactos diretos da sua capacidade e qualidade de produção, afetando de forma adversa os seus negócios e operações.

As atividades da Companhia dependem da boa relação comercial com seus fornecedores, de forma que, caso a Companhia não seja capaz de manter relações com os seus atuais fornecedores, a Companhia poderá ser impactada negativamente.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter relações com os seus atuais fornecedores, seus contratos com seus fornecedores ou que será capaz de renovar contratos vigentes em termos favoráveis. Caso a Companhia não seja capaz de reter tais fornecedores pode sofrer com atrasos no abastecimento de mercadorias, cancelamento de vendas e, conseqüentemente, dificuldade de comercialização de produtos.

Ademais, nossos fornecedores poderão enfrentar dificuldades em seu processo produtivo, o que poderá ter um impacto na cadeia logística em que a Companhia está inserida e gerar o desabastecimento dos produtos.

Qualquer dos eventos acima, se verificados, incluindo a falha em encontrar e manter os fornecedores certos para os produtos comercializados pela Companhia, pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia.

(f) Seus clientes

O desempenho da Companhia pode ser afetado por eventuais reclamações de clientes, especialmente em casos que exijam a retirada de produtos do mercado (recalls) ou ações corretivas decorrentes de falhas identificadas.

O desempenho da Companhia pode ser significativamente impactado por eventuais reclamações de clientes, especialmente em situações que exijam a retirada de produtos do mercado (*recalls*) ou a adoção de ações corretivas decorrentes de falhas identificadas em seus produtos, que podem não serem detectadas previamente, o que resulta em insatisfação de seus clientes, propositura de ações judiciais, notificações de órgãos reguladores, imposição de sanções administrativas e até mesmo restrições à comercialização de determinados produtos.

Dessa forma, a Companhia está sujeita a riscos relacionados a reclamações por danos causados por seus produtos, descumprimento de garantias contratuais ou necessidade de *recalls*. Além disso, não há garantia de que a cobertura atual de seguros de responsabilidade civil seja suficiente para cobrir todas as possíveis demandas de clientes ou terceiros. Além dos custos diretos associados à substituição ou reparo de produtos, a Companhia pode enfrentar consequências indiretas relevantes, como a perda de confiança dos clientes, danos à sua reputação e imagem institucional, redução da demanda, cancelamento de contratos e dificuldades para conquistar ou manter clientes e parceiros comerciais. Tais situações podem comprometer a posição competitiva da Companhia no mercado e afetar negativamente seus resultados operacionais e financeiros.

A Companhia está sujeita a reclamações de clientes, consumidores, fornecedores ou outros terceiros, as quais podem afetar negativamente sua reputação no mercado, a continuidade de pedidos e, em casos mais graves, comprometer sua saúde financeira e seus resultados operacionais — especialmente quando tais reclamações excedem os limites de cobertura das apólices de seguro contratadas.

A exposição a riscos de responsabilidade civil e danos à imagem é relevante, especialmente em situações em que produtos possam causar prejuízos materiais, lesões, morte ou não estejam em conformidade com as especificações técnicas. Também, a ocorrência de *recalls* ou falhas de qualidade pode demandar retrabalho, inspeções externas, campanhas de comunicação e outras medidas corretivas, gerando custos adicionais e potenciais perdas financeiras. A Companhia pode não conseguir contratar seguros adicionais em condições favoráveis que garantam proteção adequada contra eventuais passivos. Caso produtos apresentem defeitos, poderá ser necessário realizar recalls, o que pode acarretar custos adicionais. Além disso, falhas de qualidade identificadas fora das instalações da Companhia podem demandar retrabalho ou inspeções externas, gerando perdas financeiras adicionais.

A Companhia pode sofrer com a inadimplência ou não cumprimento de disposições contratuais por parte de seus clientes.

A inadimplência por parte dos clientes ou o não recebimento, por parte da Companhia, de créditos devidos junto a instituições financeiras e gerados por operações de investimento financeiro podem afetar negativamente as receitas da Companhia.

A Companhia pode não receber de seus clientes os valores ou créditos devidos em virtude da venda de seus produtos, ou receber os pagamentos de tais créditos fora dos prazos estabelecidos. A inadimplência por parte dos clientes da Companhia, pode ter um efeito adverso nos seus resultados.

Qualquer interrupção na relação da Companhia com clientes que sejam relevantes, ou qualquer redução na capacidade financeira de tais clientes, como consequência de situações imprevisíveis nos setores em que atuam, podem causar um efeito adverso significativo nos resultados da Companhia.

(g) Setores da economia nos quais o emissor atue

A forte concorrência do setor pode reduzir a participação de mercado da Companhia e prejudicar seu desempenho econômico e financeiro.

O mercado de materiais de fricção, especificamente o segmento de reposição destes produtos, tanto no Brasil, quanto no exterior, são altamente competitivos. Os principais concorrentes no Brasil são: TMD Friction do Brasil S.A. (Cobreq), Thermoid S/A Materiais de Fricção, Duroline S.A., TRW Automotive, Syl Sistema de Freio; MDS, Hipper Freios, ATE, Katho Auto Partes, Brembo, ZF TRW, HBA, Produflex, Bins e TruckBus.

No exterior os principais concorrentes são: Federal Mogul Corporation (Driv), Nisshinbo Holdings Inc. (TMD Friction), Akebono Brake Corporation, ITT Corporation e BPI Brake Parts Inc. A Companhia não tem como garantir que será capaz de aumentar ou manter sua participação de mercado nas linhas de produto nas quais concorre.

Qualquer alteração no ambiente competitivo pode implicar em uma queda de demanda nos segmentos de negócios nos quais a Companhia opera ou um aumento nos custos de captação ou retenção de seus clientes, afetando adversamente seu crescimento e rentabilidade.

Adicionalmente, fatores políticos e econômicos nacionais ou internacionais que influenciem as condições concorrenciais do setor podem impactar os resultados e as operações da Companhia, tais como alterações da carga tributária, principalmente por meio da majoração das alíquotas de impostos sobre produtos industrializados e da criação de tributos temporários, alterações das taxas de juros, flutuações da taxa de câmbio, concessão de benefícios a importadores, diminuição de barreiras alfandegárias para produtos provenientes de determinados países, modificação legislativas, entre outros.

Nesse sentido, em um cenário onde a Companhia passe a enfrentar maior concorrência, seja com empresas nacionais ou estrangeiras (sendo que parte delas conta com significativos recursos financeiros próprios e de terceiros, podendo suportar estratégias de expansão de sua participação de mercado através de políticas comerciais mais agressivas) e de diferentes portes, não é possível garantir que a Companhia será capaz de manter ou aumentar sua participação de mercado no segmento em que atua de acordo com a sua estratégia atual e na forma pretendida.

Crises globais e desacelerações econômicas subsequentes podem afetar adversamente a demanda global e levar a uma redução do comércio internacional. Em consequência, as condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados negativamente.

Historicamente, a indústria de veículos comerciais, rebocados e de autopeças tem se mostrado altamente cíclica e muito afetada pelas condições econômicas em geral, apresentando grande correlação com o PIB brasileiro.

Em cenários de retração econômica ou instabilidade nos mercados globais, pode haver redução na demanda por veículos e autopeças, o que pode impactar negativamente os volumes de vendas e a receita da Companhia. Adicionalmente, tais condições adversas podem afetar a capacidade de investimento dos clientes, pressionar margens e comprometer a rentabilidade das operações da Companhia.

O setor de logística brasileiro que permite o transporte dos produtos da Companhia pode sofrer interrupções, o que impactaria significativamente as operações e os resultados da Companhia.

Grande parte dos clientes da Companhia encontram-se distante dos centros de produção. Para fazer com que seus produtos cheguem até seus clientes nacionais e internacionais, a Companhia utiliza os serviços de empresas de logística, que usam os modais rodoviário e portuário brasileiro. A infraestrutura de transportes no Brasil enfrenta atualmente vários problemas, dentre os quais se incluem a falta de investimentos no crescimento e modernização da estrutura portuária, o elevado custo de mão- de-obra portuária, a saturação dos portos existentes e o precário estado de conservação das rodovias. Além disso, destacam-se como obstáculos a serem superados pelos produtores e exportadores nacionais possíveis greves e paralisações de servidores públicos e entidades privadas ligadas ao setor de transportes. Ainda, aumentos significativos nos custos da estrutura logística e de transportes, incluindo em tributos, fretes, gasolina, pedágios, burocracias logísticas, greves ocasionadas por tais fatores, dentre outros, podem impactar os negócios da Companhia, sua condição financeira e/ou seu resultado operacional de forma negativa e adversa. Esses fatores podem influenciar na capacidade da Companhia de escoar sua produção, afetando seu resultado operacional e desempenho financeiro.

(h) Regulação dos setores em que o emissor atue

Poderemos sofrer impactos relevantes devido a alterações na legislação tributária brasileira ou a conflitos em sua interpretação.

O governo brasileiro tem frequentemente implementado e discutido diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar as empresas e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração da legislação fiscal. Essas alterações incluem, mas não se limitam, a (i) eventual extinção de incentivos fiscais, na forma da legislação em vigor, (ii) possíveis majorações na alíquota e/ou na base de cálculo dos tributos existentes, (iii) criação de tributos, bem como (iv) diferentes interpretações ou aplicação das regras tributárias em vigor por parte dos tribunais e/ou das autoridades governamentais.

Os efeitos de medidas de alteração fiscal não podem ser quantificados de maneira antecipada, no entanto, poderão sujeitar a Companhia a novos recolhimentos não previstos inicialmente, afetando a lucratividade e os preços de seus produtos e restringindo sua capacidade de fazer negócios nos mercados existentes. Não há como garantir que as regras tributárias hoje aplicáveis à Companhia permanecerão vigentes, existindo o risco de tais regras serem modificadas, inclusive no contexto de uma eventual reforma tributária, o que poderá impactar os resultados da Companhia.

Atualmente, há diferentes projetos de lei em discussão no Congresso Nacional que buscam implementar reformas tributárias, incluindo propostas para modificar a tributação aplicável a pessoas jurídicas.

A esse respeito, pode-se citar a reforma tributária, resultando na promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 ("EC 132") e a Lei Complementar 214/2025 ("LC 214") que reformulam completamente a tributação sobre o consumo. Um dos principais objetivos desta reforma é simplificar a legislação tributária aplicável ao consumo no Brasil, por meio da substituição dos 5 (cinco) atuais impostos indiretos (IPI, ICMS, ISS, PIS e COFINS) por 2 (dois) tributos sobre o consumo (IBS e CBS) e 1 (um) Imposto Seletivo (IS), além da eliminação de benefícios fiscais, o que poderá resultar em um aumento da carga tributária para a Companhia. A EC 132 prevê que aspectos específicos dos novos tributos (como as alíquotas) serão determinados por leis, ainda pendentes de publicação. A transição para o novo sistema tributário, prevista

para ocorrer gradualmente a partir de 2026 até 2032, implica a perda progressiva dos benefícios fiscais de ICMS atualmente aproveitados pela Companhia. Essa alteração poderá afetar adversamente a nossa situação financeira e resultados operacionais, uma vez que os incentivos fiscais que possuímos representam uma vantagem competitiva significativa no custo das nossas operações de consumo. Para mais informações sobre os nossos incentivos fiscais, vide o fator de risco *"A Companhia pode ser afetada de maneira relevante e adversa em caso de suspensão, modificação, cancelamento, revogação, não renovação ou não prorrogação dos incentivos fiscais atualmente concedidos pelas autoridades públicas competentes"*.

Vale destacar que, nos últimos meses, o Governo Federal Brasileiro apresentou algumas propostas ao Congresso Nacional relacionados à tributação de dividendos, majoração de alíquota de Juros Sobre Capital Próprio ("JCP") e Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF"), com destaque para: (i) Projeto de Lei nº 1.087, de 18 de março de 2025, o qual visa a instituição do Imposto de Renda Pessoa Física Mínimo ("IRPFM") para a tributação mínima de até 10% (dez por cento) de pessoas físicas que auferem renda (inclusive dividendos) acima de R\$600 mil anuais. O referido projeto também prevê a (i.1) tributação de 10% (dez por cento) na fonte de dividendos pagos ou creditados a pessoa física em montante igual ou superior a R\$50 mil mensais; e (i.2) tributação na fonte de 10% (dez por cento) sobre dividendos pagos ou creditados a Investidor Não Residente ("INR"); e (ii) Medida Provisória 1.303, de 11 de junho de 2025, que, dentre outras medidas busca reformar a tributação de aplicações financeiras. A referida medida provisória também majora a alíquota da tributação exclusiva na fonte do JCP de 15% para 20%. A maior parte das disposições da norma somente produzirá efeitos a partir de 2026. A medida provisória tem um prazo de 60 dias para ser aprovada pelo Congresso Nacional, prorrogável por uma vez pelo mesmo período, sob pena de deixar de produzir efeitos. Não é possível determinar, desde logo, se essas medidas serão de fato implementadas e como podem impactar as operações da Companhia.

Reformas tributárias ou qualquer mudança nas leis e regulamentos que afetem os tributos ou incentivos fiscais podem direta ou indiretamente afetar adversamente os nossos negócios e resultados operacionais.

A Companhia pode ser afetada de maneira relevante e adversa em caso de suspensão, modificação, cancelamento, revogação, não renovação ou não prorrogação dos incentivos fiscais atualmente concedidos pelas autoridades públicas competentes

A Companhia não pode garantir que os benefícios fiscais que recebe direta ou indiretamente serão mantidos ou renovados.

Atualmente, a filial da Fras-le localizada no Estado de Santa Catarina é beneficiada pelo Tratamento Tributário Diferenciado nº 245000001086963 concedido em 12/02/2024 pelo Estado para autorizar a apropriação de crédito presumido previsto no inciso XII do art. 21 do Anexo 2 do RICMS/SC-01, em substituição aos créditos efetivos do imposto, nas saídas de produtos industrializados em cuja fabricação houver sido utilizado material reciclável correspondente a, no mínimo, 50% da composição da matéria prima, realizadas pelo estabelecimento industrial que os tenha produzido. O prazo de fruição do benefício não pode ultrapassar o estabelecido na Cláusula Décima do Convênio ICMS 190/17, de 15/12/2017 (art. 3º, § 2º, da Lei Complementar nº 160, de 2017).

A Companhia firmou com o Estado do Rio Grande do Sul o Termo de Ajuste nº 38/2022 celebrado no contexto do Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul - FUNDOPEM/RS, e do Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul - INTEGRAR/RS, instituídos pela Lei nº 15.642, de 31 de maio de 2021. Por meio deste, é concedido incentivo financeiro mediante apropriação de crédito fiscal presumido que entrou em vigor em 01/12/2022 com prazo final de abril de 2030.

Se esses benefícios fiscais não forem renovados ou se seus benefícios fiscais forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, seus negócios e condição financeira poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária. Para garantir a continuidade desses incentivos durante o prazo, a Companhia deve cumprir uma série de requisitos que podem ser contestados, inclusive em juízo.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita à fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, que podem ter interpretações controversas ou distintas da Companhia em relação às leis tributárias aplicáveis. Essas autoridades poderão autuar a Companhia e tais autuações podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais contra a Companhia. Decisões contrárias de valores substanciais ou que afetem a Companhia ou a sua habilidade de executar as operações planejadas, poderão causar um efeito adverso nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Medidas restritivas impostas por países importadores para conter a importação de produtos da Companhia podem afetar seus negócios, aumentando o custo de seus produtos ou reduzindo sua capacidade de exportação.

As exportações da Companhia enfrentam a concorrência de outros produtores ao redor do mundo e as restrições impostas pelos países importadores na forma de cotas, impostos sobre mercadorias, tarifas ou aumentos nas taxas de importação. Qualquer desses fatores pode aumentar os custos dos produtos e torná-los menos competitivos ou impedir que a Companhia os venda nesses mercados. Não há garantia de que os países importadores não irão impor cotas, impostos sobre mercadorias, tarifas, nem de que não aumentarão as taxas de importação. No caso de novas barreiras comerciais serem criadas para mercados relevantes para os quais a Companhia exporta, a Companhia pode ter dificuldade para vender seus produtos em outros mercados em condições favoráveis, o que poderá causar um efeito adverso relevante na Companhia.

O atraso no cumprimento ou o não cumprimento de exigências regulatórias poderá afetar a Companhia adversamente.

O atraso no cumprimento ou o descumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis às atividades da Companhia poderão resultar, se comprovado, na aplicação de sanções de natureza administrativa, civil ou penal, causando efeitos adversos, tais como (i) a suspensão de pagamentos nos termos de programas governamentais; (ii) perda de licenças governamentais; (iii) perda de autorizações para participação ou exclusão de programas de recuperação fiscal; (iv) perda de licenças operacionais para condução de certas atividades comerciais; ou (v) a imposição de multas pecuniárias ou penalidades significativas. Qualquer descumprimento das leis e regulamentações aplicáveis às atividades da Companhia, ou a sua incapacidade de manter, renovar ou obter os alvarás ou licenças necessárias poderá ter um efeito adverso relevante sobre

os negócios e resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Alteração de legislação imposta pelo Brasil ou por países importadores para restringir a presença de algum componente do material de fricção que compõe as lonas e pastilhas de freio produzidas pela Companhia podem afetar os negócios da Companhia, aumentando o custo de seus produtos ou reduzindo sua capacidade de atender os mercados.

A Companhia é uma produtora de material de fricção que fornece produtos ao mercado interno brasileiro e vários mercados no exterior. Existe a possibilidade de um país alterar a sua legislação de modo a proibir ou limitar a quantidade de um material que hoje está presente em alguma formulação de produtos fabricados pela Companhia. Não há garantia de a legislação que rege a produção dos materiais de fricção não venha a ser alterada em qualquer país em que a Companhia atua.

Na ocorrência destas alterações, a Companhia pode ter que modificar a composição desta formulação de material de fricção, o que pode aumentar os custos dos produtos e torná-los menos competitivos, ou ainda, caso não consiga substituir este material, a Companhia pode vir a ser impedida de comercializar seus produtos nesses mercados, o que poderá afetar a condição financeira e operacional da Companhia.

(i) Países estrangeiros onde o emissor atue

Eventuais alterações político-econômicas nos países onde a Companhia comercializa seus produtos ou nos países onde desenvolve atividades industriais podem afetar a Companhia adversamente.

A Companhia opera em mercados fora do Brasil, através de exportações a partir do Brasil e de suas subsidiárias no exterior. Operar em diferentes regiões e países pode expor a Companhia a riscos políticos, econômicos e a diversos requisitos regulamentares estrangeiros que estão sujeitos a mudanças, cabendo destacar: desvalorizações e outras mudanças cambiais, inflação, políticas de controle de câmbio, instabilidade social, instabilidade de preços, desabastecimento de energia, flutuações das taxas de juros, liquidez de capital doméstico, política fiscal, políticas alfandegárias, alterações nas leis e regulamentações aplicáveis ao setor de atuação da Companhia e outros fatores políticos, diplomáticos sociais e econômicos que afetem o país em que a Companhia possua subsidiárias. Os efeitos desses e outros riscos semelhantes poderão, isoladamente ou em conjunto, afetar o negócio, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos substanciais relacionados às operações fora do Brasil, especialmente no que tange alterações na legislação ambiental, tributária, previdenciária e trabalhista, assim como os efeitos de possíveis descumprimentos de obrigações nos países em que as empresas estrangeiras controladas pela Companhia desenvolvem suas atividades industriais.

Parte das controladas da Companhia estão em países estrangeiros. Riscos associados às vendas para o exterior da Companhia podem impactar a receita e aumentar os custos da Companhia. A realização de operações internacionais pelas controladas da Companhia está sujeita aos seguintes riscos, dentre outros:

- Mudanças das regulamentações de cada país estrangeiro;

- Restrições à importação/exportação e disponibilidade de licenças necessárias para importação/exportação;
- Imposição de tarifas externas e de outras barreiras comerciais;
- Mudanças nas regras fiscais e regulatórias dos países estrangeiros;
- Controles de preços pelo governo de cada país estrangeiro;
- Condições de pagamento estendido e da incapacidade para recolher as contas a receber;
- Incapacidade ou dificuldade para repatriar valores;
- Não obtenção, renovação ou manutenção de licenças e autorizações ambientais e operacionais exigidas pelas autoridades locais, cuja ausência pode comprometer a continuidade das atividades industriais das controladas estrangeiras; e/ou
- Responsabilização por passivos ambientais materializados decorrentes de suas operações potencialmente poluidoras, que podem resultar em custos significativos com remediação, sanções administrativas, ações judiciais e impactos reputacionais.

A concretização de qualquer um desses riscos pode impactar a Companhia material e adversamente, causando prejuízos aos seus resultados.

As controladas da Companhia localizadas no exterior enfrentam riscos relacionados aos registros e autorizações para o desenvolvimento de atividades industriais em seus respectivos países estrangeiros.

As controladas da Companhia localizadas no exterior dependem de diversas aprovações, licenças, outorgas, registros, cadastros e autorizações, perante órgãos da administração pública dos países nos quais atuam; estando sujeitas, ainda, a alterações nas regulamentações aplicáveis às suas atividades e produtos, atrasos dos órgãos governamentais na emissão de licenças de suas plantas industriais, bem como à fiscalização ou inspeção por tais entidades em suas plantas industriais para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes. A Companhia não pode garantir que possui ou que conseguirá renovar todas as licenças e autorizações necessárias para a continuidade de suas atividades, por meio de suas controladas, em todos os países em que estão localizadas. A não obtenção ou a não renovação de suas licenças por quaisquer motivos poderá resultar procedimentos investigatórios e sujeitar as controladas da Companhia a sanções cabíveis, de acordo com a legislação específica do respectivo país. Adicionalmente, as controladas da Companhia estão sujeitas a riscos relacionados a passivos ambientais decorrentes de suas operações industriais potencialmente poluidoras. A identificação de danos ambientais materializados ou o descumprimento de obrigações ambientais pode acarretar a necessidade de adoção de medidas corretivas, pagamento de indenizações, imposição de penalidades e impactos reputacionais relevantes.

Os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser material e adversamente afetados se suas controladas não conseguirem obter ou renovar todas as licenças e

autorizações necessárias para suas atividades e operações no exterior.

Medidas restritivas às exportações para mercados internacionais importantes podem afetar adversamente a Companhia.

A competitividade das empresas brasileiras tem levado certos países a estabelecer barreiras comerciais para restringir o acesso de empresas brasileiras a seus mercados ou até mesmo para subsidiar os produtores locais. Alguns países podem impor quotas sobre os produtos brasileiros. Ainda, a demora na alocação dessas quotas ou mudanças nas leis ou políticas a elas relacionadas podem causar efeito adverso em nossas exportações. Qualquer tipo de restrição deste tipo pode afetar o volume de exportação da Companhia e, consequentemente, as condições financeiras destas exportações. No caso de novas barreiras comerciais serem criadas para mercados relevantes para os quais a Companhia exporta, a Companhia pode ter dificuldade para vender seus produtos em outros mercados em condições favoráveis, o que poderá causar um efeito adverso relevante na Companhia.

(j) Questões sociais

A Companhia enfrenta o desafio contínuo de identificar e atender aos interesses coletivos das diversas comunidades em que atua, em razão de sua ampla presença empresarial.

O impacto social decorrente das atividades da Companhia exige a implementação de iniciativas voltadas à geração de empregos, capacitação de pessoas, desenvolvimento de programas de inclusão social, promoção da educação ambiental e incentivo ao respeito à diversidade.

O não atendimento às demandas sociais, especialmente no que se refere à promoção da diversidade e inclusão nas comunidades em que está inserida, pode gerar impactos negativos à reputação da Companhia. Adicionalmente, a ineficácia nos processos de *due diligence* e auditoria de fornecedores pode resultar na não identificação de práticas irregulares, como o trabalho análogo ao de escravo, o que pode comprometer a reputação da Companhia perante seus *stakeholders* e afetar adversamente seus resultados operacionais e financeiros.

A Companhia está sujeita a regras trabalhistas, e ao cumprimento estrito da legislação trabalhista brasileira e do local de suas operações.

A Companhia está sujeita à legislação e aos regulamentos trabalhistas aplicáveis nas localidades em que atua, estando exposta a eventuais alterações normativas, interpretações divergentes por parte das autoridades competentes e fiscalizações que podem impactar suas operações. No caso de omissão da Companhia em prover todos os equipamentos de segurança necessários ou de assegurar o seu uso adequado a Companhia pode ser responsabilizada por quaisquer acidentes que venham a ocorrer em seus locais de trabalho. Qualquer acidente nos locais de trabalho, doenças ocupacionais e/ou exposição aos agentes insalubres ou perigosos podem expor a Companhia ao pagamento de indenizações, multas, penalidades e correspondentes adicionais previstos em legislação. Além disso, qualquer alteração nos atuais regulamentos de segurança do trabalho pode submeter a Companhia a obrigações adicionais e acarretar o aumento das despesas relativas a equipamentos e procedimentos de segurança para o

cumprimento estrito da legislação trabalhista brasileira e do local onde possui operações. Dessa forma, os colaboradores da Companhia estão expostos aos riscos de saúde e segurança mencionados acima, que podem ser relacionados aos processos, atividades, serviços e produtos e com possíveis consequências para a saúde e integridade física dos empregados da Companhia.

Além disso, as operações da Companhia estão sujeitas a riscos significativos, incluindo incêndio, derrame de substâncias poluentes ou outros materiais perigosos, falha de estruturas operacionais e incidentes envolvendo equipamento móvel, veículos ou maquinaria. Tais riscos podem ser concretizados por acidente ou por violação das normas de operação e manutenção, e podem resultar em impactos ambientais e sociais significativos, danos ou destruição de propriedades ou instalações de produção, danos pessoais, doença ou morte de empregados ou membros da comunidade próximos das operações, danos ambientais, atrasos na produção, perdas monetárias e possível responsabilidade legal.

Uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia pode afetar as suas operações.

A Companhia depende do uso da força de trabalho nas suas atividades. A maioria dos trabalhadores é representada por sindicatos, e seus contratos de trabalho são regulamentados por convenções e acordos coletivos de trabalho. Novos acordos coletivos podem ter prazos mais curtos do que os anteriormente firmados e, se não for possível negociar acordos coletivos em termos aceitáveis para a Companhia, esta pode suportar um aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações com trabalhadores, diminuição do ritmo de trabalho ou interrupções no trabalho, que podem gerar um efeito adverso relevante nos resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados em qualquer um dos fornecedores terceirizados da Companhia, podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

(k) Questões ambientais

Enchentes, incêndios ou outros desastres naturais ou de origem humana podem afetar as instalações e a estrutura de custos da Companhia, o que pode causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Enchentes, incêndios, danos causados por desastres naturais, tais como terremotos, tufões, enchentes, ou de origem humana, danos ambientais e outras condições imprevistas ou imprevisíveis, como epidemias e pandemias, guerras, atos de terrorismo, eventos políticos, acidentes ambientais, falta de energia ou interrupções na comunicação podem prejudicar significativamente os negócios da Companhia.

A título de exemplo, as enchentes ocorridas no estado do Rio Grande do Sul em 2024, e que impactaram, sobretudo, a unidade da controlada Freios Controil Ltda. em São Leopoldo/RS, demonstraram o potencial de eventos climáticos extremos para interromper cadeias produtivas, afetar instalações industriais e comprometer a logística de distribuição, podendo gerar impactos sobre a operação e os resultados das empresas afetadas.

Nesse contexto, danos significativos aos estabelecimentos da Companhia e às suas instalações e propriedades poderão ocasionar atrasos em seus projetos e gerar custos adicionais. Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica nas plantas industriais da Companhia podem implicar em aumentos significativos nos custos. A ocorrência de tais eventualidades pode causar um efeito material adverso em nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Esses eventos também podem levar a Companhia a fechar temporariamente as instalações operacionais, o que prejudicaria gravemente as operações e os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia. Além disso, as vendas líquidas podem ser significativamente reduzidas na medida em que um desastre natural, epidemia ou pandemia de saúde, ou outro evento importante prejudique a economia do Brasil ou de outras jurisdições em que a Companhia opera.

As operações da Companhia também podem ser gravemente interrompidas se consumidores de energia, concessionárias de distribuição, prestadores de serviços ou outros participantes forem afetados por desastres naturais, epidemias, pandemias ou outros eventos importantes.

A Companhia está sujeita a extensa regulamentação ambiental, cujo cumprimento ou violação acarreta a ela despesas de valor considerável.

A Companhia está sujeita a uma ampla variedade de leis e regulamentações federais, estaduais e municipais, relativas, entre outros, ao tratamento e eliminação de resíduos, descargas de poluentes no ar, água e solo e limpeza de contaminações. O não cumprimento dessas leis e regulamentações (incluindo a não obtenção ou manutenção das licenças ambientais relevantes, bem como o cumprimento das condicionantes técnicas impostas no processo de licenciamento ambiental) e a não obtenção de estudos ambientais, conforme aplicável, pode sujeitar o infrator a multas administrativas, cancelamento de licenças, interrupção compulsória de atividades e sanções criminais, além da obrigação de sanar os danos e pagar indenizações ambientais e a terceiros, sem qualquer teto. Ademais, a legislação ambiental brasileira adota um sistema de responsabilidade civil objetiva, individual e solidária, para danos ambientais, o que torna o causador da poluição responsável, independentemente de culpa ou dolo, e tornaria a Companhia, isolada ou solidariamente, responsável pelas obrigações de seus produtores, terceiros contratados ou clientes.

Desta forma, quaisquer custos nos quais a Companhia possa incorrer para retificar possíveis danos ambientais levariam a uma redução nos recursos financeiros que estariam de outro modo à disposição da Companhia para investimentos estratégicos atuais e futuros, causando, assim, um impacto negativo sobre a Companhia.

Além disso, à medida que as leis ambientais e sua aplicação se tornam cada vez mais rigorosas, as despesas da Companhia para cumprimento das exigências ambientais poderão aumentar no futuro. A possível implementação de novas regulamentações, alterações nas regulamentações existentes ou a adoção de outras medidas pode fazer com que o montante e a frequência dos dispêndios da Companhia em preservação ambiental variem significativamente em comparação às estimativas atuais ou aos custos históricos.

Nesse contexto, mudanças na legislação ambiental que tornem os processos de licenciamento, controle ou fiscalização mais exigentes podem causar impactos inesperados nas operações da Companhia. Essas

mudanças podem exigir novos investimentos, ajustes nas atividades ou até limitar certas operações, afetando negativamente os resultados e a competitividade da Companhia

Ainda, a Companhia não pode garantir que conseguirá implementar compromissos ambientais assumidos publicamente, hipótese em que sua reputação poderá ser impactada negativamente.

As atividades da Companhia no Brasil exigem licenças ambientais nos termos da legislação aplicável a atividades potencialmente poluidoras. A renovação e atualização dos documentos são necessárias ao regular desenvolvimento das atividades conduzidas pela Companhia, devendo ser realizada de acordo com a legislação em vigor.

A Companhia não pode garantir que atende a todas as condicionantes das licenças e autorizações necessárias para a continuidade de suas atividades. A demora ou indeferimento das licenças, por parte dos órgãos ambientais, ou o descumprimento por parte da Companhia das condicionantes de tais licenças podem prejudicar ou até mesmo impedir a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia, bem como sujeitar a Companhia às mesmas penalidades aplicadas pela ausência de licenças ou autorizações. Nesse sentido, os órgãos ambientais podem, em hipóteses específicas, suspender ou cancelar licenças ambientais concedidas, além de aplicar sanções criminais e demandar a reparação por danos ambientais. Caso isso ocorra, a condição financeira e os resultados da Companhia poderão ser adversamente afetados. Para mais informações, vide item 1.6 deste Formulário de Referência.

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores do que aqueles em que a Companhia e/ou suas controladas atualmente incorrem para seu cumprimento; o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

A Companhia e/ou suas controladas estão sujeitas à legislação federal, estadual e municipal, bem como regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades nas esferas civis, criminais e administrativas, visto que são independentes, tais como imposição de multas, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa e responsabilidade pela indenização dos danos ambientais causados.

A Companhia e/ou suas controladas já incorreram e continuarão a incorrer em dispêndios de capital e operacionais visando a cumprir essas leis e regulamentos. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins.

Adaptações em busca da conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor podem causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, consequentemente, em lucros menores.

Custos relacionados ao cumprimento de regulamentações ambientais podem aumentar se os requisitos se tornarem mais severos, o que poderia afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

As unidades industriais e demais atividades da Companhia devem cumprir uma série de leis e regulamentos federais, estaduais e municipais em relação ao meio ambiente e à operação das unidades no Brasil e nos outros países em que opera. Esses regulamentos incluem procedimentos de controle de emissões no ar, descarte de efluentes líquidos e manuseio, beneficiamento, armazenagem, descarte e reaproveitamento de resíduos sólidos perigosos ou não, entre outros controles necessários à operação.

Ainda, a legislação ambiental determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, possam causar degradação do meio ambiente, está condicionado ao licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. Isso pode afetar as atuais unidades de produção que poderão ter suas atividades reduzidas, removidas, interrompidas ou fechadas de modo definitivo em determinadas localidades causando impacto adverso aos resultados.

O descumprimento das leis e regulamentos ambientais pode resultar em sanções administrativas ou criminais, ordens de fechamento, além da obrigação de reparar os eventuais danos causados a terceiros e ao meio ambiente como, por exemplo, através da remediação de eventual contaminação. Se as leis vigentes e futuras se tornarem mais rígidas, os gastos com ativos fixos e os custos para cumprimento da legislação poderão crescer e afetar negativamente a situação financeira da Companhia. Além disso, futuras aquisições poderão sujeitar a Companhia a gastos e custos adicionais para o cumprimento da legislação ambiental.

Ainda, eventuais alterações na legislação ambiental, em especial aquelas que resultem em maior rigor nos procedimentos de licenciamento, monitoramento ou controle ambiental, podem gerar impactos não previstos nas operações da Companhia. Tais mudanças podem exigir investimentos adicionais, adequações operacionais ou até mesmo limitar a continuidade de determinadas atividades, o que pode afetar adversamente a situação financeira, os resultados operacionais e a competitividade da Companhia.

(I) Questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Leis e regulamentos que buscam reduzir os gases de efeito estufa e outras emissões no ar podem ser promulgados no futuro, podendo ter um impacto significativo adverso nos resultados das operações, fluxos de caixa e situação financeira da Companhia.

Um dos possíveis efeitos do crescimento das exigências relacionadas à redução da emissão de gases de efeito estufa é o aumento em custos, principalmente pela demanda de energia renovável e a implementação de novas tecnologias na cadeia produtiva. A Companhia acredita que as operações nos países onde atua podem ser afetadas no futuro por iniciativas federais, estaduais e municipais relacionadas à mudança climática, que visam lidar com a questão dos gases de efeito estufa e outras emissões no ar. Neste sentido, dois possíveis efeitos desse crescente conjunto de requisitos legais poderia ser o aumento

no custo da energia e a necessidade de investimentos em novas tecnologias para atender os requisitos legais.

(m) Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, como nos Estados Unidos, países europeus e a China, podem afetar negativamente a Companhia, incluindo seus acessos a financiamento e o preço de mercado de seus valores mobiliários

O valor dos valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado, em graus variados, pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como em outros países latino-americanos e de mercados emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso no valor dos valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras. Crises em outros países latino-americanos e em outros países de economia emergente ou as políticas econômicas de outros países, em particular os dos Estados Unidos, China e países da União Europeia, podem reduzir o interesse dos investidores em títulos e valores mobiliários de empresas brasileiras, incluindo as ações da Companhia. Isso pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e o financiamento de operações em termos aceitáveis no futuro. Qualquer um desses eventos pode afetar adversamente a Companhia e ao valor justo de seus valores mobiliários.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de mercados emergentes resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A instabilidade política e financeira nos Estados Unidos, Reino Unido, Europa, Oriente Médio, notadamente no atual conflito entre Israel e o Irã, Rússia e outros mercados afetou a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram negativamente a economia brasileira e o mercado de capitais brasileiro, tais como: flutuações nos preços dos títulos de companhias abertas, reduções na oferta de crédito ou indisponibilidade, redução de custos, desaceleração econômica, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações de nossa emissão, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de nossas operações no futuro em termos aceitáveis. Nesse contexto, a recente eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América pode vir a acarretar instabilidades políticas e econômicas ao longo do ano, considerando as incertezas sobre o retorno do presidente, principalmente em relação a política fiscal e de relações comerciais com outros países. Não temos controle e não podemos prever o efeito da nova administração ou de suas políticas. A implementação de políticas protecionistas ou a reversão de políticas de livre comércio nos Estados Unidos da América, como as já implementadas por Trump desde janeiro de 2025, podem resultar em aumentos de impostos e prejudicar as relações comerciais internacionais. Tais acontecimentos, bem como potenciais crises e outras formas de instabilidade política deles decorrentes ou quaisquer outros acontecimentos não previstos, podem nos afetar adversamente e o valor de mercado de nossas ações. O Presidente dos Estados Unidos da América tem poder considerável para determinar políticas e ações governamentais que podem gerar um efeito adverso relevante na

economia global e na estabilidade política global. Não podemos assegurar que o novo governo a ser eleito implementará políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina orçamental e os investimentos nacionais e estrangeiros, o que pode ter um efeito adverso relevante no mercado financeiro e no mercado de valores mobiliários no Brasil, bem como nas empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e nos valores mobiliários de titularidade de emissores brasileiros.

Crises em outros países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os nossos valores mobiliários, o que poderá prejudicar o preço de mercado das nossas ações. Ademais, a instabilidade ou volatilidade dos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o ambiente financeiro e econômico do Brasil, o que pode ter efeito negativo relevante sobre nós.

Além disso, fatores relacionados à geopolítica internacional como, por exemplo, a escalada das tensões decorrentes do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, do ataque do Hamas a Israel a partir da Faixa de Gaza e os recentes embates entre Israel e o Irã, podem afetar adversamente a economia brasileira e, por consequência, o mercado de capitais.

O conflito envolvendo a Federação Russa e a Ucrânia traz como risco uma nova alta nos preços dos combustíveis e do gás; ocorrendo simultaneamente à possível valorização do dólar, esses aumentos causariam ainda mais pressão inflacionária e poderiam dificultar a retomada econômica brasileira. Adicionalmente, o conflito impacta o fornecimento global de commodities agrícolas, de modo que, havendo reajuste para cima do preço dos grãos devido à alta procura, a demanda pela produção brasileira aumentaria, tendo em vista a alta capacidade de produção e a consequente possibilidade de negociar por valores mais competitivos; dessa forma, aumentam-se as taxas de exportação e elevam-se os preços internos, o que gera ainda mais pressão inflacionária. Por fim, importante mencionar que parcela significativa do agronegócio brasileiro é altamente dependente de fertilizantes importados da Federação Russa, bem como de dois de seus aliados (República da Bielorrússia e República Popular da China); dessa forma, a mudança na política de exportação desses produtos poderá impactar negativamente a economia e, por consequência, o mercado de capitais. Frise-se que, diante da invasão perpetrada no dia 24 de fevereiro de 2022, afloram-se as animosidades não apenas entre os países diretamente envolvidos, mas em muitas outras nações indiretamente interessadas na questão, trazendo um cenário de altíssima incerteza para a economia global.

Ainda, em 7 de outubro de 2023, militantes do Hamas e membros de outras organizações terroristas infiltraram-se na fronteira sul de Israel a partir da Faixa de Gaza e conduziram uma série de ataques terroristas contra alvos civis e militares, além de lançarem extensos ataques com foguetes contra a população israelita e centros industriais localizados ao longo da fronteira israelita com a Faixa de Gaza. Pouco depois do ataque, o gabinete de segurança de Israel declarou guerra ao Hamas. A intensidade e a duração da atual guerra de Israel contra o Hamas são difíceis de prever, assim como o são as implicações econômicas dessa guerra nos nossos negócios e operações e na instabilidade geopolítica global.

Em junho de 2025, houve a intensificação do conflito entre Israel e Irã. A escalada do conflito elevou os preços globais do petróleo entre 7% e 11% e reavivou temores sobre possíveis ações no Estreito de Ormuz e envolvimento militar dos Estados Unidos. Esses eventos podem impactar diretamente a Companhia, ao

e elevar custos, incrementar volatilidade cambial, pressionar o ambiente macroeconômico com inflação e juros elevados, além de aumentar a exposição a riscos geopolíticos e logísticos.

Os ataques militares bilaterais, com envolvimento indireto de potências globais, os quais já provocaram aumento nos preços internacionais do petróleo, conforme descrito acima, afetam adversamente a estabilidade das economias mundiais. Tais fatores podem gerar impactos materiais sobre os resultados operacionais, financeiros e estratégicos da Companhia. Adicionalmente, há risco de agravamento do cenário geopolítico internacional, o que pode afetar negativamente o ambiente de negócios global e a atratividade do Brasil como destino de investimentos.

Além disso, a capacidade da Companhia de administrar seus negócios de forma eficaz pode ser afetada negativamente pelas condições gerais do setor de serviços financeiros e pelos receios em relação ao setor bancário. Eventos reais envolvendo liquidez limitada, inadimplência, não desempenho ou outros acontecimentos adversos que afetem instituições financeiras, contrapartes transacionais ou outras empresas do setor de serviços financeiros ou do setor de serviços financeiros em geral, ou preocupações ou rumores sobre quaisquer eventos desse tipo ou outros riscos semelhantes, levaram no passado e podem levar no futuro a problemas de liquidez em todo o mercado. Por exemplo, em 10 de março de 2023, o Silicon Valley Bank faliu e foi colocado em administração judicial pela Federal Deposit Insurance Corporation. Em 12 de março de 2023, o Signature Bank e a Silvergate Capital Corp. foram colocados em recuperação judicial. Na semana seguinte, um sindicato de bancos dos EUA injetou US\$ 30 bilhões no First Republic Bank, que mais tarde foi declarado fechado e vendido ao JPMorgan Chase. Mais tarde, na mesma semana, o Banco Central Suíço forneceu US\$ 54 bilhões em empréstimos cobertos e facilidades de liquidez de curto prazo ao Credit Suisse Group AG, tudo em uma tentativa de tranquilizar os depositantes e acalmar os temores de um contágio bancário. Mesmo assim, esses colapsos bancários e acordos de resgate reacenderam os riscos de recessão nos Estados Unidos, afetando negativamente a economia global. Uma recessão econômica grave ou prolongada pode resultar em diversos riscos, incluindo nossa capacidade de obter financiamento adicional em tempo hábil ou em termos aceitáveis. O acesso da Companhia a fontes de recursos em valores adequados para financiar ou capitalizar nossas operações comerciais atuais e projetadas para o futuro pode ser significativamente prejudicado por fatores que nos afetam, pelas instituições financeiras com as quais temos acordos diretos, pelo setor de serviços financeiros ou pela economia em geral.

Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem afetar negativamente e o valor de mercado das ações da Companhia.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado e diretamente, o mercado de ações.

A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de nossa emissão ao preço e na ocasião desejados.

O investimento em valores mobiliários, como as nossas ações, negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Pesam sobre a volatilidade do mercado de títulos e valores mobiliários brasileiro, não somente a percepção de risco dos investidores em relação ao Brasil, como também em relação a outros países. O investimento em títulos e valores mobiliários no mercado brasileiro está sujeito a certos riscos políticos, fiscais e econômicos, os quais incluem, mas não se limitam a (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de receber pagamento, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e ao repatriamento do capital investido.

A globalização e a internacionalização dos mercados de capitais são processos que implicam vulnerabilidade das nações a eventos externos adversos. Assim, o Brasil não está imune às oscilações do cenário econômico-financeiro internacional, incluindo os Estados Unidos, China e países da América Latina. Nesse sentido, podem ocorrer novos rebaixamentos do rating soberano do Brasil por parte da Standard & Poor's (S&P), Fitch Ratings (Fitch), Moody's Investor Service ou outra agência de rating, como já ocorreu nos anos de 2015, 2016 e 2018, o que poderá ocasionar aumento na aversão ao risco, afetando negativamente os preços dos valores mobiliários emitidos por empresas sediadas no Brasil.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, uma recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as nossas atividades e, consequentemente, nossos resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

A B3 possui exposição ao capital estrangeiro, o que torna o mercado nacional suscetível às variações de economias externas. Desse modo, acontecimentos em outros países, incluindo conflitos e guerras, poderão prejudicar o valor de mercado das ações da Companhia, podendo dificultar ou impedir o seu acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Assim, eventos adversos podem levar à deterioração das condições macroeconômicas no Brasil e seus resultados e à limitação da concretização de algumas estratégias da Companhia, incorrendo no impacto adverso nos resultados operacionais e na situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia.

Desse modo, não podemos assegurar a liquidez de nossas ações, o que poderá limitar consideravelmente a capacidade dos nossos atuais e/ou futuros acionistas de vender as nossas ações pelo preço e na ocasião desejados.

A inflação e eventuais medidas adotadas pelo Governo Federal do Brasil para combatê-la, incluindo aumentos nas taxas de juros, poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil, podendo gerar um efeito adverso relevante a todo o mercado, inclusive acarretando eventuais consequências em relação à condição financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das nossas ações.

O Brasil já experimentou, no passado, índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de controlar a inflação ou até mesmo por receio e especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas. Esse cenário contribuiu diretamente para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. O Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Nesse sentido, o Brasil continua sujeito a um aumento de inflação como consequência da intervenção do Governo Federal, inclusive mediante a redução ou aumento das taxas de juros e a intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real, o que poderá afetar negativamente os nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira, aumentando os custos de financiamento das nossas operações. Se o Brasil enfrentar altas taxas de inflação, talvez não consigamos ajustar os preços de nossos serviços para compensar os efeitos da inflação sobre a nossa estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso sobre a nossa Companhia. Altas taxas de juros podem impactar o nosso custo de obtenção de empréstimos e também o custo de endividamentos, resultando em um aumento de nossas despesas financeiras. Esse aumento poderá afetar adversamente nossa capacidade de pagar as nossas obrigações financeiras, pois reduziria a nossa disponibilidade de caixa. Além disso, temos recebíveis (à medida que as fórmulas paramétricas de reajuste tarifário trazem componentes ligados à inflação), bem como passivos (em especial, parte de nossos custos operacionais e correção de financiamentos) direta ou indiretamente indexados à inflação. Dessa forma, mudanças no cenário inflacionário podem ter consequências para os nossos resultados operacionais e condição financeira.

Os nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais ou por regulamentações federais, estaduais ou municipais.

Podemos ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais ou por regulamentações federais, estaduais e municipais, que envolvam ou afetem fatores como:

- (i) crescimento ou desaceleração da economia brasileira;
- (ii) desvalorização do Real e outras flutuações da taxa de câmbio;
- (iii) taxas de juros e políticas monetárias;
- (iv) taxas de inflação;
- (v) instabilidade econômica, política e social;
- (vi) regulamentação trabalhista e previdenciária;
- (vii) escassez e racionamento de energia e água;
- (viii) controles de importação e exportação;

- (ix) controles cambiais e restrições às remessas ao exterior;
- (x) liquidez dos mercados domésticos de capitais e de crédito;
- (xi) políticas fiscais e alterações da legislação tributária;
- (xii) intervenções do governo na economia;
- (xiii) outras políticas e desenvolvimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

O cenário político do país pode influenciar no desempenho da economia brasileira e eventuais crises políticas podem afetar a confiança dos investidores e do público em geral, resultando, conforme o caso, na desaceleração econômica e maior volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

Reduções na classificação do risco brasileiro atribuída por agências de risco poderão afetar negativamente o nosso valor de mercado.

O Brasil experimentou a perda do grau de investimento na classificação de risco de crédito da agência de classificação de riscos Standard & Poors, Moody's e Fitch Ratings, assim como um rebaixamento da nota de crédito pela Standard & Poors. Dessa forma, eventuais alterações nas políticas do governo brasileiro, bem como variações na classificação do risco brasileiro atribuída pelas agências de risco, as quais estão além do nosso controle, podem contribuir para a alta volatilidade no mercado de capitais brasileiro e ter um efeito material adverso sobre nós e no preço de mercado das ações de nossa emissão.

Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro experimentou altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração de seu produto interno bruto (PIB), flutuações acentuadas do real em relação ao dólar americano, aumento do nível de desemprego e níveis mais baixos de gastos e confiança do consumidor. A Companhia não pode prever os potenciais impactos das políticas a serem adotadas pelo Governo Federal. A última alteração realizada pela Fitch, em 27 de junho de 2024, elevou o rating de crédito soberano do Brasil para BB, com perspectiva estável, citando a melhora acima do esperado do desempenho macroeconômico e fiscal do país em meio a sucessivos choques nos últimos anos. Na data deste Formulário de Referência, o rating de crédito brasileiro era classificado como BB, Ba1 e BB estável, pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente.

Caso haja novas reduções na classificação do risco brasileiro atribuída por agências de risco, poderá aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, o valor de negociação dos valores mobiliários de nossa emissão poderá ser reduzido, o que pode gerar impacto aos nossos acionistas e titulares de valores mobiliários de nossa emissão.

A instabilidade política pode afetar adversamente os nossos negócios, resultados e o preço das nossas ações.

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Qualquer dificuldade do Governo Federal em conseguir maioria no Congresso Nacional pode resultar em impasses, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente a economia e as nossas operações. As incertezas em relação à implementação, pelo Governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os nossos. Não podemos prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas existentes poderão ter um efeito adverso sobre nós ou sobre a economia brasileira.

Além disso, não podemos garantir que outros eventos políticos e econômicos não provocarão ainda mais instabilidade na economia brasileira, no mercado de capitais e na cotação de ações de nossa emissão e, consequentemente, que afetarão adversamente nossos negócios e resultados operacionais. Ademais, a recente instabilidade política e econômica tem levado a uma percepção negativa da economia brasileira e a maior volatilidade nos mercados brasileiros de valores mobiliários, o que também pode ter um efeito adverso sobre nosso negócio. Qualquer instabilidade econômica e incerteza política recorrente pode afetar adversamente nossos negócios.

Os preços internacionais do petróleo são influenciados por fatores geopolíticos, variações na oferta e demanda globais e outros elementos fora do controle da Companhia.

Os preços do petróleo são influenciados por fatores geopolíticos, variações na oferta e demanda globais e outros elementos, como, por exemplo:

- condições econômicas e geopolíticas globais;
- mudanças na oferta e na demanda global de petróleo, gás natural e metanol;
- as ações da OPEP;
- as condições políticas e econômicas, incluindo embargos, nos países produtores de petróleo ou que afetam outros países, e as guerras comerciais;
- o nível das atividades de produção de petróleo e gás natural, particularmente no Oriente Médio, África, Rússia, América do Sul e Estados Unidos;
- o nível das atividades globais de exploração e produção de petróleo e gás natural;

- o nível dos estoques mundiais de petróleo e gás natural;
- a disponibilidade de mercados para o gás natural;
- a capacidade das refinarias e plantas de processamento;
- as condições climáticas e outros desastres naturais;
- os avanços tecnológicos que afetam a produção ou o consumo de energia;
- leis e regulamentos governamentais nacionais e estrangeiros, incluindo leis e regulamentos ambientais, de saúde e segurança;
- proximidade e capacidade de oleodutos e gasodutos e outras instalações de transporte;
- o preço e a disponibilidade dos fornecimentos de petróleo e gás natural dos concorrentes em áreas de mercado cativo.

Estes fatores e a volatilidade dos mercados de energia tornam extremamente difícil prever os movimentos futuros dos preços do petróleo, gás natural e metanol. Os preços do petróleo e do gás natural têm flutuado historicamente de forma significativa. Além disso, os preços do petróleo e do gás natural não flutuam necessariamente em relação direta um ao outro.

Ainda, o atual conflito entre Israel e Irã, com possibilidade de escalonamento e eventual fechamento do Estreito de Ormuz – rota estratégica para trânsito de parcela significativa do petróleo mundial – pode resultar em uma elevação abrupta dos preços internacionais do petróleo.

Como o petróleo é um insumo essencial para a geração de energia e para a produção de diversas matérias-primas utilizadas pela Companhia, aumentos em seus preços podem elevar significativamente os custos de energia elétrica, gás natural e insumos industriais, impactando negativamente a estrutura de custos e, consequentemente, a rentabilidade da Companhia.

4.2 – Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Destacam-se como os 5 (cinco) principais fatores de riscos:

- I.** Incidentes de segurança cibernética, incluindo ameaças e ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de Tecnologia da Informação (TI) da Companhia, que podem resultar em danos à reputação e às operações da Companhia.
- II.** Crises globais e desacelerações econômicas subsequentes podem afetar adversamente a demanda global e levar a uma redução do comércio internacional. Em consequência, as condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados negativamente.
- III.** Risco de exposição à volatilidade de preços, escassez e dependência de fornecedores de matérias-primas essenciais
- IV.** Eventual indisponibilidade e/ou baixa qualidade de matérias-primas adquiridas dos fornecedores da Companhia para fabricação de seus produtos pode causar impactos negativos na capacidade de atendimento e no faturamento da Companhia.
- V.** Enchentes, incêndios ou outros desastres naturais ou de origem humana podem afetar as instalações e a estrutura de custos da Companhia, o que pode causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

4.3 – Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia informa que, em linha com suas demonstrações financeiras publicadas, possui os riscos de mercado abaixo, descritos quantitativa e qualitativamente, por ordem de relevância e sem mitigação ou omissão de informações relevantes, quais sejam: (a) Risco cambial; (b) Risco de taxa de juros; e (c) Risco de preço das commodities. A administração e monitoramento desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Risco Cambial

Instabilidade da taxa de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no período de três meses findo em 31 de março de 2025 apresentou variação positiva de 7,27% (27,91% positiva em 31 de dezembro de 2024). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos no exterior.

Taxa de juros

Flutuações da taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas às taxas de juros variáveis.

Risco alta volatilidade de preço das commodities

Este risco está relacionado à possibilidade de flutuações relevantes nos preços das principais matérias-primas da Companhia como aço, resinas, borrachas e outros insumos utilizados no processo produtivo. Por operar em um mercado de commodities, os custos dos produtos vendidos da Companhia podem ser afetados por alterações nos preços das matérias-primas que ela compra.

Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta às variações nas taxas de câmbio e de juros que afetam tanto o custo de seus empréstimos e financiamentos quanto os rendimentos de suas aplicações financeiras. Para analisar os possíveis impactos dessas variações, foi realizada uma análise de sensibilidade baseada em três cenários: provável, razoavelmente possível e possível.

O cenário provável foi construído com base nas projeções de mercado das taxas de câmbio dólar-real, Selic, CDI e IPCA, conforme projeção do relatório Focus, divulgado pelo Banco Central do Brasil (BCB). Para as taxas internacionais, como SOFR e demais taxas de câmbio (Euro, Libra Esterlina, Rúpia e Peso Argentino), foram utilizadas as projeções da Bloomberg. Para as variáveis que não possuem projeções oficiais de mercado (TR, TJLP e TEC-3), optou-se por adotar, no cenário provável, as taxas correntes em 31 de março de 2025.

A metodologia adotada para calcular o impacto potencial das variações nas taxas de câmbio e juros envolveu a aplicação de desvios-padrão históricos das taxas observadas nos últimos cinco anos. Assim, foi considerado que no cenário razoavelmente possível as taxas variariam em torno de 1 desvio-padrão em relação ao cenário provável, enquanto no cenário possível, as variações atingiriam 3 desvios-padrão. Essa abordagem reflete a volatilidade esperada para cada taxa de juros, levando em conta o comportamento histórico dessas variáveis.

A análise de sensibilidade considera as posições em aberto em 31 de março de 2025, com base nos valores nominais e nos juros de cada instrumento contratado. A tabela a seguir apresenta as variações nos valores dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Consolidado	31/03/2025	Provável	Razoavelmente possível	Possível
Taxa de câmbio dólar – real (milhares)	R\$	5,92	6,8725	8,7775
ACC	(28.826)	(1.652)	(1.978)	(3.023)
Capital de giro	(46.561)	(3.240)	(3.878)	(5.928)
Exim	(32.671)	(1.853)	(2.217)	(3.389)
PPE	(21.449)	(1.781)	(2.131)	(3.257)
Câmbio futuro	(305)	(451)	1.573	6.401
Taxa de câmbio euro – real (milhares)	R\$	6,3936	6,9157	7,7718
Capital de giro	(4.625)	(95)	(106)	(133)
Taxa de câmbio rupias – real (milhares)	R\$	0,0674	0,0752	0,0891
Capital de giro	(12.442)	(1.109)	11.242	(1.646)
Taxa de câmbio peso mexicano – real (milhares)	R\$	0,0674	0,0752	0,0891
Capital de giro	(891.392)	(108.259)	(114.243)	(126.194)
Taxa de juros COI	R\$	14,9%	19,96%	30,08%
Capital de giro	(273.193)	(45.754)	(59.905)	(88.208)
Debêntures	(1.133.880)	(186.016)	(244.211)	(360.603)
NCE	(136.136)	(23.425)	(30.973)	(46.070)
Vendar	(20573)	(4011)	(5094)	(7260)
Aplicações financeiras	882.623	131.511	176.180	265.519
Taxa de Juros IPCA	R\$	5,65%	7,98%	12,65%
Fundopem	(13.770)	(1.005)	(1.331)	(1.983)
Taxa de Juros SELIC	R\$	15%	20,09%	30,28%
Exim	(113.135)	(19.039)	(24.895)	(36.606)
Taxa de Juros TJLP	R\$	7,97%	8,91%	10,8%
Finep	(7.013)	(620)	(686)	(819)
Taxa de juros TIIE	R\$	8,05%	9,68%	12,93%
Capital de giro	(891.392)	(93.061)	(107.551)	(136.530)

4.4 – Processos não sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária, trabalhista, regulatória e ambiental, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia; ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Em 31 de março de 2025, a Companhia possuía provisão para contingências no valor de R\$ 112.926 mil referente aos processos com risco de perda provável. Descrevemos a abaixo os principais processos judiciais individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita na data deste Formulário de Referência.

Processos Tributários

AÇÃO RESCISÓRIA - MODULAÇÃO DE EFEITOS DO TEMA 69 DO STF - 5015768-50.2023.4.03.0000.	
a. Juízo	2ª Seção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3.
b. Instância	2ª Instância (originária).
c. Data de instauração	12/06/2023.
d. Partes no processo	Autor: União – Fazenda Nacional. Réu: Nakata Automotiva Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos 31/03/2025	R\$ 60.302.158,43.
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Rescisória movida pela União Federal para rescindir acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança nº 5000499-21.2017.4.03.6130 que manteve a sentença favorável proferida autorizando a exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e COFINS e possibilitando a compensação/restituição dos valores pagos indevidamente, anteriores aos cinco anos do ajuizamento da ação. No processo nº 5000499-21.2017.4.03.6130, a controlada Nakata teve reconhecido judicialmente o direito de excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins os valores relativos a ICMS calculados nas operações de saída praticadas em razão da pacificação do entendimento do STF sobre essa discussão no julgamento do Tema 69 de repercussão geral. Após o trânsito em julgado da ação própria da Nakata, o Supremo Tribunal Federal, também no Tema 69, limitou os efeitos retroativos dessa decisão de repercussão geral, possibilitando o recálculo dos tributos recolhidos somente a quem possuía ação judicial discutindo o tema antes de 15/03/2017. Como a ação própria da Nakata era posterior a 15/03/2017 e a decisão dessa ação própria não previu a modulação dos efeitos, a União ajuizou uma ação rescisória, visando aplicar a modulação de efeitos decidida pelo STF ao processo da Nakata e, assim, impedir que a empresa pudesse buscar a repetição dos indébitos anteriores a 15/03/2017. Em setembro de 2024, o STJ julgou o Tema 1245 determinando que é admissível o ajuizamento de Ação Rescisória para adequar julgado realizado antes de 13.05.2021 à modulação de efeitos estabelecida no Tema 69/STF.

AÇÃO RESCISÓRIA - MODULAÇÃO DE EFEITOS DO TEMA 69 DO STF - 5015768-50.2023.4.03.0000.	
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não existem ainda decisões de mérito. Houve decisão apenas em sede liminar, na qual o TRF3 negou a tutela de urgência requerida pela União por entender, em análise perfunctória, pelo não cabimento de ação rescisória no caso específico.
h. Estágio do processo	O processo está aguardando o julgamento.
i. Chance de perda	Provável: R\$ 37,1 milhões / Possível: R\$ 15,7 milhões / Remota: R\$ 7,4 milhões.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante pelo montante de R\$ 56 milhões envolvido, o que, caso tenha decisões desfavoráveis, poderá impactar negativamente a situação financeira da Companhia.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Nakata venha a ter que cumprir decisão judicial desfavorável que envolva o recolhimento de valores substanciais à União, poderá existir impacto negativo na situação financeira da empresa. A maior parte do valor está provisionada, o que minimiza o impacto de eventual decisão desfavorável.

AÇÃO RESCISÓRIA - MODULAÇÃO DE EFEITOS DO TEMA 69 DO STF - 5000020-12.2022.4.03.0000	
a. Juízo	2ª Seção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3.
b. Instância	2ª Instância (originária).
c. Data de instauração	03/01/2022.
d. Partes no processo	Autor: União – Fazenda Nacional. Réu: Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos 31/03/2025	R\$ 7.675.762,17.
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Rescisória movida pela União Federal objetivando a desconstituição de parte do acórdão proferido na apelação cível nº 5000842-77.2017.4.03.6110, para fixar que os efeitos da exclusão do ICMS destacado devem se operar após 15/03/2017, tendo em conta a data da distribuição da ação subjacente, em consonância com o decidido no Tema 69 do STF. A controlada Jurid teve reconhecido judicialmente o direito de excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins os valores relativos a ICMS calculados nas operações de saída praticadas em razão da pacificação do entendimento do STF sobre essa discussão no julgamento do Tema 69 de repercussão geral. Após o trânsito em julgado da ação própria da Jurid, o Supremo Tribunal Federal, também no Tema 69, limitou os efeitos retroativos dessa decisão de repercussão geral, possibilitando o recálculo dos tributos recolhidos somente a quem possuía ação judicial discutindo o tema antes de 15/03/2017. Como a ação própria da Jurid era posterior a 15/03/2017 e a decisão dessa ação própria não previu a modulação dos efeitos, a União ajuizou uma ação rescisória, visando aplicar a modulação de efeitos decidida pelo STF ao processo da Jurid e, assim, impedir que a empresa pudesse buscar a repetição dos indébitos anteriores a 15/03/2017. Em setembro de 2024, o STJ julgou o Tema 1245 determinando que é admissível o ajuizamento de Ação Rescisória para adequar julgado realizado antes de 13.05.2021 à modulação de efeitos estabelecida no Tema 69/STF.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Existe decisão de mérito, ainda não definitiva, julgando procedente a ação rescisória para o fim de reconhecer que a decisão rescindenda está em parcial desacordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal. Contra essa decisão, foram opostos recursos especial e extraordinário. Em abril de 2024 foi publicada decisão do TRF 3 em face do Recurso Especial interposto, determinando o sobrestamento do feito até o julgamento do Tema 1245 do STF (que ocorreu em setembro de 2024)
h. Estágio do processo	Aguardando remessa dos autos aos tribunais superiores (STJ e STF).
i. Chance de perda	Provável: R\$ 7,1 milhões / Possível: R\$ 491 mil.
j. Motivo pelo qual o processo é	O processo é considerado relevante pelo tema envolvido, o que, caso tenha decisões

AÇÃO RESCISÓRIA - MODULAÇÃO DE EFEITOS DO TEMA 69 DO STF - 5000020-12.2022.4.03.0000	
considerado relevante	desfavoráveis, poderá impactar negativamente a situação financeira da Companhia.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Jurid venha a ter que cumprir decisão judicial desfavorável que envolva o recolhimento de valores substanciais à União, poderá existir impacto negativo na situação financeira da empresa. A maior parte do valor está provisionada, o que minimiza o impacto de eventual decisão desfavorável.

Processos Trabalhistas

Reclamação Trabalhista 0020203-28.2025.5.04.0403	
a. Juízo	3ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul
b. Instância	1ª instância
c. Data da distribuição	18/02/2025
d. Partes no processo	Reclamante: E. d. O. G. B. Reclamada: Fras-Le S.A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 126.216,67
f. Principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista movida por ex-empregado, requerendo o pagamento de (i) horas extras, (ii) acúmulo de função, (iii) adicional de insalubridade, (iv) indenização por danos morais pela alegação de assédio sexual. Em 17/03/2025, a Reclamada apresentou sua defesa e documentos, oportunidade que houve a nomeação de perito para apuração da insalubridade. Em 04/06/2025, o perito apresentou o seu laudo técnico, concluindo pela exposição a agentes insalubres em grau máximo. Em 27/06/2025, apresentada a réplica.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não aplicável
h. Estágio do processo	O processo aguarda sentença
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante diante da alegação de assédio sexual formulado na petição inicial.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso tenha decisão desfavorável, poderá impactar negativamente a imagem da Companhia.

Reclamação Trabalhista 0020538-50.2025.5.04.0402	
a. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul
b. Instância	1ª instância
c. Data da distribuição	09/04/2025
d. Partes no processo	Reclamante: C. E. G. O. Reclamada: Fras-Le S.A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 62.621,21
f. Principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista movida por ex-empregado, requerendo o pagamento de (i) adicional de insalubridade; (ii) salário em dobro; (iii) indenização por danos morais sob a alegação de discriminação e xenofobia; (iv) multas dos art. 467 e 477 da CLT. Em 29/04/2025, a Reclamada apresentou sua defesa e documentos, oportunidade que houve a nomeação de perito para apuração da insalubridade.

Reclamação Trabalhista 0020538-50.2025.5.04.0402	
	Em 10/05/2025, apresentada a réplica.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não aplicável
h. Estágio do processo	O processo aguarda sentença
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante diante da alegação de discriminação por xenofobia alegado pelo Reclamante.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso tenha decisão desfavorável, poderá impactar negativamente a imagem da Companhia.

4.5 – Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Em 31 de março de 2025, foram provisionados R\$ 44,2 milhões para os processos descritos no item 4.4.

4.6 – Processos sigilosos relevantes

Ação Coletiva nº 0021257-39.2019.5.04.0403	
Tema	Ação Trabalhista a respeito de verba de adicional de insalubridade, bem como os reflexos trabalhistas incidentes sobre o adicional.
Valores, bens ou direitos envolvidos 31/03/2025	R\$ 52.345.210,52
Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso seja proferida decisão desfavorável em face da Fras-le, poderá haver impacto negativo na situação financeira da Companhia.

Reclamação Trabalhista nº 0010191-28.2025.5.03.0129	
Tema	Ação Trabalhista envolvendo a ex-empregada que alega que teve sua gestação interrompida em decorrência de contaminação e intoxicação por contato com agentes químicos no ambiente de trabalho.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R\$ 1.060.088,56
Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso seja proferida decisão desfavorável em face da Fras-le, poderá haver impacto negativo na imagem e na reputação da Companhia.

Reclamação Trabalhista nº 0010304-29.2025.5.03.0178	
Tema	Ação Trabalhista envolvendo a ex-empregada que alega que teve sua gestação interrompida em decorrência de contaminação e intoxicação por contato com agentes químicos no ambiente de trabalho.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R\$ 1.023.089,68
Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso seja proferida decisão desfavorável em face da Fras-le, poderá haver impacto negativo na imagem e na reputação da Companhia.

Reclamação Trabalhista nº 0010197-82.2025.5.03.0178	
Tema	Ação Trabalhista envolvendo a ex-empregada que alega que teve sua gestação interrompida em decorrência de contaminação e intoxicação por contato com agentes químicos no ambiente de trabalho.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R\$ 1.060.088,56
Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso seja proferida decisão desfavorável em face da Fras-le, poderá haver impacto negativo na imagem e na reputação da Companhia.

Reclamação Trabalhista nº 0020710-89.2025.5.04.0402	
Tema	Ação Trabalhista envolvendo ex-empregado que alega ter sido vítima de homofobia no ambiente de trabalho.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R\$ 75.253,00
Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso seja proferida decisão desfavorável em face da Fras-le, poderá haver impacto negativo na imagem e na reputação da Companhia.

Reclamação Trabalhista nº 0020710-89.2025.5.04.0402	
Inquérito Civil nº 000122.2025.03.009/1	
Tema	Inquérito Civil instaurado para apuração das condições de trabalho dos empregados após denúncia de exposição a agentes químicos e três ex-empregadas que tiveram a gestação interrompida.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual constatação de irregularidades pode causar impacto à imagem e à reputação da Companhia

4.7 – Outras contingências relevantes

Não há outras informações relevantes a este item 4.

5.1 – Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia mantém uma gestão de riscos integrada, estruturada, personalizada, inclusiva, dinâmica para ter a melhor informação e manutenção da melhoria contínua. As diretrizes e a estratégia de gestão de riscos aplicáveis à Companhia estão estabelecidas na Política de Gestão de Riscos da Randoncorp, aprovada em 7 de novembro de 2017 com última revisão realizada em 14 de dezembro de 2023 pelo Conselho de Administração da Randoncorp ("Política de Gestão de Riscos"). A versão atualizada da Política de Gestão de Riscos pode ser consultada no site de RI da Companhia em <https://ri.fraslemobility.com/estatutos-codigos-e-politicas/>.

(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades no gerenciamento de riscos da Companhia para o contínuo aperfeiçoamento dos processos de gestão.

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos estratégicos, bem como, os resultados financeiros e operacionais e sua reputação. Além destes, a Companhia identifica riscos emergentes, aqueles com maior grau de importância para o negócio, como cibersegurança e segurança da informação, fatores macroeconômicos e geopolíticos.

Para proporcionar uma visão corporativa os riscos são categorizados em estratégico, operacional, regulatório ou financeiro. Portanto, conforme a Política de Gestão de Riscos, a Companhia define sua estratégia de gestão de riscos para responder aos seguintes riscos:

I. Risco Estratégico. Associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade de adaptação as mudanças no ambiente.

II. Risco Operacional. Associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas.

III. Risco Regulatório. Associados às sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e/ou das políticas internas da Companhia.

IV. Risco Financeiro. Associados ao mercado crédito e a geração de caixa, como (i) Mercado/Governamental: mudanças prejudiciais no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações, dos preços de commodities e alterações de legislação; (ii) Crédito: a perda resultante

da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos e contrapartes de contratos ou emissões de títulos; e (iii) Liquidez: quando os fluxos de caixa não sejam administrados efetivamente para maximizar a geração de caixa operacional, gerenciar os riscos e retornos específicos das transações financeiras e captar e aplicar recursos financeiros de acordo com as políticas financeiras estabelecidas.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

A descrição dos instrumentos utilizados para identificar, avaliar, mensurar e tratar os principais riscos que podem impactar os negócios da Companhia encontram-se na Política de Gestão de Riscos, mencionada no item 5.1(a) acima.

Como proteção, para cada risco corporativo crítico é estabelecido um indicador de risco (KRI) monitorado continuamente. Cada KRI deve apresentar componentes suficientes para o monitoramento do risco, antecipando ou atrasando as condições do risco em potencial. O KRI deve ser estabelecido para permitir o acompanhamento real, tempestivo de qualquer alteração que possa ocasionar impacto.

Para todos os riscos corporativos identificados e avaliados se deve definir uma estratégia de resposta, de tratamento. As opções de ação de resposta e tratamento dos riscos compreendem:

- Evitar – significa optar pela descontinuidade das atividades que geram o risco.
- Aceitar – optar por aceitar o impacto/probabilidade do evento e continuar operando com a atual estrutura de controles.
- Mitigar – criar controles ou iniciativas que minimizem a potencial exposição ao risco, seja reduzindo o impacto e/ou probabilidade de ocorrência.
- Transferir – reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos pela transferência ou compartilhamento de uma porção do risco junto a terceiros.

As diferentes estratégias de resposta ao risco devem ser organizadas em planos de ação e/ou controles úteis, práticos e econômicos executados pelos donos dos riscos e monitoradas pela área de Gestão de Riscos e Compliance da controladora da Companhia que atua em toda a estrutura corporativa, atendendo todas as empresas do grupo econômico, inclusive a Companhia e suas controladas.

Para o risco emergente de cibersegurança e segurança da informação, temos uma estratégia e estrutura sólida, com abordagem englobando governança, cultura e tecnologia adotando boas práticas e em conformidade com as legislações aplicáveis. Promovemos continuamente ações de conscientização para fortalecer a cultura de segurança da informação da Companhia junto aos nossos colaboradores e neutralizar ameaças cibernéticas, garantindo a robustez da infraestrutura tecnológica, a segurança das informações da empresa e a privacidade dos dados pessoais.

Já para o risco de fatores macroeconômicos e geopolíticos, realizamos análises e monitoramos movimentos políticos e econômicos, que possam impactar os negócios da Companhia, em colaboração com entidades de classe. Em cenários de crise, acionamos um comitê para definir planos de ação eficazes. Além disso, nossa estratégia de diversificação nos confere significativa resiliência, permitindo nos adaptar a cenários adversos e garantir a continuidade das operações da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia mantém proteções específicas através das diretrizes que constam na Política de Gestão de Riscos. Demais políticas corporativas fundamentadas nos nossos princípios e na nossa filosofia de trabalho, que podem ser encontradas em: <https://ri.fraslemobility.com/estatutos-codigos-e-politicas/>.

(iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A área de Gestão de Riscos e Compliance da controladora da Companhia, que atua de forma corporativa, monitora os principais riscos aos quais a Companhia está sujeita. A estratégia de resposta de evitar, aceitar, mitigar ou transferir o risco é definida considerando os impactos financeiro e de imagem, e a probabilidade de materialização do risco. Na definição de resposta de mitigar ou transferir o risco são estabelecidos controles úteis, práticos e econômicos monitorados pela área de Gestão de Riscos e Compliance.

O Comitê Executivo é responsável por avaliar continuamente a eficácia do modelo de gestão de riscos, aprovar a avaliação dos riscos e definir o apetite de riscos. A área de Gestão de Riscos e Compliance é responsável por estabelecer a metodologia e disseminar a cultura de gerenciamento de riscos reportando diretamente ao Conselho de Administração, órgão responsável pela aprovação da política de gestão de riscos e por garantir a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos.

A gestão de riscos é responsabilidade de todos, sendo que os “donos de riscos” são responsáveis por monitorar a efetividade das atividades de controle e disseminar informações ou procedimentos que sejam necessários, bem como, reportar a área de Gestão de Riscos e Compliance qualquer evento incerto que pode impactar os negócios.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A área de Gestão de Riscos e Compliance, tem como atribuição atuar no desenvolvimento de uma cultura organizacional de gerenciamento de riscos e comunicação que envolva os colaboradores e partes que mantenham vínculo e/ou relação com a Companhia. A Auditoria Interna corporativa da Randoncorp, controladora da Companhia, reporta-se ao Conselho de Administração da Randoncorp e também atua junto ao Conselho de Administração da Companhia, considerando que ambos os conselhos são presididos pela mesma pessoa. O objetivo principal da auditoria é promover a melhoria dos controles internos por meio de trabalhos de avaliação realizados sobre os processos e com base nos riscos inerentes. Ainda, nos termos da Política de Gestão de Riscos, cabe ao Conselho de Administração garantir a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos.

5.2 – Descrição dos controles internos

(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia dispõe de políticas internas devidamente divulgadas aos seus colaboradores para orientar e estabelecer os parâmetros acerca dos processos para atingimento dos objetivos desses alinhamentos em conjunto com a estratégia da Companhia.

Os controles internos existentes na Companhia visam garantir de forma razoável, em aspectos relevantes, a confiabilidade de todos os processos buscando a conformidade e a minimização dos riscos do negócio. Constantemente, há a adequação dos controles internos a fim de acompanhar as mudanças nas condições existentes nos processos e garantir a conformidade com as políticas internas, legislação e normas vigentes.

Os relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, são elaborados conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Accounting Standards* (IFRS Accounting Standards).

Ainda, a Companhia conta com o sistema SAP S/4HANA, o qual é mundialmente reconhecido e está presente em diversas instituições de grande porte do Brasil e do mundo, e constantemente vem aprimorando a automatização dos processos com foco em eficiência e segurança dos mesmos.

Complementarmente às estruturas de controles internos, a Auditoria Interna Corporativa, de forma independente, provém a cobertura de avaliação dos controles internos relevantes da organização, reportando as recomendações de melhorias necessárias aos processos, bem como realizando o monitoramento do Relatório de Recomendações para aprimoramento dos controles internos elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras e emitido pela auditoria externa. A área de Gestão de Riscos e Compliance, em conjunto com a gestão do negócio, mapeia os controles chaves dos riscos corporativos de maior criticidade das Empresas Randon, conduzindo a metodologia e disseminando a cultura da gestão dos riscos. Também, aplica as boas práticas de compliance disseminando a cultura de integridade e aderência as leis e regulamentos internos.

Com base na sua avaliação, a Administração da Companhia entende que tem adotado práticas necessárias para assegurar um ambiente de controles internos adequado para a elaboração das demonstrações financeiras.

(b) As estruturas organizacionais envolvidas

Dentro da estrutura de governança da Companhia, a Diretoria Estatutária, dentre outras atribuições, responde pelas informações das demonstrações financeiras, tendo como suporte para a elaboração dessas informações:

As operações transacionais das áreas financeira, contábil e de recursos humanos da Companhia — assim como das demais empresas da Randoncorp — são atendidas de forma centralizada pelo Centro de Soluções Compartilhadas (CSC), vinculado à controladora. Já as atividades de natureza mais estratégica, como auditoria, controle, gerenciamento de riscos e compliance, são conduzidas pelas áreas de

Controladoria, de Gestão de Riscos e Compliance e de Auditoria Interna, com o objetivo de uniformizar a aplicação de normas, critérios e procedimentos relacionados às boas práticas de controle interno, auditoria e gestão de riscos.

A área de Gestão de Riscos e Compliance e a Auditoria Interna apoiam a estruturação dos principais controles voltados ao gerenciamento dos riscos corporativos e à manutenção do Programa de Integridade da Randoncorp — aplicável também à Companhia —, conforme as respectivas políticas corporativas.

Além disso, a Auditoria Interna Corporativa realiza avaliações sobre os processos relevantes da Companhia, considerando seus objetivos estratégicos e a eficácia dos controles internos frente aos riscos identificados.

A companhia também conta com um Conselho Fiscal, atualmente instalado, que examina e recomenda a aprovação das demonstrações financeiras.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Controladoria Corporativa mensalmente revisa as Demonstrações Financeiras elaboradas e apresentadas pelo CSC (Centro de Soluções Compartilhadas) e realiza o reporte a Diretoria da Companhia, e trimestralmente, após a avaliação da auditoria independente, também reporta ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A área de Gestão de Riscos e Compliance monitora os planos de ação relativos as melhorias ou implementações de controles internos chaves em resposta aos riscos corporativos mapeados, reportando à diretoria da Companhia, bem como ao Conselho de Administração os resultados desse gerenciamento. Os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna Corporativa são reportados ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e aos Diretores e Gerentes dos processos avaliados.

Para todas as deficiências apresentadas são solicitados à gestão a elaboração de planos de ação, sendo os mesmos monitorados posteriormente pela auditoria para fins de *follow-up* e de acompanhamento de indicadores de conformidade. As fragilidades identificadas nos trabalhos da Auditoria Interna Corporativa que possam impactar nas demonstrações financeiras são reportadas tempestivamente, para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas e normas do IPPF - *International Professional Practices Framework* emitido pelo IIA - *The Institute of Internal Auditors*. Adicionalmente, a Auditoria Interna Corporativa monitora e acompanha todos os planos de ação originados dos pontos de melhoria de controles internos.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Na auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, os auditores independentes selecionam e executam procedimentos de auditoria para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações

apresentados nas demonstrações financeiras. Dentre esses procedimentos, os auditores independentes obtiveram o entendimento do ambiente da Companhia, o que inclui os controles internos para a identificação e avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, os auditores independentes consideraram os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Os auditores independentes, quando da execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não identificaram deficiência significativa, relacionado ao ambiente de controles internos, em conexão com as Demonstrações Financeiras

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme indicado no item (d) acima, não foram apontadas deficiências significativas nos controles internos da Companhia, com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

5.3 – Programa de integridade

A Companhia se preocupa com a construção de um ambiente organizacional ético para que todos exerçam suas atividades pautados pela honestidade, transparência, integridade e seriedade e, por meio disso, reafirmam o seu comprometimento com a sociedade como um todo.

A Companhia adere ao Programa de Integridade da Randoncorp (ID Randoncorp), o que representa a continuidade no processo de evolução da governança das empresas, fortalecendo nossos valores e nossos princípios para os próximos desafios. O programa de integridade contempla o Código de Conduta Ética, Políticas Corporativas, Canal de Ética e Portal RiskCheck, a qual se trata de ferramenta utilizada para identificar potenciais riscos advindos da contratação de terceiros.

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia adere a Política Anticorrupção da Randoncorp que estabelece diretrizes e padrões que almejam assegurar que a Companhia e todos que atuam em seu nome, entendam e atuem em conformidade com a lei.

A Companhia dispõe também do Código de Conduta Ética que está fundamentado nos princípios da Randoncorp, que são: cliente satisfeito, ética, inovação e tecnologia, lucro com sustentabilidade, pessoas valorizadas e respeitadas, preservação da imagem e do legado, segurança e qualidade e somos Randoncorp. Esses princípios, tem como principal objetivo orientar sobre as práticas de condutas éticas, contribuindo para que as escolhas certas sejam realizadas dentro e fora do ambiente de trabalho. Além disso, o Portal RiskCheck é também uma ferramenta utilizada para identificação de potenciais riscos de atos de corrupção advindos da contratação de terceiros.

(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os mecanismos estão estabelecidos no Programa de Integridade (ID Randoncorp) das Empresas Randon, os principais são o Código de Conduta Ética, o Canal de Ética, o Portal RiskCheck, as políticas corporativas e os treinamentos sobre os temas relacionados a integridade.

As diretrizes para gerenciamento de riscos corporativos estão estabelecidas na Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no endereço eletrônico: <https://ri.fraslemobility.com/estatutos-codigos-e-politicas/>. As políticas corporativas são revisadas anualmente e, sempre que são propostas modificações, são submetidas ao Conselho de Administração da Controladora, com adesão pelo Conselho de Administração da Companhia.

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia mantém uma gestão de riscos integrada, estruturada, personalizada, inclusiva, dinâmica para ter a melhor informação e manutenção da melhoria contínua. As diretrizes e a estratégia de gestão de riscos são estabelecidas de forma corporativa na Política de Gestão de Riscos da Randoncorp aprovada em 07 de novembro de 2017 com última revisão realizada em 12 de dezembro de 2024 pelo Conselho de Administração, cuja versão atualizada está disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.fraslemobility.com/estatutos-codigos-e-politicas/>

(iii) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**
- **se, e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**
- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**
- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta Ética é aplicável a todos os empregados, os Diretores e os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia independentemente de cargo ou funções exercidas, estendido a terceiros (exemplo: fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários, acionistas controladores e pessoas chave da administração das empresas Randoncorp). O Código de Conduta Ética aplicável a todas as Empresas Randon foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2016, com última revisão realizada em 09 de setembro de 2021, também aprovada e cuja versão está disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.fraslemobility.com/estatutos-codigos-e-politicas.>

Nossos colaboradores recebem cópias físicas e digitais do documento no momento da contratação e devem assinar um termo de ciência e compromisso com as diretrizes. Em 2024, houve um reforço nas comunicações internas sobre compliance, fortalecendo o uso do Portal U-GRC (Universo Governança Riscos e Compliance), que oferece formação sobre combate à corrupção e demais temas de conformidade, por meio de vídeos e debates para incentivar a reflexão dos colaboradores.

Para reforçar a conduta ética, os temas também são disseminados em pautas de reuniões mensais, vídeos institucionais, comunicações internas para disseminação das práticas, zelando pelo crescimento e integridade de todas as relações. Importante ressaltar que, a conduta que estiver em desacordo com o Código de Conduta Ética, bem como os procedimentos e demais políticas corporativas, está sujeita a medidas disciplinares, conforme normas internas e legislação trabalhista, civil ou criminal.

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- (i) Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

(ii) Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

(iii) Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

(iv) Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Companhia utiliza o Canal de Ética da Randoncorp, que está disponível para o público interno e externo. O Canal é um meio de comunicação exclusivo e seguro, que garante o anonimato, a proteção e não retaliação aos relatores. As informações registradas são recebidas por uma empresa independente e especializada, assegurando sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação.

Qualquer pessoa pode entrar em contato por meio do site ou telefone:

Site: <https://canaldeetica.com.br/randoncorp/>

Telefone: Brasil 0800-777-0768 / Estados Unidos 1-800-245-8549

O Canal de Ética está disponível em português, inglês e espanhol, garantindo acessibilidade a diferentes públicos e fica disponível 24h via gravação em secretária eletrônica ou, de segunda à sábado das 08h às 20h, com atendimento pessoal especializado.

A área de Gestão de Riscos e Compliance é responsável por acompanhar as apurações do relato, e reportar periodicamente os resultados para o Comitê de Ética da Randoncorp, que tem por atribuição dar cumprimento ao Código de Conduta Ética mediante o tratamento adequado à todas as ocorrências.

(c) Número de casos confirmados nos últimos três exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos 3 exercícios sociais, não houve registro de casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito nesta seção 5.3.

5.4 – Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, tampouco alterações significativas na Política de Gestão de Riscos no último exercício social. Além disso, na data deste Formulário de Referência, não há expectativas de redução ou aumento da exposição de risco da Companhia.

5.5 – Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes a respeito de gerenciamento de riscos e controles internos foram informadas nos itens anteriores.